

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 91, 2º semestre de 2002

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 91, 2º semestre de 2002 - Ano 29, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vítor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

332p.

ISSN 01012428
Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS 31

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DO MÉXICO, VICENTE FOX

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO OFERECIDO POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DO MÉXICO, VICENTE FOX QUESADA. BRASÍLIA, 03 DE JULHO DE 2002 31

DEBATE ABERTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE A RENOVAÇÃO DO MANDATO DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA BÓSNIA-HERZEGOVINA

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR GÉLSON FONSECA JR., REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL, EM DEBATE ABERTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE A RENOVAÇÃO DO MANDATO DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA BÓSNIA-HERZEGOVINA. NOVA IORQUE, 10 DE JULHO DE 2002 35

SOLENIIDADE DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO DIPLOMATA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SOLENIIDADE DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO DIPLOMATA (TEXTO-BASE / TRANSCRIÇÃO). BRASÍLIA, 12 DE JULHO DE 2002 39

**CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE AJUSTE COMPLEMENTAR
NA ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA
DE CABO VERDE E DE AJUSTES COMPLEMENTARES
NAS ÁREAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E
AGRICULTURA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU**

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE AJUSTE COMPLEMENTAR NA ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE CABO VERDE E DE AJUSTES COMPLEMENTARES NAS ÁREAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AGRICULTURA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU. 21 DE JULHO DE 2002

43

**ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA BRASIL-MÉXICO**

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA BRASIL-MÉXICO. BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2002

47

II REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA II REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL. GUAYAQUIL, 26 DE JULHO DE 2002

49

**CONDECORAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE, XANANA
GUSMÃO, COM O GRANDE COLAR DA ORDEM
NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL**

PALAVRAS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE,
XANANA GUSMÃO, COM O GRANDE COLAR DA ORDEM NACIONAL
DO CRUZEIRO DO SUL. BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2002

55

**IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E
DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SESSÃO INAUGURAL
DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE
GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2002

57

**ASSUNÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CONFERÊNCIA DE
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ASSUNÇÃO DA
PRESIDÊNCIA DA CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E
DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA
PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2002

61

**ADMISSÃO DO TIMOR LESTE COMO MEMBRO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ADMISSÃO DO TIMOR LESTE COMO MEMBRO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2002 65

**CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO CAMÕES À
ESCRITORA MARIA VELHO DA COSTA, POR OCASIÃO DA IV
CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO CAMÕES À ESCRITORA MARIA VELHO DA COSTA, POR OCASIÃO DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2002 67

**DISCURSO DO EMBAIXADOR JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS,
AO ASSUMIR O CARGO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

DISCURSO DO EMBAIXADOR JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS, AO ASSUMIR O CARGO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 01 DE AGOSTO DE 2002 69

**REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

PALAVRAS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO INÍCIO DA ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). LISBOA, 01 DE AGOSTO DE 2002 73

**ALMOÇO OFERECIDO AOS PARTICIPANTES DA IV
CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

BRINDE DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO OFERECIDO
AOS PARTICIPANTES DA IV CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE
ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). 01 DE AGOSTO DE 2002 77

**CONDECORAÇÃO DO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA, WAN YONXIAN**

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER,
POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO
EMBAIXADOR DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, WAN
YONGXIAN, COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM NACIONAL
DO CRUZEIRO DO SUL, EM 02 DE AGOSTO DE 2002 79

I REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ÁFRICA DO SUL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA SESSÃO
DE ENCERRAMENTO DA I REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA
BRASIL-ÁFRICA DO SUL, EM 07 DE AGOSTO DE 2002 83

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O FUTURO DO
TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA”**

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOFI, NA ABERTURA
DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O FUTURO DO TRATADO DE
COOPERAÇÃO AMAZÔNICA”. MANAUS, 13 DE AGOSTO DE 2002 85

**SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA GERAL DA
REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM SESSÃO SOLENE
DA ASSEMBLÉIA GERAL DA REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAI. MONTEVIDÉU, 20 DE AGOSTO DE 2002 89

**DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE
INTEGRAÇÃO (ALADI). MONTEVIDÉU, 20 DE AGOSTO DE 2002 93

**JANTAR OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NO JANTAR OFERECIDO EM SUA
HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ORIENTAL DO
URUGUAI, JORGE BATLLE. MONTEVIDÉU, 20 DE AGOSTO DE 2002 97

**ALMOÇO OFERECIDO PELA ASSOCIAÇÃO DE
DIRIGENTES DE MARKETING, POR OCASIÃO DA VISITA
DE ESTADO À REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO OFERECIDO
PELA ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE MARKETING, POR
OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA ORIENTAL
DO URUGUAI. MONTEVIDÉU, 21 DE AGOSTO DE 2002 99

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO BRASIL-EUA RELATIVO
AO CONTROLE DE ENTORPECENTES E APLICAÇÃO DA LEI**

TEXTO-BASE DO DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, 103
DURANTE A CERIMÔNIA DE ASSINATURA DO MEMORANDO
DE ENTENDIMENTO BRASIL-EUA RELATIVO AO CONTROLE DE
ENTORPECENTES E APLICAÇÃO DA LEI. 22 DE AGOSTO DE 2002

**SESSÃO DE ABERTURA DA CÚPULA MUNDIAL
SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, 105
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SESSÃO DE ABERTURA
DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL. JOANESBURGO, 02 DE SETEMBRO DE 2002

**SEMINÁRIO JORNADAS DE DIREITO
INTERNACIONAL HUMANITÁRIO**

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES 107
EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI, NA CERIMÔNIA
DE ABERTURA DO SEMINÁRIO JORNADAS DE DIREITO
INTERNACIONAL HUMANITÁRIO, REALIZADO NO AUDITÓRIO DO
INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, 02 DE SETEMBRO DE 2002.

**57ª ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS**

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES 111
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA SESSÃO DE
ABERTURA DA 57ª ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 12 DE SETEMBRO DE 2002

**ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA ARGENTINA, EDUARDO DUHALDE**

BRINDE DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ARGENTINA, EDUARDO ALBERTO DUHALDE. BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, EM 26 DE SETEMBRO DE 2002 115

**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE O GOVERNO
BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A OPERAÇÃO NO BRASIL DA UNIDADE
TEMÁTICA DO PNUD SOBRE REDUÇÃO DA POBREZA**

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA ENTRE O GOVERNO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A OPERAÇÃO NO BRASIL DA UNIDADE TEMÁTICA DO PNUD SOBRE REDUÇÃO DA POBREZA. 01 DE OUTUBRO DE 2002 119

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DIREITOS HUMANOS E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM DIÁLOGO GLOBAL”**

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA SESSÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM DIÁLOGO GLOBAL”. 08 DE OUTUBRO DE 2002 121

SESSÃO ABERTA DO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE A SITUAÇÃO NO IRAQUE

DISCURSO DO EMBAIXADOR GELSON FONSECA
JÚNIOR, REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL
JUNTO À ONU, PROFERIDO NA SESSÃO ABERTA DO
CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE A SITUAÇÃO NO
IRAQUE. NOVA IORQUE, 17 DE OUTUBRO DE 2002 125

XXII ENCONTRO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR (ENAEX)

APRESENTAÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NO XXII
ENCONTRO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR (ENAEX) 127
- “CENÁRIO INTERNACIONAL, AGENDA DE NEGOCIAÇÃO
EXTERNA E PROTECIONISMO”, EM 24 DE OUTUBRO DE 2002

IV FÓRUM SOCIAL DA INTEGRAÇÃO E DO MERCOSUL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA
DE RECEBIMENTO DO “PRÊMIO HELENO FRAGOSO PELOS
DIREITOS HUMANOS”, POR OCASIÃO DO IV FÓRUM 131
SOCIAL DA INTEGRAÇÃO E DO MERCOSUL, PROMOVIDO
PELA ASSOCIAÇÃO DE JURISTAS PELA INTEGRAÇÃO DA
AMÉRICA LATINA (AJIAL), EM 25 DE OUTUBRO DE 2002

DISCURSO DO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, “COMPROMISSO COM A MUDANÇA”

DISCURSO DO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, “COMPROMISSO COM A MUDANÇA”. 141
SÃO PAULO, 28 DE OUTUBRO DE 2002

**VII REUNIÃO DE MINISTROS RESPONSÁVEIS
POR COMÉRCIO EXTERIOR DA ALCA**

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA TRANSFERÊNCIA DA PRESIDÊNCIA DO PROCESSO DA ALCA DO EQUADOR PARA O BRASIL E OS EUA, DURANTE A VII REUNIÃO DE MINISTROS RESPONSÁVEIS POR COMÉRCIO EXTERIOR DA ALCA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2002 145

**17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE
CONCERTAÇÃO PERMANENTE DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE CONCERTAÇÃO PERMANENTE DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). LISBOA, 11 DE NOVEMBRO DE 2002 147

**CERIMÔNIA DE OUTORGA DO TÍTULO DE
“PRESIDENTE HONORÁRIO” DA ASSOCIAÇÃO
INDUSTRIAL PORTUGUESA (AIP)**

TEXTO-BASE DE NOTAS PARA DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE CERIMÔNIA DE OUTORGA DO TÍTULO DE “PRESIDENTE HONORÁRIO” DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA (AIP). LISBOA, 12 DE NOVEMBRO DE 2002 149

**CERIMÔNIA DE OUTORGA DO PRÊMIO “HOMEM DO ANO
BRASIL-PORTUGAL E PORTUGAL-BRASIL 2002 145**

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO
DE ALMOÇO OFERECIDO PELA CÂMARA DE COMÉRCIO E
INDÚSTRIA LUSO-BRASILEIRA - CERIMÔNIA DE OUTORGA DO
PRÊMIO “HOMEM DO ANO BRASIL-PORTUGAL E PORTUGAL-
BRASIL 2002”. LISBOA, 12 DE NOVEMBRO DE 2002 153

**PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EM OXFORD**

TEXTO-BASE DA PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, SOBRE O
TEMA “POR UMA GOVERNANÇA GLOBAL DEMOCRÁTICA:
UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA” (CYRILL FOSTER LECTURE).
OXFORD, INGLATERRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2002 157

**CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DE TÍTULO DE DOCTOR OF
CIVIL LAW BY DIPLOMA DA UNIVERSIDADE DE OXFORD**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO
DO TÍTULO DE DOCTOR OF CIVIL LAW BY DIPLOMA DA
UNIVERSIDADE DE OXFORD. OXFORD, 14 DE NOVEMBRO DE 2002 161

**XII CÚPULA IBERO-AMERICANA DE
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO**

TEXTO-BASE DE NOTAS PARA DISCURSO DO SENHOR
PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, POR OCASIÃO DA XII CÚPULA IBERO-AMERICANA
DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO. BÁVARO,
REPÚBLICA DOMINICANA, 16 DE NOVEMBRO DE 2002 165

CÚPULA PARLAMENTAR DE INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, 169
NA CÚPULA PARLAMENTAR DE INTEGRAÇÃO
CONTINENTAL, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2002

SEMINÁRIO DO COMITÊ DE COOPERAÇÃO EMPRESARIAL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – “A OPAÇÃO ALCA”

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR 173
OCASIÃO DO SEMINÁRIO PROMOVIDO PELO COMITÊ DE
COOPERAÇÃO EMPRESARIAL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO
VARGAS - “A OPAÇÃO ALCA”, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2002

PRÊMIO “MAHBUB UL HAQ”, DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, AO RECEBER DO PROGRAMA DAS NAÇÕES 179
UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) O PRÊMIO “MAHBUB
UL HAQ”, POR CONTRIBUIÇÃO DESTACADA AO DESENVOLVIMENTO
HUMANO. NOVA IORQUE, 09 DE DEZEMBRO DE 2002

DISCURSO DO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA PROFERIDO NO CLUBE DE IMPRENSA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS DURANTE VISITA A WASHINGTON

DISCURSO DO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA 185
SILVA PROFERIDO NO CLUBE DE IMPRENSA NACIONAL
DOS ESTADOS UNIDOS DURANTE VISITA A WASHINGTON.
WASHINGTON, E.U.A, 10 DE DEZEMBRO DE 2002

ASSINATURA DO ACORDO DE SEDE DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

TEXTO-BASE PARA AS PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO ASSINATURA DO ACORDO DE SEDE DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA), EM 13 DE DEZEMBRO DE 2002 191

CERIMÔNIA DE DESIGNAÇÃO DO AUDITÓRIO WLADIMIR AMARAL MURTINHO

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DE CERIMÔNIA DE DESIGNAÇÃO DO AUDITÓRIO WLADIMIR AMARAL MURTINHO, PALÁCIO ITAMARATY, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2002 193

ATOS INTERNACIONAIS 195

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES 199

VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DO MÉXICO VICENTE FOX QUESADA (01 DE JULHO DE 2002) 199

DECLARAÇÃO DOS PRESIDENTES DO BRASIL, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, E DO MÉXICO, VICENTE FOX QUESADA (03 DE JULHO DE 2002) 200

CARTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, AO DOUTOR MIGUEL REALE JÚNIOR (10 DE JULHO DE 2002) 202

INFORMAÇÃO À IMPRENSA SOBRE O PROTOCOLO MODIFICATIVO AO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (12 DE JULHO DE 2002)	203
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO DO BANCO NÓRDICO DE INVESTIMENTOS (BNI) AO BNDES.(15 DE JULHO DE 2002)	205
CARTA ENVIADA EM 12 DE JULHO AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS PELOS REPRESENTANTES PERMANENTES DO BRASIL, DO CANADÁ, DA NOVA ZELÂNDIA E DA ÁFRICA DO SUL (15 DE JULHO DE 2002)	205
CIDADANIA E CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NA CPLP 199 (17 DE JULHO DE 2002)	207
REUNIÃO EM NÍVEL MINISTERIAL MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA (19 DE JULHO DE 2002)	208
II REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL (19 DE JULHO DE 2002)	208
RESULTADO DA SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA DE PREPARAÇÃO DE AFRO-DESCENDENTES PARA O CONCURSO DE INGRESSO À CARREIRA DIPLOMÁTICA (22 DE JULHO DE 2002)	212
O BRASILEIRO SÉRGIO VIEIRA DE MELLO É DESIGNADO PARA O CARGO DE ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (22 DE JULHO DE 2002)	213
GOVERNO BRASILEIRO CONDENA AÇÃO MILITAR NA CIDADE DE GAZA (23 DE JULHO DE 2002)	214

ASSINATURA DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE QUIOTO À CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (23 DE JULHO DE 2002)	214
CPLP - ACORDOS DE COOPERAÇÃO (24 DE JULHO DE 2002)	215
IV CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) - EXPOSIÇÃO “PAÍSES LUSÓFONOS: PARALELOS E MERIDIANOS” (25 DE JULHO DE 2002)	216
ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS GOVERNOS DO BRASIL E DO MÉXICO (25 DE JULHO DE 2002)	217
TRANSCRIÇÃO DAS DECLARAÇÕES FEITAS HOJE (30/07) PELO PORTA-VOZ DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PEDRO LUIZ RODRIGUES (30 DE JULHO DE 2002)	218
ATENTADO NA UNIVERSIDADE HEBRAICA DE JERUSALÉM (31 DE JULHO DE 2002)	218
IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (01 DE AGOSTO DE 2002)	219
I REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ÁFRICA DO SUL (02 DE AGOSTO DE 2002)	219
CERIMÔNIA DE DEPÓSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE EMENDA AO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA PELA COLÔMBIA (02 DE AGOSTO DE 2002)	220

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE DEPÓSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DE EMENDA AO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA PELA COLÔMBIA (02 DE AGOSTO DE 2002)	220
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO BRASIL-UE NA ÁREA TÊXTIL (08 DE AGOSTO DE 2002)	222
VISITA OFICIAL AO BRASIL DA MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO CHILE, SENHORA SOLEDAD ALVEAR (09 DE AGOSTO DE 2002)	222
SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O FUTURO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA”(12 DE AGOSTO DE 2002)	223
SALVAGUARDAS APLICADAS PELOS EUA ÀS IMPORTAÇÕES DE AÇO (12 DE AGOSTO DE 2002)	224
SEMINÁRIO “RIO BRANCO, A AMÉRICA DO SUL E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL”(14 DE AGOSTO DE 2002)	224
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO BRASIL-EUA (22 DE AGOSTO DE 2002)	225
INFORMAÇÃO À IMPRENSA - VISITA DO SECRETÁRIO PARA EUROPA, AMÉRICA E ÁFRICA DA CHANCELARIA INDIANA, EMBAIXADOR SHASHANK (23 DE AGOSTO DE 2002)	225

INFORMAÇÃO À IMPRENSA - SEMINÁRIO “RIO-BRANCO, AMÉRICA DO SUL E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL” (23 DE AGOSTO DE 2002)	226
CONSULADO-GERAL DE XANGAI (30 DE AGOSTO DE 2002)	227
DECLARAÇÃO CONJUNTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, E DO CHANCELER DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, GERHARD SCHRÖDER (02 DE SETEMBRO DE 2002)	227
O PRESIDENTE DO IPEA, DOUTOR ROBERTO BORGES MARTINS, É DESIGNADO PARA O CARGO DE PERITO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE AFRO-DESCENDENTES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS (CDH) (06 DE SETEMBRO DE 2002)	228
POSSE DO BRASILEIRO SÉRGIO VIEIRA DE MELLO NO CARGO DE ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (11 DE SETEMBRO DE 2002)	228
ALMOÇO DE TRABALHO DOS CHANCELERES DA COALIZÃO DA NOVA AGENDA, À MARGEM DA LVII ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (13 DE SETEMBRO DE 2002)	229
RELATÓRIO SOBRE A EMENDA BYRD (16 DE SETEMBRO DE 2002)	230
ATENTADO TERRORISTA (19 DE SETEMBRO DE 2002)	231

CONSULTAS DO BRASIL NO ÂMBITO DA OMC (20 DE SETEMBRO DE 2002)	231
SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO (23 DE SETEMBRO DE 2002)	232
VISITA DO PRESIDENTE EDUARDO DUHALDE (26 DE SETEMBRO DE 2002)	232
DECLARAÇÃO DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, E DA REPÚBLICA ARGENTINA, EDUARDO DUHALDE (26 DE SETEMBRO DE 2002)	234
CONSULTAS SOBRE SUBSÍDIOS AO ALGODÃO NOS EUA E AO AÇÚCAR NA EU (27 DE SETEMBRO DE 2002)	238
FRONTEIRAS ENTRE BELIZE E GUATEMALA (30 DE SETEMBRO DE 2002)	239
ASSEMBLÉIA DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (UIT) (01 DE OUTUBRO DE 2002)	240
VISITA OFICIAL AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA, EMBAIXADOR SAMUEL RUDOLPH INSANALLY (02 DE OUTUBRO DE 2002)	240
ELEIÇÕES NO EXTERIOR (04 DE OUTUBRO DE 2002)	242
CRIAÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA A REDUÇÃO DA POBREZA (04 DE OUTUBRO DE 2002)	243

REUNIÃO CONJUNTA DA 9ª REUNIÃO DO GICI, 34ª REUNIÃO DA SENALCA E DA SENEUROPA (07 DE OUTUBRO DE 2002)	244
SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO (08 DE OUTUBRO DE 2002)	244
NOTA SOBRE OS ACONTECIMENTOS OCORRIDOS EM BALI, INDONÉSIA (14 DE OUTUBRO DE 2002)	244
AÇÕES AFIRMATIVAS PÓS-DURBAN PROMOVIDAS PELO INSTITUTO RIO BRANCO (IRBR) E PELO DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS (DHS) DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (16 DE OUTUBRO DE 2002)	245
MISSÃO EMPRESARIAL A CUBA E À REPÚBLICA DOMINICANA (17 DE OUTUBRO DE 2002)	245
SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO DA REVISTA “TEXTOS DO BRASIL” Nº 9 - “RIO + 10: O BRASIL RUMO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” (21 DE OUTUBRO DE 2002)	246
CONVENÇÃO-QUADRO SOBRE MUDANÇA DE CLIMA (NOVA DÉLHI, ÍNDIA, 22 DE OUTUBRO A 1º DE NOVEMBRO DE 2002) (21 DE OUTUBRO DE 2002)	246
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DA GUATEMALA, SENHOR ORELLANA ROJAS (21 E 22 DE OUTUBRO DE 2002) (23 DE OUTUBRO DE 2002)	248

ASSINATURA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O ITAMARATY E O BANCO DO BRASIL PARA PROMOÇÃO COMERCIAL (23 DE OUTUBRO DE 2002)	249
BRASIL E FRANÇA FIRMAM ACORDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DOS USOS PACÍFICOS DA ENERGIA NUCLEAR (25 DE OUTUBRO DE 2002)	249
LANÇAMENTO DO LIVRO “PIEDRA FUNDAMENTAL” (POESIA Y PROSA), DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO (30 DE OUTUBRO DE 2002)	249
LANÇAMENTO DO LIVRO INFANTIL “AS AVENTURAS DO BARÃO DO RIO BRANCO” (BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, QUARTA-FEIRA, DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2002) (31 DE OUTUBRO DE 2002)	251
INAUGURAÇÃO DE 100 SALAS DE AULA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE PARA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS, NO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO BILATERAL BRASIL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPEM (31 DE OUTUBRO DE 2002)	252
O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO POETA CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE TAMBÉM É COMEMORADO NO EXTERIOR (04 DE NOVEMBRO DE 2002)	253
REUNIÃO DA VI CIMEIRA BILATERAL BRASIL – PORTUGAL (06 DE NOVEMBRO DE 2002)	254
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO BRASIL-UE NA ÁREA TÊXTIL (06 DE NOVEMBRO DE 2002)	255

VISITA AO BRASIL DO VICE-MINISTRO E SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DO PERU, EMBAIXADOR MANUEL RODRÍGUEZ CUADROS (08 DE NOVEMBRO DE 2002)	255
NOTA SOBRE A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESARMAMENTO DO IRAQUE 250 (08 DE NOVEMBRO DE 2002)	256
NOTA SOBRE A ALEGADA PRESENÇA DE GRUPOS TERRORISTAS NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA (08 DE NOVEMBRO DE 2002)	257
XII REUNIÃO DE CÚPULA IBERO-AMERICANA (11 DE NOVEMBRO DE 2002)	257
XII CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ESPÉCIES DA FAUNA E DA FLORA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO (CITES) (11 DE NOVEMBRO DE 2002)	258
VIII REUNIÃO DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA (11 DE NOVEMBRO DE 2002)	260
SEMINÁRIO PROMOVE INTERCÂMBIO ENTRE O MERCOSUL E A CORÉIA (13 DE NOVEMBRO DE 2002)	260
DECLARAÇÃO DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA NA XII CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CITES - CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE FAUNA E FLORA (SANTIAGO, CHILE) (14 DE NOVEMBRO DE 2002)	261

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE AUTORIDADES DE APLICAÇÃO EM MATÉRIA DE DROGAS, PREVENÇÃO DE SEU USO INDEVIDO E REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES DE DROGAS DO MERCOSUL - RED (BRASÍLIA, 21 E 22 DE NOVEMBRO DE 2002) (18 DE NOVEMBRO DE 2002)	262
PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA DO INSTITUTO RIO BRANCO 2002 (18 DE NOVEMBRO DE 2002)	263
IV REUNIÃO ESPECIALIZADA DE MUNICÍPIOS E INTENDÊNCIAS DO MERCOSUL - REMI (RIO DE JANEIRO, 22 DE NOVEMBRO DE 2002) (18 DE NOVEMBRO DE 2002)	263
EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DOS 175 ANOS DA ASSINATURA DOS PRIMEIROS TRATADOS COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A ALEMANHA (18 DE NOVEMBRO DE 2002)	264
ASSISTÊNCIA AO MENOR IRUAN ERGUI WU 258 (18 DE NOVEMBRO DE 2002)	264
MISSÃO EMPRESARIAL CONJUNTA DO MERCOSUL AOS PAÍSES BAIXOS E ALEMANHA E INAUGURAÇÃO DO PRIMEIRO CENTRO DE PROMOÇÃO COMERCIAL CONJUNTA DO MERCOSUL (19 DE NOVEMBRO DE 2002)	265
BRASIL E COMUNIDADE EUROPÉIA ASSINAM MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO (19 DE NOVEMBRO DE 2002)	265
NOTAS PARA EXPOSIÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DO SENADO FEDERAL (CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS) (20 DE NOVEMBRO DE 2002)	266

III REUNIÃO DO MECANISMO DE CONSULTAS BRASIL-EUA NAS ÁREAS DE COMÉRCIO E DE INVESTIMENTO (20 DE NOVEMBRO DE 2002)	274
VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO RAMSAR SOBRE ÁREAS ÚMIDAS DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (22 DE NOVEMBRO DE 2002)	275
SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO DA NOVA EDIÇÃO DA REVISTA “TEMAS BRASILEIROS” - “A INDÚSTRIA DO AÇO NO BRASIL” (26 DE NOVEMBRO DE 2002)	275
NOTA SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA (26 DE NOVEMBRO DE 2002)	276
COMUNICADO DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA (29 DE NOVEMBRO DE 2002)	276
COMEMORAÇÕES PELO CENTENÁRIO DA POSSE DO BARÃO DO RIO BRANCO (29 DE NOVEMBRO DE 2002)	277
CANDIDATURA DE SYLVIA HELENA DE FIGUEIREDO STEINER PARA JUÍZA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (29 DE NOVEMBRO DE 2002)	278
ATENTADOS NO QUÊNIA E À COMPANHIA AÉREA ISRAELENSE (29 DE NOVEMBRO DE 2002)	279
COLÓQUIO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL – ÁFRICA (02 DE DEZEMBRO DE 2002)	279
ALERTA SOBRE FRAUDES FINANCEIRAS NA ÁFRICA OCIDENTAL (04 DE DEZEMBRO DE 2002)	280

VI REUNIÃO DA CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DA BASILÉIA SOBRE O CONTROLE DO MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS PERIGOSOS E SEU DEPÓSITO (06 DE DEZEMBRO DE 2002)	280
RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE BRASILEIRA APRESENTAÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (XXIII CMC - BRASÍLIA, 6/12/2002) (06 DE DEZEMBRO DE 2002)	281
LANÇAMENTO DA NOVA EDIÇÃO DA REVISTA “TEMAS BRASILEIROS” - “DIREITOS HUMANOS: ATUALIZAÇÃO DO DEBATE” (INSTITUTO RIO BRANCO, BRASÍLIA, 10 DE DEZEMBRO DE 2002) (06 DE DEZEMBRO DE 2002)	285
COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE (06 DE DEZEMBRO DE 2002)	285
COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL (06 DE DEZEMBRO DE 2002)	288
ABERTURA DO SETOR DE PROMOÇÃO COMERCIAL DA MISSÃO DIPLOMÁTICA EM DUBAI, NOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS (09 DE DEZEMBRO DE 2002)	291
VISITA À TRÍPLICE FRONTEIRA DE REPRESENTANTES DAS CHANCELARIAS DA ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI (10 DE DEZEMBRO DE 2002)	292

SEMINÁRIO DE “POLÍTICAS DE DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA - VÁRIAS PÁTRIAS, UMA LÍNGUA” (12 E 13 DE DEZEMBRO, HOTEL GLÓRIA, RIO DE JANEIRO) (10 DE DEZEMBRO DE 2002)	293
CONCLUSÃO DE RODADA NEGOCIADORA PARA APROFUNDAMENTO DO ACORDO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CUBA (11 DE DEZEMBRO DE 2002)	294
LANÇAMENTO DA REVISTA “TEXTOS DO BRASIL” - “EXPERIÊNCIAS, VISÕES E PERFIS BRASILEIROS EM SAÚDE” (12 DE DEZEMBRO DE 2002)	294
NOTA DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO LAFER, PELO FALECIMENTO DE EVANDRO LINS E SILVA (17 DE DEZEMBRO DE 2002)	295
LANÇAMENTO DO LIVRO “O ITAMARATY NA CULTURA BRASILEIRA” (17 DE DEZEMBRO DE 2002)	296
ACORDO DE COOPERAÇÃO ITAMARATY - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) (17 DE DEZEMBRO DE 2002)	296
DECLARAÇÃO MINISTERIAL SOBRE TRIPS E SAÚDE PÚBLICA, ACORDADA NA IV CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC (22 DE DEZEMBRO DE 2002)	297
CARTA DO PROFESSOR CELSO LAFER AO DOUTOR SÉRGIO VIEIRA DE MELLO (23 DE DEZEMBRO DE 2002)	298
NOTA DO MINISTRO CELSO LAFER SOBRE O FALECIMENTO DO EMBAIXADOR LAURO ESCOREL (23 DE DEZEMBRO DE 2002)	298

ARTIGOS

301

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER,
PUBLICADO EM 12 DE JULHO DE 2002, NO JORNAL VALOR
ECONÔMICO, INTITULADO “TIMOR LESTE, ANO ZERO” 301

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO
EM 14 DE AGOSTO DE 2002, NA GAZETA MERCANTIL,
INTITULADO “BRASIL E CHINA EM NOVOS TEMPOS” 305

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO
EM 18 DE AGOSTO DE 2002, NO JORNAL FOLHA DE SÃO
PAULO, INTITULADO “PARCERIAS NO ORIENTE” 307

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER,
PUBLICADO EM 26 DE AGOSTO DE 2002, NO JORNAL O
GLOBO, INTITULADO “UM DIÁLOGO DE GERAÇÕES” 309

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER,
PUBLICADO EM 10 DE SETEMBRO DE 2002, NO JORNAL O
ESTADO DE SÃO PAULO, INTITULADO “O ITAMARATY E
AS NEGOCIAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS”. 311

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM
14 DE SETEMBRO DE 2002, NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE,
INTITULADO “EM DEFESA DO MULTILATERALISMO” 315

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO
EM 15 DE SETEMBRO DE 2002, NO JORNAL FOLHA DE
SÃO PAULO, INTITULADO “UM ANO DEPOIS” 317

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO
EM 13 DE OUTUBRO DE 2002, NO JORNAL FOLHA DE
SÃO PAULO, INTITULADO “CUBA E OS FURACÕES” 319

ENTREVISTAS 321

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, AO JORNAL O ESTADO
DE SÃO PAULO, PUBLICADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2002 321

ENTREVISTA DO EMBAIXADOR CELSO AMORIM À
GAZETA MERCANTIL, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2002 325

ÍNDICE REMISSIVO 329



DISCURSOS

VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DO MÉXICO, VICENTE FOX

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO OFERECIDO POR OCASIÃO
DA VISITA DE ESTADO AO BRASIL DO PRESIDENTE DO MÉXICO,
VICENTE FOX QUESADA. BRASÍLIA, 03 DE JULHO DE 2002

Quero dizer da minha alegria em receber Vossa Excelência, Presidente Vicente Fox, sua esposa Marta e a ilustre comitiva que os acompanha.

Nada mais emblemático da amizade entre nossos povos do que o fato de sua visita realizar-se logo após a epopéia de Yokohama, a grande final da Copa do Mundo, na qual vimos triunfar um estilo de jogo que não é apenas brasileiro, mas dos latino-americanos em geral.

Todos nós vimos que o México fez uma campanha bonita na Copa e alcançou o melhor resultado na história de sua participação.

Mas eu tenho certeza de que o Presidente Fox marcou sua visita ao Brasil para esta data porque antecipava a nossa vitória e queria vir comemorar conosco, renovando o calor da solidariedade mexicana que experimentamos em Guadalajara e na Cidade do México, em 1970.

E a essa comemoração somaram-se outras ontem, dia 2 de julho, data de seu aniversário, de sua eleição como Presidente e, ainda, de seu casamento com Marta.

Trata-se, portanto, de uma visita que tem muito o que celebrar.

E celebrar, sobretudo, a força de uma amizade histórica.

Celebrar e renovar a crença nos ideais e valores que unem o Brasil ao México.

Vossa Excelência, Presidente Fox, sabe que tenho acompanhado com muito interesse o extraordinário processo de renovação política e econômica por que passa o México sob sua liderança empreendedora.

Há poucos dias reuni no Palácio do Alvorada um grupo de intelectuais e estudiosos para debater um livro recente sobre as promissoras transformações mexicanas. Tive o prazer de prefaciar a edição em português desta obra, que acaba de ser lançada no Brasil.

Não é de hoje que o México me fascina.

Quando pesquisador, procurei compreender o importante papel que o Estado mexicano exerceu na capacitação do país para uma inserção sempre mais construtiva na ordem mundial.

Aprendi a admirar a experiência civilizatória da grande nação mexicana naquilo que ela tem de singular e também no que evoca da saga continental como um todo.

Octavio Paz costumava lembrar que no México os espanhóis encontraram não simplesmente uma geografia, mas uma geografia com história.

E foi exatamente a partir do denso legado pré-corteziano que ali o diálogo entre o Novo e o Velho Mundo revelou-se único em abrangência e intensidade.

Como nos murais de Rivera, Orozco e Siqueiros, sobressai a determinação de um povo em preservar e enriquecer seus códigos e valores.

Em circunstâncias diversas, mas com igual aplicação, o Brasil adotou a mesma gramática.

É assim que Mário de Andrade se via como um tupi tangendo um alaúde.

Partilhamos, mexicanos e brasileiros, de uma identidade que se nutre da disposição em compreender a perspectiva do outro, afinando posições, absorvendo experiências, sempre a favor de uma realização mais franca e plena dos anseios nacionais.

Não relembro isso por veleidade teórica, mas pelo imenso interesse que me parece ter no momento em que vivemos.

Se há uma característica incontroversa dos tempos atuais, é o passo vertiginoso em que se dão as transformações, revendo paradigmas, reclamando novas formas de agir e pensar.

O cenário não poderia ser mais favorável a povos que, como os nossos, distinguem-se pela propensão ao novo.

Porque novos são os desafios.

Buscamos, Brasil e México, uma síntese ótima entre Estado e mercado.

Isto requer, ao contrário do que muitos apregoam, mais Estado e mais mercado.

Falo de um Estado fortalecido, pela responsabilidade fiscal, em sua capacidade de dotar o povo de condições adequadas ao usufruto da cidadania.

Refiro-me a um mercado que saiba prosperar sem a mão tutelar do Poder Público e que esteja devidamente afinado com os padrões contemporâneos de competitividade.

No plano externo, a globalização deve ser encarada, ao mesmo tempo, como promessa e como desafio.

O Brasil e o México são dos poucos países em desenvolvimento que me parecem credenciados a serem, ao mesmo tempo, beneficiários e críticos da globalização.

Dispomos de uma base industrial e tecnológica sofisticada o suficiente para atrair o investimento produtivo e absorver o progresso técnico.

E é também pela envergadura de nossas economias e a vitalidade de seus fundamentos que nos sentimos autorizados a reclamar a correção das assimetrias que afligem o comércio e as finanças internacionais.

Tenho pouco a acrescentar sobre o sentimento de decepção que nos causa o continuado apego dos países ricos aos mais variados entraves ao comércio de bens e serviços.

Ninguém ganhará a longo prazo com os limites impostos à reprodução do capital pelo recrudescimento do protecionismo.

O acordo de preferências comerciais assinado hoje entre Brasil e México é um exemplo concreto de como os países latino-americanos podem trabalhar juntos para expandir as oportunidades de negócios.

Os crescentes investimentos mexicanos no Brasil e a presença de empresas nossas no México comprovam essa realidade.

Aproveito para saudar os importantes empresários mexicanos que acompanham o Presidente Fox e que estão aqui porque confiam nas potencialidades do nosso relacionamento.

A presença de Vossa Excelência na reunião de Cúpula do Mercosul, em Buenos Aires, tem grande significado e reflete esse espírito de cooperação baseado na idéia de que o comércio pode ser bom para todos.

O setor automotivo desempenha um papel de relevo nas perspectivas de nosso intercâmbio.

Estou confiante em que o entendimento que alcançaremos no âmbito do Mercosul confirmará essa percepção.

A América Latina se beneficia da maior aproximação entre o Brasil e o México, sobretudo nestes momentos incertos.

Estou convencido de que nossa região persistirá no caminho de um desenvolvimento mais justo e das reformas necessárias para sua melhor inserção internacional.

Se ocupamos latitudes distintas no hemisfério, trata-se de um estímulo a mais para convergência cada vez maior de políticas e realizações.

Para isso devemos desfazer falácias e preconceitos. A geografia não é uma fatalidade

limitativa e paralisante a impor-nos associações excludentes.

Tampouco estamos fadados a uma competição estéril.

Juntos dispomos de um mercado de perto de 300 milhões de pessoas.

O tempo joga a favor da parceria Brasil-México.

Também o contato entre nossas culturas, tão diferentes e fortes, encerra enorme poder fertilizador para nossas gentes.

O gesto simbólico de José Vasconcelos, ao trazer para o Rio de Janeiro, em 1922, a estátua de Cuauhtémoc que lá se encontra – idêntica à que adorna o Paseo de la Reforma –, vai ganhando significado e realidade à medida que passa o tempo.

Olhando a cena contemporânea, Carlos Fuentes diz que não sabemos e nem devemos separar o presente do passado e tampouco do futuro.

Tanto melhor para nossos países, já que a história nos aproximou e o novo século comporta sonhos comuns.

Que aproveitemos a hora.

Peço a todos os presentes me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Fox, à sua esposa, Marta, e à amizade permanente entre o Brasil e o México.



DEBATE ABERTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU SOBRE A RENOVAÇÃO DO MANDATO DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA BÓSNIA-HERZEGOVINA

INTERVENÇÃO DO EMBAIXADOR GÉLSON FONSECA JR., REPRESENTANTE
PERMANENTE DO BRASIL, EM DEBATE ABERTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA
DA ONU SOBRE A RENOVAÇÃO DO MANDATO DA MISSÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS NA BÓSNIA-HERZEGOVINA. NOVA IORQUE, 10 DE JULHO DE 2002

Senhor Presidente,

Estamos cientes da difícil situação em que se encontra o Conselho de Segurança no dia de hoje. Mas é nossa opinião que essa situação decorre de um falso dilema. A manutenção da paz e segurança internacionais e a repressão de crimes hediondos cometidos contra a humanidade não são – e de nenhuma forma poderiam ser considerados como se fossem – dois objetivos conflitantes.

Pelo contrário, as operações de manutenção da paz e a criação do Tribunal Penal Internacional são dois pilares importantes para a realização dos propósitos das Nações Unidas, e é função da comunidade internacional assegurar que ambos instrumentos atuem de forma coerente e na mesma direção.

É precisamente essa a razão pela qual o Estatuto de Roma se apoia tão claramente num sólido e bem construído relacionamento entre o Conselho e o Tribunal.

Senhor Presidente,

É competência exclusiva de cada Estado a decisão soberana de incorporar-se, ou não, a um tratado internacional. O Brasil tomou sua inequívoca decisão com relação ao Tribunal

Penal Internacional e respeita plenamente as decisões de outros Estados com base em seus próprios interesses e percepções. Nós ficamos surpresos, no entanto, com a inusitada decisão de um país de “desassinar” um instrumento legal internacional que todos negociaram de boa fé.

O TPI é a culminação de um processo em nosso esforço coletivo no sentido de fazer com que os direitos humanos sejam observados e respeitados em todas as partes do mundo. Acreditamos que o TPI represente um novo e importante instrumento a serviço da humanidade e que sua existência contribuirá para tornar nosso mundo mais estável e as situações de conflito menos ameaçadoras para as pessoas inocentes.

É necessário, no entanto, reconhecer o fato de que opiniões divergentes com relação a esta questão podem surgir, devido às implicações políticas decorrentes da jurisdição do Tribunal e à luz das diferenças entre nossos sistemas legais e constitucionais.

Mas não pode haver dúvida de que compartilhamos a mesma e inflexível determinação de garantir que os horrores do

genocídio, dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra conforme definidos no Estatuto de Roma, fiquem sem punição nem se beneficiem de imunidades espúrias. Esta é a mensagem que todos os órgãos das Nações Unidas devem transmitir claramente.

Senhor Presidente,

O Brasil está entre os países que estão plenamente convencidos de que o Estatuto de Roma oferece todas as garantias necessárias contra possíveis abusos e uso indevido e manipulação política da jurisdição do Tribunal. Os Artigos 16 e 98.2 são apenas dois exemplos disso. E há muitos exemplos mais, a começar pela própria natureza complementar da jurisdição do Tribunal.

É difícil de acreditar que forças de paz mandatadas pelas Nações Unidas possam alguma vez vir a ser associadas à perpetração de crimes que recaiam na alçada do TPI. Isto nunca aconteceu, e muito provavelmente jamais acontecerá. E se viesse a ocorrer, seria absolutamente essencial que os perpetrantes fossem chamados a prestar contas à justiça como forma de preservar o mandato e a autoridade da missão de paz.

As Nações Unidas não podem intervir (nem autorizar intervenções militares) em situações específicas, para em seguida negar os valores mais caros que dão fundamento à Organização.

Não podemos aceitar, nem mesmo em teoria, a possibilidade de que a participação em missões de paz possa ser percebida como um salvo-conduto para os que eventualmente cometam crimes contra a humanidade.

Por essa razão é que temos grande dificuldade em entender os termos em que se dá a presente discussão sobre a renovação do mandato da UNMIBH.

Senhor Presidente,

O Brasil comparece hoje perante o Conselho para fazer um apelo a todos os seus membros para que não tomem decisões precipitadas que possam causar danos irreparáveis às operações de manutenção da paz, ao primado do direito internacional e à própria credibilidade do Conselho de Segurança.

Compreendemos que o Conselho se vê defronte a um problema genuíno, para o qual uma solução apropriada terá de ser encontrada. Não há solução fácil ou prontamente disponível para a questão, mas estamos certos de que ela estará ao alcance deste Conselho a seu devido tempo.

Senhor Presidente,

O Brasil opõe-se de maneira categórica a propostas ou iniciativas que visem a reinterpretar ou rever os termos do Estatuto de Roma, especialmente no que diz respeito ao Artigo 16, cujas disposições são aplicáveis apenas caso-a-caso e não foram concebidas como forma de diferir *ad eternum* o exercício da jurisdição do Tribunal.

Conforme expressou o Secretário-Geral das Nações Unidas em sua carta de 3 de julho ao Secretário de Estado Colin Powell, o Conselho de Segurança não deve tomar medidas que desrespeitem o direito dos tratados.

O Conselho de Segurança não pode alterar acordos internacionais devidamente negociados e livremente adotados por Estados-Partes. O Conselho não tem competência para negociar e rever tratados. O Conselho não pode criar novas obrigações para os Estados-Partes do Estatuto de Roma. O Estatuto é um acordo internacional que só pode ser emendado em conformidade com os procedimentos previstos em seus Artigos 121 e 122.

Senhor Presidente,

Permita-me retomar o argumento inicial. O Conselho de Segurança e o Tribunal Penal Internacional não são duas jurisdições conflitantes. Não podem representar ameaça recíproca à legítima competência de cada um, de acordo com a Carta das Nações Unidas e o Estatuto de Roma.

O Conselho de Segurança prestará enorme desserviço à sua própria autoridade e credibilidade caso venha a indevidamente invadir a competência e jurisdição do Tribunal. Qualquer decisão do Conselho que extrapole o seu mandato corre o risco de não ser aceita pelos Estados-Partes do Estatuto de Roma.

A questão que se coloca hoje é, sem dúvida, de grande complexidade e requererá mais tempo para ser resolvida de maneira apropriada.

O Brasil acredita que uma solução adequada poderá ser encontrada e encoraja o Conselho a seguir considerando alternativas com vistas a chegar-se a um resultado construtivo.

Uma solução de compromisso terá de ser encontrada para permitir a continuidade das operações de manutenção da paz e acomodar os interesses específicos individuais dos Estados. Permita-me, no entanto, salientar que uma solução de compromisso não pode ser alcançada a qualquer preço e não pode afetar a autonomia e autoridade do Tribunal.

O Brasil espera poder contribuir, em conjunto com o Conselho de Segurança, para uma solução que reafirme nossa dedicação coletiva à promoção da paz e segurança

internacionais e que preserve a integridade do Tribunal Penal Internacional.

Nesse ínterim, entendemos que a renovação dos mandatos de forças de paz não pode ficar como refém das percepções particulares de nenhum país, e que um *modus operandi* provisório deve ser estabelecido. Nesse contexto, qualquer país pode declinar de participar em missões de paz quando considere que suas tropas ficariam submetidas a riscos inaceitáveis; poder-se-ia também fazer pleno uso de acordos bilaterais conforme previsto no Artigo 98.2 do Estatuto de Roma.

No que diz respeito ao caso específico da UNMIBH, e dadas as atuais circunstâncias, favoreceríamos a antecipação dos prazos de transferência para a UE do programa de treinamento das forças policiais, cuja continuidade parece ser crucial para garantir a consolidação dos esforços da comunidade internacional na Bósnia-Herzegovina.

Cabe aos membros do Conselho de Segurança a responsabilidade de manter e promover uma ordem mundial estável. O Conselho tem a obrigação de fazer todos os esforços necessários para apoiar o direito internacional e torná-lo verdadeiramente universal. O Direito é a única fonte de legitimidade possível numa ordem mundial baseada na igualdade da justiça para todos. O estabelecimento de exceções desnecessárias e injustificáveis ao primado do direito nas relações internacionais seria a negação deste princípio e um perigoso retrocesso para a Organização.

Obrigado.



SOLENIDADE DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO DIPLOMATA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SOLENIDADE DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO DIPLOMATA (TEXTO-BASE / TRANSCRIÇÃO). BRASÍLIA, 12 DE JULHO DE 2002

Com muita satisfação, presido uma vez mais a cerimônia de formatura dos novos diplomatas.

Talvez por conta do gosto acadêmico, aprecio ritos como este, que é um rito de passagem, para os formandos e para a instituição.

O Itamaraty renova seus quadros e, com eles, a capacidade de continuar a executar uma política externa afinada com seu tempo.

Não faltam fontes de inspiração, a começar pelos nomes que os alunos do Instituto Rio Branco têm escolhido para Patrono.

Ítalo Zappa, João Cabral, Azevedo Rodrigues e, agora, Antonio Houaiss, para citar os mais recentes, tiveram em comum forte apreço pelo Brasil e suas coisas.

Foram todos diplomatas-cidadãos.

O arbítrio privou o Estado do concurso de Antonio Houaiss, mas não o impediu de continuar a servir ao Brasil naquilo que foi seu legado maior.

Houaiss era um trabalhador da palavra, como signo da linguagem e como instrumento de ação política.

Cuidou de normatizar o idioma e fez de sua promoção uma grande causa. Contribuiu para o projeto de unificação da língua portuguesa. Acreditava na lusofonia.

O fato é que Houaiss fez política externa durante e após sua passagem pelo Itamaraty,

convencido como sempre foi de que a diplomacia é patrimônio da coletividade e a ela deve servir.

Partilho sua crença.

Se uma preocupação me acompanhou ao longo dos dois mandatos, foi a de caracterizar a diplomacia como uma política pública.

Sei que essa convicção também é cara ao Ministro Celso Lafer, que cunhou a feliz definição do ofício como a missão de traduzir necessidades internas em possibilidades externas de modo a ampliar o controle da sociedade sobre seu destino.

É assim que operam as democracias.

É dessa maneira que a política externa brasileira tem sido realizada.

Já se foi o tempo das diplomacias de rótulos, das cosmovisões de gabinete, sem o cimento da legitimidade.

Falamos uma nova linguagem, que não é dada, mas construída, com a participação da sociedade.

Isto exigiu atualização de métodos e de práticas.

Não me refiro apenas às mudanças inerentes à consolidação da democracia, como o diálogo mais estreito com o Congresso Nacional e os órgãos de imprensa, que passaram a ocupar-se de maneira sistemática dos temas internacionais.

Penso também nas inovações por que tem passado a Casa de Rio Branco, que vão desde o reforço da articulação com Estados e Municípios até mecanismos de consulta à sociedade brasileira nas mais diversas áreas, de meio ambiente a direitos humanos, do Mercosul e da ALCA às tratativas na Organização Mundial do Comércio.

A sociedade adquiriu maior familiaridade com temas de interesse imediato para seu cotidiano, tamanha a confluência que se observa hoje entre o externo e o interno.

Os agentes de política externa podem melhor aquilatar a relevância de uma boa diplomacia para a competitividade de nossa economia e o avanço da cidadania.

Vejam a participação no Tribunal Penal Internacional, que ajudará a inibir a reedição de violações sistemáticas de direitos humanos.

Dentro de instantes assinarei a carta de ratificação do Estatuto do Tribunal, graças à diligência do Congresso Nacional em seu exame e aprovação.

Quero também saudar a adoção pelo Itamaraty de experiências inovadoras como a política de ação afirmativa do Instituto Rio Branco, que espero sirva de exemplo a instituições de ensino ao redor do país.

O certo é que a diplomacia brasileira está hoje melhor aparelhada a dialogar com o mundo segundo os reclamos domésticos, que refletem um ponto de vista cada dia mais matizado sobre a realidade internacional.

Ao longo de sua história, o Brasil não esteve isento de juízos antagônicos sobre qual deveria ser a melhor filiação externa para o país.

Sabemos que a República foi inaugurada em meio ao debate entre aqueles que zelavam por um apego continuado às raízes européias ou propriamente ibéricas, como Eduardo Prado, e aqueles que abraçavam um pan-americanismo fundado em relação privilegiada com os Estados Unidos, como Joaquim Nabuco.

Na verdade, a idéia de congregar o Brasil e os Estados Unidos em um “sistema americano” inspirado na vocação de liberdade, mobilidade social e prosperidade remonta aos anos que precederam a Independência.

O tema era recorrente nos contatos em Washington entre Thomas Jefferson e o abade Correa da Serra, Ministro Plenipotenciário do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, interessados como estavam ambos em manter à distância a Europa da Santa Aliança, motivação que resultaria na Doutrina Monroe.

A tensão entre iberismo e americanismo percorreria a história do país, informando a própria reflexão sobre o acesso do Brasil à modernidade.

Para a corrente talvez majoritária que reuniu de Sérgio Buarque de Holanda a Raymundo Faoro, o caminho estaria na superação do legado ibérico, associado a traços anti-democráticos como o personalismo e o patrimonialismo.

Outra foi a cartilha de nomes como Gilberto Freyre, que valorizou a mentalidade pragmática e culturalmente integradora do patriarcalismo ibérico.

Malgrado o brilho de nossos intérpretes, esse debate agora soa datado.

Não que tenhamos feito opção por qualquer dos dois campos, mas porque aprendemos a olhar nossas circunstâncias e reconhecê-las portadoras de um discurso tão universalista quanto o de nossos supostos modelos.

Entre os que se detêm a analisar o mundo de nossos dias, é comum o apreço a valores como a coexistência étnica, a tolerância religiosa, o hibridismo cultural e a propensão a matizar dogmas.

São valores que inibem fundamentalismos de qualquer sorte e podem concorrer para a emergência de um novo universalismo, que preserve diferenças, reforce a autonomia individual e coletiva, assegure o que Habermas chama de uma “sociedade comunicativa sem fronteiras”.

O Brasil está mais do que credenciado a exercer um papel importante no tempo que se anuncia.

Afinal de contas, temos no pluralismo um traço maior, o que também se aplica a nossos vizinhos.

Daí a impropriedade de se tentar impor a brasileiros, argentinos, peruanos e aos demais sul-americanos identidades unívocas, atemporais.

Nossas identidades são múltiplas ou nômades, como diria Sérgio Rouanet, atento à capacidade dos povos da região de relativizarem suas certezas e “assumirem incessantemente o ponto de vista do Outro”.

Nada mais contrário ao espírito regional do que exclusivismos ou parcerias privilegiadas.

Daí o equívoco, por exemplo, daqueles que tentam demonizar a ALCA e enaltecer a associação com a União Européia.

São negociações igualmente difíceis e complexas, merecendo de nossa parte, como desafio e promessa, a mesma atenção.

A expectativa é a de que os dois projetos possam aplainar o terreno para uma convivência mais simétrica da região com os principais pólos da economia mundial.

Não há razão para aceitarmos regras discriminatórias, de qualquer procedência, ou o ônus imposto pelo protecionismo norte-americano e europeu.

Tampouco cabe adotar o protecionismo alheio como parâmetro para a formulação de políticas domésticas.

Para os que reconhecem a importância do comércio exterior na geração de divisas, renda e emprego, é de todo infeliz a hipótese de retorno a fórmulas autárquicas, acompanhadas como foram de ineficiência, falta de competitividade e assédio aos fundos públicos.

Mas isto não quer dizer que daremos trégua à escalada protecionista nos países desenvolvidos.

Quando pertinente, o Brasil continuará a recorrer aos mecanismos de solução de controvérsia da OMC ou mesmo lançar mão dos instrumentos acatados por esse foro para a defesa da economia nacional.

Já que dispomos de competência negociadora, que se continue a investir nela, sem arroubos gratuitos, acomodando tensões, fazendo uso da moderação construtiva que tem desde sempre norteado a ação externa do Brasil.

Tenho dito que soberania é atributo que dispensa bravatas.

Basta exercê-la, como fiz em Québec, ao enunciar os objetivos que o Governo e a sociedade brasileira esperam ver alcançados por um acordo hemisférico.

A União Européia também está ciente das expectativas do Brasil e de seus parceiros no Mercosul.

Sentaremos à mesa nos dois foros com a confiança de que reivindicamos simplesmente aquilo que nos dispomos a conceder: o acesso a mercados.

A evolução dos fatos vai mostrar se norte-americanos e europeus estão em condições de garantir a reciprocidade necessária a que possamos inaugurar uma era de inaudita prosperidade para todos.

O Mercosul antecede e, estou seguro, sobreviverá às negociações hemisféricas e inter-regionais, qualquer que seja o desenlace.

A situação argentina deu alento às Cassandras, que muito vaticinam e pouco enxergam, talvez por não saberem colocar a realidade em perspectiva.

O Mercosul tem lastro histórico, cultural e político, que é imune à especulação.

Exibe também um extraordinário balanço de conquistas.

Desconheço outra concertação regional que tenha contribuído tanto em tão pouco tempo

para o adensamento dos vínculos entre as Partes e destas com o mundo.

As crises são inerentes a qualquer ajuste de vontades soberanas.

O importante é identificar o potencial de renovação que vem nelas embutido.

A evolução política da Argentina, por exemplo, favoreceu o processo de convergência macroeconômica, tornando menos distante o sonho da moeda única.

Observa-se um ânimo redobrado em aparar arestas no comércio intra-regional. O mesmo pode ser dito quanto à dinâmica de integração das cadeias produtivas.

Para não falar do consenso em relação à importância de uma maior institucionalização.

Também creio amadurecidas as condições para um acordo com a Comunidade Andina.

O Brasil assumirá em julho a presidência pro-tempore do Mercosul ciente de sua responsabilidade em fazer com que essas e outras frentes progridam a contento.

Não se trata apenas de assegurar a vitalidade de uma experiência de integração, por bem sucedida que seja, mas de resguardar os fundamentos de tudo que dela tem derivado.

Em breve os líderes do continente estarão reunidos em Guayaquil para dar seguimento ao projeto de criação de um espaço econômico sul-americano, que tem o Mercosul como fonte de inspiração.

Confio em que, com o apoio continuado do BID e a conjugação de recursos da Corporação Andina de Fomento e do FONPLATA, somados ao aporte de investidores europeus, avançaremos nas metas de integração física.

Também frutificou o empenho do Mercosul em transformar geografia em política.

A cláusula democrática já se incorporou à paisagem sul-americana e de todo o hemisfério, inibindo conspirações, alijando golpistas, afirmando o poder do voto.

Não há como minimizar a importância

desses desdobramentos, sobretudo, permito-me insistir, quando se tem a preocupação de situar a história em perspectiva.

O Brasil se orgulha de estar contribuindo para uma América do Sul mais livre e coesa.

Como também se orgulha de buscar uma interação madura e conseqüente com as demais regiões do mundo.

Estou convencido de que essas preocupações permanecerão em pauta.

Não por necessidade histórica.

Mas para que sejam atendidas as expectativas de uma nação que somente se reconhece plural e transitiva.

De uma nação que é amiga da paz exatamente por sua capacidade de aceitar o diferente.

Quando Chefe desta Casa e, depois, como Presidente, sempre fiz da cerimônia do Dia do Diplomata um momento de reflexão sobre os rumos da política externa.

Hoje, não quis trazer-lhes um balanço, nem recorrer à memória extremamente rica desse período.

Quis apenas deixar-lhes uma mensagem sobre os desafios certamente difíceis que o país continuará a ter pela frente.

A política externa é uma política de Estado.

Ela expressa a continuidade de nossos interesses.

E também expressa a situação democrática.

Daí os ajustes, adaptações e mudanças de ênfase que fizemos ao longo dos últimos anos.

Por isso faço minhas as palavras do Ministro Celso Lafer de que foi possível preservar, pela renovação, a “autoridade do Itamaraty”, instituição que os brasileiros muito prezam.

Os Presidentes e os Chanceleres passam.

Anação permanece, em toda sua diversidade.

E continuará evoluindo, dialogando com o mundo, servindo-se da competência e do patriotismo dos que fazem esta Casa, o que inclui os jovens diplomatas.

Parabéns aos formandos e muito obrigado.

**CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE AJUSTE COMPLEMENTAR NA
ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE CABO VERDE E
DE AJUSTES COMPLEMENTARES NAS ÁREAS DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL E AGRICULTURA ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU**

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE ASSINATURA
DE AJUSTE COMPLEMENTAR NA ÁREA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE CABO
VERDE E DE AJUSTES COMPLEMENTARES NAS ÁREAS DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL E AGRICULTURA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU, 21 DE JULHO DE 2002

É com grande prazer que participo, em nome do Governo brasileiro, ao lado de meus prezados amigos e colegas Manuel Inocêncio de Souza e Filomena Mascarenhas Tipote desta cerimônia de assinatura de Ajuste Complementar na área de formação profissional, com a República de Cabo Verde, e de Ajustes Complementares nas áreas de Formação Profissional e Agricultura, com a República de Guiné Bissau. A par de sua importância intrínseca, os atos ora firmados se revestem de grande simbolismo, por traduzirem, com dimensão histórica, os esforços de nossos Governos em buscar meios e instrumentos eficazes de aproximação crescente e adensamento constante de nossas agendas bilaterais.

Senhoras e Senhores,

A prioridade atribuída pela política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso à África de expressão portuguesa deriva de múltiplos fatores, dentre eles um passado, tradições e língua comuns. Mas não é somente isso. Inspiram-nos hoje, também, nossos anseios legítimos por uma ordem econômica mais equânime, por um sistema internacional mais democrático e, principalmente, por uma realidade de maior justiça social.

Há pouco mais de um ano, em 28 de maio de 2001, comemorou-se, no Itamaraty, o Dia da África. Naquela oportunidade, lembrei que a percepção da nossa agenda comum motivou o Brasil a buscar maior aproximação com a África, desde o nascimento dos

primeiros Estados soberanos do continente. O tom autônomo e expressivo da Política Externa Independente, nos anos 60, evoluiu posteriormente para a orientação pragmática da década de 70, consoante as prioridades nacionais em cada momento histórico. Os anos oitenta foram marcados pelas conhecidas dificuldades econômicas que atingiram os dois lados do Atlântico Sul, seguido da fase de incertezas e de adaptação que marcou a última década. Hoje, no momento em que a comunidade internacional já vislumbra o início de um processo promissor de recuperação do continente africano, podemos afirmar que, felizmente, já demos importantes passos no sentido de uma revalorização de nosso diálogo, conscientes que estamos, nós brasileiros, de nossas responsabilidades para com a África. A participação da academia, das organizações não-governamentais, de instituições públicas e privadas, do empresariado, do movimento negro, de parlamentares e de partidos políticos nos processos que permeiam a elaboração da própria política externa brasileira tem sido decisiva para encorajar o Governo a explorar novas possibilidades de projetos e parcerias.

Ao longo dos últimos anos, o Governo brasileiro tem intensificado os laços com os países africanos – e me refiro em especial aos língua oficial portuguesa -, sobretudo na área da cooperação técnica. Com esse espírito, numerosas missões foram realizadas a diferentes países africanos, nas mais variadas áreas do conhecimento, dentre elas as da educação, saúde, agricultura, meio ambiente e formação e capacitação profissional, num esforço que envolve, além do Ministério das Relações Exteriores e sua Agência de Cooperação Técnica, variadas instituições brasileiras de excelência. Temos buscado compartilhar com nossos irmãos de além

Atlântico e, agora, de Timor Leste as “melhores práticas” brasileiras. Nesse contexto, os programas de formação profissional contemplados nos Ajustes Complementares ora firmados com Cabo Verde e Guiné Bissau contaram com a já tradicional e valiosa parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Não posso, em mais esta oportunidade, deixar de ressaltar a eficiente contribuição prestada pelos dirigentes e pelo grupo técnico do SENAI, e de manifestar meu reconhecimento pelo excelente trabalho que a entidade vem realizando nesse setor crítico, que é a formação profissional. O SENAI, representado na presente cerimônia por seu Diretor-Geral do Departamento Nacional, José Manuel de Aguiar Martins, e seu Diretor-Regional de São Paulo, Luis Carlos de Souza Vieira, inscreve-se, hoje em dia, dentre as principais instituições de excelência do Brasil, e já ostenta um renomado inventário de pesquisas e atividades em áreas de especial importância sócio-econômica para nossas populações.

Senhoras e Senhores,

Os Ajustes Complementares ora firmados são o resultado de inúmeras missões técnicas, coordenadas pela ABC e integradas por representantes das instituições parceiras brasileiras. Em sintonia com os Governos locais, puderam ser adequadamente identificadas por nossos técnicos as áreas consideradas prioritárias em Cabo Verde e Guiné Bissau.

O Ajuste Complementar firmado com Cabo Verde na área de formação profissional prevê a prestação de assessoria técnica especializada para a estruturação e implantação do sistema nacional de formação profissional e a capacitação de quadros do Instituto de Emprego e Formação Profissional. O projeto

visa a promover a qualificação profissional de técnicos cabo-verdianos e o aumento da produtividade da mão-de-obra, além de aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados por esses profissionais.

O primeiro Ajuste Complementar assinado com a Guiné-Bissau tem por objetivo apoiar o esforço de recuperação econômica do país e impulsionar seu desenvolvimento social por meio da educação profissional. O projeto prevê a implantação de um “Centro de Formação Profissional e Promoção Social” em Bissau, concebido com uma visão holística, que leva, portanto, em conta as necessidades do cidadão com respeito à sua plena inserção na sociedade. Nesse contexto, além dos cursos de formação profissional, serão ministrados cursos de alfabetização, saúde, nutrição, esporte e educação ambiental. Numa primeira etapa, haverá cursos teóricos e práticos de construção civil e eletricidade predial, com aplicação imediata na recuperação da sede do futuro Centro, oferecido pelo Governo guineense. Numa segunda etapa, serão desenvolvidos cursos nas áreas de costura industrial, mecânica de manutenção de automóveis, informática, marcenaria, serralheria e refrigeração. O Centro já representa, por suas características singulares, uma terceira geração de projetos de formação profissional em execução nos países de expressão oficial portuguesa.

O segundo Ajuste Complementar firmado com a Guiné Bissau na área de agricultura dará respaldo jurídico às ações no âmbito do

“Projeto Cultivo de Arroz Irrigado”. O projeto tem relevante impacto sócio-econômico, tendo-se em conta os dados fornecidos pelo Governo guineense, de que 80% de sua população vivem na zona rural, de que a agropecuária é a atividade econômica básica no país, de que o setor responde por 50% do PIB, de que ocupa 82% da população ativa, constituindo, assim, a maior fonte de captação de divisas do país. O projeto deverá ter suas atividades iniciadas nos próximos meses e introduzirá técnicas de cultivo de arroz irrigado no país, possibilitando, conseqüentemente, aumento significativo da produtividade da rizicultura em Guiné Bissau.

Por fim, gostaria de aproveitar a presente cerimônia para reafirmar a todos os presentes o interesse e a disposição permanente do Brasil em dialogar com os nossos irmãos africanos sobre temas de interesse recíproco da atual agenda bilateral e regional e, em especial, das questões referentes à cooperação técnica. Nós brasileiros estamos convencidos de que somente um entendimento permanente, amplo e aprofundado poderá nos orientar com segurança em direção a um futuro mais próspero e equânime, em que a política, a economia e os valores sociais e ambientais não sejam tratados isoladamente, mas em que o aspecto humano seja colocado sempre em primeiro lugar. É este, aliás, o espírito mesmo da CPLP.

Muito obrigado.



ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA BRASIL-MÉXICO

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, POR OCASIÃO
DA ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA BRASIL-MÉXICO. BRASÍLIA, 24 DE JULHO DE 2002

Excelentíssimo Senhor, Embaixador
Ronaldo Mota Sardenberg,
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
Excelentíssimo Senhor Jaime Parada,
Diretor-Geral do Conselho Nacional de
Ciência e Tecnologia
Excelentíssima Senhora Alejandra García
Brahim,
Encarregada de Negócios, a.i.,
Representante da Secretaria de Relações
Exteriores do México
Senhoras e Senhores,

Tenho grande satisfação em recebê-los no
Itamaraty para esta cerimônia de assinatura
de acordo entre os Governos do México e do
Brasil no campo da cooperação científica e
tecnológica.

As relações entre o Brasil e o México
constituem elemento relevante no quadro
mais amplo da integração da América Latina,
ao qual o Governo brasileiro atribui grande
importância.

Em julho de 1974, os dois países
assinaram, em Brasília, um Acordo Básico de
Cooperação Científica e Técnica. Tal marco
jurídico ofereceu a primeira referência formal

para o lançamento da cooperação em áreas da
pesquisa científica e da cooperação técnica.
Propiciou um canal para o diálogo, em
bases mais estruturadas, entre as instituições
de desenvolvimento da ciência dos nossos
respectivos países. Do lado brasileiro,
tínhamos no CNPq a principal instituição
pública de fomento à pesquisa. Hoje o
Ministério da Ciência e Tecnologia consolidou,
sob uma política nacional unificada, coerente
e de longo prazo, o amplo sistema nacional
de desenvolvimento científico e tecnológico
do país.

A gestão do Ministro Sardenberg é
particularmente emblemática dos avanços
alcançados na administração dos recursos
financeiros, humanos e materiais em prol
da ciência no Brasil durante o governo do
Presidente Fernando Henrique Cardoso. Os
fundos setoriais, implementados pela atual
gestão do MCT, trazem perspectivas novas e
promissoras para os investimentos nacionais
em pesquisa e desenvolvimento, com
consequências extremamente positivas em
termos da atuação brasileira em programas de
cooperação internacional.

Transcorridos 28 anos da assinatura do Acordo básico, verifica-se ser ainda maior, hoje em dia, a importância da ciência e tecnologia para o desenvolvimento e para a promoção da competitividade. Assim, a premissa da cooperação deve evoluir no sentido de fomentar a participação do setor privado em parcerias com instituições públicas nos projetos bilaterais de pesquisa.

O viés acadêmico, característico do Acordo de 1974, e o seu foco voltado para a ciência básica, merecerão importante atualização no documento a ser assinado hoje, com vistas a estabelecer um novo modelo de cooperação, mais intenso e efetivo, voltado para a inovação e a geração de resultados de real aplicação econômica e valor comercial. Esses esforços vêm complementar o quadro mais abrangente de iniciativas importantes envolvendo o Brasil e o México, em prol do desenvolvimento econômico e social e da promoção da paz e prosperidade regionais.

Tenho a convicção de que o Acordo que hoje assinamos marcará o início de um mecanismo de cooperação mais denso e aperfeiçoado, elevando o patamar dos projetos de pesquisa conjuntos a níveis mais condizentes com as necessidades e interesses dos respectivos Governos, atores econômicos e demais segmentos das sociedades brasileira e mexicana, em benefício e proveito de ambos países.

II REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA II REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL. GUAYAQUIL, 26 DE JULHO DE 2002.

Senhor Gustavo Noboa, Presidente da República do Equador,
Meus companheiros, Chefes de Estado dos países da América do Sul,
Senhores Chanceleres,
Senhores Ministros,
Altas autoridades,
Senhor Vice-Presidente do Brasil,
Senhores parlamentares aqui presentes,
Embaixadores,
Senhoras e senhores,

Corresponde-me em nome dos Chefes de Estado dos países sul-americanos, que esta manhã estamos aqui no Equador, manifestar nosso agradecimento pelo convite e o reconhecimento pela liderança do querido amigo, o Presidente Gustavo Noboa, pela convocação deste encontro.

Eu não vou ler o discurso que trouxe, porque, ao escutar o Presidente Noboa, me deu uma sensação de muito prazer. Há muito tempo que alguns de nós seguimos as aventuras da construção de um espírito de solidariedade e de integração em nossa região. Esta manhã, ao escutá-lo, Presidente Noboa, eu pensava o que eu posso acrescentar, salvo um pouco de sotaque brasileiro ao espanhol.

A verdade é que há tal convergência entre nossos espíritos; a voz é uma só, não importa quem fale. Mas sim, quando alguém fala como fez o Presidente Noboa, com essa capacidade abrangente de por sobre a mesa todos os problemas com a inspiração e energia que o fez, a nós só cabe aplaudir o Presidente. Isto me alegra porque não foi sempre assim.

Não foi sempre assim e agora é cada vez mais fácil dar-nos conta de que, efetivamente, quando Bolívar e San Martín aqui se encontraram, há 180 anos, tinham um sonho que não era somente um sonho. Levavam em seus corações uma utopia que não era somente uma utopia, que tinha uma base na geografia, tinha uma base na história Ibérica, tinha base na mestiçagem desta história Ibérica nas serras da América, tinha base na vontade grandiosa de construir algo que fosse capaz de ir mais longe do que o instante presente. E chegamos a esse mais longe.

A verdade é que as mudanças ocorridas na mentalidade e na percepção dos problemas na nossa região foram notáveis. Foram notáveis e hoje em dia segue-se falando, mas se vai mais além do discurso. Estamos concretizando, efetivamente, uma integração

regional que tem um alcance histórico e não são meras palavras; não é retórica dizê-lo; é a verdade. E nos demos conta de que, quando há dificuldades, quando há obstáculos - e há tantos - não cabe a nós presidentes e líderes da região simplesmente chorar, senão que cabe a nós trabalhar e construir caminhos que possam servir de pontes entre o presente e o futuro. Foi o que fizemos.

Em verdade, quando fizemos a convocatória de Brasília, tínhamos claro já, e todos sabíamos, que haveria dificuldades imensas nas integrações comerciais. Buscamos então atalhos, que nos permitiram não perder de vista os objetivos e concentramos nosso esforço na criação das bases de integração física, de integração energética, da busca de marcos legais comuns para as relações internacionais, no terreno da comunicação, por exemplo, e o fizemos. E nos demos conta de que necessitávamos criar instrumentos novos para nossa ação. Temos, sempre tivemos - estou seguro que teremos no futuro - o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, mas acrescentamos a isso a Corporação Andina de Fomento, e criamos a possibilidade de uma junção da CAF com o Fonplata. E agora o Presidente Noboa disse com muita clareza que necessitamos de formas de financiamento que nos permitam ultrapassar as dificuldades que nos estão nos sufocando e essas instituições juntas e com o nosso apoio poderão ajudar-nos a seguir financiando o processo de integração. Estes são fatos concretos, não somente palavras, são realidades pelas quais estamos avançando. E assim fizemos em muitos outros terrenos, alguns, talvez menos palpáveis, mas quiçá mais importantes.

A democracia hoje é um valor vigente, é um valor nosso, não um valor transposto de outras culturas; é um valor nosso. E, por ser nosso, é

no nosso âmbito que atuamos para garanti-la. Aqui existem presidentes que são testemunhas do valor da ação coordenada da nossa região para dar manutenção à democracia. Nós o fizemos sem imposições, o fizemos sem ameaças, o fizemos com o puro espírito de solidariedade, e todos sentiram que era verdade o que falávamos que estaríamos juntos para defender a democracia de ingerências internas, golpistas, ou externas de estímulo a golpismos.

Agora, como disse o Presidente Noboa, desdobramos nossas preocupações democráticas com muita força na defesa dos direitos da pessoa, dos direitos humanos. Não aceitamos violações e sabemos das dificuldades. E o mínimo sentimento que nos une, com clareza é o sentimento que dedicamos ao povo irmão de Colômbia. O presidente Andrés Pastrana partirá em breve. O Presidente Uribe o substituirá. Pois os dois sabem e o povo da Colômbia sabe que somos solidários com seu povo, com seu governo, no combate ao narcotráfico, no combate a uma guerrilha que se perdeu por causa do narcotráfico, em apoio aos valores verdadeiros da democracia. E assim faremos, mas sabendo que a força motora desse processo é colombiana, deve ser colombiana, e seguirá sendo colombiana e não nos peçam ingerências, que não é de nosso estilo nem é o desejo do povo colombiano. É com esse espírito, com o espírito verdadeiramente sul-americano, latino-americano, que nos juntamos, mas nos juntamos em um mundo que se integra pelos processos de globalização econômica e financeira. Nos juntamos não para nos isolarmos deste mundo, mas para que possamos ter mais peso nas definições deste mundo. E neste ponto eu acho que se deve reconhecer que os avanços não foram grandes.

Eu me lembro de que, apenas começava o meu primeiro mandato como Presidente do Brasil, fui ao Chile e fiz uma visita à CEPAL.

E faz poucos dias, por razões acidentais tive que ler outra vez o discurso que fiz naquela ocasião. Não mudaria nada do que disse, mas, infelizmente, não mudaria porque o mundo não mudou na má direção. Naquele momento, eu ressaltava o que todos já sabíamos, que era necessário criar forças para compensar, no plano mundial, a integração financeira, a volatilidade dos mercados, a revolução tecnológica dos meios de comunicação, que tem efeito imediato sobre a volatilidade dos capitais. Havia que criar instituições mais fortes em nível mundial, que fossem cada vez mais democráticas e mais eficazes. Dizia o óbvio. Mas infelizmente, nem sempre o que é óbvio é suficiente para mudar o rumo da história.

Não houve avanços significativos no processo internacional da redefinição do que, em inglês, chamam de *Governance*, *International Governance*. Não foi mudado o modo como se governa o mundo. Assistimos à queda do Muro do Berlim, mas não assistimos à transformação das Nações Unidas em um instrumento de discussão dos grandes temas internacionais com eficácia. Discussão sim, mas à qual não se segue uma resolução e uma vontade política efetiva para que as mudanças possam ocorrer.

Quantos de nós, ao observar o que ocorria na Europa, imaginávamos um mundo multipolar, um mundo no qual fosse possível que os interesses das regiões, principalmente as mais pobres, como a África e grandes partes da Ásia e da América do Sul, pudessem ser ouvidos. Ao contrário, o que vimos foi a formação de um diretório mundial, chamado G7, que recentemente se transformou no G8, diretório que não tem mais sequer condições de se reunir abertamente, porque há uma certa desconfiança, nem sempre justa, mas há, de que não estão aí para se fazer algo que possa

ser significativo para o bem-estar dos povos. Pior, frequentemente tem-se a sensação de que esse grupo se junta para convalidar o que um só no poder decidiu. Esse não é um mundo democrático, esse não é um mundo para o qual nos preparamos durante tantas décadas, esse é um mundo de unilateralismo, e a linguagem do Presidente Nbooa foi uma linguagem de multilateralismo, foi linguagem da formação de blocos regionais abertos, como nós estamos fazendo. Não falamos apenas, fizemos.

Nós o fizemos no Mercosul, que se dispõe e insiste em associar-se a União Européia. e cada reunião que temos como ainda tivemos nesta semana, no Rio, saímos com a sensação de que querem ir tão devagar que não será para nossas gerações a tão desejada associação de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Posterga-se tanto, colocam-se tantas travas, há sempre em algum país alguma eleição e nessa eleição algum interesse particular, que impede que o interesse geral possa avançar. Não obstante, estamos insistindo, somos nós que queremos a integração, vamos ver o que vai suceder agora com a ALCA, a associação de livre comércio do hemisfério.

Até o momento os sinais que haviam sido emitido pelos governos mais importantes do norte não foram sinais de abertura, foram sinais de restrição. Tanto é assim que seguimos, em cada discurso, com a obrigação de protestar contra o protecionismo, como se este já não tivesse sido ultrapassado, porque não foi. Fala-se de integração e se pratica a exclusão; fala-se de integração mas se põe à margem os produtos que interessam efetivamente aos países em desenvolvimento; fala-se em integração, dando a sensação de que nós não a queremos quando somos nós os que mais queremos uma integração democrática e uma integração que efetivamente derrube as tarifas, mas todas e não somente aquelas que

interessam aos poderosos. Em consequência, nessa matéria, os progressos foram muito tímidos.

Eu dizia também - repito o óbvio - em Santiago do Chile, que algo deveria ser feito para impedir que os mercados financeiros fossem capazes de derrubar as economias, ainda quando sólidas. Nos haviam ensinado, e com razão, que os fundamentos econômicos de nossos países devem ser sãos, que devemos ser capazes de operar as variáveis macroeconômicas com responsabilidade, que os ajustes fiscais são necessários, que devemos produzir superávites primários, honrar os contratos, pagar as dívidas.

Levo 8 anos à frente de Brasil, além dos dois anos anteriores quando fui ministro de finanças. Não fiz outra coisa nesses 10 anos senão reconstruir o Estado brasileiro e honrar as palavras contratuais, e fazer o máximo esforço para, com ajustes, manter viva uma política social para que uma rede de proteção social existisse no meu país e, no entanto, parece ser que os mercados financeiros não entenderam o que parece ser fundamental que a macroeconomia seja sã. Agora começam a desconfiar de que, apesar de tudo, possivelmente no futuro não será assim. E fazem com que sua profecia se auto cumpra, porque começam a atuar por antecipação ao que ainda não sabem que acontecerá e com uma desconfiança básica de que certos setores da nossa sociedade pudessem de repente mudar tudo o que foi feito e imediatamente começar a atuar com irresponsabilidade. Mas por que atuaríamos com irresponsabilidade, se existe um sentimento na região que vai em outra direção?

No entanto, não existem mecanismos capazes de contrapor certas pressões que vêm dos mercados financeiros, que destroem em pouco tempo o que se levou anos para construir. Será esta a ordem internacional que desejamos? Será esta a ordem internacional que se quis em Bretton Woods? Estou certo que não. Mas falta neste momento liderança no mundo, para que o mundo se dê conta de que não pode seguir com a incerteza. Já não se trata mais do risco que se pode calcular; trata-se de incerteza. Eu sei sim, como todos sabemos, que o 11 de setembro introduziu um elemento muito grave, um elemento de incerteza, porque mesmo os mais poderosos não são capazes de limitar, de impedir ações criminais. Mas frente à incerteza não será melhor buscar consensos que levem à construção de uma ordem mais previsível, mecanismos que permitam enfrentar essas forças irracionais quer sejam do mercado, quer sejam da política, de forma democrática, por meio de uma convocatória, que seja uma convocatória real, como foi feito em São Francisco, há tanto tempo, para a reconstrução do mundo, com base na paz, na justiça, em um sentimento de igualdade entre as nações?

Falta e falta muito para que este espírito de Guayaquil seja um espírito que possa estar plantado na Europa ou nos Estados Unidos ou na Ásia. Que seja um espírito verdadeiro, e é por isso me alegrou escutar o Presidente Noboa, porque, de alguma maneira, presidentes, nós estamos na vanguarda do que deve ser esse sentimento de solidariedade entre os povos, não só aqui, mas no mundo. E falta no mundo quem comande na direção de um bom caminho. Não podemos continuar vivendo a cada dia com surpresas,

com incerteza, porque não se construíram as instituições. Nos ensinaram que a democracia requer instituições; aprendemos. Nós as temos; talvez não sejam perfeitas, mas temos instituições que possuem legitimidade porque os povos gostam da democracia. Não se pode dizer algo semelhante quando se observa o panorama internacional.

Há, portanto, muita responsabilidade nossa, mas não somente nossa. Para que nos próximos encontros internacionais nós não tenhamos que repetir o de sempre, podemos dizer: nós o fizemos. Terminei dizendo-lhes que, se ao iniciar afirmei que estava feliz, é porque aqui se pode dizer, nós o fizemos. Construímos em pouco tempo algo com o espírito sul-americano. Temos já o desenho dos eixos de integração, temos já os valores fundamentais da democracia, do mercado, do respeito à pessoa humana. Já temos as bases para que o sonho dos nossos maiores, de Bolívar e San Martín, seja realidade.

Muito me alegra acrescentar este sotaque brasileiro. O Brasil caminhou um pouco de costas para toda a saga Bolivariana ou de San Martín. O Brasil tem a particularidade, talvez um tanto irônica, de que a sua independência, o seu herói da independência era rei de Portugal, Príncipe de Portugal que vivia no Brasil, que proclamou a nossa independência, que voltou a Portugal, que lutou contra seu irmão e voltou a ser rei em Portugal. Foi Imperador no Brasil e rei em Portugal. O Brasil tem, por

consequência, um história um pouco diferente da história ibero-espanhola, tem uma história, eu diria, de conciliação, uma história que foi freqüentemente repudiada por muitos de nós, por ser demasiadamente conciliadora. Mas, não obstante, com tudo isso foi possível conservar uma região imensa, irmanada no mesmo sentimento e controlada por um mesmo estado. Pois bem, este ex-império tem muito prazer de dizer que há muito tempo não tem qualquer problema com nenhum de seus vizinhos, nem de fronteira e nem de nada, e que, se hoje está aqui junto com a América do Sul, está com este mesmo espírito - não de conciliação, porque não há em que conciliar-nos - mas de construção, de construção efetiva, de uma integração crescente, na qual o Mercosul, a Organização Andina podem realmente se juntar - e eu não vejo porque não. Desejamos que as instituições financeiras, renovadas, às quais fiz referência, possam financiar esse esforço comum e que nós, unidos, possamos talvez ter uma influência maior no nível internacional para, aí sim, fazer o que não foi feito: caminhar na direção de um mundo no qual a globalização não seja tão excludente, onde a solidariedade não seja somente uma palavra, onde a democracia não seja apenas um credo para pregar aos demais e onde o respeito ao interesse dos mais pobres se torne realmente o fundamento ético de nossa ação comum.

Muitíssimo obrigado.



CONDECORAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE, XANANA GUSMÃO, COM O GRANDE COLAR DA ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL.

PALAVRAS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE, XANANA GUSMÃO, COM O GRANDE COLAR DA ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL. BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2002

Sinto-me honrado, Presidente Xanana Gusmão, em recebê-lo no Palácio da Alvorada, com sua ilustre comitiva.

Vossa Excelência bem sabe do entusiasmo com que o Brasil recebeu sua eleição como Presidente da República Democrática do Timor Leste.

O voto popular fez justiça a uma trajetória de vida dedicada à luta pela liberdade e autodeterminação do povo timorense.

Quero expressar minha admiração pessoal pelo exemplo de equilíbrio, de liderança, de maturidade política que Vossa Excelência deu ao mundo ao longo do processo de transição.

O Brasil orgulha-se de ter colaborado, junto com outros países, para que o Timor se preparasse para assumir sua condição de nação livre e soberana.

Militares e policiais brasileiros, além de civis, estiveram presentes na força internacional de paz constituída em 1999 e, depois, na missão a cargo das Nações Unidas.

Apoiamos a realização do referendo que abriu caminho para a independência do Timor e, posteriormente, das eleições para a

Assembléia Constituinte e a Presidência da República.

Ressalto a contribuição prestada por membros do Congresso Nacional e do Poder Judiciário para o processo eleitoral no Timor Leste.

Também é motivo de muita satisfação para nós o fato de que um brasileiro, Sérgio Vieira de Melo, tenha estado à frente do bom trabalho desempenhado pela Administração Transitória das Nações Unidas.

Mas o fundamental foi o compromisso do povo timorense e de seus líderes com a paz e a democracia, que inspirou mentes e corações ao redor do mundo.

Já partilhei com Vossa Excelência a profunda impressão que me causou testemunhar de perto, em janeiro de 2001, a confiança dos timorenses em seu destino, para não falar da gratidão – minha e de Ruth – pela generosidade, pelo afeto e pelo calor humano com que fomos recebidos no Timor Leste.

Alegra-me que todos os projetos de cooperação discutidos durante minha visita a Dili estejam frutificando.

O Brasil está empenhado em continuar a colaborar nas áreas que o Governo de Vossa Excelência julgue importantes para o esforço de consolidação do novo Estado.

Acompanho com particular interesse a parceria em educação, saúde e agricultura.

Confio em que projetos como o Alfabetização Solidária e o Educação à Distância serão tão úteis no Timor como têm sido para os avanços obtidos no Brasil em matéria educacional.

Também vejo com otimismo a atuação em seu país da Pastoral da Criança, que, pela importância dos programas que desenvolve, é candidata ao Prêmio Nobel da Paz.

Quero singularizar, ainda, a instalação pela Agência Brasileira de Cooperação, em parceria com o SENAI, de um instituto voltado à formação de recursos humanos.

As possibilidades são imensas para o adensamento de relações, inclusive na área política.

O ingresso do Timor na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é um primeiro passo, e dos mais significativos, pois nos remete a uma herança histórica e cultural comum.

Tudo nos credencia a um futuro muito fértil de colaboração.

Caro Presidente e amigo,

Vossa Excelência personifica a luta heróica de um povo que soube conquistar a liberdade.

Foi o líder da resistência timorense. Conheceu o cárcere, enfrentou sacrifícios e opressões.

Mas nunca perdeu a coragem e a dignidade que são próprias dos grandes líderes.

Hoje, Vossa Excelência é o Chefe de Estado de um país engajado no esforço de construção nacional.

Encarna as esperanças de seu povo por um destino de estabilidade, progresso e bem-estar.

E, mais do que isso, Vossa Excelência transformou-se em símbolo dos valores mais caros à comunidade internacional – paz, democracia, justiça, respeito aos direitos humanos.

Conte sempre com o Brasil, Presidente Xanana Gusmão, como um parceiro amigo e solidário.

Em nós encontrará sempre a mesma amizade e a mesma solidariedade que nos colocaram ao lado do povo timorense desde as horas mais difíceis.

Por tudo isso, o Governo brasileiro decidiu condecorar Vossa Excelência – por ocasião desta primeira visita que nos faz na condição de Presidente do Timor Leste – com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

É com muito prazer que lhe faço entrega agora desta distinção.

Ela traduz toda nossa estima pelo povo timorense, nosso mais alto apreço por Vossa Excelência e, ainda, a confiança que depositamos no futuro das relações entre o Brasil e a República Democrática do Timor Leste.

IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA SESSÃO INAUGURAL DA IV CONFERÊNCIA
DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2002

Excelentíssimos Senhores Chefes de
Estado e Chefes de Governo, que me dão a
honra da companhia,
Excelentíssimo Senhor Presidente do
Supremo Tribunal Federal,
Ministros,
Parlamentares,
Autoridades presentes,
Senhoras e senhores,

Em nome do povo e do Governo
brasileiros, estendo a mais fraterna acolhida
aos dignitários aqui presentes, bem como às
suas delegações.

O Brasil se orgulha de hospedar esta
Conferência de Chefes de Estado e de
Governo da Comunidade dos Países de Língua
Portuguesa. É um encontro que faz História,
porque ele assinala o ingresso, na nossa
Comunidade da querida nação timorense.
Seja muito bem-vindo, Presidente Xanana
Gusmão.

O resultado das eleições na República
Democrática do Timor Leste fez justiça a
seu líder maior, que agora nos concede o
privilegio de celebrarmos juntos a conclusão
de uma epopéia que tanto significou e tanto
dignificou a História do mundo lusófono.

Quero expressar, também, o meu
reconhecimento e o reconhecimento do Brasil
ao Presidente Joaquim Chissano por sua
valiosa gestão à frente da Comunidade.

Vossa Excelência, Presidente Chissano,
permitiu à CPLP usufruir da visão de estadista
e da capacidade de liderança que o fazem
merecedor da estima e admiração do povo
moçambicano e, se me permite, de todos nós,
que acompanhamos sua trajetória, Presidente.

Desejo, também, saudar a Embaixadora
Dulce Pereira pelo dinamismo e determinação
com que exerceu seu mandato como Secretária-
Executiva da CPLP. E tenho certeza de que,
com esse mesmo dinamismo, me ajudará
muito, nesta fase final de Governo, em que
precisamos de energias jovens e brilhantes,
como a da Embaixadora Dulce Pereira.

Teremos a oportunidade de discutir uma
extensa agenda de temas e projetos. Mas
quero antecipar, desde logo, a convicção
do Governo brasileiro de que, de alguma
maneira, se posso assim significar, a CPLP
alcançou sua maturidade. No curto espaço de
seis anos, tornou-se espaço privilegiado de
concertação política e de cooperação para o
desenvolvimento.

Se a História nos aproxima, também nos impulsiona a um reforço continuado de nossa presença internacional. A começar pelo objetivo de difusão da língua portuguesa, como dizia Antônio Houaiss, uma língua de cultura. Houaiss, que era advogado da nossa unificação ortográfica que a tantos nos entusiasma e nos faz, pelo menos a nós, brasileiros, sentir-nos escrevendo errado, quando lemos o português tão belo de Portugal. Mais do que um acervo lingüístico, o idioma traz consigo um estilo próprio de compreender e de interagir com o mundo.

Muito já se disse da plasticidade dos povos lusófonos, avessos como somos a dogmatismos.

Que saibamos continuar a concorrer para a promoção dos valores do pluralismo, da tolerância, os alicerces da paz. É sob o lema da paz e do desenvolvimento que se reúnem aqui, hoje, os líderes da CPLP. São ideais que nos animam desde sempre.

Podemos dizer que, hoje, a paz se consolida em todo o espaço geográfico da Comunidade. Agora nada mais nos impede de concentrar esforços na causa do desenvolvimento.

Dez anos após a Conferência do Rio sobre o Meio Ambiente, o desenvolvimento sustentável é um conceito consagrado, mas ainda de eficácia relativa, por conta da omissão de países mais afluentes. Esperamos que a Cúpula Mundial de Joanesburgo permita avanços decisivos na direção de uma globalização mais justa e mais solidária.

O mundo tem sofrido as conseqüências de crises e turbulências geradas pela especulação.

Quero fazer, pois, um chamado à razão e à sensatez. Os povos e as nações valem mais do que os mercados. Sem povo e sem nação, não existe mercado.

Todos reconhecem os fundamentos sólidos de uma economia, por exemplo, como a brasileira, e nada abalará a nossa confiança nos rumos traçados. Vamos continuar a lutar contra

a volatilidade dos fluxos de capital. É mais do que hora de se pensar em uma nova arquitetura financeira e em uma regulamentação mais equitativa das trocas internacionais.

Vamos continuar a combater o protecionismo e toda sorte de barreiras impostas aos produtos de exportação do mundo em desenvolvimento.

Trabalhem para que a questão agrícola receba a prioridade devida nas tratativas da Organização Mundial do Comércio. E não há por que postergar a ampliação do intercâmbio entre nossos países.

Ainda recentemente, há poucos dias, em Guayaquil, no Equador, numa reunião de Chefes de Estado da América do Sul, eu insistia em que, quem sabe agora, momento em que mundo, de alguma maneira, aceitou - e não teve alternativa - uma agenda muito mais restrita do que a agenda anterior, muito mais voltada para as questões de segurança, em função do 11 de Setembro, quem sabe agora os países como os nossos que, por sorte, não são perscrutados pelo radar daqueles que ficam mirando as questões de segurança sob a ótica do terrorismo, quem sabe possamos nós ter, nós próprios, a decisão, a calma e a coragem de enfrentar, por nossa conta, os nossos problemas.

Quando se vê o mundo tão conturbado, mas tão concentrado em assuntos que são de imensa relevância mas que, seguramente, não afetam as questões mais candentes dos nossos países, que são a pobreza e a necessidade do desenvolvimento, a necessidade de acessos a mercados e a necessidade de absorvermos e de criarmos formas novas e tecnologias de conhecimento, quem sabe possamos, com mais energia ainda, concentrarmo-nos sobre as nossas próprias forças e os nossos problemas e possamos avançar.

Devemos insistir nas possibilidades de cooperação de toda natureza, a partir dos projetos de infra-estrutura.

Para não falar de áreas de interesse imediato para o bem-estar de nossos povos, como educação e saúde pública.

O Brasil mantém o propósito de continuar a colocar sua experiência na prevenção da AIDS à disposição dos países amigos da CPLP.

Conquistamos uma grande vitória na questão das patentes, com o reconhecimento de que o regime de propriedade intelectual não pode e não deve opor-se ao direito à vida. Nada, portanto, nos inibirá de trabalhar em conjunto para o atendimento às vítimas dessa enfermidade que tanto dano nos tem causado, não só, mas em especial à África.

Temos em profusão o espírito de partilha, a vontade de caminhar de mãos dadas na busca de objetivos comuns. Não é por outra razão que a Comunidade já ostenta um histórico de realizações.

E também já conta com um panteão de personalidades que se notabilizaram pela defesa da confraternização lusófona, como o Embaixador José Aparecido de Oliveira, que hoje nos honra com sua presença.

Temos muito a celebrar, e bem mais a construir.

E quero lembrar também que, nesses anos de construção, nunca faltou a palavra de entusiasmo, de fraternidade e a experiência dos Presidentes de Portugal, Presidente Jorge Sampaio, nosso querido amigo. E a palavra do Presidente Mário Soares, quando foi necessária. Temos, portanto, aqueles que nos inspiram.

Espero que agora esse ambiente de Brasília, que é uma cidade pioneira, que nasceu sob o signo do progresso, da modernidade, sirva de inspiração a todos nós. Brasília que, nesse momento, comemora o centenário do nascimento do seu grande inspirador que foi Juscelino Kubitschek e que se sente, toda

ela, feliz de ter vindo a lume num momento em que o Brasil reafirmava sua confiança no progresso e no futuro. Brasília que é fruto do talento de dois gênios: Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Niemeyer, ainda vivo entre nós, ainda ativo, ainda capaz de conceber novas obras aqui e em outras partes.

Brasília, portanto, que, de alguma maneira, é uma expressão do que foi capaz de criar a civilização lusófona, que nos veio de Portugal, que foi retemperada pelos autóctones e que teve uma imensa contribuição da África. E, quem sabe, ao verem essa cidade branca, que é Brasília, percebam que a alma dela é mestiça. Quem sabe ao ver essa cidade que tem uma certa aparência barroca, percebam que a alma dela tem, também, algo do equilíbrio clássico.

Ao ver as colunas dos palácios, sobretudo do Alvorada, hão de se lembrar das famosas colunas coríntias, dóricas ou jônicas da Grécia, que foram as únicas que ficaram perpetuadas pelas civilizações afora. Que agora elas, esses pilares da civilização ocidental cristã, se juntem às colunas do Niemeyer que são, também, o símbolo dessa mistura formidável que foi esse mundo criado pelo encontro de civilizações, sempre matizado pelo espírito de tolerância portuguesa, pelo pragmatismo de Portugal, pelo espírito de luta dos nossos povos, pela nossa capacidade de sonhar e pela nossa firme determinação de, a despeito de todas as dificuldades, continuarmos caminhando e confiando uns nos outros.

É com essas palavras que desejo saudá-los inicialmente. Tenham a certeza que aqui, neste Palácio Itamaraty, nesta Brasília de todos os brasileiros, vão se sentir também como parte deste país que é africano e é europeu, porque é um país feito por todos nós.

Muito obrigado.



ASSUNÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA ASSUNÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CONFERÊNCIA
DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2002

Senhores Presidentes,
Senhoras e senhores,

Pelo roteiro que me corresponde seguir, para castigar seus ouvidos e para ver se as minhas cordas vocais voltam a melhorar um pouco, cabe a mim falar outra vez.

Eu peço desculpas por esse abuso de palavras, mas cabe a quem assume a Presidência pró-tempore da CPLP fazer não apenas um agradecimento, mas um registro pessoal.

Tive o privilégio de acompanhar a trajetória da nossa Comunidade desde o início. Ainda como Chanceler, no Governo do Presidente Itamar Franco, segui de perto a viagem do Embaixador José Aparecido de Oliveira à África lusófona com o propósito de angariar apoio à criação dessa Comunidade.

Isto foi em 1993. Três anos depois, já como Presidente, coube-me participar da histórica Conferência de Lisboa. E foi lá, em Lisboa, que nós, realmente, constituímos a CPLP. Desde então a Comunidade tem sido um tema fundamental da nossa política externa brasileira. Essa orientação tem sido adotada e tem tido o apoio dos Ministros que dirigiram essa Casa, do Embaixador Luiz Felipe

Lampreia, anteriormente, e, agora, do Ministro Celso Lafer.

Recordo esses pequenos antecedentes para ressaltar o quanto me apraz ser conduzido, por conta do cargo que ocupo, como Presidente do Brasil, à Presidência pró-tempore dessa organização. Talvez, aqui, seja, também, uma outra forma compensatória. Falo, de novo, para treinar as cordas vocais e assumo mais uma Presidência, porque daqui a pouco vou embora da que tenho no Brasil. Nesse momento, acumulo três: a do Brasil, por eleição do povo; a da CPLP, por gentileza dos meus companheiros, e por rodízio; e a do Mercosul. É muita Presidência “para um pobre Marquês”...

Mas, posso dizer que sei da responsabilidade imensa dessas funções, sobretudo depois da gestão do meu antecessor imediato, Presidente Joaquim Chissano, que abriu, efetivamente, caminhos novos para a nossa Comunidade. E farei o maior dos meus esforços para contribuir para que possamos avançar nos ideais da CPLP

E, também, outro não é o mandato que foi confiado ao Governo pela sociedade brasileira, que é identificada com os fundamentos e com alcance dessa Organização.

Na verdade, nós, aqui, no Brasil, nunca exercemos nossa presença na CPLP, como se tivéssemos o monopólio da definição do que deva ser a Comunidade ou da implementação do nosso relacionamento dentro dela. Nós sempre fizemos com que a CPLP fosse parte da agenda da nossa própria sociedade. Faz parte da agenda nacional do Brasil.

E não pode ser de outra forma, pelas razões que já disse anteriormente, pela presença tão marcante do mundo ibérico e do mundo africano na nossa formação.

Na Conferência em Maputo eu disse e, agora, quero reafirmar que, ao fortalecer nossos vínculos com a África, na verdade, estamos nos reconciliando conosco mesmos. A nossa sociedade brasileira abraçou a CPLP, porque ela partilha e participa dos anseios e dos desafios dos povos lusófonos. A começar pelo nosso imenso interesse em promover um idioma de imensa, extraordinária riqueza e expressividade.

Basta prestar atenção a projetos que espero que tenhamos a oportunidade de algo ver dele, que está sendo feito lá em São Paulo, num prédio de uma antiga estrada-de-ferro, São Paulo Railroad, que se chama Estação da Luz, e que hoje está a cargo da Fundação Roberto Marinho, pelo menos parte desse prédio, para transformá-lo numa espécie de “catedral” em homenagem ao idioma português. Nós vamos colocar a tecnologia de ponta colocada a serviço da difusão das diferentes variações da língua portuguesa.

Também se sabe que as Universidades brasileiras, muitas delas, estão empenhadas na preparação de cursos destinados à formação de professores nas comunidades multilíngues da CPLP. E nós sabemos, também, que a nossa imprensa tem um interesse crescente na diversidade do mundo lusófono.

Também as organizações não-governamentais estão empenhadas na mobilização, aqui no Brasil, pro lá da Comunidade. Basta salientar alguns poucos exemplos:

- o trabalho educacional desenvolvido, em Moçambique e em São Tomé, pela entidade que se chama Missão Criança;
- o esforço de proteção, através da Pastoral da Criança que, aliás, é candidata ao Prêmio Nobel da Paz, na proteção da saúde infantil, a ser conduzida em vários países da Comunidade;
- e, ainda, a experiência bem sucedida do Programa chamado Alfabetização Solidária no Timor Leste e em São Tomé e Príncipe e do Universidade Solidária em Moçambique.

Vê-se, portanto que, efetivamente, há muitas organizações e muitas iniciativas. E, se alguma coisa ficou marcada na minha alma, na minha memória, foi na visita que fiz ao Timor, a Díli, nos momentos que precederam à formalização do novo Estado, ver as escolas, lá em Díli, de professores brasileiros, professores portugueses, ensinando as crianças e buscando a adaptação de métodos que usamos aqui, para difundir o português. Às vezes, tendo que, primeiro, fazer um método na língua local, para que fosse possível, depois, passá-lo para o português e para que houvesse uma maior compreensão das crianças timorenses.

Todos nós que lá estivemos, temos muito presente na nossa memória o significado da língua, quando ela se transforma em cimento da unidade nacional, quando ela é uma expressão de identidade insubstituível e quando se sente que países tão longínquos, do ponto de vista geográfico, estão tão perto, do ponto de vista emotivo e do ponto de vista lingüístico,

realmente se percebe a importância de, através da CPLP, nós podermos desenvolver iniciativas dessa natureza.

Mas não é só isso, não é só no âmbito cultural. Também no empresariado cresce o interesse de investimentos em mercados na área lusófona. E, naturalmente, quanto mais estreito o relacionamento entre os nossos setores produtivos, maior será também a possibilidade de empreendimentos conjuntos.

E iniciativas como a de Lisboa, do Fórum Empresarial da CPLP, são iniciativas que ajudam muito na formação desse espírito comunitário.

Se os atores sociais estão respondendo ao desafio de uma maior integração dos países lusófonos, também devo dizer que há uma participação ativa dos Estados. No caso do nosso Brasil, do nosso Estado, essa participação não se limita ao Executivo. Sei que há uma intensa participação de Ministros de Estado brasileiros, da Cultura, da Educação, aqui presentes, outros mais, Ciência e Tecnologia. Mas é preciso dizer que também os nossos Tribunais Superiores têm uma ação direta de participação nesse mundo. Aqui estão os Presidentes do Supremo Tribunal Federal e

do Superior Tribunal de Justiça, prova viva do interesse que a comunidade desperta pelos nossos corpos jurídicos.

E não posso deixar de fazer uma referência muito especial ao Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados criou um fórum específico para acompanhar o andamento da CPLP. E se esse fórum tiver o mesmo zelo que os fóruns do Congresso têm, para acompanhar os Ministérios, pobres de nós: vamos ter que estar respondendo perguntas a cada instante a respeito da evolução da CPLP. E seria muito bom que assim fosse.

Meus caros amigos, Presidentes, Primeiros-Ministros, Chanceleres, Delegados, este breve apanhado é, simplesmente, para indicar que o Brasil como um todo, e não só o seu Presidente ou seus diplomatas, é fiador do exercício que vou levar adiante como Presidente da Comunidade.

Não serei mais do que um instrumento da adesão verdadeiramente nacional aos destinos da Organização.

Até o final do ano estarei nesta Presidência, mas, pela vida afora, continuarei um devoto da CPLP.

Muito obrigado.



ADMISSÃO DO TIMOR LESTE COMO MEMBRO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ADMISSÃO DO TIMOR LESTE COMO MEMBRO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2002

Dessa vez, de maneira formal, quero saudar o ingresso formal, como Presidente do Brasil, da República Democrática do Timor Leste na nossa Comunidade.

Não precisarei repetir o que os meus colegas Presidentes já disseram e a Embaixadora Dulce Pereira. Queria apenas reiterar que, quando mencionei o fato de que o compromisso do Brasil com Timor não foi apenas diplomático, citei uma série de ações e uma série de organizações que se empenharam nessa direção. E dizer a Vossa Excelência, Presidente – Vossa Excelência sabe melhor que eu – que os soldados brasileiros, os militares brasileiros estiveram em Timor Leste, a seu chamado. E se mencionei o fato, a emoção, ao sentir brasileiros e brasileiras ensinando com métodos novos a língua brasileira em Timor, não foi menor a minha emoção ao ver o carinho que os nossos oficiais e soldados dedicavam ao Timor, em especial ao seu então ainda não Presidente, mas seu líder inconteste. E quando da sua visita aqui, ao Brasil, o modo como foi recebido por aqueles que lá estiveram, a intimidade com que se tratavam, o fato de – e digo isso aqui pensando no

Presidente Chissano – terem jogado futebol juntos, mostra que o Xanana Gusmão é craque mesmo.

É verdade que lá não estavam, naquele momento, os pentacampeões, mas era gente da mesma gente. E eles jogavam futebol com nossos soldados, com nossos oficiais, irmanados num espírito que vai muito além do formalismo e que era a expressão, realmente, de uma missão que se cumpria. Por isso mesmo está aqui, hoje, o Ministro da Defesa presente. Está presente o representante do Superior Tribunal Militar, porque a participação das nossas Forças Armadas foi uma participação de coração. Não é fácil e não é simples dizer isso: participação de coração de Forças Armadas num movimento de Independência. Mas foi o que aconteceu.

Quero, também, ressaltar - me permitam abusar da palavra – mais um fato, e que nos deixa felizes a nós, brasileiros, membros desta Comunidade. É que o trabalho que precedeu sua eleição foi conduzido pela administração transitória das Nações Unidas. E o coordenar dessa missão era um brasileiro: Sérgio Vieira de Melo. Quero registrar este fato e esse

nome. Mas se tudo isso nos envaidece, como brasileiros, o que nos envaidece, a nós todos aqui, como membros desta Comunidade, é que, dentro de pouco tempo, as Nações Unidas estarão acolhendo o Timor Leste como Estado-Membro. Mas Vossa Excelência, Presidente Xanana, já se deslocará para Nova York como líder de um país que goza da condição de membro pleno da CPLP.

A seqüência em que esses dois ritos vão se dar nos envaidece, porque é como se o Timor Leste se apresentasse à comunidade internacional, já sob as bênçãos dos povos que partilham desta vocação lusófona.

E nós agradecemos essa sua decisão de, primeiro, se tornar membro da CPLP para, em seguida, já nessa condição, juntar-se à família maior mostrando que as identidades prevalecem, ainda quando o espírito universalista seja aquele que deva conduzir a Humanidade.

Termino dizendo apenas, naturalmente, juntando minha voz à daqueles todos que se manifestaram a favor do seu ingresso: que o Timor é fruto do que de melhor existe na lusitanidade: o apreço pelos valores – como já disse o Primeiro-Ministro – da liberdade, da justiça, da paz e do universalismo.

Seja bem-vindo à Comunidade e muito obrigado, Presidente.

**CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO CAMÕES À ESCRITORA
MARIA VELHO DA COSTA, POR OCASIÃO DA IV CONFERÊNCIA
DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO CAMÕES À
ESCRITORA MARIA VELHO DA COSTA, POR OCASIÃO DA IV CONFERÊNCIA
DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 31 DE JULHO DE 2002

Os aplausos, tão calorosos, e as expressões de todos os senhores Chefes de Estado e de Governo dispensam maiores formalismos.

A partir de agora consideramos Timor Leste como parte da CPLP, como Presidente eu o declaro.

Agora se me permitem os Senhores Presidentes, os senhores presentes, houve uma decisão do Conselho de Ministros da CPLP, de que nós incluíssemos a outorga do Prêmio Camões do ano 2002, do conjunto da nossa agenda da CPLP, neste encontro de Brasília. Este é um Prêmio muito importante, muito significativo, que foi criado em 1988 por uma iniciativa conjunta do Brasil e de Portugal.

Acredito que nada mais significativo do que o fato de termos, agora, ampliado o júri do Prêmio Camões, incorporando a ele os laureados de língua portuguesa, expressão portuguesa, dos demais países da nossa Comunidade, não só brasileiros e portugueses. Fazem, todos eles, parte desse júri.

Esse Prêmio tem tido um destaque muito grande. É um Prêmio que está à altura dos mais altos galardões que são conferidos, em matéria de cultura e de literatura. E, este ano, temos a imensa satisfação de entregar o Prêmio Camões à escritora Maria Velho da Costa, que aqui está.

Antes de pedir que o Presidente Jorge Sampaio passe, ele próprio, às suas mãos, senhora escritora, o Prêmio, queria dizer, também, que nós todos sabemos o significado do Prêmio Camões para a valorização da língua portuguesa e para a afirmação cultural do mundo lusófono. Na verdade, mencionei 88, mas o Prêmio vem sendo concedido, regularmente, há mais de dez anos. E ele é um Prêmio que passou a ser patrimônio de toda a Comunidade.

Entendo que as futuras Conferências manterão a sistemática de outorgar o Prêmio durante seus trabalhos. E eu não hesito em dizer que esse Prêmio tem, para nós, o

significado que para outras culturas têm o Prêmio Cervantes ou o Prêmio Goncourt. As pessoas às quais tem sido outorgado esse Prêmio – e agora Maria Velho da Costa se junta a essas pessoas – são todas de imenso mérito literário, da estatura de José Saramago, de Jorge Amado, de Antônio Cândido, de Pepetela, que é o Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, nosso companheiro de Angola. São pessoas que, realmente, têm um destaque extraordinário. Basta recordar os nomes que têm sido homenageados para confirmar a densidade e a relevância dessa feliz iniciativa.

Agora, Maria Velho produz, por assim dizer, uma obra merecedora disso, porque é uma obra transitiva, que não se refugia no paroquialismo, mas busca a perspectiva do outro e valoriza as trocas culturais. Portanto nada mais apropriado que dar o Prêmio a quem faz eco, com refinamento, ao pendor universalista que tanto caracteriza a experiência dos nossos povos.

Não poderia deixar de mencionar a sensibilidade social da escritora e, sobretudo, sua condição feminina, o modo como trata a condição feminina, e as obras como “Novas Cartas Portuguesas” ou a peça “Madame”, onde coloca em cena – e isso nos apraz muito – personagens que são de Eça de Queirós, mas são também de Machado de Assis.

As literaturas nacionais, portanto, são integradas no mesmo universo, e isso ajuda a expressão literária em língua portuguesa a promover essa expressão com o próprio idioma.

Quero, portanto, que a escritora receba nosso vivo reconhecimento por sua obra e pela contribuição que traz ao prestígio que, sabemos, é crescente, da língua portuguesa.

Passo a dizer e a UNESCO lembra sempre isso de que – já foi mencionado o fato aqui – a nossa língua hoje é falada por mais de 200 milhões de pessoas, em todos os continentes. Não são muitas as que são faladas em todos os continentes. E, às vezes, quando não faladas deixaram lá suas marcas.

Ontem, recebi o Embaixador de Sri Lanka, antigo Ceilão. E me disse várias palavras na língua dele, que não sei nem dizer como se chama. Entre elas dizia: sapato, camisa, casamento. Tudo isso é singalês, tudo isso é português. Acho admirável o fato de esse idioma, nascido de um punhado de pessoas da Europa, ter semeado tanta cultura pelo mundo afora. Cultura que, muitas vezes, foi depois abafada por outras, como o caso que conto aqui, mas que em muitas outras, como no caso do Timor e como no caso dos países nossos, ao contrário, está cada vez mais florescente.

Acho que essa tradição nossa, esse português recebe, na verdade, a condição de ser uma língua perene exatamente porque conta com artistas do talento e da largueza de visão da Maria Velho da Costa.

Eu a parabeno e peço que o Presidente Jorge Sampaio faça a entrega do Prêmio, em nome de todos nós.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO EMBAIXADOR JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS,
AO ASSUMIR O CARGO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)**

DISCURSO DO EMBAIXADOR JOÃO AUGUSTO DE MÉDICIS, AO ASSUMIR
O CARGO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). BRASÍLIA, 01 DE AGOSTO DE 2002

Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo da CPLP,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros da CPLP,
Senhores Embaixadores,
Demais autoridades e membros das delegações,
Senhoras e Senhores,

Assumo hoje a Secretaria Executiva da CPLP, com consciência dos desafios que se apresentam a mim e à própria Comunidade, e com o compromisso – que é também de todos os Estados membros – de um redobrado empenho para sua maior consolidação.

Agradeço a confiança em mim depositada pelos Estados membros ao eleger-me e, em particular, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro Celso Lafer pela indicação que fizeram de meu nome a esta Conferência.

Quero, desde logo, ressaltar a importância do trabalho desenvolvido à frente da Secretaria Executiva por meus dois ilustres antecessores: o Dr. Marcolino Moco, de Angola, e a Embaixadora Dulce Maria Pereira.

Minha predecessora imediata encerra seu mandato para assumir importante função na

Presidência da República, prosseguindo na trajetória de defesa dos direitos humanos em que tanto se tem distinguido.

Na observância plena do mandato conferido pelos órgãos deliberativos da CPLP, sei que poderei contar com a colaboração eficiente e dedicada do Secretário Executivo Adjunto, Dr. Zeferino Martins, dos assessores designados pelos Estados membros, e do corpo permanente do Secretariado.

Contarei também com a assistência e orientação, que desde já agradeço, dos integrantes do Conselho de Concertação Permanente, a quem pretendo reportar-me com a frequência necessária, a fim de realizarmos, a partir de Lisboa, um trabalho conjunto para o fiel cumprimento do mandato e orientações dos Chefes de Estado e de Governo.

Não posso deixar igualmente de fazer uma menção à visão e ao idealismo do Embaixador José Aparecido de Oliveira, a quem devemos o nosso impulso criador.

Senhores,

Desde sua criação, a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa tem crescido e se afirmado, mobilizando nossos Governos e nossas sociedades. A solidariedade de uma língua compartilhada e de culturas em tantos

aspectos comuns criam perspectivas inéditas para o diálogo político e para a cooperação com vistas à paz e ao desenvolvimento.

Muito já foi o que se fez nesses seis anos de vida da CPLP. A originalidade de sua criação, o vigor de seu amadurecimento, sua geografia especialíssima, a diversidade de seus objetivos e os avanços já obtidos são prova de sua vitalidade.

Mas ainda há muito o que fazer se quisermos caminhar na direção de um diálogo político cada vez mais fecundo, de uma cooperação cada vez mais concreta e de uma atuação cada vez mais eficaz na divulgação de nossa língua e sobretudo de nossa visão de mundo. Visamos uma CPLP mais pragmática e focalizada em suas ações, e com uma maior visibilidade e inserção internacionais.

Muitos foram os avanços, repito, mas uma organização como a nossa não se pode contentar com objetivos gerais sem que se estabeleçam políticas indispensáveis à sua implementação. Identificar e priorizar essas linhas de ação e viabilizá-las política e financeiramente são condições essenciais para que se dê corpo aos propósitos fundamentais que nos animam.

Esta é a missão da Secretaria Executiva: dar forma concreta a orientações recebidas dos Estados membros consubstanciadas nas decisões da Conferência, do Conselho de Ministro e do Comitê de Concertação Permanente, assegurando a implementação dessas decisões de forma eficaz e responsável.

Fiel aos três objetivos gerais fixados em nosso Estatuto, é dever da Secretaria Executiva:

Promover um diálogo cada vez mais intenso entre os países membros e uma interação constante não apenas entre os Governos, mas igualmente com a Sociedade civil em todos os seus segmentos, possibilitando, assim, uma nova dimensão no relacionamento entre nossos povos;

Consolidar os progressos alcançados na área de cooperação com a participação dos Pontos Focais e redobrar esforços para identificar financiadores e parceiros internacionais de maneira a viabilizar novos projetos e prosseguir na execução dos que estão em curso, com vista à reconstrução e desenvolvimento dos Estados membros;

Comprometer-se com as atividades de promoção da língua portuguesa, em particular por meio do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, dando-lhe suporte político e financeiro para que possa coordenar os programas de difusão, consolidação e fortalecimento do português, possibilitando que o lastro desta língua comum seja instrumento eficaz para programas de cooperação, especialmente nas áreas educacionais e de treinamento profissional.

Esta IV Conferência consagrou duas novas áreas prioritárias de atuação de nossa Comunidade: a econômico-comercial e a da cidadania e circulação de pessoas no espaço da CPLP.

Os cinco Acordos sobre circulação assinados em Brasília marcam a notável evolução do tema da cidadania e circulação de pessoas desde a Conferência e Maputo. Esses Acordos, que terão impacto muito positivo sobre os cidadãos da Comunidade, mostram a CPLP na vanguarda de questões que outras comunidades levaram anos para tratar.

A vertente econômico-comercial, por sua vez, ganhou novo impulso com a realização do I Fórum Empresarial, em 2002, iniciativa que passará a fazer parte do calendário da CPLP, agregando importante contribuição no sentido da promoção do intercâmbio comercial entre os Estados membros, e da conseqüente consolidação da própria Comunidade. A língua comum começa assim a se revelar não apenas patrimônio cultural, mas também vetor do desenvolvimento econômico.

A Embaixadora Dulce Pereira mencionou não ter a CPLP podido avançar na implementação efetiva de sua política de gênero e manifestou a expectativa de que se pudesse fazê-lo no futuro. Posso assegurar que tudo farei para não desapontar essa expectativa e acho que, para tanto, poderei contar com a colaboração muito especial de minha mulher, Adriana de Médicis, que nesses últimos anos, sob a orientação da Dra. Ruth Cardoso, trabalhou e dirigiu na Comunidade Solidária programa de desenvolvimento e fortalecimento da sociedade civil em todas suas facetas.

Senhores,

Uma nova fase de paz, independência e democracia se abre para nossa Comunidade. Pacificadas as disputas internas que afligiam alguns de nossos irmãos africanos, comemoramos com alegria e esperança o nascimento de Timor-Leste, que nas palavras do Presidente Xanana Gusmão, no comovente discurso com que marcou a independência de seu país, teve “na identidade cultural a base de sua emancipação”.

A CPLP acolheu Timor-Leste como membro de pleno direito. O país assume agora, plenamente, sua responsabilidade na condução compartilhada de nossa Comunidade. Também a CPLP reforça, assim, seu compromisso em assistir na construção do novo país.

Senhores,

Estou seguro de que o mandato que ora me outorgam constitui-se talvez em um dos maiores desafios de minha longa carreira a serviço do Ministério das Relações Exteriores e de meu país. Pela primeira vez, vejo-me cidadão de oito países. Incumbem-me Vossas Excelências de erguer oito bandeiras, que são na verdade apenas uma – a de nossa Comunidade.

Disse o poeta, depois cantou o músico, e agora fala o diplomata: minha pátria é minha língua – e minha bandeira é a CPLP.



REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

PALAVRAS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO INÍCIO DA ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). LISBOA, 01 DE AGOSTO DE 2002

Vou pedir permissão, dado que estamos com bastante atraso, que enquanto os Senhores Presidentes vão assinando o documento - e eu mesmo o farei - para, num brevíssimo relatório, dizer algo sobre o conteúdo das nossas discussões, e os senhores jornalistas que desejarem façam, depois, perguntas aos Presidentes.

Na verdade, o fato mais significativo do nosso encontro aqui, hoje, em Brasília, talvez tenha sido a adesão da República do Timor Leste à CPLP. Creio que isso, por si, já é marcante: a ampliação da CPLP e o fato de que temos, na Ásia, um país de expressão portuguesa.

Devo dizer, também, que nos nossos encontros, aqui, celebramos muito a paz de Angola, que foi um processo longo. Os nossos países, em conjunto, acompanharam - o Brasil sempre deu atenção às lutas desenvolvidas pelo povo angolano - e, depois de muitos anos é possível dizer que reina, realmente, a paz em Angola.

Há uma Declaração específica sobre essa matéria, que mostra, realmente, a importância que atribuímos, tanto ao fato de o Timor

participar do nosso encontro, quanto ao fato de que nós, hoje, constituímos, aqui, uma zona de paz incluindo, principalmente, Angola.

O tema central da Conferência foi a questão, exatamente, da paz e do desenvolvimento, e a necessidade imperiosa do desenvolvimento para a consolidação da paz. Claro que nós, também, reconhecemos a importância da luta contra o terrorismo. Mas essa luta, por sua vez, deve pautar-se, como mostramos em mais de uma Declaração e nos documentos, pelo respeito aos direitos humanos e pela tolerância. Tolerância essa que foi ressaltada como uma das características da cultura comum dos países de expressão portuguesa. E o respeito aos direitos humanos, obviamente, porque todos nós, hoje, fazemos parte de países democráticos, muitos dos quais lutaram, arduamente, contra regimes autoritários e, portanto, valorizam, na devida dimensão, a questão relativa aos direitos humanos.

Também nos referimos à importância da próxima Conferência, em Johannesburgo, sobre desenvolvimento sustentável, que é uma implementação dos resultados da Conferência

do Rio de 1992. E a ênfase dada a Johannesburgo vem no contexto da nossa compreensão do que seja desenvolvimento.

O desenvolvimento não pode ser um processo excludente, tem que ser um processo abrangente. Um processo que não pode significar apenas o progresso tecnológico, que é inevitável. Nós vivemos, hoje, o momento da chamada “globalização”, que é consequência da revolução dos meios de transporte, dos meios de comunicação, dos processos produtivos. É um processo normal, inevitável. Mas, o que não é inevitável é a exclusão.

Daí porque houve tanta ênfase na questão relativa à possibilidade de os membros da CPLP participarem mais ativamente no concerto internacional de Nações, na construção de instituições de governança mundial, que evitem a concentração da riqueza e que permitam, efetivamente, que desse processo de desenvolvimento tecnológico resulte maior bem-estar para a Humanidade.

Foi com essa perspectiva que se mencionou a importância da Conferência de Johannesburgo, porque lá vamos discutir, de novo, o desenvolvimento sustentável. E a perspectiva adotada pelos membros da CPLP é a perspectiva de que quanto mais houver esforços multilaterais, melhor será. Por mais que haja – e às vezes é necessário – um esforço bilateral, por mais que haja, às vezes, até, a pretensão de um certo unilateralismo, isso ficaria curto, diante das necessidades dos povos e dos anseios desses povos. Portanto, favorecemos um tipo de desenvolvimento que seja sustentável e que implique uma ampliação da participação de todos no progresso.

Cabe fazer, nessa mesma direção, uma referência específica aos avanços havidos na Conferência de Doha da OMC, para que haja, efetivamente, uma liberalização do comércio

e para que se eliminem as barreiras ao acesso dos países em desenvolvimento no mercado mundial.

Isso faz parte, naturalmente, dessa mesma visão que é compartilhada por todos nós, de que é preciso assegurar que essa globalização seja mais solidária, menos assimétrica, mais justa. E que não haverá possibilidade de que, na concreção deste caminho, nós não formos capazes, também, de negociar acordos de acesso a mercados que sejam efetivamente favoráveis a esses ideais.

Além disso, houve também vários acordos que assinamos, entre os quais um acordo no domínio da AIDS – da CIDA, como se diz em alguns outros países –, tendo em vista as vitórias já alcançadas por alguns dos países, entre os quais o Brasil, no que diz respeito a um tratamento mais adequado dos infectados pelo HIV e tendo em vista a possibilidade de transferência tecnológica de que hoje dispomos. Houve vários acordos nessa direção e uma definida vontade política de fazer com que a luta, o combate contra esta moléstia seja algo central no concerto das nações civilizadas e, certamente, algo central no que diz respeito aos nossos interesses diretos como países de língua portuguesa.

Também assinamos acordos que vão facilitar a circulação de pessoas no espaço da Comunidade, no espaço da CPLP. Houve também uma declaração importante de apoio à candidatura da Pastoral da Criança ao Prêmio Nobel da Paz. E também saudamos o fato de ter havido o primeiro fórum empresarial da CPLP, que foi realizado em Lisboa. Haverá um segundo fórum, aqui, no Brasil, no ano de 2003. Houve acordos também nas áreas de cooperação, e uma missão identificadora de áreas de possível cooperação em tecnologias da informação e da comunicação. São

acordos que fizemos especificamente com Moçambique. E também, no que diz respeito a Moçambique, há algo sobre tecnologias de informação. Estabelecemos um grupo de trabalho entre Moçambique e Brasil para avançar nessa direção das tecnologias de comunicação.

Quero dizer que também com relação a Angola, especificamente, fizemos um convênio com o Programa Escola para Todos, em que o Brasil se comprometeu, através do Orçamento da República, a manter mais 50 professores no Timor. Mais 50 professores, durante 5 anos. Isso é um projeto no valor global de 1 milhão de dólares, demonstrando de forma prática a disposição do Brasil de ajudar na luta pela difusão da língua portuguesa no Timor.

Por fim, quero insistir em que nós, realmente, consideramos a questão da língua como uma questão muito importante, vital. Não resumimos o nosso debate, nem a CPLP se resume na discussão da língua, mas acreditamos que o Instituto Internacional da Língua Portuguesa e, agora, a concessão do Prêmio Camões durante as reuniões da CPLP são estímulos importantes à valorização da língua portuguesa. Língua falada, hoje, por cerca de 200 milhões de pessoas, com a particularidade de que essas

pessoas se distribuem na Ásia, nas Américas, na Europa e na África. Portanto, uma língua de difusão universal.

Certamente, não há de ser só pelo fato de falarmos a mesma língua que vamos nos entender, porque temos também valores culturais comuns, alguns dos quais já aqui mencionados. E também sabemos – isso foi enfatizado – que, no mundo contemporâneo, é preciso dar um sentido prático às nossas ações. Um sentido prático significa um apelo constante à sociedade civil para que ela participe também mais efetivamente nos vários programas de aproximação entre os nossos povos e para que o espírito empresarial que existe latentemente em todos, e já mais consolidado em alguns, seja também chamado a cooperar de forma ativa na consecução dos objetivos da nossa Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

Termino dizendo que a próxima reunião da CPLP vai realizar-se em São Tomé e Príncipe, no ano de 2004.

Eram essas as informações que eu queria prestar.

Agora, os Senhores Presidentes, de acordo com a programação, responderão, se for o caso, a perguntas que venham a ser feitas.

Muito obrigado.



ALMOÇO OFERECIDO AOS PARTICIPANTES DA IV CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

BRINDE DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, NO ALMOÇO OFERECIDO AOS PARTICIPANTES DA IV
CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP), 01 DE AGOSTO DE 2002

Peço um minuto da sua atenção. Senhores e senhoras, tinha me comprometido a duas coisas contraditórias, hoje. Primeiro, que falaria pouco, porque estou afônico, etc., disse que não iria falar nada. Segundo, na reunião que tivemos há pouco, eu disse que o discurso que iria fazer lá embaixo faria aqui, na hora do almoço.

Bem, falei demais e não vou fazer discurso, porque não quero cansá-los, a essa altura dos acontecimentos.

Queria, apenas, expressar, em nome de todos os brasileiros, minha satisfação por estarmos juntos e o nosso reconhecimento pelo esforço que o conjunto dos países lusófonos tem feito e pelo grau de relacionamento tão positivo que nos une, hoje, na CPLP.

Ouçõ críticas a cada instante. Ainda há pouco, na entrevista à imprensa, mais de uma pergunta foi feita no sentido de, de alguma maneira, colocar um ponto de interrogação sobre o significado efetivo da CPLP.

A nossa Organização tem seis anos, é criança. E, nesses seis anos, muita coisa aconteceu de positivo. Nós nos dedicamos,

nesses dias, de ontem e de hoje, em parte a celebrar Timor Leste, que se incorpora a nós, com esse espírito novo, de um país cheio de problemas, mas cheio de esperança. E houve, já, decisões muito concretas, de todos nós, no sentido de apoiarmos Timor Leste.

Estamos nos reunindo num ambiente de paz. Angola, país rico, importante, sofrido, conseguiu, depois de tanto tempo, chegar à paz. Países grandes ou países pequenos; países que tiveram dificuldades, como Moçambique, com suas enchentes e com suas secas; países pequenos que descobrem petróleo e ficam até com medo de ter tanto petróleo, como São Tomé e Príncipe. É verdade. Países que têm dificuldades, às vezes, muito grandes e até mesmo políticas e internas, como Guiné Bissau. Enfim, para não falar dos problemas que atormentam aos países já um pouco mais consolidados: Cabo Verde, um país que avança, e avança bastante. Isso, para não falarmos de Portugal e do Brasil.

Portugal está ótimo. Tenho inveja de Portugal. Mas o Primeiro-Ministro vai ter que apertar as contas, porque senão não se ajusta

à Europa. E o Brasil, que apertou tanto as contas, não sabe mais o que apertar para se ajustar a um mundo que enlouqueceu.

Mas, a despeito disso, a verdade é que temos vitalidade. Esses países todos, no seu conjunto, têm conseguido avançar, e avançar dentro de um ambiente de democracia e de respeito aos direitos humanos, de fraternidade e de ajuda recíproca, pequena, muitas vezes, mas importante.

No caso, como já foi tantas vezes referida, a AIDS, a SIDA, o Presidente de Portugal, meu querido amigo Jorge Sampaio, disse que ele foi “advogado de patentes”. E sabia, como sabe, das dificuldades que se colocam, quando se quer mudar a regra de patentes. O Brasil conseguiu. Consegui, pelo menos, fazer com que as patentes, para serem respeitadas, têm que produzir localmente e a preços mais convenientes.

E fizemos acordos com a Índia e com Israel. E hoje produzimos uma boa parte do “coquetel da AIDS” aqui, no Brasil. E temos um programa que talvez seja o único com a extensão do brasileiro, tão vitorioso no controle de uma moléstia tão perniciosa quanto a AIDS.

Pois bem, estamos trabalhando juntos com os países africanos, os países irmãos, para que utilizem tanto o nosso know-how quanto as nossas técnicas de combate a essa moléstia, através do apelo às organizações não-governamentais, basicamente compostas, elas próprias, por aidéticos. Enfim, há muitos casos concretos que nos permitem, realmente, nesse dia de hoje, estarmos contentes com o trabalho realizado.

Disseram, há pouco, que no Brasil não se sabe o que é CPLP. Mas, eu acho que se fosse perguntar, também, o que é NAFTA, ou

talvez, mesmo, União Européia, isso não seja tão difundido assim. A questão não está na difusão do nome, está nas práticas que estão sendo exercidas em função de um ideal, que é o ideal dos países lusófonos.

Estamos como, de alguma maneira, reconfortados por ver que nossos países assumiram práticas que correspondem aos valores – uma palavra que não uso sempre – da civilização ocidental cristã.

E até ficamos um pouco inquietos ao ver que há dois pesos e duas medidas, que a transparência que tanto nos pedem e que hoje nós praticamos não parece ser, assim, tão transparente, acima do equador. Excluindo Portugal, que está lá em cima, também, mas é parte do Brasil que está lá em cima, e o Timor.

Mas, de qualquer maneira, a verdade é que não aceitamos essa ética de dupla face. Nós temos as nossas mazelas, e são muitas. Nós expomos as nossas mazelas ao mundo, dia e noite. Nós temos, também, nossos valores, não precisamos expor a ninguém. Estamos nos orientando por esses valores.

Há, portanto, efetivamente, realmente o que celebrar. E sem que se dê, diante dos desafios, que são tão imensos, não cabe nem, talvez, usar a palavra “celebrar”. Mas é preciso manter a esperança e o ânimo.

Em uma reunião como esta, o calor que sentimos dos Presidentes, das Delegações, a fraternidade, o espírito – e como já disse alguém, a falta de intérprete. Isso tudo ajuda a que se crie um clima de grande amizade e grande fraternidade.

Portanto, queria pedir que nossos copos se ergam à continuidade da nossa amizade, à vitória permanente dos nossos valores e à consolidação da CPLP.

CONDECORAÇÃO DO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, WAN YONXIAN

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA
CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA, WAN YONGXIAN, COM A GRÃ-CRUZ DA ORDEM
NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL, EM 02 DE AGOSTO DE 2002

Senhor Embaixador Wan Yongxian,
Senhora Embaixatriz Zhang Xinmin,
Senhores Embaixadores,
Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que presido esta cerimônia de condecoração do Embaixador Wan Yongxian, que nos deixa após dois anos de exitosa missão à frente da Embaixada da República Popular da China em Brasília, para ocupar novas e importantes funções em seu país. Reunimo-nos para homenagear este amigo do Brasil, que com diligência, eficácia e simpatia, logrou estreitar ainda mais os fortes laços de amizade e cooperação que unem nossos dois países.

Congratulo-me com Vossa Excelência por sua indicação para a alta função de Comissário do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau. Estou certo de que Vossa Excelência continuará a contribuir para a aproximação entre os povos chinês e brasileiro em seus novos afazeres

junto à administração do território chinês que compartilha com o Brasil tradições históricas comuns.

Desde meados de 2000, quando Vossa Excelência assumiu suas funções perante o Governo brasileiro, a parceria estratégica entre o Brasil e a China alcançou novos e densos patamares, para os quais muito contribuíram seus esforços e dedicação pessoais. A indicação de Vossa Excelência como Embaixador em Brasília sinalizou claramente a intenção do Governo da República Popular da China de elevar o patamar de interlocução com o Brasil.

Nesse período, a troca de visitas de alto nível entre os dois países foi notável, atestando um relacionamento bilateral dos mais intensos. Do lado chinês, foram 24 visitas de alto nível nesses pouco mais de dois anos. Registro, com particular satisfação, a vinda ao Brasil do Presidente Jiang Zemin, acompanhado do Vice-Primeiro Ministro Qian Qichen, em abril de 2001. Destacam-se, também, as visitas do Chanceler Tang Jiaxuan, em setembro de 2000, do Conselheiro de Estado Ismail Amat

em junho de 2001, e do Ministro da Segurança Pública e Chefe da Comissão Nacional Contra as Drogas, Jia Chunwang, em fevereiro de 2002.

Visando ao aprofundamento do relacionamento bilateral em tecnologia espacial e em tecnologia aplicada à área da defesa, visitou o Brasil o Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria para a Defesa Nacional (COSTIND), Liu Jibin, em junho de 2002. No mesmo sentido, em abril de 2002, também veio ao Brasil o Vice-Ministro Zhang Guobao, da Comissão para o Desenvolvimento e Planejamento Estatal, acompanhado do Presidente da Baogang, maior siderúrgica chinesa.

Do lado brasileiro foram 21 visitas de alto nível. O Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Embaixador Sérgio Amaral, realizou viagem à China à testa de delegação empresarial de mais de 100 membros – a maior delegação comercial brasileira já reunida em viagem ao exterior –, entre os dias 31 de março e 5 de abril de 2002. A viagem do Ministro Sérgio Amaral, acompanhado do Presidente do BNDES, Eleazar de Carvalho Filho, e de Delegação do Ministério da Saúde, foi demonstração inequívoca da alta prioridade dada pelo Brasil à parceria com a República Popular da China no campo econômico-comercial.

Destacam-se, ainda, as visitas dos Governadores do Rio Grande do Sul Olívio Dutra, em dezembro de 2001, do Governador do Rio de Janeiro e candidato à Presidência da República Anthony Garotinho, em novembro de 2000, do Governador do Distrito Federal Joaquim Roriz, em fevereiro de 2002, do Presidente de honra do PT e candidato à Presidência da República Luiz Ignácio Lula da Silva, à testa de delegação daquele partido,

em maio de 2001, além de outras delegações de parlamentares e autoridades estaduais. O Chefe do Estado Maior do Exército, General Marcello Rufino dos Santos, visitou a China em junho de 2002.

Senhor Embaixador,

O incremento do comércio entre o Brasil e a China nesses últimos dois anos tem sido muito promissor. O ano de 2001 foi marcado pelo expressivo crescimento do intercâmbio comercial, que aumentou cerca de 50% em valor, repetindo o desempenho registrado em 2000. Como resultado desse crescimento, vimos o comércio bilateral praticamente dobrar em dois anos, de US\$ 1,5 bilhões de dólares para cerca de US\$ 3 bilhões. Em 2001, as exportações brasileiras para a China ultrapassaram a marca de 1,9 bilhão de dólares. Assim, a China ocupou o 6o lugar entre os maiores mercados para produtos brasileiros naquele ano, praticamente no mesmo nível que o Japão, nosso maior comprador na Ásia.

Investimentos de empresas chinesas no Brasil têm se tornado cada vez mais presentes: as companhias Gree, Huawei e Rueil mantêm importantes investimentos no Brasil, e outras grandes empresas chinesas serão bem vindas a participarem do mercado brasileiro.

Além disso, a criação de joint-ventures acena com novas possibilidades de incremento das relações comerciais entre ambos os países. Cito, em especial, a criação, em novembro de 2001, da Baovale, empresa formada entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a siderúrgica Baogang. Também o estabelecimento de parceria entre a Embraer e a AVIC 2, no início deste ano, aponta um caminho promissor para o relacionamento econômico entre nossos países no campo da aviação.

Nesses pouco mais de dois anos em que Vossa Excelência esteve à frente da Embaixada

chinesa em Brasília, assistimos também a ampliação de novas áreas de cooperação entre o Brasil e a República Popular da China.

Na vertente científico-tecnológica, obtivemos avanços ainda maiores no programa de cooperação espacial para a construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto (*China-Brazil Earth Resources Satellites - CBERS*). O Programa CBERS, ao permitir o atendimento de interesses de dois países em desenvolvimento, em área de alto conteúdo tecnológico, por meio de compromissos compartilhados, é um exemplo notável de cooperação Sul-Sul. Prepara-se o lançamento do satélite CBERS 2 para setembro deste ano. Durante a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Tang Jiaxuan, houve a assinatura de protocolo que prevê a construção dos CBERS 3 e 4. Protocolo Complementar de extensão do Programa CBERS foi assinado durante a recente visita do Presidente da COSTIND a Brasília.

Alavancado por essa frutuosa experiência conjunta, foi assinado, em abril de 2001, Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Ciência e Tecnologia de ambos os países, que prevê a expansão da cooperação científica e tecnológica para novos setores de ponta, como biotecnologia, informática, e desenvolvimento de novos materiais.

Nos dois últimos anos, intensificaram-se também as perspectivas de cooperação na área da saúde, com trocas de visitas de delegações técnicas. Estão em preparação iniciativas de cooperação entre o Brasil e a China no combate à AIDS, na produção e comercialização de genéricos e remédios de medicina tradicional, e na pesquisa de novos medicamentos.

No princípio de 2002 ampliamos o diálogo para mais uma nova área de cooperação: o combate ao tráfico de drogas e ilícitos transnacionais. Estão sendo ultimadas as

negociações entre os setores competentes para a assinatura de Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.

Digna de menção, também, é a atividade de intercâmbio cultural que tem se consolidado entre o Brasil e a China, culminando com a realização no Brasil, a partir do final de outubro próximo, da “Mostra dos Guerreiros de Xian” juntamente com exposição de peças do Museu Arqueológico de Shaanxi e do Museu da Cidade Proibida de Pequim.

Senhor Embaixador,

O Brasil e a China têm partilhado posições convergentes em muitos dos grandes temas da agenda internacional. Defendemos a consolidação de uma ordem internacional democrática, justa e multipolar. Priorizamos a promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do livre comércio de modo a beneficiar os povos sem discriminações. Sabemos da relevância das instâncias multilaterais para a consecução desses ideais.

Nesse sentido, o Brasil e a China têm mantido interlocução modelar em foros como as Nações Unidas e Organização Mundial de Comércio. Temos trabalhado lado a lado em favor da retomada da agenda do desenvolvimento e da promoção de um ambiente internacional favorável para a inserção de nossos países numa globalização mais solidária.

É certo que os acontecimentos de 11 de setembro transformaram de forma dramática as percepções acerca da paz e segurança mundiais. Tanto o Brasil quanto a China se solidarizaram desde o primeiro momento na luta contra o terrorismo internacional. Entretanto, estimamos que não deve ocorrer uma militarização “à outrance” da agenda internacional em detrimento de outras prioridades nos campos social, econômico, ambiental e humano.

O Brasil e a China constituem importantes pólos de influência no mundo em desenvolvimento e devemos ter parte ativa nas considerações dos grandes temas que afetam a toda humanidade. A construção da nova ordem e da nova arquitetura mundial neste início de século demandam participação equilibrada de todos os atores relevantes e o Brasil e a China não deixarão de assumir suas responsabilidades.

Em que pesem os grandes avanços no nosso relacionamento bilateral, creio que ainda temos muitas potencialidades a explorar. Dentre as perspectivas que se abrem imediatamente no caminho da realização desse objetivo, menciono o fortalecimento dos canais institucionais de concertação entre nossos países, com a constituição de Comissão de Alto Nível entre os dois governos e o estabelecimento do Conselho Empresarial Brasil-China.

No mesmo sentido, ressalto as grandes possibilidades que se abrem para o incremento do já significativo comércio de produtos agrícolas entre o Brasil e a China, a partir dos

avanços que temos obtido recentemente nas negociações visando ao acesso a mercados para produtos agro-pecuários, na abordagem de normas sanitárias e fitossanitárias. Nesse setor, assim como no comércio de bens de maior valor agregado, o relacionamento econômico entre nossos países pode crescer enormemente no futuro.

Senhor Embaixador,

Não posso deixar de fazer referência à simpatia e cordialidade da Senhora Embaixatriz Zhang Xinmin, que ficarão gravados nas recordações dos numerosos amigos que ficam no Brasil.

A decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso de condecorá-lo com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul demonstra o reconhecimento do Governo brasileiro por sua contribuição para o adensamento dos laços que unem a República Popular da China e o Brasil. É com muita satisfação que imponho a Vossa Excelência as insígnias da Ordem, formulando os melhores votos de sucesso e felicidade pessoal.

Muito obrigado.

I REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ÁFRICA DO SUL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA I REUNIÃO
DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ÁFRICA DO SUL, EM 07 DE AGOSTO DE 2002

Foi com grande satisfação que co-presidi, com a Ministra Zuma, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-África do Sul. Esta Comista ensejou-nos também oportunidade de realizar a II Reunião de Consultas Políticas entre nossas chancelarias.

A prioridade atribuída pela política externa brasileira à África deriva de muitos fatores, dentre eles tradições, língua e aspirações comuns. Orienta-se também por nossa visão de futuro e pelas muitas parcerias que podemos construir e estreitar.

Em torno da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África), o Brasil encontra reunidos esses dois eixos de seu relacionamento com a África. Grande ênfase foi dada à NEPAD durante a recente IV Reunião de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Brasília. A agenda que temos desenvolvido com um dos principais países idealizadores e promotores dessa Nova Parceria – a África do Sul, ilustra também, e de forma marcante, essa vertente.

Brasil e África do Sul têm muitas razões para caminharem juntos.

Temos procurado enfrentar as graves disparidades sociais existentes em nossas sociedades.

Temos um mesmo caminho a percorrer. Compartilhamos também a convicção de que a democracia, o amor à paz, a tolerância e a valorização da diversidade são instrumentos imprescindíveis para superar desigualdades e corrigir injustiças. Vale destacar, sobre esse último ponto, que o Governo brasileiro vem cumprindo com os compromissos que assumiu com a sociedade civil na Conferência contra o Racismo em Durban.

São séculos de distorções a enfrentar. Mas sabemos que não basta mudar os países isoladamente: é preciso alterar também a maneira perversa como se estruturam parte das relações internacionais.

Brasil e África do Sul desempenham papel de grande importância em seus continentes. São atores de peso reconhecido no cenário mundial e reúnem as melhores credenciais para assumir maiores responsabilidades nas deliberações internacionais.

Nossas credenciais serão ainda mais fortes se estivermos unidos por uma parceria ampla e intensa e se, cada vez mais, dialogarmos sobre temas da agenda internacional. E é isso exatamente o que estamos fazendo.

Desde os anos 70, as relações com a África Subsaariana mereceram atenção especial da

diplomacia brasileira. Nos anos 80, interesses da economia brasileira fortaleceram a vertente das relações econômico-comerciais. Novas realidades políticas e econômicas, principalmente o final da Guerra Fria, alteraram, a partir dos anos 90, o perfil de nossas relações com o continente africano.

A democratização da África do Sul abriu novas perspectivas de parceria para nosso país. A diplomacia brasileira não descurou as oportunidades que poderiam advir de um relacionamento especial com Pretória.

Tivemos a honra de receber no Brasil, com honras de Chefe de Estado, um ano depois de sua libertação, em 1991, o ex-Presidente Nelson Mandela.

Desde 1994, têm-se sucedido as visitas de alto nível de autoridades dos dois países. Passamos também a criar, ampliar e implementar malha de instrumentos jurídicos que regulam nossas relações.

É exatamente nesse contexto que se insere a presente reunião da Comissão Mista. Procuramos dar mais um passo na diversificação e no aprofundamento de nossas relações.

A comissão mista e as consultas políticas, no nível em que ocorrem, simbolizam exatamente a importância que atribuímos a nossas relações e a seu futuro.

Nosso diversificado relacionamento cobre hoje áreas como defesa, meio ambiente, saúde, cooperação contra o narcotráfico, agricultura, comércio, assistência mútua em matéria penal, cultura, transportes e energia. E continuaremos trabalhando nesta linha.

Amanhã, dia 8, Brasil e África do Sul manterão ainda mais um encontro significativo, dessa vez no contexto da aproximação entre o Mercosul e a África do Sul, por meio da II

Reunião da Comissão Negociadora Mercosul-África do Sul.

Em breve estaremos juntos novamente, reunidos em torno da promoção do desenvolvimento sustentável. No comércio e nas finanças, as negociações havidas até agora, em especial em Doha, significaram avanços, embora modestos, e suscitaram esperanças, ainda que limitadas.

Joanesburgo deverá significar um passo adiante. A nova sede dos esforços conjuntos da comunidade internacional para continuação do legado do Rio não poderia estar em melhores mãos. Envidaremos esforços para que, na África do Sul, a comunidade internacional mostre ser capaz de mobilizar a vontade política para decisões difíceis, mas necessárias.

Senhoras e Senhores,

O Brasil acompanha com entusiasmo o trabalho que a África do Sul vem realizando em prol do renascimento africano. São altamente meritórias de nosso apreço a iniciativa do NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) e o papel central que a África do Sul tem procurado desempenhar na União Africana. São igualmente dignos de registro os esforços envidados pela diplomacia sul-africana na pacificação do continente, os quais Vossa Excelência tem conduzido diretamente com tanto zelo e – estou certo – com grande dose de sacrifício pessoal.

Quero aproveitar a oportunidade para expressar meu agradecimento aos vários delegados, brasileiros e sul-africanos, que se têm empenhado para espelhar em seus respectivos setores de atuação a sintonia política existente entre Brasil e África do Sul. Todos nós nos orgulhamos de servir a essa causa.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O FUTURO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA”

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR OSMAR CHOIFI, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O FUTURO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA”. MANAUS, 13 DE AGOSTO DE 2002

Estendo calorosas boas vindas aos convidados estrangeiros e agradeço a inestimável contribuição que proporcionam ao debate sobre a tão complexa região amazônica. Nosso objetivo final é conformar um programa de trabalho para a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a instalar-se em breve em Brasília, conforme já decidiram os oito países membros do Tratado.

Sabemos que a OTCA terá autonomia para projetar o seu destino, na linha do que decidirem soberanamente os seus membros. Mas achamos importante oferecer esta contribuição para o futuro da Organização, convencidos de que a nossa reflexão em conjunto propiciará à OTCA iniciar as suas atividades sobre bases muito mais sólidas.

O Brasil tem a firme convicção de que o TCA nos oferece uma possibilidade única de parceria estratégica. Em geral, o que pretendemos com uma parceria estratégica é um relacionamento intenso, um intercâmbio de cunho geoeconômico que extrapole os interesses comerciais para incluir a promoção e defesa de interesses recíprocos, além de um entendimento político estreito.

Visto em perspectiva, o Tratado de Cooperação Amazônica há mais de 23 anos formulou as bases de uma promissora parceria estratégica. Os chanceleres dos oito países amazônicos tiveram, naquela ocasião, a percepção de que políticas circunscritas aos territórios nacionais seriam insuficientes para administrar eficazmente a região. Em outras palavras, estava claro que a administração sustentável e harmônica da Amazônia não poderia interromper-se na fronteira de cada um dos oito países. O TCA respondeu, assim, à premissa necessária de que, no mundo de hoje, é preciso converter as fronteiras clássicas de separação em fronteiras de cooperação, sobretudo quando se trata do manejo de uma região que, pelas suas próprias características, não pode ser vista de forma segmentada.

Ouvimos, às vezes, opiniões equivocadas de que o Tratado de Cooperação Amazônica constituiu apenas um instrumento declaratório, talhado para servir a um discurso de ocasião. Absolutamente, não foi o que se deu nos últimos 20 anos. No âmbito do Tratado, houve um trabalho técnico intenso em comissões temáticas e foram desenvolvidos projetos e

efetivamente promovido o entendimento sub-regional em setores de grande importância como a saúde, meio ambiente, assuntos indígenas e intercâmbio científico. O TCA também revelou-se instrumento ágil e adequado de coordenação política dos países membros, com vistas à defesa do interesse comum em foros ambientais mundiais, como é o caso da Conferência Rio + 10, a realizar-se muito em breve em Joanesburgo.

No balanço que fazemos do funcionamento do Tratado, desde que entrou em vigor, podemos dizer-nos razoavelmente satisfeitos com o que nos proporcionou. Mas tudo o que já foi obtido pode ser ampliado, aperfeiçoado, com o estabelecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Será benéfico para todos nós que a OTCA surja sobre uma base sólida e que logo construa sua credibilidade em plano internacional.

No contexto do processo de instalação da OTCA, o Ministério das Relações Exteriores promoveu um debate nacional sobre o TCA no final de fevereiro de 2002. Este Seminário é parte do mesmo processo. Concluída a reflexão no nível interno, ficamos convencidos da necessidade de convidar representantes dos governos e da sociedade, personalidades e agências interessadas de todos os Estados Membros do Tratado, para dar prosseguimento à tarefa conjunta de instalar a OTCA. Com vocês, vamos discutir, a exemplo do que se fez em Brasília, conceitos e propostas que possam conformar um programa sólido para a Organização.

No dia 2 de agosto, a Organização adquiriu personalidade jurídica internacional ao ser efetuado, pela Colômbia, o depósito do instrumento de ratificação da emenda ao Tratado, que determinou que a Secretaria

Permanente da OTCA terá sede em Brasília. Com a ratificação colombiana, todos os países concluíram os respectivos processos de ratificação. No mês anterior, em julho, se havia realizado uma reunião do grupo de trabalho técnico que concluiu o exame de documentos fundamentais para a instalação da secretaria da OTCA: o acordo de sede, a ser firmado entre o futuro titular da organização e o governo brasileiro e o regulamento do pessoal. Gostaria aqui de expressar o agradecimento pela eficiência do Ministro Sergio Sánchez, Secretário pro tempore do TCA, e dos seus colegas da Chancelaria boliviana, ao tornar possível o fornecimento da documentação necessária e a convocação da reunião realizada em Brasília. Um dado importante é que muitos países já anunciaram que têm previstos nos seus orçamentos nacionais recursos para pagamento da contribuição anual ao orçamento da OTCA.

Como próximo passo, teremos uma reunião de Ministros dos países membros, prevista em princípio para o mês de outubro, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. Esperamos poder aprovar o acordo de sede e o regulamento do pessoal, concluídos na reunião a que me referi. Na mesma ocasião, o Brasil receberia da Bolívia a Secretaria do Tratado e elegeríamos o Secretário-Geral da Organização, a quem encarregaríamos das tarefas administrativas necessárias ao pronto estabelecimento da sede. Esclareço, a propósito, que o Ministério das Relações Exteriores colocou à disposição da OTCA local para a sua instalação provisória e fornecerá os equipamentos, móveis e material que lhe permitam iniciar atividades.

Senhoras e Senhores,

Dada a complexidade dos temas e dos interesses em jogo, um debate sobre os problemas amazônicos não pode ficar restrito

apenas à esfera intergovernamental. Faz-se necessária a participação da sociedade, assim como um conhecimento técnico apropriado que nos ajude a lidar com os desafios da região que compartilhamos, esse grande pedaço da vida e da realidade dos países da Amazônia.

Apesar de o Tratado conter todos os princípios norteadores do bom funcionamento da futura Organização, o debate nacional e internacional permite atualizar as idéias em torno da Cooperação Amazônica, identificando as melhores oportunidades. Existe hoje um interesse inconfundível de intensificar o intercâmbio entre os países amazônicos. E pouco a pouco as fronteiras setentrionais do Brasil estão-se tornando fronteiras vivas, a exemplo do que ocorreu nas fronteiras do sul do Brasil.

Alguns países, como a Venezuela e a Bolívia, tornam-se importantes fornecedores de energia para o Brasil e é natural que as atividades econômicas e o relacionamento se intensifiquem. A Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), resultado concreto da primeira reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília em 2000, também está servindo à aproximação entre os países da Amazônia. Um grande projeto, de transporte multimodal, que se inicia no Amazonas e se dirige ao Oceano Pacífico, já foi identificado como de fundamental interesse para a Colômbia, o Equador, o Peru e o Brasil. Os presidentes desses quatro países adotaram uma declaração específica sobre o Eixo Multimodal do Amazonas, na segunda cúpula sul-americana realizada em Guaiáquil há poucas semanas.

Guiana e Suriname, sem perder a vocação caribenha, têm uma convivência sul-americana cada vez mais intensa. No âmbito da IIRSA,

foram igualmente identificados projetos com a finalidade de melhorar as ligações rodoviárias da Guiana e do Suriname com os países vizinhos. Também nesse contexto, da promoção da integração, pensamos no Tratado de Cooperação Amazônica como instrumento de grande utilidade, sem desconhecer experiências boas e más desde a sua subscrição.

Este seminário foi organizado levando em conta múltiplas dimensões: a dimensão social, a dimensão econômica, o meio ambiente, a questão indígena. Não foi e nem teria sido possível cobrir, em uma única oportunidade, toda a gama de temas que interessam à região, mas creio que temos diante de nós elementos suficientes para abordar uma das questões principais, que é o desenvolvimento sustentável, um dos pilares do TCA.

Estamos convencidos de que, após a implantação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, surgirão novas oportunidades de bem planejar e executar projetos de cooperação entre os países da região, que conduzam ao desenvolvimento, em benefício da população amazônica. Desta forma, estaremos também criando melhores condições de controle dos problemas que têm afetado negativamente a região, que vão desde o narcotráfico à exploração irracional ou ilegal dos seus recursos naturais.

Proponho, com este espírito, o desenvolvimento conjunto de iniciativas e ações no âmbito do Tratado da Cooperação. Os parceiros no TCA reconhecem que a nossa sub-região, símbolo legítimo de todo o interesse com o meio ambiente e os destinos do planeta, pode perfeitamente ser incorporada a correntes virtuosas da economia em nossos países, de forma gradual, em conformidade com os interesses das populações locais e

com os objetivos de proteção ambiental, defesa e crescimento sustentável. Podemos, dessa forma, associar a preocupação com o meio ambiente, com a igualmente legítima preocupação com o desenvolvimento da economia e a erradicação da pobreza.

Quero agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização desta importante iniciativa. Na pessoa do Senador Jefferson Peres, que tanto nos apoiou e incentivou, saúdo a presença do Congresso Nacional, cujo interesse pela cooperação amazônica tem sido constante. Meu reconhecimento também ao Governador e aos órgãos governamentais do Estado, cujo auxílio foi significativo.

Desejo-lhes todo êxito no seu trabalho.

Muito obrigado.

SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA GERAL DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, EM SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLÉIA GERAL DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI. MONTEVIDÉU, 20 DE AGOSTO DE 2002

Agradeço a oportunidade de voltar a falar aos Representantes do querido povo uruguaio.

Há muito admiro este Parlamento, que traz a marca de uma nação comprometida com os valores da justiça e da liberdade.

A República Oriental do Uruguai sempre me pareceu a estrela-guia da América do Sul, divisando novos caminhos, antecipando o futuro.

Quando tinha por ofício pesquisar e escrever sobre o continente, o que fiz por anos a fio, pude perceber o quanto a experiência uruguaia serviu de referência para os esforços de modernização econômica e social na região.

Em meu livro com Enzo Falleto sobre dependência e desenvolvimento na América Latina, cheguei a tratar das transformações extraordinárias realizadas neste país pelo Presidente José Batlle y Ordoñez no início do século XX.

Bem antes de Yrigoyen e Perón na Argentina e de Cárdenas no México, o Uruguai soube colocar o Estado a serviço da diversificação e ampliação do mercado interno. Soube abrir espaço para a incorporação da classe média e de setores populares na estrutura produtiva.

Para não falar dos alicerces então firmados de um sistema de bem-estar social.

Somente três décadas depois, já nos anos quarenta, sob o Estado Novo, os trabalhadores brasileiros fariam jus aos direitos conquistados pelos uruguaio durante a gestão de Batlle y Ordoñez.

Não surpreende que este país hoje conte com uma das estruturas sociais mais equilibradas e coesas do hemisfério.

Se o Uruguai contribuiu para dar o tom da evolução econômica e social da América Latina, conseguiu também produzir pensadores com horizonte largo.

Contemporâneo do “batllismo”, José Enrique Rodó consultou a tradição para refletir sobre o futuro.

Suas idéias estimularam o debate ao redor do continente sobre as fidelidades regionais, do qual participaram muitos brasileiros, como Eduardo Prado, Joaquim Nabuco e o Barão do Rio Branco.

A capacidade de irradiação da inteligência uruguaia está longe de esgotar-se.

Antonio Cândido, um dos grandes intelectuais do Brasil, não esconde sua admiração pela obra de Ángel Rama.

Ressalta o talento de Rama em mostrar como literatos da estirpe de Juan Rulfo e

Guimarães Rosa conseguiram ser universais sem sacrificar o timbre e a originalidade local.

Do tempo de Nabuco à geração de Cândido, os brasileiros aprenderam a navegar auscultando o pulso do pensamento uruguaio.

Não tem sido outra minha motivação em visitar o Uruguai sempre que posso e dialogar com seus líderes, parlamentares, empresários e intelectuais.

Venho em busca de inspiração para melhor compreender e enfrentar os desafios de nossa época.

O momento internacional causa inquietação.

O mercado talvez jamais se tenha comportado de forma tão contrária a seus próprios interesses, ignorando os fundamentos econômicos, gerando falsas expectativas.

Mas os surtos de insensatez, sobretudo no mundo dos negócios, costumam ter fôlego curto.

Terminam prevalecendo as oportunidades reais de comércio e investimento.

Especialmente quando essas oportunidades estão ancoradas na determinação de uma sociedade em fazer valer suas expectativas legítimas por estabilidade e crescimento, como é o caso neste país, como é o caso no Brasil, como é o caso também na Argentina e no Paraguai.

A história mostra que os uruguaios sabem andar de mãos dadas em dias de tormenta.

Assim também procedem os brasileiros, inclusive por conta do amadurecimento democrático.

A democracia é a legitimação das diferenças, mas reclama coesão em torno dos objetivos de interesse comum.

O desenvolvimento com estabilidade é um desses ideais maiores.

Como o é a justiça social, como o é o combate à pobreza e à exclusão.

Quanto mais afinadas estiverem as forças políticas em relação ao atacado, mais produtiva será a negociação no varejo.

Esta Assembléia pluralista é um bom exemplo.

Como é exemplo o próprio governo do Presidente Batlle, que reeditou uma aliança entre colorados e blancos.

A liderança política pressupõe, acima de tudo, responsabilidade e compromisso.

É o que o povo reclama, e é o que todo homem público de boa fé tem como diretriz.

Ontem, recebi em Brasília os principais candidatos à eleição presidencial.

Quis discutir com eles o presente e o futuro.

Como disse semanas atrás em Guayaquil na reunião de Presidentes da América do Sul, quando há dificuldades e obstáculos, aos líderes da região não cabe simplesmente lamentar, mas trabalhar, e construir caminhos que possam servir de pontes entre o presente e o futuro.

Trabalhar e construir, com seriedade e confiança.

Não se trata de apelo à união nacional contra ameaças de fora ou por conveniências políticas de uns ou de outros.

Nem o mundo se confunde com os especuladores, nem as sociedades podem ser enganadas.

As evidências são por demais eloqüentes de que a comunidade internacional sabe que estamos no rumo certo, que não foi ditado, mas escolhido.

Estamos de pé como Estados e estamos de pé enquanto comunidade de nações.

O Mercosul tem um lastro histórico e político que é imune à cizânia.

Se iniciamos juntos o projeto de integração, estou certo de que continuaremos juntos a usufruir de seus benefícios.

Desconheço outro bloco regional que tenha contribuído tanto em tão pouco tempo para o adensamento dos vínculos entre as Partes e destas com o mundo.

Os desajustes de conjuntura são inerentes a qualquer esforço de acomodação de vontades soberanas.

O importante é identificar o potencial de renovação que vem embutido nas situações de crise.

A evolução política da Argentina, por exemplo, favoreceu a busca de convergência macroeconômica, quem sabe aproximando o sonho da moeda única.

Confio na recuperação econômica e social da Argentina.

Como confio na força da Nação uruguaia e de todo o Mercosul.

Estão dadas as condições para que as arestas no comércio intra-regional sejam de todo aparadas, inclusive entre o Brasil e o Uruguai.

Também sou otimista quanto às perspectivas de integração das cadeias produtivas.

Para não falar do consenso sobre a importância de uma maior institucionalização do bloco.

O Brasil está fazendo o possível para deixar como legado de sua presidência pro-tempore a formalização do acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina.

Também continuaremos empenhados no esforço de criação de um espaço econômico sul-americano.

Nada credencia melhor o continente como pólo de comércio e investimento do que a projetada integração em energia, transporte e comunicações.

Em fins de outubro o Brasil assume, ao lado dos Estados Unidos, a presidência do processo negociador da Área de Livre Comércio das Américas.

A posição do Governo brasileiro é clara: a ALCA somente será atraente se assegurar benefícios equilibrados a todo o hemisfério, o que implica maior acesso aos mercados mais afluentes.

Sem isto, como afirmei em Québec, a ALCA torna-se irrelevante ou perde sua razão de ser.

Tenho a convicção de que saberemos negociar, defendendo nossos interesses, sem

esquecer que o futuro depende de maior acesso aos grandes mercados do mundo.

Não são menores as expectativas do Brasil em relação à meta de associação do Mercosul com a União Européia.

A integração comercial dos dois blocos somente nos parece aceitável se facilitar o acesso de nossos produtos ao mercado agrícola europeu.

Algo conseguimos, em outro setor, no acordo sobre têxteis. Há, portanto, razões para a esperança.

Somos e permaneceremos amigos dos Estados Unidos e da Europa.

Mas parceria em comércio exige reciprocidade.

De outra forma não pode haver acordo, seja com o Próspero do Norte, seja com o Ariel d'além-mar, para usar os arquétipos de José Enrique Rodó.

Mas confio em um cenário mais alentador.

Já diziam os clássicos que o comércio traz o benefício de temperar os costumes e aproximar os povos.

Existe comprovação maior dessa tese do que o histórico do Mercosul?

Rivalidades históricas foram superadas.

A democracia prosperou e hoje é condição para ingresso e permanência no bloco.

As sociedades nacionais aprofundaram o diálogo recíproco, tornando-se as principais avalistas da dinâmica de integração.

São conquistas que reclamam a abertura de outras frentes, a busca de parceiros interessados em uma prosperidade compartilhada.

Sejamos universalistas, para reforço do Mercosul, para o bem de nossos países.

É esta a mensagem que quis trazer a esta ilustre Casa, em atenção a tudo que tenho aprendido com a experiência desta nação irmã, que tem, desde sempre, os olhos postos no futuro.

Muito obrigado.



**DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE
INTEGRAÇÃO (ALADI). MONTEVIDÉU, 20 DE AGOSTO DE 2002

Orgulho-me de ser um dos que sempre trabalharam por essa causa. Ela faz parte do meu dia-a-dia, desde os tempos de pesquisador, e depois como político e homem público.

Como faz parte do cotidiano de cada uma de nossas sociedades.

Saúdo e agradeço ao Secretário-Geral da Associação e ao pessoal da Secretaria pela dedicação com que nos apoiam nessa tarefa.

Acreditar na integração latino-americana é entender que juntos estaremos sempre melhor que isolados.

É entender que o mundo começa na porta de casa.

Essa crença torna-se mais forte quando percebemos os desafios de uma economia que se globaliza, e quando sentimos a força da correlação virtuosa entre democracia e integração.

A integração representa muito mais do que tentar superar as limitações dos mercados internos.

Ela é complemento indispensável de projetos nacionais de desenvolvimento e de inserção no mundo.

No Brasil, é preceito constitucional e corresponde a um consenso que atravessa todo o espectro político.

E quando nossas economias passam por período de adversidades, torna-se ainda mais importante reafirmar o compromisso com a integração.

É preciso cuidado com visões de curto prazo.

É necessário preservar e desenvolver o patrimônio acumulado nos mais de quarenta anos de experiência de integração na região.

O Brasil busca maior aproximação e convergência com os países da ALADI.

Dedica-se com afinco à construção do Mercosul.

Concluiu acordos de comércio com o Chile, Bolívia, Cuba, México, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Há dois anos, reuniram-se em Brasília, pela primeira vez na História, os Presidentes da América do Sul.

Em Guayaquil, acabamos de definir a Zona de Paz Regional ao celebrar a segunda Cúpula Sul-americana.

Estamos avançando nas iniciativas de integração em infra-estrutura, a partir de um enfoque regional do desenvolvimento.

Vamos potencializar a integração econômico-comercial com a melhor articulação de projetos em energia, transportes e telecomunicações.

O acordo que acabamos de celebrar com o México demonstra a vitalidade e o potencial do comércio em nossa região.

O mesmo se pode dizer do Acordo-Quadro entre o Mercosul e o México.

O empenho do Brasil em aprofundar e ampliar seus vetores de integração na América Latina manifesta-se em todos esses instrumentos, bem como na alta prioridade que atribui à conclusão das negociações do Mercosul com a Comunidade Andina.

Em tempos de turbulência financeira como os atuais, os mecanismos existentes no âmbito da ALADI podem ser de enorme valia no fomento do comércio regional.

Refiro-me em especial ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

É um instrumento que merece atenção, não só pelo papel que já desempenhou no passado como também pelas oportunidades que pode representar no futuro.

Devemos aperfeiçoá-lo e adaptá-lo às exigências atuais de um mercado que penaliza os exportadores da região, principalmente as pequenas e médias empresas, que sofrem o impacto da escassez de crédito e da falta de garantias contra a inadimplência dos importadores.

Move-nos a consciência de que a integração regional é, por excelência, plataforma de paz, democracia, convivência solidária e cooperação.

É uma ferramenta na construção do crescimento, na superação das desigualdades e uma das melhores respostas que se pode dar aos desafios da globalização.

Neste semestre, o Brasil ocupa a presidência pro tempore do Mercosul.

E em fins de outubro, passa a compartilhar com os Estados Unidos a presidência do processo negociador da ALCA.

O Brasil assume ambas atribuições com sentido de responsabilidade e espírito construtivo.

Reafirmo o que já disse em outras ocasiões: que somente uma ALCA equilibrada, equânime em seus benefícios e capaz de representar um avanço efetivo na promoção do desenvolvimento com justiça social poderá ser atraente para nossos países.

Sem isso, a ALCA seria irrelevante ou, na pior das hipóteses, perderia a razão de ser.

Para o Brasil, porém, quaisquer que sejam os desafios, oportunidades e dificuldades do processo negociador da ALCA, é imperativo que a América Latina, com ou sem ALCA, avance com sua própria integração.

Já percorremos um longo caminho, mas ainda maior é a tarefa de construção do mercado comum a que aponta o Tratado de Montevideú.

Não serei o primeiro a diagnosticar que são muitas as dificuldades.

Temos que reconhecer, entretanto, que estamos diante de um duplo desafio: o de aprofundar radicalmente nossas preferências tarifárias e o de sofisticar e tornar mais efetiva a normativa do comércio regional.

Já transcorreram 42 anos desde que assumimos o compromisso com o livre comércio regional no primeiro Tratado de Montevideú.

Muito se avançou nessa direção, mas nem mesmo o patrimônio de acordos que acumulamos pode garantir que logremos completar a integração.

São necessárias políticas ativas de nossa parte.

Por isso, atribuo prioridade ao cumprimento da decisão do último Conselho de Ministros da ALADI que pôs em marcha um processo para a conformação de um espaço de livre

comércio na região, tomados em conta direitos e obrigações dos países membros nos acordos de alcance parcial e esquemas sub-regionais de que participam.

A expectativa do Brasil é de que a próxima reunião do Conselho de Ministros possa receber deste Comitê uma proposta concreta.

Uma proposta que permita alcançar, em ritmo acelerado, a plena liberalização do comércio entre os membros da ALADI.

Tenho a convicção de que podemos atingir essa meta dentro de um prazo máximo de quatro anos.

Teremos de ser criativos e ambiciosos.

Na busca desse objetivo, devemos conferir ênfase particular a um dos pilares da ALADI, que é o tratamento especial para os países de menor desenvolvimento econômico relativo.

Por isso, proponho que, na formulação do programa para o estabelecimento definitivo da zona de livre comércio da ALADI seja dada prioridade à concessão de margem de preferência de 100%, ou seja, tarifa zero, para os produtos originários da Bolívia, Equador e Paraguai.

Quem dera que, em escala global, os países desenvolvidos fizessem propostas semelhantes, de forma a criar condições para um sistema de comércio mais justo e equilibrado.

Ainda recentemente, em Madri, na Cúpula América Latina-Caribe e União Européia, lembrei que subsídios agrícolas, sobretaxas industriais, picos e escaladas tarifárias, medidas discriminatórias e quotas levam-nos, com preocupante frequência, à percepção de que o protecionismo foi condenado como instrumento de desenvolvimento dos mais pobres apenas para converter-se em instrumento de defesa dos privilégios dos mais ricos.

Isso nos leva a indagar da sinceridade do compromisso da comunidade internacional com o livre-comércio e com a construção de uma ordem favorável ao progresso de todos.

Em Guayaquil, lamentei que às vezes a idéia de livre-comércio soe apenas como promessa.

E que a solidariedade, às vezes, seja apenas uma palavra.

Que entre nós não haja dúvidas.

Em nossa América Latina, onde a força da democracia cresce com seu continuado exercício, o comércio aberto, transparente, não discriminatório é um instrumento por excelência para o melhor desenvolvimento dos recursos e potencial de nossas economias nacionais.

À ALADI cabe, portanto, uma grande tarefa. Confio em que seremos capazes de cumpri-la. Muito obrigado.



**JANTAR OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NO JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM
PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI,
JORGE BATLLE. MONTEVIDÉU, 20 DE AGOSTO DE 2002

Suas palavras são de um amigo, Presidente Batlle.

De um amigo e de um líder, com quem tenho compartilhado momentos de reflexão, momentos de preocupação e, também, momentos de esperança.

Assim tem sido desde aquela noite de novembro de 1999, quando lhe telefonei para cumprimentá-lo por sua eleição como Presidente da República Oriental do Uruguai.

Foi a primeira das muitas conversas que temos mantido por este meio de comunicação hoje cada vez mais utilizado entre os Chefes de Estado e de Governo.

Vossa Excelência, aliás, é um dos Presidentes com quem mais falo ao telefone.

Para trocarmos idéias e informações, para consultá-lo sobre problemas comuns.

Nossos países estão unidos na fé democrática, na promoção do desenvolvimento, na luta pela justiça social.

Tudo o que se passa no Uruguai tem um nexó direto com o Brasil, e a recíproca, em boa medida, é verdadeira.

Isso valeu na formação histórica, como vale para os desafios de nossos dias.

Para o cotidiano da política e da economia.

Para o plano das relações humanas e familiares, e para o convívio entre as populações da fronteira.

Tive o prazer de receber Vossa Excelência em Brasília ainda como Presidente-eleito.

Depois, vim à sua posse.

E, desde então, temo-nos encontrado com bastante freqüência.

Creio que este diálogo tão próximo entre os Presidentes do Brasil e do Uruguai deve ser visto como patrimônio de uma relação política sólida.

Vossa Excelência nos deu a honra de visitar o Brasil em abril deste ano.

Conversamos, naquela ocasião, durante mais de uma hora, a sós, na biblioteca do Palácio da Alvorada.

Nossos Ministros, Embaixadores e colaboradores das Chancelarias depois se juntaram a nós para ouvir nossas conclusões e orientações.

Creio que, a partir daquele encontro, um novo rumo pôde ser dado às relações entre o Brasil e o Uruguai.

Hoje, ao voltar a Montevideu como Presidente, para mais uma visita, chego com a confiança redobrada em nossa capacidade de trabalhar juntos, de somar esforços, de vencer obstáculos, de redescobrir caminhos.

É assim que iremos fortalecer o Mercosul, que considero um projeto irreversível.

O Mercosul já fez muito por nossos povos e sociedades, e muito continuará a fazer.

Dificuldades nunca faltaram, mas nem por isso nossos governos, nossos empresários, nossos parlamentares entregaram-se à inércia ou ao pessimismo.

A integração é uma obra política. E, como toda obra política, requer liderança. Requer ação criativa e visão de futuro.

E nisso estamos empenhados.

O Uruguai sempre foi um modelo de sociedade na América Latina, desde os tempos em que um de seus antepassados, Presidente Batlle, promoveu grandes transformações no país.

O Mercosul deu-lhe uma nova perspectiva, da mesma forma que abriu um horizonte novo para todos seus sócios.

Não haverá passos atrás, ainda que tenhamos de fazer – como estamos fazendo –, as necessárias adaptações a este projeto.

No mundo globalizado em que vivemos, cada um de nossos países e a região em seu conjunto estão buscando, em circunstâncias muito difíceis, as melhores respostas que atendam às necessidades e urgências de nossos povos.

Mas o Mercosul – meu Chanceler já o disse, e eu tenho repetido sempre – é um destino, não simplesmente uma opção. Não é um projeto dos governos, mas das sociedades.

O mesmo se dá nas relações Brasil-Uruguai, que tampouco dependem apenas dos governos ou dos Presidentes.

Elas dependem, sim, do que os nossos povos queiram e possam fazer em conjunto.

Comércio, investimento, intercâmbio técnico e científico, cooperação fronteiriça, ações culturais – tudo é uma questão de aproximar interesses e unir vontades.

É o que estamos fazendo.

Fico feliz por estarmos, nesta visita, podendo acrescentar iniciativas concretas a essas relações.

E feliz, sobretudo, por ter vindo desta vez ao Uruguai, acompanhado pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel, e pelo Presidente do Senado Federal, Ramez Tebet.

Fiz questão de que também viesse a Montevideu, por ocasião desta visita, um grupo de empresários brasileiros.

Eles aqui estão, junto com os representantes do poder público, como testemunho do apoio, da confiança e da solidariedade que emprestamos ao Uruguai.

Este apoio, confiança e solidariedade são do Brasil inteiro – de seu governo, de sua classe política, de seus agentes econômicos.

Parabéns, Presidente Batlle, pela força de espírito, pela tenacidade, pela inteligência que Vossa Excelência, seu governo e, sobretudo, o grande e valoroso povo uruguaio estão demonstrando nesta atual travessia.

Renovo, por tudo isso, minha admiração por Vossa Excelência e todo meu apreço por este querido país.

Em meu nome, de Ruth e dos que integram minha comitiva, agradeço a fraterna hospitalidade.

E peço a todos que me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente e da Senhora Jorge Batlle.

ALMOÇO OFERECIDO PELA ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE MARKETING, POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, NO ALMOÇO OFERECIDO PELA ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES
DE MARKETING, POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO À REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI. MONTEVIDÉU, 21 DE AGOSTO DE 2002

Gostaria de expressar, inicialmente, meu agradecimento à Associação de Dirigentes de Marketing pelo convite para este encontro.

É um prazer retornar a esta entidade, onde estive em 1997, durante minha primeira visita aqui como Presidente.

Desde então, muito mudou na situação da economia mundial, assim como na conjuntura de nossa região.

Tivemos que enfrentar várias crises e sucessivas dificuldades no plano econômico.

Dificuldades que resultam, algumas, de problemas característicos de países em desenvolvimento – como o são Brasil e Uruguai -, e, outras, de distorções e imperfeições que continuam a existir na economia global.

Nos últimos meses, nossos países se viram na circunstância de adotar medidas para adaptar-se a um cenário mundial definido – no jargão dos economistas – pela maior “aversão ao risco”.

Por que maior aversão ao risco?

Esta seria uma discussão comprida demais para este encontro.

É um tema complexo, cuja consideração deveria envolver aspectos que vão desde a

redução do ritmo de crescimento da economia global – inclusive e, sobretudo, das economias mais desenvolvidas –, até os escândalos financeiros e contábeis que estouraram nos últimos meses.

Tudo isso ocorre em uma conjuntura de grande sensibilidade. Não nos esqueçamos das preocupações que se colocaram a partir dos trágicos eventos de 11 de setembro.

O que realmente nos interessa neste cenário - a brasileiros e uruguaios – é identificar os desafios que se apresentam e buscar as formas de superá-los.

No Brasil, como todos sabem, a volatilidade econômica internacional se faz ainda mais complexa pela coincidência com o momento pré-eleitoral.

Falo de volatilidade, e quero enfatizar que se trata, de fato, de um fenômeno de superfície.

No Brasil, em muitos momentos tem sido surpreendente a discrepância entre a miopia dos mercados financeiros e os avanços na realidade da economia.

Há pouco, por exemplo, tivemos em uma mesma semana notícias extraordinariamente positivas:

- a Petrobrás descobre novas reservas de petróleo;
- duas grandes empresas siderúrgicas brasileiras anunciam acordos de fusão, que lhes permitirá uma presença muito mais forte no mercado internacional;
- a safra de grãos chega a 100 milhões de toneladas este ano, não tanto por uma ampliação da área cultivada, mas por avanços na produtividade (46% de aumento na produtividade desde o começo dos anos 90);
- na balança comercial, acumulamos até o mês de agosto um superávit de 4,4 bilhões de dólares.

Entretanto, na mesma semana, continuava a instabilidade nos mercados de câmbio, com a especulação sobre o valor do dólar, com variações absurdas na taxa de “risco-país”.

Que quer dizer isso tudo?

Quer dizer, em primeiro lugar, que se deve olhar mais para a economia real do que para as ficções financeiras, sobretudo quando estas ficções são mal feitas, por agências de avaliação de risco que vêm sua credibilidade questionada.

Em segundo lugar, quer dizer que os responsáveis pela liderança política devem ter a serenidade para compreender que as turbulências de curto prazo, as manobras especulativas, não podem fazer-nos perder o rumo.

E o rumo para o Brasil, hoje, é muito claro.

Eu lhes diria mesmo: o rumo no Brasil nunca foi tão claro, tão inequívoco.

Como os senhores todos sabem, com a estabilidade econômica alcançada desde o Plano Real, construímos um projeto de transformações que tem eliminado obstáculos ao desenvolvimento.

Criamos um ambiente favorável ao investimento e ao progresso com vistas a um padrão de crescimento sustentável e mais justo.

Isso se traduziu em resultados muito expressivos.

A inflação continua sob controle, apesar das dificuldades com o câmbio e de uma conjuntura internacional pouco favorável.

A economia cresceu entre 1993 e 2001, em termos acumulados, 31%. Nesse período, não houve um único ano de crescimento negativo.

Uma média de 3% ao ano não é a taxa de crescimento com a qual sonhamos, mas é um resultado significativamente superior ao que se registrou nos 12 anos anteriores a 1993, quando tivemos 5 anos de crescimento negativo na economia.

Já me referi ao aumento de produtividade na agricultura.

Posso falar com igual satisfação do que ocorreu na indústria.

Após a maior abertura da economia ao exterior no começo dos anos 90 – com a redução de tarifas e barreiras não tarifárias –, e fortalecida pela estabilidade do Real, a indústria brasileira atravessou um “choque” de competitividade.

E o fez com grande sucesso.

Desde 1991, a produtividade física do trabalho na indústria brasileira mais do que duplicou.

Produziu-se, em nossa indústria, uma verdadeira “revolução silenciosa”, que se reflete na maior eficiência, na maior capacidade de competir em nível internacional, no número de certificados “ISO-9000”.

Na verdade, foi uma “revolução laboriosa”.

Nos últimos anos, o Brasil recebeu investimentos estrangeiros diretos da ordem de 150 bilhões de dólares.

De 1995 a 2001, passamos de 14,6 milhões de linhas telefônicas fixas a quase 48 milhões. O número de telefones celulares aumentou de 1,4 milhões para quase 30 milhões.

Já tínhamos em 2001 mais de 12 milhões de usuários da Internet no Brasil.

Em 1994, produzíamos cerca de 700 mil barris de petróleo por dia. Hoje, a meta para

2002 é mais de duas vezes esta quantidade: teremos algo ao redor de 1 milhão e meio de barris por dia.

Estes são apenas exemplos para reforçar meu argumento inicial: é muito importante, em nossos dias, olhar a economia real, e não apenas os relatórios das agências de avaliação de risco.

E deve-se olhar, também, a dimensão regional de nossa economia – porque nestes dias os países não podem ver-se de forma isolada, como se fossem auto-suficientes.

O processo de integração no Mercosul continua sendo uma prioridade para o Brasil.

Ao longo de meus dois mandatos como Presidente, e mesmo antes como Chanceler, fortaleceu-se em mim a certeza de que o processo de integração com os países vizinhos já assumiu – não só no Brasil, mas também no Uruguai, na Argentina, no Paraguai – as características de uma política de Estado.

O Mercosul já não é uma obra de gabinetes.

Reflete interesses concretos de nossas sociedades.

Nos momentos de incerteza e dificuldades, é necessário ter ousadia para avançar.

É assim que estamos trabalhando para intensificar os contatos entre os setores privados de nossa região, com vistas a promover as exportações do Mercosul para outros mercados.

Mas há que se fazer ainda muito mais.

Por isso, o Brasil defende a idéia de promover a integração das cadeias produtivas no Mercosul, através dos chamados “foros de competitividade”.

Isso favorecerá a construção de um mercado comum ampliado, permitindo economias de escala e aumentos de produtividade para as empresas que atuem em nossa região.

Posso anunciar que meu Governo enviará ao Congresso Nacional, em breve, um projeto de lei pelo qual se estenderá a todos os países

do Mercosul a chamada cláusula *tax sparing*.

Com esta medida, já prevista em um acordo bilateral com o Paraguai, os investimentos de empresas brasileiras nos países do Mercosul serão dispensados do pagamento do imposto de renda.

Estou seguro de que este passo será muito importante para dinamizar os negócios em nossa região.

Entretanto, a integração não se limita à escala de produção. Ela se faz, também, com a adoção de regras claras para a ação dos agentes econômicos.

Não é por outra razão que o Governo brasileiro vem apoiando medidas para reforçar a segurança jurídica e o marco institucional do Mercosul.

Em fevereiro último, aprovamos em Buenos Aires um Sistema de Solução de Controvérsias que prevê a constituição de um Tribunal Permanente de Revisão.

O Brasil expressou seu apoio à progressiva transformação da Secretaria Administrativa do Mercosul em um núcleo que sirva como ponto de partida para pensar o progresso do bloco para além das limitações nacionais dos Estados que o integram.

Foi para mim uma grande satisfação respaldar, em Buenos Aires, em julho, a idéia da futura criação de uma Secretaria Técnica do Mercosul.

Os que falam do fim do Mercosul ignoram tudo isso.

Enganam-se.

Ignoram a capacidade de nossos países de trabalhar em um ambiente democrático para a crescente prosperidade de nossos povos.

Sei que esta visão é compartilhada pelo Presidente Batlle.

E esta comunidade de visão, ancorada em uma comunidade de interesses e valores, permite-nos vislumbrar com otimismo o futuro da nossa cooperação e integração.

Que não será, nunca, uma integração fechada ao mundo.

Participamos juntos das negociações com a União Européia e com os países das Américas, no quadro da discussão sobre a ALCA.

O Brasil tem uma visão muito clara desses processos.

Não os miramos de uma perspectiva ideológica.

Não queremos ser vítimas de conceitos a priori.

Por isso, participamos de boa fé das negociações.

Mas participação não pode ser interpretada como uma disposição a esquecer nossos objetivos fundamentais.

O que importa é que a integração comercial resulte positiva para o esforço de desenvolvimento dos países mais pobres.

O que importa é que a integração resulte eficaz na promoção de oportunidades de crescimento e de justiça para todos, com vantagens para todos.

Em nosso contexto hemisférico, isso não será possível sem progresso substancial nos temas de interesse dos países sul-americanos, como tive a oportunidade de expressar em meu discurso na Cúpula de Québec.

O mesmo pode ser dito sobre as perspectivas de negociação com a União Européia.

Para nós, o fundamental é acesso a mercados.

Temos que continuar a lutar contra o protecionismo nos países desenvolvidos. Lutar contra os subsídios a agricultura, contra as barreiras tarifárias e não-tarifárias, de forma a assegurar em nossos países as condições de crescimento econômico e de geração de emprego.

Nossas economias possuem competitividade mais do que suficiente - no agronegócio, em vários setores industriais - para não temer os desafios da globalização.

Como costuma dizer o Presidente Batlle, queremos comércio, não ajuda (*trade, not aid*).

É verdade: queremos oportunidades.

É pouco tudo o que já avançamos em nossos países em termos de responsabilidade financeira, de disciplina fiscal, de controle macroeconômico?

A nós, sim, cabe reivindicar e fazer muitas perguntas.

Podemos confiar nas expectativas de Doha?

Podemos esperar que Monterrey possa tornar-se mais do que uma promessa?

Ou que a Cúpula de Joanesburgo venha a dar um passo efetivo em direção a um mundo mais justo?

Em um cenário marcado por tantas indagações ainda sem resposta, é fundamental que os países do Mercosul e os países da América do Sul trabalhem para reforçar seus vínculos de unidade e integração.

O Brasil e o Uruguai são países predestinados a crescer juntos e a construir juntos sua prosperidade.

A aproximação entre empresas dos dois países é um aspecto essencial da nossa marcha de integração.

Juntos, somos mais fortes - no plano econômico, como no plano político.

É por isso que não tenho dúvidas de que Brasil e Uruguai saberão seguir seu destino comum.

Serão capazes de converter a unidade de seus objetivos em um fator de multiplicação de forças para enfrentar os desafios cada vez mais difíceis da economia global.

O que vejo e ouço nesta visita ao Uruguai reforça em mim ainda mais esta certeza.

E me dá a alegria de saber que o Brasil será um país melhor por contar com a fraternidade e a amizade destes vizinhos que respeitamos, e com os quais desejamos ter uma integração cada vez mais próxima.

Muito obrigado.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO BRASIL-EUA RELATIVO AO CONTROLE DE ENTORPECENTES E APLICAÇÃO DA LEI

TEXTO-BASE DO DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER,
DURANTE A CERIMÔNIA DE ASSINATURA DO MEMORANDO
DE ENTENDIMENTO BRASIL-EUA RELATIVO AO CONTROLE DE
ENTORPECENTES E APLICAÇÃO DA LEI, 22 DE AGOSTO DE 2002

Excelentíssima Senhora Embaixadora dos
Estados Unidos da América, Donna Hrinak,
Senhoras e Senhores presentes,

O instrumento que acabamos de assinar
representa mais uma medida concreta da
cooperação entre o Brasil e os Estados
Unidos da América em matéria de combate ao
problema das drogas. Essa cooperação remonta
ao início da década de 70. Hoje ela se norteia
por dois princípios consagrados tanto na
Estratégia Hemisférica Antidrogas da CICAD
como na Sessão Especial da Assembléia-
Geral da ONU sobre a matéria, de 1998, ou
seja: a responsabilidade compartilhada e a
abordagem integral do problema das drogas.

À luz do primeiro princípio, países
produtores, consumidores e de trânsito devem
unir esforços para erradicar o flagelo das
drogas. O Brasil não é produtor de drogas;
entretanto, seu imenso território tem sido
utilizado pelos narcotraficantes como rota
alternativa de trânsito para abastecer os
mercados consumidores da Europa e América
do Norte. Sabemos que não existe trânsito de
drogas inocente ou inofensivo: a passagem
das drogas pelo território nacional cria um

mercado consumidor em rápida expansão.
De maneira engenhosa, embora perversa, os
traficantes buscam disseminar o consumo de
drogas entre grupos mais vulneráveis de nossa
sociedade, principalmente nossa juventude.

O segundo princípio que mencionei requer
seja dada ênfase equilibrada aos aspectos da
redução da oferta, da redução da demanda
e ao tratamento e reinserção social dos
dependentes químicos. A este respeito, vemos
com satisfação a coincidência de pontos de
vista e de ações práticas de nossos Governos.
Nossa Política Nacional Antidrogas e o
plano de redução de consumo do Governo
dos Estados Unidos estão consoantes com o
princípio da abordagem equilibrada.

No campo da repressão, o Departamento
de Polícia Federal, em articulação com a
Secretaria Nacional de Segurança Pública,
vem travando uma luta incansável e sem
tréguas, em várias frentes. Agora mesmo, está
em curso uma operação de controle do tráfego
de aeronaves na região norte – especificamente
na área circunvizinha a Itaituba, Estado do
Pará -, com o objetivo último de cortar o
suprimento de drogas para os grandes centros

urbanos do País. A entrada em operação do Sistema de Vigilância da Amazônia constitui novo instrumento poderoso no combate ao narcotráfico.

Integrado a essa força-tarefa permanente do Governo brasileiro, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras busca reprimir a lavagem de dinheiro, delito quase sempre conexo ao narcotráfico, e que representa o oxigênio do crime organizado transnacional.

De igual relevância são as atividades desenvolvidas pela Secretaria Nacional Antidrogas na área da redução da demanda. Ciente de que a luta antidrogas é responsabilidade de todos os setores da sociedade brasileira, a Secretaria fundamenta sua estratégia na perspectiva da “municipalização” das ações de prevenção: é no município que as pessoas vivem, estudam e trabalham. A perspectiva da “municipalização” ganha uma dimensão internacional com a implantação de quatro projetos-piloto de cooperação entre municípios fronteiriços do Brasil e Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

A atuação conjunta do Governo e da sociedade brasileira e a estreita cooperação bilateral entre nossos países constituem a estratégia mais eficiente e eficaz no combate ao problema das drogas. O Memorando de Entendimento que celebramos hoje reforçará nossa capacidade de enfrentar o crime organizado, que tem no narcotráfico sua espinha dorsal.

Muito obrigado.

SESSÃO DE ABERTURA DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, NA SESSÃO DE ABERTURA DA CÚPULA MUNDIAL SOBRE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. JOANESBURGO, 02 DE SETEMBRO DE 2002

Somos milhares aqui, mas certamente expressamos preocupações e ansiedades de milhões de pessoas. Na verdade, de toda a humanidade.

Por isso, gostaria de cumprimentar o Governo da África do Sul e, em especial, o meu amigo, Presidente Thabo Mbeki, por sua liderança na realização desta reunião de cúpula.

Há dez anos, no Rio de Janeiro, iniciamos uma ambiciosa jornada.

Esse empreendimento visionário consagrou a necessidade de incorporar considerações ambientais aos projetos de desenvolvimento.

Hoje estamos reunidos não apenas para reafirmar esses princípios, mas sobretudo para assumir compromissos com ações concretas.

O Brasil vem a Joanesburgo com olhos postos no futuro, mas com as mãos prontas para o trabalho de agora.

Seria imoral assistir passivamente à destruição dos complexos ecossistemas de que depende a vida na Terra.

Precisamos explorar os recursos naturais com racionalidade.

Há resistências, há oposições a serem vencidas. É nossa tarefa comum vencer o poder da inércia ou da indiferença.

É imprescindível encontrar o equilíbrio entre prosperidade econômica, proteção do meio ambiente e justiça social.

Só há uma resposta possível: um novo paradigma de desenvolvimento.

Um paradigma que esteja baseado no princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas.

Nossa aspiração ao desenvolvimento e ao bem-estar não pode limitar o direito das gerações futuras de fazerem suas próprias escolhas.

Queremos preservar a biodiversidade, não apenas por seu valor intrínseco, mas também por seus benefícios, que devem ser repartidos com as comunidades detentoras dos recursos.

O mesmo princípio vale para a proteção dos conhecimentos tradicionais.

Por isso, estamos propondo a criação do Fundo para a Diversidade Biológica, que começará com modestos, quase simbólicos, recursos financeiros dos países detentores de maior biodiversidade.

Este Fundo estará, naturalmente, aberto a contribuições de outros países, organizações e empresas.

Há cerca de duas semanas, criamos, na Amazônia setentrional, a maior área de

proteção de floresta tropical do mundo – o Parque Nacional do Tumucumaque.

Desejo convidar a comunidade internacional a apoiar esta iniciativa.

Orgulhoso de sua extraordinária diversidade biológica, o Brasil não fugirá de suas responsabilidades.

Queremos uma matriz energética mais limpa.

Para tanto, o Brasil trouxe a esta Conferência a proposta de que, até 2010, 10% de toda a energia utilizada no mundo seja de fontes renováveis.

É preciso deter o processo de aquecimento global.

O Brasil deseja trabalhar junto com seus parceiros - como já começamos a fazer com a Alemanha - no sentido de viabilizar projetos concretos de cooperação sob a égide do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

Temos que encontrar resposta ao problema dos padrões insustentáveis de produção e consumo, que, infelizmente, ainda convivem com níveis desumanos de pobreza.

O novo desenvolvimento que buscamos é baseado nos valores da justiça, da igualdade e da cooperação.

O desenvolvimento não será sustentável se for injusto.

Nem será sustentável se estiver constrangido pelas dificuldades de uma globalização assimétrica.

A luta pela sustentabilidade passa pela construção de trocas internacionais mais equitativas, menos excludentes.

Passa por uma maior previsibilidade e estabilidade dos fluxos de capitais.

Pelo maior acesso a mercados para os países em desenvolvimento.

Precisamos fortalecer as parcerias internacionais para gerar melhores oportunidades de emprego.

Por tudo isso, precisamos de uma cooperação internacional fortalecida, para que o comércio seja, de fato, um motor do crescimento e do desenvolvimento.

Daí a nossa luta contínua contra o protecionismo no mundo desenvolvido.

Daí o combate permanente aos subsídios agrícolas e todo tipo de barreira tarifária ou não-tarifária.

São imperativos fundamentais na luta pela erradicação da pobreza.

O acordo alcançado em Doha sobre direitos de propriedade intelectual e saúde pública foi um sinal de esperança.

Foi muito importante para o Brasil, bem como para a África e diversas outras partes do mundo que sofrem a tragédia da AIDS e outras doenças.

Percorremos uma longa trajetória desde a Conferência do Rio.

O desenvolvimento sustentável foi alçado a uma posição de destaque na agenda internacional.

A mensagem é clara: temos que agir.

Senhoras e Senhores,

Gosto do conceito de “cidadania planetária”.

Cabe-nos ir além da perspectiva meramente nacional, por mais legítima que seja.

Aqui estou para honrar o compromisso do Brasil com o legado da Rio-92.

A implementação efetiva e abrangente da Agenda 21 deve ser nossa máxima prioridade.

Seu cumprimento só será garantido pela colaboração entre os Governos, em todos os níveis, e a sociedade civil.

Sabemos o que é necessário fazer.

Haveremos de enfrentar decisões políticas difíceis.

Este é o momento.

A responsabilidade é nossa.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO JORNADAS DE DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

DISCURSO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR OSMAR V. CHOIFI, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO
JORNADAS DE DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO, REALIZADO NO
AUDITÓRIO DO INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, 02 DE SETEMBRO DE 2002.

Senhor Jean-François Olivier, Representante
no Brasil do Comitê Internacional da Cruz
Vermelha,

Senhor Subsecretário-Geral de Assuntos
Multilaterais, Embaixador Luiz Augusto de
Araujo Castro,

Senhor Diretor do Instituto Rio Branco,
Ministro João Almino,

Senhoras e Senhores conferencistas e
participantes,

Sinto-me particularmente honrado de poder
compartilhar dos momentos inaugurais deste
importante evento, cuja atualidade salta à vista
na simples leitura diária da imprensa. Está
a comunidade internacional, sem margem a
dúvidas, diante de complexos desafios em todas
as questões atinentes às questões dos direitos
humanos, e de suas múltiplas interseções com
as demandas crescentes no campo humanitário
e dos direitos dos refugiados.

Não obstante os inúmeros esforços
relacionados com a promoção de mecanismos
de solução pacífica de controvérsias,
a Comunidade Internacional continua
constantemente perturbada por conflitos que,
cada vez mais, produzem novas situações de

violência e ameaçam novas categorias de
vítimas.

O Direito Internacional Humanitário é
um conjunto de normas internacionais, de
origem convencional ou consuetudinária,
especialmente destinado a ser aplicado em
situações de conflitos armados, internacionais
ou internos, que limita, por razões
humanitárias, o direito das Partes em litígio
de escolher livremente os métodos e os meios
utilizados na guerra (vertente conhecida
como o “Direito da Haia”), ou que protege as
pessoas e os bens afetados (ramo denominado
de “Direito de Genebra”).

A influência do movimento contemporâneo
em prol da proteção internacional dos
direitos humanos tem favorecido uma
maior complementaridade entre o Direito
Internacional Humanitário (que protege as
vítimas de conflitos armados), o Direito
Internacional dos Direitos Humanos
(normalmente aplicável nas relações do
cotidiano) e o Direito Internacional dos
Refugiados (que estabelece os direitos
humanos mínimos dos indivíduos ao sair de
seus países de origem).

O Direito Internacional Humanitário deve ser visto, no entanto, como um direito de exceção, de urgência, que intervém em caso de ruptura da ordem jurídica, como meio de evitar o retorno à barbárie.

Nesse sentido, sua aplicação pode ser vista, em última análise, como sinal de que não foi possível oferecer uma solução minimamente aceitável às partes em litígio.

É importante assinalar que a entrada em vigor do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, em 1º de julho de 2002, representa um marco na evolução do direito internacional contemporâneo e um alento, na medida em que deverá ajudar a ordenar e a normatizar os novos impulsos da sociedade mundial no campo da promoção e proteção dos direitos humanos e da segurança internacional.

O Tribunal Penal Internacional tem jurisdição sobre o crime de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e sobre o crime de agressão, ainda pendente de definição. No presente momento, o TPI conta hoje com 78 Estados-Partes, incluindo o Brasil. Espera-se que o Tribunal esteja em condições efetivas de funcionamento a partir do segundo semestre de 2003. O Governo brasileiro será um ativo e interessado participante da I Assembléia das Partes, a realizar-se proximamente na cidade de Nova York.

Como se sabe, o Brasil, no plano internacional, sempre se pautou pela convivência pacífica com as demais nações e pelo respeito aos seus compromissos externos, bem como pela busca das soluções negociadas de controvérsias. Somos Nação avessa ao uso da força e ao unilateralismo. Essa posição

histórica é, na atualidade, um imperativo constitucional. Por isso, o Brasil atribui grande importância à aceitação universal das Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais.

O Brasil aderiu a todos os instrumentos internacionais que conformam o Direito Internacional Humanitário, salvo a dois Protocolos Adicionais. O Segundo Protocolo da Convenção da Haia de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, concluído em 26 de março de 1999, está sendo examinado pelos órgãos competentes a fim de permitir futura adesão. O Protocolo Opcional da Convenção de Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados foi assinado pelo Brasil em 2000 e está, no momento, sendo apreciado pelo Poder Legislativo.

Por ocasião da 26ª Conferência da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, realizada em 1996, o Brasil assumiu o compromisso de promover a tipificação dos atos que configuram violações do direito humanitário. O Ministério da Justiça e o Itamaraty estão estudando o assunto e pretendem empenhar-se para promover a tipificação desses crimes o mais rapidamente possível. O Comitê da Cruz Vermelha Internacional apresentou extenso estudo realizado sobre o assunto e tem prestado valiosa contribuição.

O Comitê da Cruz Vermelha Internacional (CICV) tem igualmente contribuído para a difusão do Direito Humanitário nos círculos militares e policiais.

Merece ser elogiado o projeto de formação de instrutores promovido pela CICV, que, entre agosto de 1998 e dezembro de 2001,

formou 996 policiais de todos os Estados e do DF. Em 2002, o CICV promoveu cursos de reciclagem para todos os policiais formados. Além disso, a CICV mantém canais fluido de contatos com o Ministério da Defesa, tendo fornecido material sobre o DIH, bem como realizado seminário e palestras nos Comandos Militares. Todas as tropas enviadas pelo Brasil nas missões de paz das Nações Unidas receberam instruções da Cruz Vermelha sobre a aplicação do Direito Internacional Humanitário.

O prestígio de que goza o Comitê da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho é um sinal claro da relevância e do reconhecimento de seu papel por ocasião dos momentos de grave crise e conturbação social, quando a grande maioria dos atores das relações internacionais abandona o terreno, deixando os grupos mais vulneráveis totalmente desassistidos. Trata-se de missão digna de toda a admiração e homenagem.

Agradecemos aos organizadores a iniciativa de realizar estas Jornadas de Direito Internacional Humanitário na Casa de Rio Branco e formulamos votos de que seus resultados sejam sumamente frutíferos.



57ª ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, NA SESSÃO DE ABERTURA DA 57ª ASSEMBLÉIA GERAL
DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 12 DE SETEMBRO DE 2002

Senhor Presidente,

Felicito Vossa Excelência por sua eleição para presidir a Assembléia Geral das Nações Unidas.

Agradeço a seu antecessor, Han Seung-soo, pela liderança que demonstrou em momento particularmente crítico da Organização.

Ao Secretário-Geral Kofi Annan, reitero a confiança do Brasil nas qualidades de estadista com que tem conduzido seu mandato.

Tenho a satisfação de saudar o ingresso do Timor Leste na família das Nações Unidas, assim como o acolhemos, em julho último, em Brasília, na nossa Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Um Timor livre – um notável êxito das Nações Unidas.

O Brasil dá igualmente boas vindas à Suíça, que se associa de maneira plena a este foro político global.

Senhor Presidente,

Venho a esta tribuna como representante de um país que acredita nas Nações Unidas.

De um país que reconhece o multilateralismo como princípio ordenador da convivência entre Estados.

Esta é a convicção de todas as horas, fáceis ou difíceis.

Esta é uma hora difícil para a Organização. Exige respostas respaldadas nos princípios

e valores que a fundamentam. O Brasil os defende desde as primeiras conferências internacionais do século XX.

Como país, nunca fomos tentados pelo argumento do poder. Mas sempre, pelo poder do argumento.

Assim tem sido a política externa do Presidente Fernando Henrique Cardoso no correr dos oito anos dos seus dois democráticos mandatos, na qual orientações fundamentais são recorrentes:

- democratizar as instâncias decisórias;
- superar o déficit de governança existente no plano internacional;
- estabelecer uma nova arquitetura financeira e dar resposta eficaz à volatilidade dos fluxos de capital;
- defender um sistema multilateral de comércio que seja justo e equilibrado;
- corrigir as distorções que surgem de uma economia que se globaliza, ao lado de processos políticos e institucionais que não se globalizam;
- afirmar os valores dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável;

Estes são desafios que não podemos enfrentar sozinhos.

Por isso, tanto tem feito o Presidente Fernando Henrique em favor do fortalecimento do Mercosul e da integração sul-americana, como instrumentos para a paz, cooperação e maior competitividade de nossos países. Do mesmo modo, estimulou novas parcerias em todos os continentes, e têm-se empenhado em obter negociações equilibradas para o estabelecimento de áreas de livre comércio, em especial com a União Européia e com os países que integram o processo da Área de Livre Comércio das Américas.

Estamos empenhados:

- na entrada em vigor do Protocolo de Quioto e no funcionamento do Tribunal Penal Internacional;
- na implementação da agenda do desenvolvimento social;
- em fazer avançar o desarmamento nuclear e convencional.

Sob a liderança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a visão brasileira do mundo exprime objetivos, não apenas de um governo, mas do país e da sociedade.

Por essa razão, o processo eleitoral em curso, ao fortalecer nossa democracia, irá projetar com vigor as credenciais internacionais do Brasil.

Nosso compromisso com a ONU e com o multilateralismo não se abala “em tempo de tormenta e vento esquivo”, para citar Camões.

E quanto mais graves os desafios - como os da difícil conjuntura em que vivemos - maior a necessidade de que a resposta a eles se faça com legitimidade.

Legitimidade que vem da participação e do consenso.

A cooperação deve ser nosso *modus operandi*.

No contexto multilateral, é fundamental a liderança na proposta das tarefas a serem realizadas.

Mas o conteúdo e a forma de cada tarefa só podem ser definidos por meio do diálogo.

Só o diálogo torna possível construir uma coalizão de nações efetivamente unidas.

Nações unidas pela força do convencimento.

O emaranhado de interesses que formam as redes de interdependência em escala planetária, não será controlado sem uma autoridade que se enraíze em instituições multilaterais e no respeito ao direito internacional.

Deve ser mantido o compromisso com soluções negociadas sob o manto legitimador do multilateralismo.

Quando dos ataques terroristas de 11 de setembro, a solidariedade desta Organização com os Estados Unidos da América foi imediata, com a adoção de resoluções pela Assembléia Geral e pelo Conselho de Segurança.

O Brasil tomou a iniciativa, no nível regional, de invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, como expressão do nosso firme repúdio e condenação à barbárie do terrorismo.

Essas respostas têm-se desdobrado na busca de uma renovada colaboração nas áreas de segurança, inteligência, cooperação policial e judicial.

Soluções duradouras para os problemas do terrorismo, do tráfico de entorpecentes e do crime organizado requerem um trabalho cuidadoso e persistente de criação de parcerias, de elaboração de arranjos cooperativos

consistentes com o sistema multilateral das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Muitos países e regiões têm permanecido alijados dos benefícios da economia globalizada, arcando apenas com seus custos.

A mesma circulação livre de capitais que pode gerar investimento é responsável pelo ataque especulativo às moedas nacionais e pelas crises de balanço de pagamentos com conseqüências negativas para a continuidade das políticas públicas e para o resgate da dívida social.

O protecionismo e toda sorte de barreiras ao comércio, tarifárias ou não tarifárias, continuam a sufocar a economia dos países em desenvolvimento e neutralizar a competitividade de seus produtos.

A liberalização do setor agrícola não tem passado de uma promessa, sempre adiada para futuro incerto.

A globalização requer a reforma das instituições econômicas e financeiras e não pode limitar-se ao triunfo do mercado.

A concepção moderna de desenvolvimento requer a promoção dos direitos humanos, tanto os civis e políticos quanto os econômicos, sociais e culturais.

Nesse campo, é uma grande honra para todos brasileiros a nomeação de Sérgio Vieira de Mello como novo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Sucede Mary Robinson, a quem devemos o reconhecimento pelo importante trabalho realizado.

Senhor Presidente,

A ONU foi criada para manter a paz e a segurança. No entanto, persistem conflitos armados e focos de violência e insensatez.

A situação no Oriente Médio evidencia a distância que nos separa da ordem internacional imaginada pelos redatores da Carta das Nações Unidas.

O Brasil apoia a criação de um Estado palestino democrático, seguro e economicamente viável, assim como o direito do povo palestino à auto-determinação. O Brasil também defende o direito à existência do Estado de Israel dentro de fronteiras reconhecidas e o de seu povo viver em segurança. Ambas são condições essenciais para uma paz duradoura no Oriente Médio. Somente através do reconhecimento mútuo e generalizado das legitimidades em conflito na região, assim como mediante o aprimoramento de acordos existentes será possível estancar a destrutividade indiscriminada da violência e construir um caminho de solução.

O uso da força no plano internacional somente pode ser admitido se esgotadas todas as alternativas de solução diplomática. A força somente pode ser exercida de acordo com a Carta das Nações Unidas e de modo consistente com as deliberações do Conselho de Segurança. Do contrário, estará solapada a credibilidade da Organização, dando margem não apenas à ilegitimidade, mas também a situações de equilíbrio precário e não-duradouro.

No caso específico do Iraque, o Brasil sustenta que cabe ao Conselho de Segurança decidir as medidas necessárias para assegurar o pleno cumprimento das resoluções pertinentes. O exercício pelo Conselho de Segurança de suas responsabilidades constitui a forma de desanuviar tensões e evitar riscos imprevisíveis de desestabilização mais abrangente.

Em Angola, os últimos desenvolvimentos positivos devem ser sustentados pela

comunidade internacional para a reconstrução do país e a consolidação da paz e da democracia.

O objetivo de fortalecer o sistema de segurança coletiva permanece um desafio.

O Conselho de Segurança precisa ser reformado de modo a aumentar sua legitimidade e criar bases mais sólidas para a cooperação internacional na construção de uma ordem internacional justa e estável. Deve ser parte essencial da reforma a expansão do número de membros, tanto na categoria de permanentes quanto de não-permanentes.

O Brasil já manifestou – e o reitero neste momento – que está pronto a dar a sua contribuição para o trabalho do Conselho de Segurança e a assumir todas as suas responsabilidades.

Senhor Presidente,

Para o Brasil, as Nações Unidas são o espaço público para gerar o poder, que só resulta, na lição de Hannah Arendt, da capacidade humana de agir em conjunto.

A ONU é essa peça essencial da criação de uma governança global voltada para a distribuição mais eqüitativa dos benefícios da paz e do progresso.

Daí nossa visão de futuro, uma visão consagrada da solidariedade entre povos e nações, uma visão legitimada por uma concepção renovada e participativa do poder.

Inspira-nos a observação de Guicciardini, o conterrâneo e contemporâneo politicamente mais bem sucedido do que Maquiavel: “Entre os homens, usualmente, pode muito mais a esperança do que o medo”.

Muito obrigado.

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ARGENTINA, EDUARDO DUHALDE

BRINDE DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NO ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA ARGENTINA, EDUARDO ALBERTO DUHALDE.
BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, EM 26 DE SETEMBRO DE 2002

Ao renovar as boas vindas a Vossa Excelência, Presidente Duhalde, gostaria de transmitir uma mensagem muito especial de amizade e confiança ao povo e ao governo da Argentina.

Sua visita nos anima a reafirmar a unidade irreversível que estamos construindo entre nossos países.

Esteja seguro, caro Presidente, de que o Brasil acredita na recuperação da Argentina e em sua capacidade de crescer.

A Argentina tem uma história de progresso e pujança econômica, de lutas sociais, de riqueza cultural.

Este patrimônio é a garantia de que, mesmo em circunstâncias mais adversas, é possível vencer as crises.

Infelizmente, o apoio da comunidade internacional tem sido tímido.

Os organismos financeiros ainda não fizeram tudo o que podiam para ajudar a Argentina.

Espero que venham a fazê-lo em breve.

Por coincidência, Brasil e Argentina preparam-se para mudanças de governo.

Mudanças costumam dar margem a expectativas e ansiedades.

Nem sempre por motivos racionais, trazem nervosismo aos mercados.

Mas nada justifica as absurdas variações cambiais dos últimos dias e tampouco o aumento sem precedentes do famigerado “risco-país”.

É como se a continuidade democrática em nossos países, pela qual tanto lutamos, ficasse agora sujeita a avaliações supostamente idôneas de consultores e operadores de mercado.

Isso, sem dúvida, seria uma involução.

O que determina o rumo de um país é a vontade soberana de seu povo, queiram ou não os especuladores.

Quando se olha a situação real da economia, fica evidente que esses fenômenos são resultado apenas de jogo de interesses - interesses que não são os de nossos países, que não são os de nosso povos.

Por isso, Presidente Duhalde, quero expressar o reconhecimento do Brasil pelo empenho de seu governo em atravessar com êxito este momento delicado da história argentina.

Quero saudar os integrantes da comitiva que o acompanha – Ministros, Governadores, altos

funcionários e homens de negócio – e cuja presença aqui entre nós simboliza a crença da Argentina em seu relacionamento com o Brasil.

Simboliza a mesma crença no Mercosul.

O Brasil reafirma também seu compromisso com a Argentina e com o Mercosul.

Não simplesmente porque o fortalecimento do nosso projeto de integração é um sinal positivo para os investidores internacionais.

Sabemos que o mercado ampliado de nossos países e a contribuição do Mercosul para a estabilidade política e econômica da região são valorizados lá fora.

Mas esse compromisso é parte de uma crença maior.

É a crença em nosso destino comum, em nossa capacidade de construirmos juntos o futuro.

É com essa crença e esse compromisso que temos encontrado solução para os problemas que naturalmente surgem de uma relação tão intensa quanto a nossa.

Hoje, estamos dando provas disso.

Renovamos o acordo automotivo.

Superamos as restrições comerciais através do esforço que ficou consagrado como o de “limpar a mesa”.

A mesa, agora, está limpa e convida a nos debruçarmos sobre ela para trabalhar em novos projetos conjuntos, para planejar os próximos passos da nossa integração.

Flexibilizamos as normas relativas ao financiamento do comércio.

Esta é uma grande conquista, que permite ampliar os horizontes do nosso intercâmbio em um momento de dificuldades não apenas no plano regional, mas também no plano global.

É o que continuaremos a fazer nos mais variados campos: transportes, energia,

educação e cultura, ciência e tecnologia, cooperação fronteiriça.

Estamos avançando também na integração com os demais parceiros da América do Sul.

Confio em que, ainda no meu Governo, possamos concluir as negociações com a Comunidade Andina.

Isso confirma que o Mercosul há de ser um alicerce do desenvolvimento em toda a região sul-americana.

Como tem sido, sempre, um alicerce da paz e da democracia.

Presidente Duhalde,

A Argentina sempre foi uma referência fundamental na minha vida acadêmica e na minha vida política.

Às pesquisas de sociólogo, pude acrescentar a vivência de homem público, o que me aproximou ainda mais deste vizinho querido.

Como Presidente do Brasil, dediquei muitas horas do meu dia-a-dia à Argentina, à construção da nossa aliança estratégica, ao fortalecimento da nossa confiança.

Continuarei pela vida afora com essa dedicação.

E tenho certeza de que, dentro de poucos meses, meu sucessor estará fazendo o mesmo.

Acredito que Brasil e Argentina devem enfrentar juntos os desafios da globalização: integrar cadeias produtivas, aumentar sua competitividade, disputar juntos os mercados internacionais.

O Brasil não contempla nenhuma iniciativa ou projeto regional sem a parceria com a Argentina.

Os entendimentos a que chegamos nesta visita de Vossa Excelência servem de resposta aos céticos e pessimistas.

A cooperação Brasil-Argentina não comporta nem pessimismo, nem medo ou desânimo diante das adversidades.

Juntos, participamos das negociações sobre a ALCA e a possibilidade de um acordo de livre comércio com a União Européia.

Juntos, combatemos o apego dos países ricos ao protecionismo, em particular dos produtos agrícolas.

E se juntos podemos fazer tudo isso é porque muitas afinidades e interesses nos aproximam.

Dispomos de uma estrutura econômica sofisticada, capaz de atrair investimentos produtivos e absorver novas tecnologias.

Tenho, por isso, confiança sem limites no futuro da nossa integração.

Peço aos presentes me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Eduardo Duhalde, ao êxito constante do Mercosul e à amizade permanente entre o Brasil e a Argentina.



**AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A OPERAÇÃO NO BRASIL DA UNIDADE
TEMÁTICA DO PNUD SOBRE REDUÇÃO DA POBREZA**

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO AJUSTE
COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO BRASILEIRO E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A OPERAÇÃO NO BRASIL DA UNIDADE TEMÁTICA DO
PNUD SOBRE REDUÇÃO DA POBREZA, 01 DE OUTUBRO DE 2002

Em 6 de maio de 2002, assinei, junto com o Representante Residente do PNUD no Brasil, Senhor Walter Franco, Carta de Intenções entre o Governo brasileiro e aquele Programa para o estabelecimento, no Brasil, de um Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza.

Naquela oportunidade, assinelei que a criação do Centro representava o reconhecimento da importância que o tema da pobreza adquirira na formulação das políticas nacionais e na agenda internacional.

A crescente visibilidade da pobreza é uma das principais características de nosso momento histórico. Por essa razão ela se transforma em tema de preocupação que não pode ser ignorado. Mais preocupante ainda: ela não pode ser contida, confinada a uma parte do planeta. Ela atinge a todos. A pobreza é fenômeno de múltiplos significados: é falta de acesso para uns, exclusão para muitos e desumanizante para todos.

O IPEA, que nestes trinta e oito anos de existência realizou estudos e análises econômicas e sociais de qualidade internacional reconhecida tem demonstrado indiscutível capacidade para tratar do problema da pobreza e vencer os esquemas intelectuais que limitam tanto a sua compreensão quanto as propostas para sua redução. Com efeito, o retrato do Brasil realizado pelo IPEA destaca as diferenças, ilumina os contrastes e projeta a elaboração de políticas que espelham os anseios de inclusão e de justiça social, que nos marcam a todos. Nesse contexto, a parceria do IPEA com o PNUD na concepção, criação e funcionamento do Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza é um testemunho eloquente da importância atribuída ao tema, bem como a segurança de que o seu tratamento receberá a atenção das melhores mentes da comunidade internacional.

Hoje, quatro meses após a assinatura da Carta de Intenções, encerrado o processo

negociador do texto que permitirá, uma vez assinado e publicado, o funcionamento no Brasil do Centro Internacional de Políticas de Redução da Pobreza, vem-me à lembrança, com saudade e admiração, o nome do Professor Vilmar Faria, foi um dos principais promotores desse Centro.

Aproveito para cumprimentar o Senhor Walter Franco e solicitar que transmita ao Senhor Mark Malloch Brown a satisfação do Governo brasileiro com a assinatura deste Ajuste Complementar. A partir de agora estão constituídas as bases para o funcionamento um Centro dedicado a tema que afeta segmento tão importante da humanidade. Da mesma forma, aproveito a oportunidade para cumprimentar o Professor Roberto Martins pela excelência do trabalho realizado a frente de um Instituto que hoje é dotado de grau de excelência internacionalmente reconhecido.

Ao finalizar, recorro ainda que o Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza será instalado em dependência do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro. Compartilhará um espaço que testemunhou o florescimento da grande tradição da diplomacia brasileira. Por essa razão, a instalação do Centro no Palácio Itamaraty é um ato simbólico da centralidade que tem o tema de combate à pobreza em nossa agenda de política internacional.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM DIÁLOGO GLOBAL”

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO LAFER, NA SESSÃO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DIREITOS HUMANOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM DIÁLOGO GLOBAL”, 08 DE OUTUBRO DE 2002

Senhor Ministro da Justiça,
Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal,
Senhor Secretário de Estado dos Direitos Humanos,
Senhores Embaixadores,
Senhores convidados,
Senhoras e Senhores,

É para mim uma grande honra, motivo de especial satisfação abrir este Seminário Internacional sobre direitos humanos e cooperação internacional.

Felicito o Ministro da Justiça, Dr. Paulo de Tarso Ribeiro; o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Doutor Nilson Naves; e o Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Professor Paulo Sérgio Pinheiro, por esta iniciativa compartilhada com o Itamaraty e pela dedicação e empenho em promovê-la.

Senhoras e Senhores,

Um seminário como o que se concebeu, e que hoje se inaugura, somente se presta à adequada interpretação num quadro que leve em conta a evolução dos direitos humanos no plano internacional e em cada um dos países que integram a comunidade das Nações.

Muito aprendemos, nas últimas décadas, a respeito da importância vital da defesa e promoção dos direitos humanos como forma de os valores ético-políticos da comunidade internacional se afirmarem. Nesse contexto, parece-me fundamental recordar um dos conceitos básicos do pensamento de Hannah Arendt, o “direito a ter direitos”, noção cada vez mais presente na base dos regimes democráticos contemporâneos.

O “direito a ter direitos”, explorado intelectualmente por Hannah Arendt, relaciona-se com a arguta observação de Bobbio, quando este indica a substituição da ênfase na noção de dever dos súditos pela dos direitos do cidadão. O poder do governante passa definitivamente a ter limites; a Razão de Estado é contida; introduz-se novo elemento integrante do conceito de soberania. Abrem-se, enfim, perspectivas mais favoráveis à convergência que se deve sempre buscar entre Ética e Política.

A Conferência de Viena, de 1993, assegura avanços e abre novo ciclo de conquistas para a causa dos direitos humanos. O Brasil, cujas práticas democráticas se afirmam a cada dia,

tem procurado seguir à risca os preceitos da Conferência de Viena e aperfeiçoar, no plano interno, a luta pelos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Superado o longo ciclo autoritário, os direitos humanos passaram a integrar a agenda não apenas dos especialistas e da academia, mas também se inscreveram entre os valores que orientam a população deste país.

Nos seus dois mandatos o Presidente Fernando Henrique Cardoso pôs em prática inúmeras medidas para atender às reivindicações da sociedade nesse campo. Dispomos hoje de mecanismos de Estado para defender, promover e proteger os direitos humanos. Dentre eles cabe realçar a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos chefiada pelo Professor Paulo Sérgio Pinheiro, conhecido combatente na luta pelos direitos humanos no País. Estimulamos o diálogo com a sociedade civil e tratamos de criar, por meio da política econômica e de políticas públicas específicas, condições que viabilizem ações vigorosas, eficazes e sustentáveis no campo social, que afirmem os direitos humanos no País e contribuam para sanar o déficit social e a discriminação racial que marcam nossa história.

Dispomos de um Programa Nacional dos Direitos Humanos, que incorpora a preocupação com os direitos civis e políticos. Somos parte de todos os instrumentos internacionais que constituem o núcleo da promoção e proteção dos direitos humanos nas dimensões regional e planetária. Reconhecemos a existência do racismo e da discriminação racial entre nós, tratamos de discuti-los de maneira profunda e passamos a adotar medidas para combatê-los. Reconhecemos plenamente as competências, inclusive jurisdicional, das instâncias regionais de direitos humanos - a Comissão e a Corte Interamericanas.

Formulamos convite aberto e permanente (*standing invitation*) a todos os mecanismos da Comissão de Direitos Humanos, para visita ao Brasil. Reconhecemos a competência do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de racismo e/ou discriminação racial ocorridas no Brasil. Assinalo que se encontra em curso processo de reconhecimento de competência similar do Comitê contra a Tortura. Apoiamos a adoção do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.

Senhoras e Senhores,

O Presidente Fernando Henrique Cardoso vem enfatizando que há um mal-estar indistigável no processo de globalização, processo que tem ficado aquém de suas promessas. Partidários da globalização, entendemos que esta somente terá sustentabilidade histórica se incorporar a dimensão da justiça e da equidade.

Mas a globalização, como horizonte insuperável do nosso tempo, requer a reforma das instituições econômicas e financeiras. Não pode limitar-se ao triunfo do mercado. É necessário assegurar-se a incorporação da perspectiva ética, solidária e equitativa ao conceito de globalização, fazendo-o então compatível com a concepção moderna de desenvolvimento social e de respeito aos direitos humanos.

Outro fenômeno que me parece crucial na atualidade, inclusive no que se refere aos direitos humanos, é o terrorismo e as formas adotadas para combatê-lo. Uma vez mais assinalo que o Brasil soma-se à defesa dos princípios e obrigações previstos no direito internacional, aí incluídos os referentes aos direitos humanos e humanitário; a lógica do medo não pode prevalecer sobre a necessidade da cooperação internacional.

Mencionei as distorções da globalização e a luta contra o terrorismo com o intuito de sublinhar o fato de que, apesar de todos os avanços ocorridos na metade final do Século XX, os direitos humanos não estão imunes a retrocessos. É necessário, particularmente nas conjunturas adversas, perseverar no caminho traçado por aqueles e aquelas que, nem bem cessados os ruídos da máquina da guerra no final dos anos 40, preconizaram a construção de mecanismos para um mundo necessariamente a ser também pautado pela Ética e pela Lógica dos direitos.

Senhoras e Senhores,

O Seminário Internacional “Cooperação Internacional e Direitos Humanos: um Diálogo Global”, que hoje inauguramos nesta Sala do Palácio Itamaraty, tem como eixo central a cooperação e o diálogo em direitos humanos na agenda internacional.

É nossa expectativa que o intercâmbio de idéias nos dois dias de sua duração sirvam para o conhecimento recíproco de experiências e permitam explorarmos juntos as possibilidades de cooperação que existem entre nossos países.

O formato flexível adotado para o Seminário, a partir de mesas-redondas temáticas, tem o mérito de estimular o diálogo franco e objetivo. Procurou-se ter ao redor de nossas mesas uma representação diversificada, seja do ponto de vista geográfico, cultural e político. É a partir da diversidade de percepções que o diálogo e o entendimento prosperam.

Desejo-lhes a todos muito sucesso.

Muito obrigado.



SESSÃO ABERTA DO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE A SITUAÇÃO NO IRAQUE

DISCURSO DO EMBAIXADOR GELSON FONSECA JÚNIOR,
REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ONU, PROFERIDO
NA SESSÃO ABERTA DO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE A
SITUAÇÃO NO IRAQUE. NOVA IORQUE, 17 DE OUTUBRO DE 2002

Senhor Presidente,

Somos gratos ao Movimento Não-Alinhado pela iniciativa de solicitar a realização deste debate aberto, debate que poderia ter sido convocado ainda antes por iniciativa dos próprios membros do Conselho de Segurança. Os acontecimentos nos últimos meses têm levantado sérias preocupações, visto que a comunidade internacional parece estar sendo levada para a terrível lógica da guerra.

Trata-se de assunto crucial de interesse dos membros das Nações Unidas como um todo. A paz e a segurança internacionais estão claramente em risco, bem como a própria credibilidade de nossa Organização, de seus princípios e métodos de trabalho. Não apenas deveria o Conselho de Segurança beneficiar-se das opiniões dos Estados não membros quanto aos passos mais apropriados a serem dados, mas também o conjunto dos Estados-membros das Nações Unidas deve ser consultado sobre as difíceis escolhas políticas que estão sob exame do Conselho.

Senhor Presidente,

Em momentos como este, nossas escolhas coletivas devem ser orientadas pela necessidade

de assegurar respeito incondicional às normas de direito internacional consubstanciadas na Carta das Nações Unidas e às decisões mandatórias adotadas pelo Conselho de Segurança, bem como pela possibilidade de recorrer aos instrumentos dados pela Carta a fim de assegurar a manutenção da paz e da segurança; o uso da força militar deve ser considerado apenas como último recurso.

Como afirmou o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, no Debate Geral da atual sessão da Assembléia Geral:

“O uso da força no plano internacional somente pode ser admitido se esgotadas todas as alternativas de solução diplomática. A força somente pode ser exercida de acordo com a Carta das Nações Unidas e de modo consistente com as deliberações do Conselho de Segurança. Do contrário, estará solapada a credibilidade da Organização, dando margem não apenas à ilegitimidade, mas também a situações de equilíbrio precário e não-duradouro. No caso específico do Iraque, o Brasil sustenta que cabe ao Conselho de Segurança decidir as medidas necessárias para assegurar o pleno cumprimento das resoluções

pertinentes. O exercício pelo Conselho de Segurança de suas responsabilidades constitui a forma de desanuviar tensões e evitar riscos imprevisíveis de desestabilização mais abrangente.”

Não deve haver qualquer dúvida sobre o que toda a comunidade internacional espera das autoridades iraquianas. O fato de que o Iraque tenha se negado flagrantemente a cooperar com as Nações Unidas na implementação das resoluções do Conselho de Segurança é motivo de grande preocupação, e não desprovido de conseqüências para a manutenção da paz e da segurança internacionais. O Iraque deve cumprir de forma estrita e incondicional suas obrigações nos termos dessas resoluções. A comunidade internacional requer garantias plenas e verificáveis de que o Iraque desmantelou seus programas de armas de destruição em massa e de que não tem condições de retomá-los.

O Conselho de Segurança deve atuar de acordo com o desejo da comunidade internacional de que as inspeções no Iraque

sejam retomadas o quanto antes, com vistas a assegurar a eliminação de todas as armas de destruição em massa. Para tanto, faz-se absolutamente necessário o cumprimento integral das resoluções e a cooperação por parte das autoridades iraquianas. As inspeções devem ser levadas a cabo de modo independente pelas Nações Unidas e pela Agência Internacional de Energia Atômica, com a cooperação irrestrita do Iraque.

O Conselho também deve ser encorajado a definir incentivos para esse pleno cumprimento, que levassem ao abrandamento e gradual levantamento do regime de sanções.

Se e quando necessárias, medidas adicionais de aplicação das resoluções deveriam ser consideradas pelo Conselho de Segurança, à luz da avaliação e dos resultados das inspeções.

Senhor Presidente,

Acreditamos que este debate dará ao Conselho de Segurança um quadro mais claro das visões dos Estados-membros nessa questão de grande preocupação para todos nós.

XXII ENCONTRO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR (ENAEX)

APRESENTAÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NO XXII ENCONTRO NACIONAL DE COMÉRCIO EXTERIOR (ENAEX) - “CENÁRIO INTERNACIONAL, AGENDA DE NEGOCIAÇÃO EXTERNA E PROTECIONISMO”, EM 24 DE OUTUBRO DE 2002

Gostaria de iniciar com um agradecimento aos organizadores do ENAEX pelo convite para compartilhar, mais uma vez, idéias sobre a nossa agenda de negociações internacionais.

No ano passado, eu dizia aqui que melhorar o desempenho do comércio exterior brasileiro é fundamental para assegurar a sustentabilidade a médio e longo prazo de nossas contas externas. A deterioração do cenário internacional tornou essa tarefa ainda mais urgente. O Brasil precisa retomar o crescimento. O Brasil precisa diminuir a vulnerabilidade externa. A única maneira de fazer isso é através do crescimento das nossas exportações.

O aumento das exportações é que nos dará escala para competir em preço e qualidade com nossos concorrentes. Isto vale tanto nos mercados externos como no próprio mercado doméstico. O crescimento das exportações trará produtividade, emprego e renda. Restringir as importações não é uma alternativa: só serviria para elevar custos e gerar ineficiência. Os exportadores e os que concorrem com importações precisam ter acesso a insumos em condições comparáveis às de seus competidores. Essa é uma decorrência da lógica de *outsourcing*: para sermos competitivos, é

preciso que nossas empresas possam concentrar esforços em suas atividades-fim, sem terem que arcar com a ineficiência de outros.

Apesar de uma conjuntura extremamente desfavorável, o comércio exterior brasileiro vem dando mostras de grande dinamismo. Temos que acreditar nos nossos exportadores. Nosso objetivo nas negociações comerciais externas é assegurar que esse dinamismo não será tolhido por barreiras. Ainda falta ampliar e consolidar as reformas macro e microeconômicas no Brasil. Quando isso acontecer, é necessário que nossos produtos tenham condições mais adequadas de acesso aos mercados externos.

Para isso, o Governo tem apoiado a abertura de novos mercados e lutado para eliminar barreiras contra nossos produtos. É um esforço conjunto que envolve o Itamaraty, o Ministério do Desenvolvimento, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Fazenda. Graças a essa mobilização têm-se multiplicado as exportações para novos mercados. Neste ano, as exportações para a Rússia aumentaram 17%; para a Coreia do Sul, 25%; para os Emirados Árabes, 50%; para a Índia, mais de 80%. Demos apoio político aos exportadores brasileiros em todos os quadrantes do planeta.

Mas ainda são muitas as barreiras que nossos produtos enfrentam lá fora. Tarifas, quotas, medidas antidumping, direitos compensatórios, aplicação discriminatória de regulamentos técnicos, sanitários e fitossanitários: tudo isso representa obstáculos a nossos produtos. O câmbio ajuda, mas não resolve tudo. Ao contrário, o próprio aumento de nossa competitividade estimulará novas medidas protecionistas contra nossos produtos.

É preciso assegurar oportunidades para nossas exportações tradicionais. É preciso abrir espaço para produtos que vêm despontando com potencial exportador: frutas, cafés especiais, cachaça, carnes, móveis, autopeças, máquinas e componentes. É preciso acabar com o escalonamento tarifário, que pune nossos produtos com maior valor agregado.

A forma mais rápida e eficiente de fazer isso é através de acordos de livre comércio. Com condições de acesso garantidas, os empresários brasileiros poderão planejar e investir. Os investidores estrangeiros incluirão o Brasil em seus planos. Isso significa crescimento, significa empregos, significa melhores salários.

O Brasil encontra-se no momento engajado no mais amplo conjunto de negociações comerciais de sua história. Se soubermos levar a bom termo essas negociações, serão geradas melhores condições de acesso em praticamente todos os mercados. E todos os mercados são relevantes para o Brasil. A distribuição equilibrada de nosso comércio exterior é uma vantagem que nos convém preservar. Em 2001, 29% de nossas exportações foram destinadas à América do Norte e 30% foram para a Europa. A América do Sul absorveu 21%, a Ásia, 12% e o resto do mundo, 8% de nossas exportações. O aumento de nossa participação no comércio

mundial não pode prescindir de uma atuação em diversos tabuleiros. É com esse objetivo que estamos negociando simultaneamente em várias frentes: no Mercosul, com a Comunidade Andina, na ALCA, com a União Européia, na OMC.

Quero destacar aqui o muito que tem sido feito para eliminar os obstáculos ao comércio com nosso entorno geográfico. O Brasil sempre foi favorável a uma estratégia em círculos concêntricos, baseada na ampliação do comércio a partir de nossos vizinhos sul-americanos. Essa foi a concepção que balizou a criação do Mercosul. Além de sua dimensão política, a união aduaneira é um campo de treinamento para a participação do Brasil na economia global.

A reversão da corrente de comércio no último ano é um fenômeno passageiro. Já se verificam os primeiros sinais de estabilização. Assim que a economia de nossos parceiros se recuperar, o comércio retomará e superará os volumes do passado. É nos momentos de dificuldade que se conhecem os verdadeiros amigos e o Brasil tem sido um parceiro fiel. É bom lembrar, no entanto, que ao ajudar a recuperação de seus vizinhos, o Brasil também está defendendo seus próprios interesses.

Além de recuperar e fortalecer o Mercosul, registramos avanços importantes com o resto da América Latina. No primeiro semestre, concluímos um acordo que antecipa a liberalização comercial com o Chile. Assinamos um acordo de preferências tarifárias com o México para produtos que alcançaram um valor de comércio de US\$ 2,5 bilhões em 2001. Neste ano nosso comércio com o México já cresceu 25% em relação ao ano passado. Vamos evoluir para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o México.

Nossa prioridade imediata é o acordo de livre comércio com a Comunidade Andina,

que esperamos concluir até o final do ano. Esse acordo, somado às iniciativas em curso na área de infra-estrutura – transportes, logística, comunicações – permitirá criar na América do Sul um verdadeiro espaço econômico ampliado. Pela primeira vez na história, estarão dadas de forma efetiva as condições para explorar o potencial de crescimento endógeno da região.

A integração latino-americana nos fortalece para concorrer nos mercados mundiais. Não é, no entanto, uma alternativa. O Brasil é grande demais para limitar suas opções à sua vizinhança imediata. Por isto, é fundamental continuarmos a explorar as possibilidades que nos oferecem as negociações da ALCA, da União Européia e da OMC.

As negociações da ALCA e com a União Européia são as que oferecem maiores oportunidades, por se tratarem dos maiores mercados do planeta. São também negociações difíceis, com parceiros poderosos. Para nos prepararmos, há todo um trabalho de reformas internas que precisa ser feito. É sempre bom lembrar, no entanto, que os outros países não vão esperar sentados que resolvamos todos os nossos problemas internos antes de começar a negociar.

Na ALCA, buscamos o livre comércio com países que hoje recebem 50 por cento de nossas exportações totais e são o destino de 70 por cento de nossos manufaturados. A União Européia recebe mais de um quarto de nossas exportações. O desafio consiste não apenas em abrir o mercado agrícola comunitário, mas também em expandir nossas exportações de manufaturados para um mercado ainda pouco explorado por nós.

Tanto nos Estados Unidos como na União Européia enfrentamos concorrência acirrada dos países desenvolvidos e de outros países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos

negociaram reduções tarifárias para os produtos de seu interesse no GATT, ao passo que os países mais pobres gozam de preferências comerciais mais amplas do que nós.

Um dos nossos principais objetivos negociadores é justamente o de evitar a discriminação contra nossos produtos. Por si só, esse já seria um bom motivo para continuar negociando. Se a isso agregarmos a perspectiva de eliminar barreiras e de consolidar condições de acesso, a opção pela negociação aparece claramente como a mais vantajosa para o país.

Temos dito com toda a clareza que não estamos interessados em acordos que apenas eliminem tarifas mas deixem intocado o arsenal de medidas protecionistas de que dispõem os EUA e a União Européia. Há temas, no entanto, que não podem ser plenamente resolvidos nas negociações regionais. É o caso dos subsídios agrícolas, em que as concessões que obtivermos da União Européia beneficiarão os EUA e vice-versa. Será mais fácil avançar, por conseguinte, em um foro que reúna todos os principais interessados. Os ganhos que poderão ser obtidos na OMC em matéria de antidumping, subsídios, barreiras técnicas ou medidas sanitárias e fitossanitárias são, assim, o complemento necessário para a eliminação de tarifas e barreiras não tarifárias no Hemisfério e na União Européia. Com regras claras, transparentes e objetivas na OMC, e com acesso preferencial nos EUA e na Europa, teremos condições efetivas de acesso para nossas exportações.

O prazo previsto para a conclusão seja das três grandes negociações em que estamos envolvidos - ALCA, União Européia e OMC - é o início de 2005. O Brasil tem-se empenhado para manter um certo paralelismo, que permitirá avaliar de forma conjunta os ganhos para o país nos diferentes foros negociadores.

As negociações não são fáceis. Ficaram ainda mais difíceis com a onda protecionista que se verifica em nossos principais parceiros comerciais, afetando negativamente o clima para todas as grandes negociações comerciais. As salvaguardas siderúrgicas e a *Farm Bill* norte-americana são exemplos de medidas protecionistas recentes. Mas não é da natureza da política externa ser fácil. Negociar acesso para nossos produtos é um esforço que vale a pena. É um esforço necessário: mesmo um país de escala continental como o Brasil, nas condições atuais da realidade internacional, não pode ficar isolado. Repito mais uma vez: para gerar emprego e renda e diminuir a dependência dos capitais externos, é imprescindível expandir exportações e, para isso, devemos explorar todas as oportunidades de abertura de mercados.

É importante ressaltar, neste momento de transição para um novo Governo, que até agora todos os nossos principais interesses foram resguardados, seja em relação a prazos, seja em relação à substância. Empenhei-me a fundo para assegurar prazos compatíveis com nosso calendário eleitoral. As principais decisões táticas e estratégicas ficarão a cargo do próximo governo. Naturalmente, muito dependerá da efetiva disposição de nossos parceiros para abrirem seus mercados. Ainda assim, após 8 anos de negociações, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, deixa aberta uma oportunidade histórica, sem nenhuma hipoteca. Fez isso por considerar que as condições de nossa integração na economia mundial são questões de Estado, e não de ideologia ou de política partidária. As oportunidades estão aí. É importante para a prosperidade e para o futuro do Brasil que saibamos aproveitá-las.

IV FÓRUM SOCIAL DA INTEGRAÇÃO E DO MERCOSUL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO “PRÊMIO HELENO FRAGOSO PELOS DIREITOS HUMANOS”, POR OCASIÃO DO IV FÓRUM SOCIAL DA INTEGRAÇÃO E DO MERCOSUL, PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO DE JURISTAS PELA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA (AJIAL), EM 25 DE OUTUBRO DE 2002

Desejo, antes de mais nada, cumprimentar a Associação de Juristas pela Integração da América Latina pela iniciativa de realizar o IV Fórum social da Integração e do Mercosul e agradecer o convite para proferir a Conferência desta noite.

Os direitos humanos têm sido objeto constante de minhas reflexões. Desde o pós-II Guerra Mundial vem-se assistindo a uma evolução na configuração internacional dos direitos humanos. Em particular, desde os anos 90 essa evolução acelerou-se, passando esses direitos a definitivamente integrar a agenda internacional, como um dos grandes temas que estão sempre presentes no relacionamento entre os Estados e que exigem continuada atenção.

Mas não é apenas na vertente internacional que verificou-se o aumento significativo da importância dos direitos humanos. Também, no plano interno, seja no Brasil ou em qualquer outro país, esses direitos passaram a receber atenção especial e a serem requisito básico para a legitimidade dos governantes.

Muito aprendemos, nas últimas décadas, a respeito da importância vital da defesa e promoção dos direitos humanos como forma

de os valores ético-políticos da comunidade internacional se afirmarem. Nesse contexto, parece-me fundamental recordar um dos conceitos básicos do pensamento de Hannah Arendt, o “direito a ter direitos”, noção cada vez mais presente na base dos regimes democráticos contemporâneos.

O “direito a ter direitos”, explorado intelectualmente por Hannah Arendt, relaciona-se com a arguta observação de Norberto Bobbio, quando este indica a substituição da ênfase na noção de dever dos súditos pela dos direitos do cidadão. O poder do governante passa definitivamente a ter limites; a Razão de Estado é contida; introduz-se novo elemento integrante do conceito de soberania. Abrem-se, enfim, perspectivas mais favoráveis à convergência que se deve sempre buscar entre Ética e Política.

Ainda segundo Bobbio, a história nos últimos séculos tem sido “teatro das guerras religiosas para a conquista da tolerância de todas as fés, das guerras nacionais para a eliminação do domínio de uma nação sobre outra, e para o reconhecimento das minorias, das revoluções liberais para a afirmação da

liberdade de pensamento e de ação política, da luta de classe para a emancipação do quarto estado, da lenta revolução pacífica ... em direção à igualdade entre os sexos” – esta, aliás, “a única revolução pacífica da história !”, conforme frisa aquele pensador.

Dessa maneira, fica patente o esmaecimento da tradicional divisão entre as esferas internacional e a nacional. Externo e interno interagem e se influenciam, tendo os direitos humanos como um dos fatores mais sensíveis nessa vinculação nos dois sentidos.

Todos os países temos à disposição uma arquitetura internacional de defesa, promoção e proteção dos direitos humanos, resultado das conquistas intelectuais e da evolução histórica que se inaugura no pós-II Guerra. Incorpora-se paulatina, mas inexoravelmente, a perspectiva dos governados. O “bom governo” passa a ser entendido a partir dessa perspectiva, que se centra na confluência do Estado com a Sociedade Civil, deixando para trás seja a virtude idealizada do Príncipe, seja o autoritarismo puro e simples, seja o despotismo esclarecido.

A Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, constitui marco importante dessa trajetória recente da inserção dos direitos humanos nas agendas nacionais e na agenda internacional. O encontro de 1993, com a participação de todos os países, levou à adoção, por consenso, de uma Declaração e de um Programa de Ação que asseguraram avanços e abriram novo ciclo de conquistas.

De Viena saíam consagradas, para toda a comunidade internacional, as noções de universalidade, de interdependência e de indivisibilidade de todos os direitos humanos.

O Brasil, cujas práticas democráticas se afirmam a cada dia, tem procurado seguir à risca os preceitos da Conferência de Viena

e aperfeiçoar, no plano interno, a luta pelos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Defendemos, na área dos direitos humanos, princípios básicos como o da universalidade de sua aplicação; da indivisibilidade e interdependência desses direitos, sejam civis e políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito dos países ao desenvolvimento. Enfatizamos a importância da transparência de atitudes; a legitimidade da preocupação internacional; o respeito recíproco; e o reconhecimento da interlocução crescente com as organizações não-governamentais e representações da sociedade civil. Ressaltamos, por essencial, a defesa intransigente da proteção dos direitos humanos sob qualquer circunstância e em qualquer lugar do mundo.

Superado o longo ciclo autoritário que nefastamente marcou nossa história recente, a sociedade brasileira avançou exponencialmente nas suas demandas ao Estado, em particular na última década. Os direitos humanos passaram a integrar a agenda não apenas dos especialistas e da academia, mas também se inscreveram entre os valores que orientam a população deste país. Não se trata apenas da liberdade civil e política, mas também do aperfeiçoamento constante do funcionamento das instituições democráticas e do lançamento de condições econômicas que favoreçam progressivamente a plena realização de todos os direitos. Trata-se, efetivamente, de amalgamar valores como liberdade, igualdade e solidariedade.

Com esse pano de fundo, nos seus dois mandatos o Presidente Fernando Henrique Cardoso pôs em prática inúmeras medidas para atender às reivindicações da sociedade.

Dispomos hoje de mecanismos de Estado para defender, promover e proteger os direitos humanos. Dentre eles cabe realçar a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos chefiada pelo

Professor Paulo Sérgio Pinheiro, conhecido combatente na luta pelos direitos humanos no País.

Conseqüentes com a democracia e a consolidação da cidadania, temos estimulado o diálogo pleno com a sociedade civil e tratado de criar, por meio da política econômica e de políticas públicas específicas, condições que viabilizem ações vigorosas, eficazes e sustentáveis no campo social, que afirmem os direitos humanos no País e contribuam para sanar o déficit social e a discriminação racial que marcam nossa história.

Não quero cansar-lhes com enumeração exaustiva do que já foi feito internamente nos últimos anos, mas acredito ser útil dar alguns exemplos para ilustrar a convergência do discurso brasileiro sobre direitos humanos com a prática do dia a dia de governo.

Somos parte de todos os instrumentos internacionais que constituem o núcleo da promoção e proteção dos direitos humanos nas dimensões regional e planetária; dispomos de um Programa Nacional dos Direitos Humanos - fomos, aliás, um dos primeiros países que adotaram documento dessa envergadura logo depois da Conferência de Viena - somando à preocupação com os direitos civis e políticos que marcaram, cinco anos atrás, sua primeira formulação, a dimensão dos direitos econômicos, sociais e culturais, após extensa consulta à sociedade civil; reconhecemos - e o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem sido extremamente claro em seus pronunciamentos a respeito - a existência do racismo e da discriminação racial entre nós, tratando ao mesmo tempo de estimular profundo debate a respeito e de adotar medidas para combater esses crimes.

Sobre este último aspecto, creio ser importante indicar o intenso processo social colocado em curso pela preparação para a III

Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, no ano passado, no período de 31 de agosto a 8 de setembro.

O Brasil participou ativamente do processo preparatório e da Conferência, com delegação numérica e qualitativamente expressiva, integrada por representantes governamentais, do Parlamento e dos principais segmentos da sociedade mais vulneráveis ao racismo e à discriminação.

Com relação à vertente internacional do processo preparatório para a Conferência de Durban, assumimos em vários momentos papel de relevo; na sua vertente nacional, o processo de preparação do Brasil para a Conferência foi levado a cabo pelo Comitê Preparatório Nacional, presidido pelo Embaixador Gilberto Sabóia, então Secretário de Estado dos Direitos Humanos, e integrado por representantes de Ministérios e outros setores governamentais, bem como por representantes e personalidades do movimento negro, de grupos indígenas, religiosos e de organizações não-governamentais que lidam com o tema do racismo e da intolerância.

O Comitê Nacional reuniu-se diversas vezes em Brasília, muitas delas no Itamaraty. Em uma ocasião, recebi os membros do Comitê e reiterei-lhes a prioridade atribuída pela diplomacia brasileira aos temas centrais da Conferência Mundial.

O Comitê organizou seminários e outras atividades em diferentes regiões do Brasil, a fim de aprofundar o conhecimento e a divulgação dos temas de discussão e objetivos da Conferência, em particular no que respeita à realidade brasileira. Ainda como parte da preparação do País para Durban, realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência Nacional Preparatória à Conferência Mundial contra

o Racismo. O evento, organizado pela sociedade civil e coordenado pela Vice-Governadora do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, reuniu os mais diferentes grupos diretamente interessados nos temas da Conferência Mundial. O encontro no Rio produziu documento intitulado “A Carta do Rio de Janeiro” que serviu de subsídio para o relatório do Brasil à Conferência Mundial em Durban.

Durante a Conferência de Durban, a delegação brasileira atuou de maneira firme e equilibrada, mantendo comigo estreito contato de maneira a atualizarmos, quando fosse o caso, nossas posições sobre temas em discussão. Houve um diálogo fluido e construtivo entre a delegação oficial e os representantes das ONGs, elemento marcante da atuação brasileira durante todo o processo.

Apesar de toda a politização registrada na Conferência Mundial, os resultados plasmados na Declaração e Programa de Ação adotados em Durban não deixam de constituir avanço importante para o combate ao racismo e às questões que lhes são correlatas.

O encontro da África do Sul teve perfil absolutamente diferente do das duas Conferências similares que o antecederam. Nas outras vezes, a existência do apartheid na África do Sul foi o elemento mobilizador que permitiu chegar-se com razoável facilidade a consensos sobre os documento finais. Em Durban, a superação da política segregacionista na África do Sul e as modificações do panorama europeu a partir da desintegração da ex-União Soviética se fizeram sentir pesadamente, ao conformarem um novo mapa onde os conflitos étnicos ganharam visibilidade e dimensão. Nesse contexto de dificuldades, as discussões sobre o racismo e as formas de combatê-lo levaram a polarizações muito mais intensas, que dificultaram as negociações dos documentos finais.

Em breve balanço de Durban, na perspectiva brasileira, pode-se assinalar avanço no que concerne ao tratamento de temas relacionados aos direitos e garantias de afrodescendentes, povos indígenas e minorias em geral. Pela primeira vez, um documento emanado de uma Conferência Mundial reconhece esses e outros grupos como vítimas de racismo e discriminação e, por essa condição, passíveis de tratamento especial por parte dos Estados e da comunidade internacional.

Para o Brasil, é importante que, como resultado de todo o processo que culminaria na III Conferência Mundial do ano passado, a questão do racismo e da discriminação racial tenha sido definitivamente integrada à agenda nacional.

O processo de preparação brasileira para a Conferência aperfeiçoou o esforço desenvolvido pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso de promover a mais ampla discussão na história do País sobre a questão racial.

Não sem uma ponta de orgulho, quero-lhes dizer que o Brasil é um dos poucos países que têm procurado dar seguimento às decisões de Durban, na forma de políticas públicas ou estudos e diagnósticos que constituem ferramentas importantes para a ação de governo.

Criou-se o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, instância paritária de representação governamental e da sociedade civil; criou-se o Programa Nacional de Ações Afirmativas; várias instâncias do governo federal estão implantando programas no sentido do combate à discriminação e ao racismo, como os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Justiça; da Cultura.

No caso do Itamaraty, determinei ao Instituto Rio Branco fossem concedidas bolsas de estudo para auxiliar a estudantes afro-brasileiros(as) na preparação para o

ingresso na carreira diplomática. Procedeu-se à rigorosa avaliação, com a participação da Fundação Palmares, do CNPq e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Foram escolhidos vinte estudantes que receberão as bolsas. Esse passo dado pelo Itamaraty tem a perspectiva de aumentar a representatividade étnica na nossa ação diplomática.

A preparação e a realização da Conferência Mundial de Durban deu-se no momento histórico em que o Estado brasileiro foi explícito, de forma inédita, no reconhecimento da existência e das dimensões do problema racial brasileiro e na determinação do Estado e da sociedade civil em superá-lo.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi além da mera constatação da existência do problema. Inseriu definitivamente a questão racial na agenda política brasileira. A ação diplomática do Brasil no domínio dos direitos humanos refletiu fielmente o avanço interno da discussão da questão do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância correlata.

Não terá sido por outro motivo que o Brasil foi escolhido, na pessoa do Professor Roberto Martins, Presidente do IPEA, para integrar grupo de cinco peritos que conformam o Comitê sobre Afrodescendentes criado por Resolução da Comissão de Direitos Humanos, em seguimento à Conferência Mundial de Durban.

Um outro capítulo importante para avançar na consolidação da nossa inserção nos sistemas internacional e regional foi o reconhecimento, em dezembro de 1998, da competência jurisdicional da Corte Interamericana dos Direitos Humanos. Tal reconhecimento, importante em si mesmo pela contribuição que aporta não apenas ao fortalecimento do sistema interamericano, mas também à defesa, promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil, reflete, no plano regional, a atuação

do Brasil de plena aceitação do princípio de legitimidade com a preocupação internacional com os direitos humanos.

Com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o segundo órgão importante do sistema regional de direitos humanos, temos mantido diálogo franco e buscado chegar a soluções amistosas para casos em curso naquela instância envolvendo denúncias de violações dos direitos humanos no Brasil.

Nosso perfil, no sistema interamericano, é, assim, ativo, característica ressaltada pelo apoio que temos prestado às discussões sobre a reforma e a universalização do sistema regional de direitos humanos.

Temos, assim, desenvolvido diálogo intenso e proveitoso com os mecanismos criados pela Comissão de Direitos Humanos e com os Comitês (treaty bodies) criados pelos instrumentos internacionais de direitos humanos. São exemplos desse diálogo as recentes visitas do então Relator Especial sobre a Tortura, Sir Nigel Rodley, e do Relator Especial sobre o Direito à Alimentação, Professor Jean Ziegler. No próximo ano, está prevista a vinda da Relatora Especial sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, Sra. Asma Jahangir.

O Governo brasileiro achou, contudo, necessário aprofundar ainda mais esse diálogo com os mecanismos da Comissão de Direitos Humanos e formulou convite aberto e permanente (standing invitation) a todos esses mecanismos, para que visitem o Brasil.

Na principal instância internacional de direitos humanos, a Comissão de Direitos Humanos, o Brasil tem perfil ativo e positivo, particularmente a partir da redemocratização do País. Somos Membros da Comissão e fomos reeleitos para mandato que expira em 2005.

Na Comissão, cabe assinalar três iniciativas brasileiras, sob a forma de projetos de resolução que vêm sendo adotados. A primeira

resolução refere-se à incompatibilidade entre a democracia e o racismo ; a segunda, ao acesso a medicamentos no contexto da AIDS; a terceira, ao direito de todos ao gozo do mais alto padrão atingível de saúde física e mental (criou, inclusive, a Relatoria Especial sobre o Direito à Saúde).

No caminho do aperfeiçoamento da nossa presença internacional na área dos direitos humanos, registro a reeleição do Brasil para a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas; a reeleição do Professor Paulo Sérgio Pinheiro, Secretário de Estado dos Direitos Humanos, como Membro da Subcomissão de Direitos Humanos; e a eleição do Embaixador José Augusto Lindgren Alves como perito do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial.

No que se refere aos Comitês criados por instrumentos internacionais, os *treaty bodies*, além de estarmos atualizando nossas obrigações quanto à apresentação de Relatórios sobre os direitos da competência de cada uma dessas instâncias, depositamos a declaração prevista no Artigo 14 da Convenção Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, dando ao Comitê por ela criado competência para receber e analisar denúncias de racismo e/ou discriminação racial ocorridas no Brasil. De maneira similar, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional pedido de autorização para que se possa depositar declaração prevista no Artigo 22 da Convenção contra a Tortura, reconhecendo a competência do Comitê contra a Tortura para igualmente analisar denúncias dos direitos cobertos por aquele instrumento.

Nas negociações em diversas instâncias de direitos humanos, temos adotado posições abertas e construtivas. Assim é que apoiamos a adoção do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, instrumento que dotará o Comitê contra a

Tortura de ferramentas adicionais para coibir a ocorrência desse crime hediondo em qualquer país; apoiamos o processo negociador com vistas à adoção das Declarações das Nações Unidas e Interamericana sobre os Direitos dos Povos Indígenas; apoiamos as negociações, ainda em fase muito incipiente, com vistas à adoção de um Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Desejo, ainda, sublinhar que, na área dos direitos indígenas, ratificamos a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais em Estados independentes; apoiamos o processo de reestruturação do Instituto Indigenista Interamericano; temos participado das reuniões do Fundo Indígena; enviamos delegação observadora, composta por representante do governo e por representante indígena, à primeira reunião do Foro Permanente de Assuntos Indígenas; estamos implementando, no Instituto Rio Branco, a pedido das lideranças indígenas, curso de idioma estrangeiro que habilite essas lideranças a participar mais plenamente de reuniões internacionais em temas que lhes são de interesse.

Outro aspecto que merece ser mencionado é o da perspectiva de gênero. Temos tratado de avançar no sentido da igualdade entre homens e mulheres, em um processo que tem dimensão fundamental para a modernização social no Brasil.

Temos ainda um longo caminho pela frente, no qual a ação dos segmentos da sociedade civil será fundamental para novos avanços. A igualdade de gênero está sendo progressivamente inscrita na realidade brasileira e resulta das demandas do movimento das mulheres, da gravitação crescente da sociedade civil, e das respostas que o Estado democrático vem dando, centradas em políticas públicas que levam

em conta a transversalidade de gênero e em avanços notáveis de caráter jurídico e institucional.

Particularmente no que respeita aos Direitos da Mulher, essa interação virtuosa entre o Brasil e o sistema de proteção dos direitos humanos iniciou-se em 1984, com a ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, e ganhou plena força com a refundação constitucional do país, em 1988.

A partir de então, esse processo se reafirma com a Conferência de Beijing e com a Convenção de Belém do Pará. Seus marcos mais recentes são a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e a ratificação do Protocolo Facultativo à CEDAW.

Apesar dos êxitos obtidos, não estamos festejando, hoje, o ponto final no longo processo de emancipação da mulher, da plena afirmação de seus direitos, do término das discriminações. Comemoramos, sim, uma passagem, o término de uma etapa e o início de outra, a possibilidade de um salto qualitativo.

Senhoras e Senhores,

O processo de afirmação dos direitos humanos no Brasil interage com a dinâmica da mudança social extraordinariamente fortalecida ao longo de ambos os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para que a agenda dos Direitos Humanos ganhasse corpo e transcendência foi necessário, como diz o Presidente, radicalizar a democracia brasileira, expandir o conceito e os limites da cidadania, traduzi-los concretamente mediante a implementação de estratégias e políticas que fortalecem, na plena vigência das liberdades democráticas, as dimensões da igualdade, da solidariedade e da justiça.

Nesse contexto, tornou-se essencial criar e exercer poder, no sentido arendtiano de capacidade de ação conjunta.

Foi imprescindível somar a perspectiva dos Direitos Humanos, desposada quase que naturalmente pelo Estado e centrada na governabilidade, com aquela dos cidadãos, para quem os Direitos Humanos são sempre conquistas políticas a reequilibrar as relações entre o estado e a sociedade civil.

No mundo contemporâneo que funciona em rede, no qual as fronteiras entre o interno e o externo se debilitam, era indispensável que o Estado brasileiro, em sua dimensão protetora e promotora de direitos, realizasse seu “aggiornamento” e estabelecesse relacionamento construtivo e desimpedido com os sistemas global e regional de Direitos Humanos.

Sociedade e Estado brasileiros querem mais, muito mais em matéria de direitos humanos. E é bom que assim seja.

Condições econômicas não podem ser usadas como justificativa de violações dos direitos humanos. Mas é necessário indicar, e temos procurado fazê-lo de maneira reiterada, que a violência tem também suas raízes na persistência de condições de desigualdade econômica e social, cujos efeitos são multiplicados pela sobrevivência de valores e práticas autoritárias.

A dimensão do desenvolvimento econômico reveste-se, assim, de grande importância, como forma de fortalecer a implantação de todos os direitos humanos. Nesse sentido, temos indicado, em todas as instâncias internacionais, a necessidade de correção de distorções no chamado processo de globalização, de forma a liberá-lo dos riscos do fundamentalismo de mercado, de forma a criar uma outra globalização.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso vem enfatizando que há um mal-estar indisfarçável no processo de globalização, processo que tem ficado aquém de suas promessas. Entendemos que a globalização

somente terá sustentabilidade política se incorporar a dimensão da justiça e da equidade.

No discurso que pronunciou no ano passado nas Nações Unidas, ao abrir o debate geral, o Presidente Fernando Henrique Cardoso recordou que “...muitos países e regiões têm permanecido alijados dos benefícios da economia globalizada, arcando apenas com seus custos”. Como antídoto, o Presidente tem defendido a idéia de uma “globalização solidária”, que venha a superar as atuais assimetrias.

Preocupa o ataque especulativo às moedas nacionais e os ciclos de crises de balanço de pagamentos, com conseqüências negativas para as políticas públicas e para o resgate da dívida social, elementos de grande importância para os direitos humanos. O protecionismo e toda sorte de barreiras ao comércio, tarifárias ou não tarifárias, continuam a gerar impactos igualmente nefastos sobre a economia dos países em desenvolvimento, diminuindo artificialmente a competitividade dos nossos produtos. A liberalização do comércio internacional no setor agrícola, por sua vez, a despeito dos avanços conceituais alcançados, não tem passado de uma promessa, sempre adiada.

A globalização, como horizonte insuperável do nosso tempo, requer a reforma das instituições econômicas e financeiras. Não pode limitar-se ao triunfo do mercado. É necessário assegurar-se a incorporação da perspectiva ética, solidária e equitativa ao conceito de globalização, fazendo-o então compatível com a concepção moderna de desenvolvimento social e de respeito aos direitos humanos.

Um outro fenômeno que me parece crucial na atualidade, inclusive no que se refere aos direitos humanos, é o terrorismo e as formas adotadas para combatê-lo.

Uma vez mais assinalo que o Brasil soma-se à defesa dos princípios e obrigações previstos

no direito internacional, aí incluídos os referentes aos direitos humanos e humanitário; a lógica do medo não pode prevalecer sobre a necessidade da cooperação internacional.

Raymond Aron nos ensina que a guerra é um camaleão que assume sempre novas formas. Há um ano, essa lição sobre a metamorfose da cena histórica ganhou novo significado.

As ações terroristas perpetradas, em Nova York e na Virgínia, em 11 de setembro de 2001, geraram agudo sentido de insegurança e arquivaram a ilusão da invulnerabilidade. De igual maneira, recolocaram em debate, com alto grau de prioridade na agenda internacional, inclusive pelo simbolismo dos alvos escolhidos, o tema da paz e da guerra e a questão da segurança nos próprios centros do poder mundial.

O Brasil somou-se aos países que imediatamente expressaram seu repúdio àqueles atos e sua solidariedade ao povo estadunidense.

Percebe-se com clareza a natureza emblemática do 11 de setembro na realidade contemporânea. Na Primeira Guerra Mundial, cerca de 10% dos mortos eram civis, parcela que, na Segunda, sobe para 60%. Hoje, os civis são eles próprios alvos imediatos, não apenas no caso dos atentados aos Estados Unidos, como também em diversos outros conflitos regionais infelizmente sem perspectivas de soluções no horizonte.

A resposta inicial aos atentados do 11 de setembro foi a recuperação do paradigma hobbesiano-maquievélico afoitamente percebido como o melhor decifrador da nova realidade internacional, com a valorização do plano estratégico-militar.

Apesar disso, como aprendemos com Hannah Arendt, a violência não cria poder. Ela destrói o poder como capacidade de

agir em conjunto, dado-chave da ação político-diplomática.

O Brasil, por vocação histórica e por exigência constitucional, ainda que reconhecendo realisticamente a dimensão do conflito, tem leitura grociana da realidade internacional, ao privilegiar a gestão dos conflitos por meio do direito e da diplomacia. Essa é a nossa forma de inserção no mundo, nossa tradição e experiência diplomática.

Para o Brasil, o 11 de setembro agravou o déficit de governança prevalecente no sistema internacional, para realçar um dos termos recorrentes suscitados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso desde o início do seu primeiro mandato. Diante deste agravamento, a posição brasileira é clara: a resposta aos desafios atuais é mais multilateralismo, mais direitos humanos, mais cooperação, e não menos. A complexidade do mundo contemporâneo em todas as áreas, inclusive a de segurança internacional, é tão grande que nenhum ator internacional pode, isolado e sem cooperação, encaminhar soluções duradouras para as principais questões internacionais.

Mencionei-lhes as distorções da globalização e a luta contra o terrorismo com o intuito de sublinhar o fato de que, apesar de todos os avanços ocorridos na metade final do Século XX, os direitos humanos não estão imunes a retrocessos. É necessário, particularmente nas conjunturas adversas, perseverar no caminho traçado por aqueles e aquelas que, nem bem cessados os ruídos da máquina da guerra no final dos anos 40, preconizaram a construção de mecanismos para um mundo necessariamente a ser também pautado pela Ética e pela Lógica dos direitos.

Avaliados positivamente os progressos feitos e reconhecidos os obstáculos e carências

que remanescem e devem ser superados; novos esforços devem ser despendidos conjuntamente pelos Estados e pelas sociedades com vistas à completa superação de todas as formas de discriminação e de inobservância dos direitos humanos em quaisquer de suas expressões.

Goethe dizia que era na lida cotidiana e sem fim que a humanidade se provava. Nesse esforço contínuo, uma certeza nos anima a todos, homens e mulheres: não haverá modernidade real, nem no mundo nem no Brasil, enquanto mais da metade da humanidade e mais da metade da população brasileira continuarem vitimadas por odiosas discriminações fundadas nas diferenças. A diversidade deve ser considerada como um patrimônio de todos. Preservá-la e defendê-la é a forma mais correta de materializar o conceito de “sentir-se à vontade e em casa no mundo”, tão bem traduzido por Hanna Arendt.

Senhoras e Senhores,

Sinto-me extremamente honrado em ser indicado para o “Prêmio Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos”. Heleno Fragoso foi um daqueles lutadores exemplares pela liberdade, democracia e a prevalência da lei. Grande tribuno, conhecedor profundo do Direito, dono de uma credibilidade à toda prova, sua atuação foi particularmente importante diante do arbítrio que prevaleceu na vida nacional a partir dos anos 60 até 1985. Heleno Fragoso tinha a perfeita noção da importância da liberdade de pensamento e não hesitava na defesa dos que necessitavam, diante do arbítrio. Suas intervenções, nos Tribunais, até hoje constituem brilhantes peças de referência para a defesa dos direitos humanos e obras emblemáticas do valor mais democrático que conhecemos, o da liberdade.

Muito obrigado.



DISCURSO DO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, “COMPROMISSO COM A MUDANÇA”

DISCURSO DO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, “COMPROMISSO COM A MUDANÇA”. SÃO PAULO, 28 DE OUTUBRO DE 2002

Ontem, o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país. Foi um belo espetáculo democrático que demos ao mundo. Um dos maiores povos do planeta resolveu, de modo pacífico e tranqüilo, traçar um rumo diferente para si.

As eleições que acabamos de realizar foram, acima de tudo, uma vitória da sociedade brasileira e de suas instituições democráticas, uma vez que elas trouxeram a alternância no poder, sem a qual a democracia perde a sua essência.

Tivemos um processo eleitoral de excelente qualidade, no qual os cidadãos e as cidadãs exigiram e obtiveram um debate limpo, franco e qualificado sobre os desafios imediatos e históricos do nosso país. Contribuíram para isso a atitude da justiça eleitoral e do presidente da República, que cumpriram de maneira equilibrada o seu papel constitucional.

A grande virtude da democracia é que ela permite ao povo mudar de horizonte quando ele acha necessário. A nossa vitória significa a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil.

A nossa chegada à Presidência da República é fruto de um vasto esforço coletivo, realizado, ao longo de décadas, por inúmeros democratas e lutadores sociais. Muitos dos quais,

infelizmente, não puderam ver a sociedade brasileira, e em especial as camadas oprimidas, colherem os frutos de seu árduo trabalho, de sua dedicação e sacrifício militante.

Estejam onde estiverem, os companheiros e as companheiras que a morte colheu antes desta hora, saibam que somos herdeiros e portadores do seu legado de dignidade humana, de integridade pessoal, de amor pelo Brasil, e de paixão pela justiça. Saibam que a obra de vocês segue conosco, como se vivos estivessem, e é fonte de inspiração para nós que seguimos travando o bom combate. O combate em favor dos excluídos e dos discriminados. O combate em favor dos desamparados, dos humilhados e dos ofendidos.

Quero homenagear aqui os militantes anônimos. Aqueles que deram seu trabalho e dedicação, ao longo de todos esses anos, para que chegássemos aonde chegamos. Nas mais longínquas regiões do país, eles jamais esmoreceram. Aprenderam, como eu, com as derrotas. Tornaram-se mais competentes e eficazes na defesa de um país soberano e justo.

Celebro hoje aqueles que, nos momentos difíceis do passado, quando a nossa causa de um país justo e solidário parecia inviável, não caíram na tentação da indiferença, não cederam ao egoísmo e ao individualismo exacerbado. Todos aqueles que conservaram intacta a sua

capacidade de indignar-se perante o sofrimento alheio. Souberam resistir, mantendo acesa a chama da solidariedade social. Todos aqueles que não desertaram do nosso sonho, que às vezes sozinhos nas praças deste imenso Brasil ergueram bem alto a bandeira estrelada da esperança.

Mas esta vitória é, sobretudo, de milhares, quem sabe milhões, de pessoas sem filiação partidária que se engajaram nessa causa. É uma conquista das classes populares, das classes médias, de parcelas importantes do empresariado, dos movimentos sociais e das entidades sindicais que compreenderam a necessidade de combater a pobreza e defender o interesse nacional.

Para alcançar o resultado de ontem, foi fundamental que o PT, um partido de esquerda, tenha sabido construir uma ampla aliança com outras forças partidárias. O PL, o PCdoB, o PMN e o PCB deram uma contribuição inestimável desde o primeiro turno. A eles, vieram somar-se, no segundo turno, o PSB, o PPS, o PDT, o PV, o PTB, o PHS, o PSDC e o PGT. Além disso, ao longo da campanha, contamos com o apoio de setores importantes de outros partidos identificados com o nosso programa de mudanças para o Brasil. Em especial, quero destacar o apoio dos ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco e, no segundo turno, o precioso apoio que recebi de Anthony Garotinho e Ciro Gomes.

Não há dúvida de que a maioria da sociedade votou pela adoção de outro ideal de país, em que todos tenham os seus direitos básicos assegurados. A maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda.

O povo brasileiro sabe, entretanto, que aquilo que se desfez ou se deixou de fazer na última década não pode ser resolvido num passe de mágica. Assim como carências históricas da população trabalhadora não podem ser superadas da noite para o dia. Não há solução milagrosa para tamanha dívida social, agravada no último período. Mas é possível e necessário começar, desde o primeiro dia de governo.

Vamos enfrentar a atual vulnerabilidade externa da economia brasileira - fator crucial na turbulência financeira dos últimos meses - de forma segura. Como dissemos na campanha, nosso governo vai honrar os contratos estabelecidos pelo governo, não vai descuidar do controle da inflação e manterá - como sempre ocorreu nos governos do PT - uma postura de responsabilidade fiscal. Essa é a razão para dizer com clareza a todos os brasileiros: a dura travessia que o Brasil estará enfrentando exigirá austeridade no uso do dinheiro público e combate implacável à corrupção.

Mas mesmo com as restrições orçamentárias, impostas pela difícil situação financeira que vamos herdar, estamos convencidos que, desde o primeiro dia da nova gestão, é possível agir com criatividade e determinação na área social. Vamos aplacar a fome, gerar empregos, atacar o crime, combater a corrupção e criar melhores condições de estudo para a população de baixa renda desde o momento inicial de meu governo.

Meu primeiro ano de mandato terá o selo do combate à fome. Um apelo à solidariedade para com os brasileiros que não têm o que comer. Para tanto, anuncio a criação de uma Secretaria de Emergência Social, com verbas e poderes para iniciar, já em janeiro, o combate ao flagelo da fome. Estou seguro de que esse é, hoje, o clamor mais forte do conjunto da sociedade. Se ao final do meu mandato, cada

brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida.

Como disse ao lançar meu Programa de Governo, gerar empregos será minha obsessão. Para tanto, vamos mobilizar imediatamente os recursos públicos disponíveis nos bancos oficiais - e nas parcerias com a iniciativa privada - para a ativação do setor da construção civil e das obras de saneamento. Além de gerar empregos, tal medida ajudará à retomada gradual do crescimento sustentado.

O país tem acompanhado com preocupação a crise financeira internacional e suas implicações na situação brasileira. Em especial, a instabilidade na taxa de câmbio e a pressão inflacionária dela decorrente.

Porém, com toda a adversidade internacional, estamos com superávit comercial de mais de 10 bilhões de dólares neste ano. Resultado que pode ser ampliado já em 2003 com uma política ofensiva de exportações, incorporando mais valor agregado aos nossos produtos, aprofundando a competitividade da nossa economia, bem como promovendo uma criteriosa política de substituição competitiva de importações.

O Brasil fará a sua parte para superar a crise, mas é essencial que além do apoio de organismos multilaterais, como o FMI, o BID e o BIRD, se restabeleçam as linhas de financiamento para as empresas e para o comércio internacional. Igualmente relevante é avançar nas negociações comerciais internacionais, nas quais os países ricos efetivamente retirem as barreiras protecionistas e os subsídios que penalizam as nossas exportações, principalmente na agricultura.

Nos últimos três anos, com o fim da âncora cambial, aumentamos em mais de 20 milhões de toneladas a nossa safra agrícola. Temos imenso potencial nesse setor para

desencadear um amplo programa de combate à fome e exportarmos alimentos que continuam encontrando no protecionismo injusto das grandes potências econômicas um obstáculo que não pouparemos esforços para remover.

O trabalho é o caminho de nosso desenvolvimento, da superação dessa herança histórica de desigualdade e exclusão social. Queremos constituir um amplo mercado de consumo de massas que dê segurança aos investimentos das empresas, atraia investimentos produtivos internacionais e represente um novo modelo de desenvolvimento e compatibilize distribuição de renda e crescimento econômico.

A construção dessa nova perspectiva de crescimento sustentado e de geração de emprego exigirá a ampliação e o barateamento do crédito, o fomento ao mercado de capitais e um cuidadoso investimento em ciência e tecnologia. Exigirá também uma inversão de prioridades no financiamento e no gasto público, valorizando a agricultura familiar, o cooperativismo, as micro e pequenas empresas e as diversas formas de economia solidária.

O Congresso Nacional tem uma imensa responsabilidade na construção dessas mudanças que irão promover a inclusão social e o crescimento sustentado. Por isso, estarei pessoalmente empenhado em encaminhar para o Congresso as grandes reformas que a sociedade reclama: a reforma da previdência social, a reforma tributária, a reforma da legislação trabalhista e da estrutura sindical, a reforma agrária e a reforma política.

O mundo está atento a esta demonstração espetacular de democracia e participação popular ocorrida na eleição de ontem. É uma boa hora para reafirmar um compromisso de defesa corajosa de nossa soberania regional. E o faremos buscando construir uma cultura de paz entre as nações, aprofundando a

integração econômica e comercial entre os países, resgatando e ampliando o Mercosul como instrumento de integração nacional e implementando uma negociação soberana frente à proposta da ALCA. Vamos fomentar os acordos comerciais bilaterais e lutar para que uma nova ordem econômica internacional diminua as injustiças, a distância crescente entre países ricos e pobres, bem como a instabilidade financeira internacional que tantos prejuízos tem imposto aos países em desenvolvimento.

Nosso governo será um guardião da Amazônia e da sua biodiversidade. Nosso programa de desenvolvimento, em especial para essa região, será marcada pela responsabilidade ambiental.

Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural. Particularmente relevante é buscar parcerias que permitam um combate implacável ao narcotráfico que alicia uma parte da juventude e alimenta o crime organizado.

Nosso governo respeitará e procurará fortalecer os organismos internacionais, em particular a ONU e os acordos internacionais relevantes, como o protocolo de Kyoto, e o Tribunal Penal Internacional, bem como os acordos de não proliferação de armas nucleares e químicas. Estimularemos a idéia de uma globalização solidária e humanista, na qual os povos dos países pobres possam reverter essa estrutura internacional injusta e excludente.

Não vou decepcionar o povo brasileiro. A manifestação que brotou ontem do fundo da

alma dos meus compatriotas será a minha a inspiração e a minha bússola. Serei, a partir de 1º de janeiro, o presidente de todos os brasileiros e brasileiras, porque sei que é isso que esperam os eleitores que me confiaram o seu voto.

Vivemos um momento decisivo e único para as mudanças que todos desejamos. Elas virão sem surpresas e sobressaltos. Meu governo terá a marca do entendimento e da negociação. Da firmeza e da paciência. Temos plena consciência que a grandeza dessa tarefa supera os limites de um partido. Esse foi o sentido do esforço que fizemos desde a campanha para reunir sindicalistas, ONGs e empresários de todos os segmentos numa ação comum pelo país.

Continuaremos a ter atuação decidida no sentido de unir as diversas forças políticas e sociais para construir uma nação que beneficie o conjunto do povo. Vamos promover um Pacto Nacional pelo Brasil, formalizar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e escolher os melhores quadros do Brasil para fazer parte de um governo amplo, que permita iniciar o resgate das dívidas sociais seculares. Isso não se fará sem a ativa participação de todas as forças vivas do Brasil, trabalhadores e empresários, homens e mulheres de bem.

Meu coração bate forte. Sei que estou sintonizado com a esperança de milhões e milhões de outros corações. Estou otimista. Sinto que um novo Brasil está nascendo.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente eleito da República Federativa do Brasil.

VII REUNIÃO DE MINISTROS RESPONSÁVEIS POR COMÉRCIO EXTERIOR DA ALCA

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA TRANSFERÊNCIA DA
PRESIDÊNCIA DO PROCESSO DA ALCA DO EQUADOR PARA O BRASIL E
OS EUA, DURANTE A VII REUNIÃO DE MINISTROS RESPONSÁVEIS POR
COMÉRCIO EXTERIOR DA ALCA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2002

Senhor Presidente,

Gostaria inicialmente de congratular Vossa Excelência e, por seu intermédio, o Governo e o povo do Equador pelo sucesso desta 7ª Reunião de Ministros Responsáveis por Comércio Exterior da ALCA. A habilidade de Vossa Excelência, tanto quanto a hospitalidade e a eficiência da organização desta reunião, foram decisivos para que nossos trabalhos chegassem a bom termo.

Senhor Presidente,

O Equador - assim como, antes dele, a Argentina e o Canadá - distinguiu-se no exercício da Presidência do processo ALCA. A tradição de equilíbrio, eficiência e liderança estabelecida pelas presidências anteriores aumenta a responsabilidade dos que, a partir de hoje, assumirão a condução das negociações.

É com grande satisfação e consciência de sua importância histórica que assumo, em nome do Governo brasileiro, a co-presidência do processo negociador da ALCA, em momento que caminha para sua fase decisiva.

O Brasil compartilhará essa honra com os Estados Unidos da América. Nosso papel será

o de contribuir para que as negociações possam se desenvolver de maneira equilibrada, eficiente e transparente. Será também o de administrar, com toda a lisura, os aspectos processuais das negociações para que os 34 países participantes possam se concentrar na busca do consenso nas questões substantivas de um processo decisório coletivo.

Senhor Presidente,

Neste mundo globalizado, operam agentes e redes governamentais e não-governamentais. Isto ocorre, especialmente, no contexto democrático que prevalece em nosso hemisfério. Por esta razão, a ALCA, assim como qualquer negociação comercial, não pode prescindir de um elemento essencial de sua sustentabilidade, qual seja, a legitimidade junto à opinião pública. Essa legitimidade requer que se leve em conta tanto a indispensável reciprocidade dos interesses econômicos, quanto as grandes questões sociais do emprego, da pobreza e da exclusão. Esses temas recorrentes na tradição dos valores de nosso hemisfério estão nas origens de nosso passado comum. São ingredientes essenciais

à boa governança em regimes democráticos. É por este motivo que eu gostaria de recordar aqui as palavras do Prêmio Nobel da Paz e Secretário de Estado norte-americano Elihu Root, na Terceira Conferência Internacional Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906.

Em sessão solene realizada em 31 de julho daquele ano, o Senhor Root, dirigindo-se ao plenário da Conferência, descreveu sua visão das relações entre as repúblicas do Hemisfério:

“We wish for no victories but those of peace; for no territory except our own; for no sovereignty except the sovereignty over ourselves. We deern the independence and equal rights of the smallest and weakest member of the family of nations entitled to as much respect as those of the greatest empire, and we deern the observance of that respect the chief guarantee of the weak against the oppression of the strong. We neither claim nor desire any rights, or privileges, or powers that we do not freely concede to every American Republic. We wish to increase our prosperity, to expand our trade, to grow in wealth, in wisdom, and in spirit, but our conception of the true way to accomplish this is not to pull down others and profit by their ruin, but to help all friends to a common prosperity and a common growth, that we rmay all become greater and stronger together.”

Temos a convicção de que, em conjunto com o Governo dos Estados Unidos, e com a cooperação de todos os participantes, poderemos chegar, daqui a dois anos, a um resultado do qual possamos nos orgulhar; um resultado que promova o comércio, a geração de empregos, o desenvolvimento e a justiça social em todos os países de nosso Hemisfério; um resultado, enfim, digno de aprovação por nossos parlamentos e de respaldo por nossas respectivas sociedades civis.

Muito obrigado.

17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE CONCERTAÇÃO PERMANENTE DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
COMITÊ DE CONCERTAÇÃO PERMANENTE DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). LISBOA, 11 DE NOVEMBRO DE 2002

Aqui estamos entre amigos, e entre irmãos.

Temos agora também a presença de um irmão mais jovem, que é o Timor Leste, que desde julho nos honra com sua participação nesta Organização.

É também com satisfação que vejo, aqui, a presença de dois amigos.

Primeiro, o Embaixador João Augusto de Médicis, que trouxe sua experiência e seu talento diplomático para a Secretaria-Executiva da CPLP.

Além disso, o Embaixador José Gregori, meu companheiro de longa data, que tantos serviços prestou ao Brasil e que tem chefiado com grande competência a Embaixada do Brasil em Lisboa.

Em 1996, quando nascia a CPLP, não faltaram as vozes pessimistas ou céticas. Seis anos passados desde a sua fundação, não tenho qualquer dúvida em afirmar que a CPLP veio para ficar.

Consolidou-se como um instrumento essencial de cooperação.

Em 1996, o que era, até então, apenas uma boa idéia, tornou-se um compromisso de fraternidade e solidariedade.

Esse compromisso ganhou substância, aprofundou-se e passou a refletir-se em práticas e realizações concretas.

O resultado é o adensamento da rede de interesses que vinculam nossas sociedades.

A identidade lusófona e nossos valores comuns constituem a base dessa aproximação.

A igualdade e o respeito à soberania, como sempre acreditamos, são fundamentais para guiar a vida das organizações internacionais.

Devemos continuar por este mesmo caminho.

Isso é especialmente importante em um contexto internacional em que, tristemente, igualdade e soberania resultam tantas vezes subordinados a outras prioridades.

Aqui, ao contrário, vemos a igualdade e a soberania de todos como instrumentos indispensáveis na busca do desenvolvimento e da paz.

É o que nos permite utilizar os laços forjados no passado como ferramenta para realizar uma visão comum do futuro.

Compartilhamos problemas e preocupações relativas à inserção de nossos países no cenário internacional.

Defrontamo-nos com os desafios novos de uma época marcada pela ação de forças e influências que desconhecem fronteiras e que exercem seus efeitos em escala global.

Nesse contexto, a difusão e promoção da língua portuguesa assumem importância cada vez maior.

Porque a globalização não pode significar uniformidade lingüística, nem homogeneidade de pensamento.

A verdadeira universalidade da cultura não é incompatível com as diferenças.

Cada idioma é, por assim dizer, uma visão própria do mundo.

Uma visão que se reflete nas obras da literatura, na produção cultural, na vida cotidiana.

No caso da língua portuguesa, temos o privilégio de um idioma que incorporou, com a difusão geográfica que teve início já na época das grandes navegações, uma extraordinária diversidade de experiências nacionais e regionais, com uma riqueza e complexidade culturais que atravessam Europa, América, África e Ásia.

Nosso compromisso com a língua portuguesa e com a cultura traduz-se, ao mesmo tempo, em na determinação de trabalharmos juntos para promover a cooperação, impulsionar o desenvolvimento e consolidar a paz.

Temos tarefas complexas a realizar.

É muito importante a expectativa de que a cooperação entre nós possa resultar em benefícios tangíveis, especialmente para os países lusófonos de menor desenvolvimento relativo.

Demos um passo correto quando decidimos, na Conferência de Brasília, a transformação da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação em órgão da CPLP.

A cooperação para o desenvolvimento, muito especialmente na dimensão Sul-Sul, permanece como uma das orientações centrais da política externa brasileira.

Recentemente, alegrou-me ver o modelo brasileiro de cooperação citado como o de resultados mais promissores no relatório de avaliação da Nova Agenda para o Desenvolvimento da África nos anos 90.

A vocação profunda da CPLP é a de aproximar nossos países e nossas sociedades.

Após seis anos, esta é uma tendência irrefreável.

São cada vez mais freqüentes, e mais densos, os contatos entre nós. E não apenas entre funcionários de Governos, mas entre órgãos legislativos, entre entidades da sociedade civil e empresas.

As deliberações em nossa comunidade têm-se voltado para temas cruciais de nossa época, como questões ligadas à cidadania, à circulação de pessoas, à cooperação econômica e comercial.

Como todos aqui talvez já saibam, esta será, talvez, a última vez que participo, como Presidente da República, de um evento da CPLP.

No dia 1o de janeiro, entregarei o cargo a meu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva, eleito há poucas semanas.

Não tenho dúvidas de que ele dará continuidade, com igual interesse e igual dedicação, à participação do Brasil na CPLP, como uma das diretrizes prioritárias de nossa política externa.

Quanto a mim, quero reafirmar que, tendo tido o privilégio de conviver com tantos colegas e amigos de todos os países aqui presentes, continuarei, pela vida afora, a ser um devoto da CPLP.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE OUTORGA DO TÍTULO DE “PRESIDENTE HONORÁRIO” DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA (AIP)

TEXTO-BASE DE NOTAS PARA DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE CERIMÔNIA DE OUTORGA DO TÍTULO DE “PRESIDENTE HONORÁRIO” DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA (AIP). LISBOA, 12 DE NOVEMBRO DE 2002

Sinto-me muito honrado com esta distinção que me é conferida pela Associação Industrial Portuguesa.

Em primeiro lugar, pelos laços afetivos que tenho com Portugal.

Mas além disso, porque tenho consciência de que o setor privado português – e a indústria portuguesa em particular – tem sido um dos artífices centrais do aprofundamento do intercâmbio econômico entre Portugal e Brasil.

Quero agradecer a todos os membros da AIP, e em especial a seu Presidente, Dr. Jorge Rocha de Matos, que é um grande amigo do Brasil.

Estive à frente do Governo brasileiro nos últimos oito anos. Nesse período, assistimos a um aumento muito expressivo da presença de investimentos portugueses no Brasil, especialmente a partir de 1996.

Os principais grupos econômicos portugueses tiveram a visão clara das oportunidades que se abriam no Brasil da estabilidade econômica e do Brasil que construía uma nova inserção – uma inserção mais moderna, e menos tímida – no cenário da economia internacional.

Até 1995 o estoque total de investimentos portugueses chegava apenas a US\$ 350 milhões. Em 1996, Portugal era o 26º investidor no Brasil.

Hoje os investimentos atingem o patamar de US\$ 10 bilhões, o que faz de Portugal o quinto maior investidor estrangeiro no Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos, da Espanha, da Holanda e da França, e à frente de parceiros tradicionais como a Alemanha.

Com isso o Brasil responde atualmente por cerca de 50% do total dos investimentos portugueses no exterior.

Portugal teve uma participação muito expressiva no processo de privatizações. Só nesse contexto, entraram no Brasil cerca de US\$ 4,8 bilhões, o que corresponde a cerca de 7% do total arrecadado com as privatizações.

Este foi, talvez, o grande momento de inflexão em nossas relações econômicas.

Recentemente, mais de quarenta grandes e médias empresas portuguesas instalaram-se no Brasil.

As empresas maiores foram pioneiras. À luz dos bons resultados obtidos, as empresas pequenas e médias seguiram o mesmo caminho.

Uma das principais características desses investimentos mais recentes é sua diversificação, envolvendo áreas de novas tecnologia, indústria e serviços.

Ao mesmo tempo, grupos empresariais brasileiros também passaram a dirigir maior atenção a Portugal, e aqui vieram para instalar-se a para ajudar a desenvolver setores como o da construção civil ou o do comércio.

O comércio entre Brasil e Portugal também aumentou nesse período, embora não em um ritmo comparável ao dos investimentos.

Por mais que a pauta do comércio tenha se diversificado – como de fato se diversificou – e a corrente de intercâmbio tenha quase dobrado desde 1994 – passando de US\$ 384 milhões para US\$ 700 milhões no ano passado –, não resta dúvida de que esses números ainda estão aquém do que seria de se esperar.

Portugal, que é um dos cinco maiores investidores externos do Brasil e o terceiro maior no processo de privatizações, responde por apenas meio por cento do comércio exterior brasileiro, não chegando a figurar sequer entre nossos vinte maiores parceiros comerciais.

É chegada a hora de reverter esse quadro, de fazer com que também no campo comercial tenhamos uma parceria diferenciada.

Isso nos leva a duas linhas de conclusões.

Primeira: existe ainda todo um universo de oportunidades e de potencialidades a ser explorado por empresários do Brasil e de Portugal na dinamização do intercâmbio entre os dois países.

A segunda conclusão é a de que o aprofundamento dos laços econômicos resultante do nível de investimentos coloca de forma incontornável em nossa agenda a questão das negociações entre Mercosul e União Européia para promover a liberalização do comércio entre os dois blocos.

São muitas e muito amplas as oportunidades que poderão ser abertas para os investidores dos dois lados do Atlântico com a desejada associação Mercosul – União Européia.

Portugal representa uma importante porta de entrada para os produtos brasileiros na União Européia.

Da mesma forma que o Brasil constitui um espaço único de oportunidades para a entrada de produtos portugueses nos países do Mercosul.

Já temos tido sinais promissores de dinamismo no intercâmbio comercial.

Os números do comércio Brasil-Portugal de 2000/2001 parecem sugerir uma retomada, no longo prazo, do crescimento do volume total do comércio.

Bons resultados nas negociações entre o Mercosul e a União Européia poderiam impulsionar ainda mais fortemente as trocas comerciais.

O Brasil de hoje é um país fortalecido economicamente.

Fortalecido pela estabilidade da moeda, pela capacidade – já demonstrada – de manter a inflação sob controle.

Fortalecido pelo enraizamento de uma cultura da responsabilidade fiscal, que hoje, no Brasil, não é apenas uma norma de bom senso, mas uma obrigação prevista em lei e imperativa para todos os gestores de políticas públicas.

É um país fortalecido por reformas que afastaram obstáculos ao desenvolvimento, reduziram ou eliminaram monopólios, e articularam um Estado mais ágil, mais eficiente e orientado por uma mentalidade gerencial nova, mais moderna, voltada para resultados.

O processo eleitoral que acabamos de concluir, que renovou o Congresso Nacional, elegeu novos Governadores e o meu sucessor na Presidência, demonstrou, de forma cabal, a consolidação de nossas instituições democráticas.

Nas semanas anteriores às eleições, houve agitação e nervosismo nos mercados.

Agitação e nervosismo completamente infundados, porque os rumos da economia brasileira, no essencial, estão traçados.

E os rumos são claros: o do crescimento sustentado, o da justiça social e o da preservação da estabilidade.

Com isso, não tenho dúvida de que o futuro nos reserva realizações e êxitos ainda mais importantes no relacionamento econômico e comercial com Portugal.

Ao longo dos últimos anos, o empresariado português soube compreender a profundidade das reformas realizadas no Brasil.

Mesmo em momentos de certa turbulência, souberam ter a consciência das potencialidades de longo prazo.

Tiveram confiança na economia brasileira.

E com razão.

Por isso, é uma grande honra, para o Presidente do Brasil, receber esta homenagem tão destacada da Associação Industrial Portuguesa.

Agradeço emocionado e quero expressar, mais uma vez, minha confiança no futuro brilhante de nosso intercâmbio – que será sempre um intercâmbio de interesses recíprocos, mas que será sempre, também, uma parceria entre amigos e um diálogo entre irmãos.

Muito obrigado.



CERIMÔNIA DE OUTORGA DO PRÊMIO “HOMEM DO ANO BRASIL-PORTUGAL E PORTUGAL-BRASIL 2002

TEXTO-BASE PARA O DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO
PELA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUSO-BRASILEIRA - CERIMÔNIA
DE OUTORGA DO PRÊMIO “HOMEM DO ANO BRASIL-PORTUGAL E
PORTUGAL-BRASIL 2002”. LISBOA, 12 DE NOVEMBRO DE 2002

É com grande orgulho que recebo esta homenagem da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira.

Sempre fui admirador de Portugal e de seu povo. Nasci no Rio de Janeiro, provavelmente a mais portuguesa das cidades brasileiras. Cresci em São Paulo, cujo cosmopolitismo deve muito à vitalidade da comunidade portuguesa.

Como acadêmico, fiz questão de familiarizar-me com as características próprias da presença e da influência lusitana nos trópicos.

Compreendi que, por mais original que seja o Brasil, somos indiscutivelmente portugueses em nossa matriz cultural, na forma de sociedade que desenvolvemos e no estilo de convivência que adotamos.

O mundo constituído por nós é, inegavelmente, um mundo que o português criou e que nós, brasileiros, soubemos adaptar e transformar.

Aprendi cedo, com Sérgio Buarque de Holanda, a valorizar a maleabilidade demonstrada pelo colonizador na ocupação do território brasileiro.

Gilberto Freyre fez-me ver a plasticidade do português e a sua disposição para aceitar o outro e absorver fatores culturais exógenos.

Jaime Cortesão e Barradas de Carvalho ensinaram-se a defender um lusitanismo democrático, que abrangesse os países lusófonos da África.

Mais tarde, juntei-me aos que clamavam pelo fim do autoritarismo nos dois lados do Atlântico. Aplaudi com entusiasmo a Revolução dos Cravos.

Feita a opção pela vida pública, continuei como Senador e Ministro a conviver de perto com Portugal.

Assisti à incorporação e à afirmação desse grande país na União Européia.

Acompanhei com entusiasmo a redescoberta do Brasil pela diplomacia e pelos investidores portugueses.

Defendi a parceria entre nossos países para a promoção da lusofonia por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Trabalhei junto com os outros países da CPLP no apoio à reconstrução do Timor Leste.

Desde 1994, quando ocupei pela primeira vez o cargo de Presidente da República, tive o privilégio de visitar Portugal seis vezes.

Durante todos esses anos tive ainda a satisfação de dialogar com líderes como Jorge Sampaio, António Guterres e agora com o Primeiro-Ministro Durão Barroso. Penso aqui também, entre outros, no meu querido amigo Mário Soares.

É, portanto, hoje, com grande prazer que podemos lançar um olhar retrospectivo sobre esses últimos anos.

Com base na extraordinária intensificação do diálogo político e do intercâmbio econômico a partir de 1995, as relações entre Brasil e Portugal vivem atualmente um dos momentos mais positivos de sua história.

Construímos uma agenda densa e moderna, na qual os vínculos tradicionais de amizade se vêem complementados por novos interesses e empreendimentos comuns.

Um dos principais elementos dessa nova parceria são os investimentos portugueses no Brasil, o surgimento de alianças transatlânticas envolvendo associações entre empresas dos dois países, a coordenação de posições e ações conjuntas na CPLP e a concertação bilateral no âmbito das negociações entre o Mercosul e a União Européia.

Vários fatores impulsionaram essa aproximação.

Do lado português, lembraria a redemocratização e a clara e acertada opção deste país pela integração comunitária. Portugal cresceu muito desde a entrada na União Européia, ganhou prestígio internacional, fortaleceu o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, ao mesmo tempo em que consolidou uma sólida democracia pluralista.

O Brasil, por sua vez, também adquiriu maior projeção, como resultado da consolidação de suas instituições democráticas, do peso e da abertura de sua economia e do

próprio dinamismo de sua sociedade. O êxito do processo de estabilização econômica e a retomada do crescimento reacenderam a confiança da população no futuro do país.

O Brasil avançou consideravelmente nos últimos anos em termos institucionais, políticos, econômicos e sociais.

As mudanças ocorridas dos dois lados propiciaram condições favoráveis para um adensamento sem precedentes das relações bilaterais em todos os campos, da economia à cultura, da educação à ciência e tecnologia.

Esse novo patamar não teria sido atingido não fosse a vontade política de nossos Governos, o interesse de nossas sociedades em ampliar o diálogo luso-brasileiro e a confiança e o desejo de investimento de empreendedores dos dois lados do Atlântico.

Durante os oito anos em que estive à frente do Governo brasileiro, testemunhei com grande entusiasmo a significativa inflexão da política externa portuguesa em relação ao Brasil.

Já a partir de 1996, verificou-se uma mudança significativa nos números dos investimentos portugueses no meu país, que passou a ser o destino prioritário e preferencial do movimento de projeção externa de grandes empresas portuguesas.

Desde então, os principais grupos econômicos portugueses têm investido e atuado ativamente no Brasil. Isso representou uma mudança qualitativa e quantitativa de grande transcendência nas relações entre os dois países.

Portugal faz-se hoje presente nos setores brasileiros de alimentação, eletricidade, cimento, telecomunicações, distribuição de energia, turismo e bancos, entre outros.

Por outro lado, grupos brasileiros também têm demonstrado maior interesse por Portugal, aqui instalando-se e desenvolvendo-se em setores como o da construção civil e do comércio varejista.

Ao fortalecimento do intercâmbio econômico veio juntar-se o interesse pela ação conjunta em espaços integrados, com vistas a desenvolver as potencialidades da associação inter-regional Mercosul – União Européia e Brasil-Portugal-África (o que incluiria agora também o Timor Leste).

Em breve entregarei a faixa presidencial a meu sucessor. Estamos realizando, no Brasil, um processo de transição de que podemos nos orgulhar e que é ilustrativo do grau de amadurecimento de nossas instituições democráticas.

No plano das relações com Portugal, o quadro não poderia ser mais auspicioso.

Estou convencido de que a nova administração terá todo o interesse em dar continuidade ao aprofundamento das relações luso-brasileiras.

Nem poderia ser diferente uma vez que a intensidade das relações bilaterais foge hoje à esfera meramente política para encontrar lastro em sistemas de solidariedade e de cooperação que envolvem língua, cultura, afetos e interesses comuns.

O que se construiu nos últimos anos na amizade luso-brasileira constitui uma base a partir da qual se avançará ainda mais, com novos investimentos, novos empreendimentos conjuntos, novos passos no intercâmbio comercial.

Para mim, é especialmente gratificante ter sido parte de tudo isso, e ter contribuído para o êxito dessas iniciativas.

Por isso, repito, é com emoção e com muito orgulho que recebo esta homenagem feita, não tanto a mim, mas sobretudo ao Presidente do Brasil.

Agradeço à Câmara de Comércio, na pessoa de seu Presidente, o Dr. António do Espírito Santo Bustorff, por essa manifestação de apreço ao Brasil e aos brasileiros.

E agradeço pela hospitalidade que, como sempre, nos faz sentir em casa e nos deixa contentes de estarmos tão próximos de um povo que admiramos e pelo qual temos, no Brasil, um carinho todo especial.

Muito obrigado a todos.



PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EM OXFORD

TEXTO-BASE DA PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, SOBRE O TEMA “POR UMA GOVERNANÇA
GLOBAL DEMOCRÁTICA: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA” (CYRILL
FOSTER LECTURE). OXFORD, INGLATERRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2002

Gostaria, antes de tudo, de expressar minha satisfação em retornar a Oxford e falar para uma audiência amiga e interessada na visão que se tem no Brasil da realidade internacional.

Quero partilhar com vocês algumas impressões sobre fenômeno que me parece característico da cena contemporânea.

Refiro-me ao descompasso entre economia e política, entre a interdependência crescente dos mercados e a ausência continuada de mecanismos efetivos de governança em escala global.

Costumo dizer que a economia está globalizada, mas a política não.

Se a transnacionalização dos processos produtivos e a expansão dos fluxos financeiros e comerciais parecem ter chegado para ficar, o mundo continua a carecer de atualização da estrutura de deliberação e coordenação política criada no imediato pós-guerra.

Sei bem que não se trata de uma situação estática.

Ocorreram desdobramentos dignos de registro nos últimos anos.

Lembro a criação do Grupo dos 20, foro que me parece representativo o suficiente

para assumir função de maior envergadura no acompanhamento e eventual regulação da economia mundial.

Poderia mencionar, ainda, os mecanismos informais que foram criados para discutir novos modelos de acomodação entre o papel do Poder Público e a ação do mercado, como os encontros da *progressive governance*, reunindo lideranças social-democratas do mundo desenvolvido e de países emergentes.

Mas o fato é que, malgrado essas iniciativas pontuais, observa-se um claro hiato entre as transformações em curso nos padrões de produção e circulação de riquezas e o passo lento com que se busca aprimorar os instrumentos políticos de supervisão e controle.

Não há como ignorar o grau de exposição das administrações nacionais à desenvoltura praticamente absoluta das forças de mercado.

Se me coubesse singularizar uma causa comum de instabilidade das contas nacionais ao redor do mundo, apontaria a movimentação desordenada e irracional do capital financeiro.

Não foram poucas as ocasiões em que ressaltei a importância de se discutir

mecanismo normativo que conferisse maior previsibilidade à movimentação do capital de curto prazo.

Cheguei a propor também o fim dos paraísos fiscais, fonte não apenas de especulação financeira, mas de evasão tributária, corrupção e lavagem de dinheiro.

Meu apelo encontrou algum eco, ainda que limitado.

Sei que a Cepal tem elaborado textos contundentes a respeito do fenômeno especulativo e seus efeitos sobre a América Latina.

Também me satisfaz perceber que ex-funcionários graduados do sistema de Bretton Woods, como Joseph Stiglitz, manifestam-se a favor de uma renovação das instituições financeiras multilaterais.

Bastaria, na verdade, como sugere Stiglitz, que condições fossem geradas para que o arcabouço montado em Bretton Woods resgatasse sua finalidade original.

O Fundo Monetário Internacional, por exemplo, foi criado para assegurar estabilidade à economia mundial e não para manter-se impassível diante de desdobramentos reconhecidamente nocivos às economias emergentes.

O Banco Mundial, por sua vez, nunca foi dotado dos recursos necessários para fazer jus ao papel de promotor ativo do desenvolvimento.

E o que dizer do plano comercial? A Organização Mundial do Comércio tem-se revelado à altura da tarefa de corrigir as assimetrias que ainda persistem nas trocas de bens e serviços entre os Estados?

Essa tem sido a firme expectativa do Governo e da sociedade brasileira em relação à rodada de negociação cujos fundamentos foram definidos, e bem definidos, em Doha.

É chegado momento de a OMC suprir a maior lacuna da Rodada Uruguai do GATT: a desagravação tarifária e não-tarifária do comércio agrícola.

Se há um pleito recorrente na diplomacia econômica brasileira, é exatamente o da reivindicação por maior acesso aos mercados agrícolas europeu e norte-americano.

O pleito tem sido apresentado na OMC, mas também nas tratativas com a União Européia e no plano hemisférico.

São negociações importantes e igualmente complexas, onde não cabe preferência. Encontramos obstáculos em ambas as frentes, mas também são vastas as potencialidades de ganho, tanto de um lado, como do outro.

O Brasil assumiu há pouco em Quito, ao lado dos Estados Unidos, a co-presidência das negociações da ALCA.

Posso dizer que meu sucessor herdará uma base consistente para a defesa de uma integração hemisférica justa e simétrica.

Apresentei na Reunião de Cúpula de Québec expectativas caras à sociedade brasileira quanto aos objetivos maiores do acordo.

Insisti sobre a necessidade de que a ALCA atenda, de maneira equilibrada, aos anseios de todo o hemisfério.

Nas deliberações realizadas até o momento, porta alguma foi fechada à afirmação dos interesses nacionais nas diferentes áreas de negociação.

Pelo contrário, os termos e cronograma negociados permitem ampla latitude de ação aos futuros negociadores.

Estou certo de que o Brasil continuará a assumir de forma plena esse desafio.

Tenho afirmado que soberania não existe para ser proclamada, mas sim para ser exercitada, com naturalidade, firmeza e persistência.

Sem esquecer de atribuir a importância devida ao fato de que, quanto mais progredirmos nas negociações externas, mais espaço o país terá para a afirmação de suas potencialidades.

O Brasil há de aproveitar as possibilidades abertas pelo comércio exterior para a geração de divisas, renda e empregos.

Sobretudo agora que a estrutura montada ao longo dos últimos anos para a promoção do comércio exterior começa a produzir resultados mais vultosos, como indica a estimativa de que o saldo da balança comercial em 2002 ultrapasse o patamar de 10 bilhões de dólares.

A persistirmos nesse rumo, como tudo leva a crer que o faremos, os ganhos serão certos.

Recorrendo a dados apresentados pelo economista-chefe do Banco Mundial, Nicholas Stern, em recente Conferência Ibero-americana, lembro que, nos anos noventa, os países que aumentaram seu comércio exterior conseguiram crescer a uma taxa média de 5% por ano.

Já os países que não incrementaram suas trocas tiveram um crescimento médio negativo de 1%.

Quanto ao impacto do comércio exterior sobre o bem estar social, os dados apontam que a única região do mundo onde se observou uma queda acentuada da pobreza na última década foi o Sudeste Asiático, onde é maior a participação do comércio na renda nacional.

No mesmo diapasão, as estimativas do Banco Mundial indicam que a liberalização multilateral do comércio asseguraria, na América Latina e no Caribe, até 2015, que o número das pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia cairia em 40 milhões.

Isto corresponde ao dobro do que ocorreria na ausência do esforço liberalizante.

São números por demais eloqüentes para que se insista em uma inserção competitiva do país na economia internacional.

Isto passa não apenas pelas negociações na OMC, na ALCA ou com a União Européia, mas também pelo aprofundamento do Mercosul e pelas iniciativas em curso com a Comunidade Andina, o México e a América Central.

Para não falar dos entendimentos já encetados com a África do Sul, China, Índia e Rússia.

O universalismo sempre foi o método por excelência da ação externa brasileira.

Somos fadados à diversidade.

Por conta de nossa história e formação.

Daí o empenho do Brasil em defender o multilateralismo.

Defendemos desde sempre as Nações Unidas como guardiã legítima da paz e da segurança internacional.

Acolhemos a convergência de posições no Conselho de Segurança sobre a questão do Iraque e temos plena confiança de que os objetivos da comunidade internacional serão alcançados por meios pacíficos e negociados.

A democratização dos mecanismos de decisão é um pleito maior de nossos tempos.

Representatividade é condição de legitimidade, mas também de eficácia.

Quanto mais representativo for o sistema decisório, maior será sua capacidade de assegurar o consentimento daqueles a que se destinam suas normas.

As Nações Unidas teriam muito a ganhar com a reforma e ampliação do Conselho de Segurança.

Bem como com uma presença ainda mais ostensiva em temas de interesse inadiável para a sociedade internacional, como direitos humanos e meio ambiente.

O Brasil já se tornou Parte do Tribunal Penal Internacional, que esperamos iniba de vez a reedição das práticas abomináveis do genocídio e das limpezas étnicas.

Nada justifica que prevaleça no campo da proteção internacional dos direitos humanos a regra de dois pesos e duas medidas.

A lei deve ser igual para todos, independentemente de toda e qualquer consideração de poder.

O mesmo se aplica aos instrumentos de proteção do meio ambiente.

O Brasil tem procurado concorrer para que o Protocolo de Quioto conte com a mais ampla e necessária participação da comunidade dos Estados.

Desdobramentos como o TPI e os acordos ambientais nos animam a cogitar a possibilidade de um novo contrato internacional, amparado não na lógica da supremacia, mas em uma nova ética, a da solidariedade.

Um contrato que seja sensível aos anseios dos novos atores na dinâmica internacional, a começar pelos movimentos sociais.

Mas que também reconheça a indispensável mediação dos Estados nacionais, instâncias que talvez ainda melhor reflitam a soberania popular.

O importante, de todo modo, é que a comunidade internacional saiba congrega

esforços para a perseguição de ideais maiores, sem prejuízo do pluralismo de culturas, valores, percepções.

Afinal de contas, parece-me imprópria a alegada antinomia entre temas transnacionais e diversidade cultural.

Quanto mais nos aproximarmos da realização de princípios universais, como o primado da pessoa humano e o desenvolvimento sustentável, menos óbices haverá de existir para o pleno florescimento das especificidades locais.

O Brasil está credenciado a contribuir para fazer vingar essa nova utopia.

Traz um Estado cada dia mais poroso e atento aos reclamos sociais.

E comporta uma sociedade civil com capacidade crescente de crítica e mobilização.

Sei que este país trilha a mesma senda.

Que saibamos continuar a caminhar juntos na construção de um mundo mais próspero e fraterno, onde a felicidade geral seja compreendida como a felicidade de todos e de cada um.

Que saibamos continuar a trabalhos juntos pela afirmação de uma governança global democrática.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DE TÍTULO DE DOCTOR OF CIVIL LAW BY DIPLOMA DA UNIVERSIDADE DE OXFORD

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO TÍTULO DE DOCTOR OF CIVIL LAW BY DIPLOMA DA UNIVERSIDADE DE OXFORD. OXFORD, 14 DE NOVEMBRO DE 2002

Recebo este título da Universidade de Oxford como gesto de renovado apreço pelo Brasil e seu povo.

Sou, desde sempre, admirador de Oxford.

Sei da contribuição que a Universidade tem prestado à democracia parlamentar britânica, de Gladstone a Tony Blair, sem falar dos Oxonians que fizeram história na diplomacia e nas finanças.

Também me considero cativo dos pensadores que promoveram em Oxford a tradição liberal inglesa, como Isaiah Berlin, um verdadeiro apóstolo da liberdade e do pluralismo.

Tenho alguma familiaridade com a academia britânica.

Ensinei nos anos setenta em universidade vizinha, criada por dissidentes de Oxford, mas que soube manter uma convivência correta e enriquecedora com sua Alma Mater.

Pelo menos foi o que nos assegurou Lord Jenkins na Rede Lecture de 1988.

Se estive em Cambridge, não foram poucos os professores e estudantes brasileiros que souberam usufruir da hospitalidade e excelência de Oxford.

A criação do Centro de Estudos Brasileiros confirma Oxford como espaço de pesquisa e reflexão sobre o Brasil.

Na verdade, a Inglaterra jamais deixou de contribuir para o conhecimento do Brasil.

Permitam-me recuar no tempo e citar algumas obras seminais.

Lembro o relato de viagem de Maria Graham, um inspirado retrato de nossos primeiros anos. Ela também nos legou um esboço da experiência colonial.

Depois veio a obra clássica de Robert Southey, que, sem ter visitado uma vez sequer o país, mapeou com invejável tino sua evolução histórica.

A história do Brasil viria a constituir, como sabemos, um rico filão para os estudiosos ingleses.

Perdemos há poucos anos Charles Boxer, que deixou um legado imprescindível para os que buscam compreender o declínio do Império Português.

Mas os primórdios da Independência e o Brasil monárquico ainda contam com leitores

da envergadura de Kenneth Maxwell e Leslie Bethell.

Se os ingleses acompanharam o Brasil, a Inglaterra sempre fez parte do imaginário brasileiro.

O encantamento é recíproco.

Não me refiro apenas à importância do pensamento inglês para a cultura brasileira, de que são mostras o diálogo de Machado de Assis com Laurence Sterne e a presença do constitucionalismo anglo-saxão em Rui Barbosa.

Penso também nos brasileiros que pensaram a experiência inglesa.

E o fizeram com nota, invariavelmente, positiva.

Joaquim Nabuco é um bom exemplo.

Em seu ensaio autobiográfico, *Minha Formação*, a Inglaterra – onde serviu como diplomata – é tema maior.

Nabuco fala de Londres, que lhe causou, de todas as cidades, a mais profunda impressão, pela solidez e majestade, mas também pelo recato e urbanidade.

Percebe, na metrópole do mundo, a singularidade inglesa.

Louva o espírito inglês, a norma tácita de conduta que a Inglaterra inteira parecia obedecer.

Era a coexistência da tradição com o progresso.

Nabuco escreveu no fim do século XIX, aquele que, para muitos, teve mais de cem anos, prolongados como foram seus efeitos.

As palavras de Nabuco soavam como garantia de que, para onde rumasse a história, a Inglaterra, sem sobressalto, atenta ao futuro, far-se-ia presente.

Gilberto Freyre não foi menos efusivo na demonstração de seu apreço pelo feitio inglês.

Privilegiava os figurantes mudos da história.

Asa Briggs chegou a situá-lo como precursor da história material ou, se quisermos, da história da vida privada.

Em *Ingleses no Brasil*, Gilberto teceu um mosaico do que faziam os alfaiates, mecânicos, operários, artistas de circo, fotógrafos, modistas e atrizes inglesas que povoaram o Brasil na primeira metade do século XIX.

Para Freyre, o inglês foi um propagador da experiência tropical em suas variadas manifestações, dos hábitos populares às moradias, da culinária aos ritos, das igrejas às fazendas.

Daí a assimilação que Gilberto Freyre faz entre a maneira de ser inglesa e brasileira.

Ingleses e brasileiros sabem acatar a diferença, ainda que isto implique um difícil equilíbrio de contrários.

Isto somente foi possível, arremata Freyre, pela disponibilidade nos trópicos da virtude tão inglesa do *compromise*.

A mesma observação foi feita por José Honório ao ressaltar a conciliação e o espírito de reforma na evolução da sociedade brasileira.

Há, de fato, muitos pontos em comum entre ingleses e brasileiros.

A começar pelo trabalho conjunto a favor de um modelo progressista de governança.

Coincidimos na busca continuada de um equilíbrio ótimo entre Estado e Mercado.

Por caminhos próprios, aprendemos o quanto importa conciliar equidade e eficiência.

O desafio assume urgência indeclinável no Brasil pela magnitude das carências sociais.

Mas não a ponto de ameaçar o respeito ao dissenso.

Pelo contrário. Se algo se delineia no horizonte político brasileiro, é a radicalização da democracia, no melhor sentido da palavra.

É o reforço da participação da sociedade na condução da coisa pública.

O Brasil é como nunca a expressão de seu povo.

Traz o signo da esperança, do pluralismo.

Pluralismo de etnias, crenças e costumes, que também pauta uma visão de mundo.

Queremos um mundo onde a diversidade seja norma e não heresia.

A tolerância, virtude e não vício.

Isaiah Berlin gostava da expressão kantiana de que *out of the crooked timber of mankind no straight thing was ever made*.

Era seu Leitmotiv contra os paradigmas absolutos.

Preferia a realidade como ela era, plural, sem soluções últimas, por redentoras que soassem.

Assim o Brasil gostaria que se orientasse a comunidade das nações.

Pela utopia de uma governança global democrática e o respeito às normas multilaterais de convivência.

Crescemos na interação com os outros.

Queremos continuar a prosperar em diálogo com o mundo.

Agradeço, uma vez mais, à querida Universidade de Oxford pela distinção que, por meu intermédio, concede ao povo brasileiro.

Muito obrigado.



XII CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

TEXTO-BASE DE NOTAS PARA DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA XII CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO. BÁVARO, REPÚBLICA DOMINICANA, 16 DE NOVEMBRO DE 2002

Agradeço, em primeiro lugar, a calorosa hospitalidade do povo e do governo da República Dominicana.

Sinto-me feliz ao voltar a esta nação amiga.

Esta é minha última participação como Presidente do Brasil em uma Cúpula Ibero-Americana.

Posso dizer, com satisfação, que, ao longo de meus oito anos na Presidência, nunca faltei a estes nossos encontros.

Foi para mim um privilégio ser parte deste processo.

Processo que tem sido o de construção e fortalecimento de uma comunidade de idéias e de ações entre os povos ibero-americanos.

Sempre valorizei o contato direto entre os líderes da nossa Comunidade.

São momentos únicos em que podemos conversar com franqueza, com informalidade, e com isso aprofundar nossas convergências.

A cultura e a história comum que nos unem são forças extraordinariamente fortes.

É nelas que se forjam as identidades duradouras, os vínculos afetivos que são próprios de um sentimento de fraternidade entre os povos.

Mas nosso diálogo e nossa cooperação não se limitam a fortalecer esses vínculos. Orientam-se também por valores fundamentais.

O primeiro deles é a democracia.

O segundo é o desenvolvimento – incluída aí a busca da justiça social.

Tanto no plano da democracia quanto no do desenvolvimento, a Ibero-América sofreu transformações importantes nas últimas décadas.

Já houve tempo em que nossos países sofreram com a mão pesada do autoritarismo.

Já houve tempo em que parecia mais distante a esperança de prosperidade e de justiça para nossos povos.

As últimas décadas redefiniram nossa identidade.

Tornaram-na indissociável dos valores da liberdade e de um caminho de modernização econômica, com uma crescente inserção dos países ibero-americanos no mundo globalizado.

Portugal e Espanha fortaleceram-se com a integração à União Européia.

Na América Latina, as iniciativas de integração fizeram avanços sem precedentes - no Mercosul, na

Comunidade Andina, no Mercado Comum Centro-Americano, bem como na construção de uma infra-estrutura física integrada na América do Sul.

Impõe-se com alta prioridade, em nossa agenda, o esforço de conformação de um ambiente mundial mais propício ao desenvolvimento.

Como Presidente do Brasil, tenho salientado a importância da construção de um sistema mais equitativo de comércio internacional e da busca de uma arquitetura financeira menos sujeita a turbulências e a crises, portanto mais favorável ao crescimento econômico.

É preciso afirmar sem meias palavras: o protecionismo dos países mais ricos e a instabilidade dos fluxos financeiros internacionais são, hoje, obstáculos consideráveis ao crescimento nos países em desenvolvimento.

Daí a importância dos processos de integração que envolvem os dois lados dessa equação – os mais ricos e os mais pobres.

É o caso da discussão da ALCA, dos entendimentos com a União Européia e das tratativas na Organização Mundial do Comércio para uma nova rodada de negociações multilaterais.

Temos grandes tarefas diante de nós.

A de fazer com que o comércio internacional, organizado em bases justas, contribua para a superação dos privilégios e das desigualdades entre os países.

A de buscar maior estabilidade no sistema financeiro internacional.

As distorções do mercado não se corrigem por si mesmas.

É imprescindível um sistema de normas legítimas, sancionadas multilateralmente, que reflita um princípio simples: mais oportunidades para os que mais precisam de oportunidades.

Isso significa que nenhum processo de integração poderá prosperar se não atribuir a necessária prioridade aos temas de maior interesse para os mais pobres.

Como o tema da agricultura, o do assim chamado *anti-dumping*, o das regras de propriedade intelectual, o das barreiras não-tarifárias e o das distorções das normas sanitárias.

Esses temas são fatores decisivos não apenas para o impulso ao crescimento econômico, mas também para o êxito na promoção do desenvolvimento sustentável, como foi o esforço feito na Conferência de Joanesburgo.

No plano político, o compromisso com a democracia e com o desenvolvimento nos dá a chave para a leitura do atual cenário internacional.

Leva-nos a ver com preocupação o recrudescimento da ameaça do terrorismo - que não é uma ameaça a um país, mas a toda a humanidade, porque parte de um princípio que é errado e que é incompatível com o sistema democrático.

Por isso, uma das tarefas mais importantes de nosso tempo talvez seja a de combater essa ameaça, em todas as suas formas, fortalecendo simultaneamente os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Em última análise, a melhor arma contra o terrorismo é a difusão da crença nos valores democráticos e o reforço dos princípios do direito internacional.

A resposta que precisamos dar – e que precisamos dar com urgência – a esses desafios deve ser, em cada momento, em cada ação específica, inspirada por uma preocupação de legitimidade.

E a legitimidade, no plano internacional como no âmbito interno, vem do diálogo e da participação.

A legitimidade vem da deliberação conjunta, que é a única base possível para a responsabilidade conjunta.

O unilateralismo não é solução.

As Nações Unidas foram construídas sobre a aceitação mútua de alguns princípios elementares: noções como a da tolerância, a do respeito aos direitos humanos, a da igualdade soberana dos Estados, a do não-uso da força e a de solução pacífica de controvérsias.

Ao menos do ponto de vista do Brasil, a sabedoria daqueles princípios permanece intacta.

Tudo isso nos mostra a complexidade e a delicadeza das tarefas com que nos defrontamos.

O Brasil sente-se, hoje, fortalecido pela estabilidade econômica, pelo amadurecimento de sua democracia e pelo impulso à obra de transformação social.

Acompanha os desdobramentos na cena internacional com a preocupação de ser, invariavelmente, uma força construtiva, uma força em favor da paz, da segurança, da liberdade e da superação das injustiças.

A Comunidade Ibero-Americana haverá de continuar a prestar sua contribuição para o alcance desses objetivos.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Há poucas semanas, concluímos no Brasil com enorme êxito um processo democrático de escolha para cargos executivos – Presidente e Governadores – e legislativos – Câmara dos Deputados e uma parte do Senado Federal.

Mobilizou-se um eleitorado de mais de 115 milhões de pessoas.

Todo o processo transcorreu em condições exemplares, em ampla liberdade de discussão, com um debate substantivo.

Demonstrou-se que o Brasil é, hoje, uma democracia completa, e ademais uma democracia informatizada, o que permitiu presteza e segurança na apuração dos resultados.

Falo de tudo isso, perdoem-me, com certo orgulho.

Orgulho, não porque isso seja obra do Presidente, porque não é.

Orgulho, porque isso é uma conquista da sociedade brasileira.

E porque é com grande satisfação que o Brasil mostra ao mundo essa face democrática, essa capacidade de debate e de condução de seus próprios destinos.

Dentro de algumas semanas, terei a satisfação de passar a faixa presidencial para meu sucessor.

Voltarei à minha vida de simples cidadão, mas não deixarei de ter presença no debate público.

E certamente guardarei e cultivarei com carinho a lembrança de tantas coisas boas que foram parte dessa experiência na chefia do Governo e do Estado brasileiro.

Entre essas coisas, estará a memória da convivência com os colegas e amigos desta Comunidade Ibero-Americana.

Foi, para mim, um privilégio e um aprendizado.

Faço votos de que a nossa Comunidade prossiga com determinação no seu caminho de realizações.

Desejo todo êxito aos que deverão continuar a conduzir essa tarefa.

E todo êxito, também, aos que a ela virão proximamente somar seus esforços e sua contribuição.

Muito obrigado.



CÚPULA PARLAMENTAR DE INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, NA CÚPULA PARLAMENTAR DE INTEGRAÇÃO CONTINENTAL, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2002

Gostaria inicialmente de congratular o Presidente da Câmara dos Deputados pela excelente iniciativa de organizar esta Cúpula Parlamentar para discutir os rumos da integração continental. A exemplo do que ocorreu em outubro de 2001, quando a Câmara dos Deputados promoveu o seminário “O Brasil e a ALCA”, o Congresso brasileiro demonstra que está desempenhando um relevante papel no aprofundamento do debate público sobre política externa no Brasil e, agora, no continente americano. O profundo envolvimento do Congresso Nacional nas negociações da ALCA pode ser medido pelo número de vezes em que fui convocado para comparecer a esta casa. Desde que tomei posse como Ministro de Estado das Relações Exteriores, compareci em seis oportunidades ao Congresso Nacional, a fim de dar explicações sobre temas diversos, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal. Em uma ocasião, na sessão especial conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos, de 17 de outubro de 2001, o tema que me levou a falar aos Senhores Deputados e Senadores foi justamente o do processo negociador da ALCA. Nas demais ocasiões, o tema da ALCA acabou sendo sempre tratado no curso

dos debates, em função de sua importância e do interesse que desperta.

2. Creio que o momento não poderia ser mais oportuno para uma iniciativa como essa, que pretende reunir os presidentes das Casas Legislativas dos países das Américas, para debater a participação parlamentar nas negociações e decisões sobre a integração hemisférica, no contexto das negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No início de novembro corrente, foi realizada a VII Reunião Ministerial da ALCA, na qual Brasil e EUA assumiram a co-presidência das negociações. A Ministerial de Quito também inaugurou uma nova etapa das negociações hemisféricas, caracterizada pelo aprofundamento das negociações de acesso a mercados. No prazo de 15 de dezembro de 2002 a 15 de fevereiro de 2003, deverão ser apresentadas as ofertas iniciais para bens agrícolas, não-agrícolas, serviços, investimentos e compras governamentais. De 16 de fevereiro a 15 de junho de 2003, ocorrerá o processo de solicitação de melhora das ofertas de mercados apresentadas. E a partir de 15 de julho de 2003, será iniciado o período de apresentação de ofertas melhoradas. Sobre esse aspecto da negociação, gostaria de mencionar e reiterar que os cronogramas

cuidadosamente negociados pelo governo brasileiro foram compatíveis com o nosso calendário eleitoral e com a nossa agenda política, ou seja, o esforço negociador do Brasil foi o de procurar evitar compromissos que pudessem deixar o próximo governo sem flexibilidade para tomar decisões. O objetivo do governo é legar à próxima administração todas as possibilidades de ação no que se refere às negociações, sem excluir nenhum curso de ação antecipadamente.

3. Nessa nova etapa das negociações, o Brasil entende que é fundamental que seja observado o equilíbrio geral do processo negociador, e não apenas ao final do processo, com avanços efetivos dos Grupos de Negociação no cumprimento de todos os aspectos de seus mandatos. Para tanto, será necessário avançar na substância dos diversos temas, mediante a negociação de compromissos capazes de satisfazer os interesses mínimos de todos os países. O Brasil, em conjunto com seus sócios do MERCOSUL, atribui grande importância a avanços efetivos nas negociações agrícolas da ALCA, não apenas em seus aspectos tarifários, mas também no que diz respeito à eliminação de subsídios à exportação no hemisfério e ao disciplinamento de todas as práticas que distorcem o comércio de produtos agrícolas, incluindo aquelas com efeito equivalente aos subsídios às exportações.

4. Do ponto de vista brasileiro, a liberalização comercial não é um fim em si mesmo. É, antes de mais nada, um instrumento para fomentar o desenvolvimento, diminuir as disparidades de renda e melhorar a qualidade e a oferta de empregos na região. Dada a abrangência dos compromissos que serão assumidos e suas implicações para todas as economias do hemisfério, é indispensável que os negociadores tenham em mente as

preocupações da sociedade civil com o processo negociador e que seja feito um esforço constante de explicar as negociações, reduzir as resistências e dialogar claramente com todos os setores interessados.

5. O Brasil conhece bem a importância da participação ativa da sociedade em negociações comerciais, sobretudo nas negociações da ALCA. Quando, o Brasil sediou a III Conferência Ministerial da ALCA, em Belo Horizonte, em 1997, nossa posição foi fortalecida e legitimada por amplo debate interno prévio, envolvendo Governo e setor privado, em torno de nossas posições e estratégias negociadoras. Essa intensa sinergia foi facilitada pela criação, em 1996, da Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA (SENALCA), a qual constitui um “espaço público ampliado”, entidade de coordenação de posições governamentais, com a participação efetiva do setor privado, centrais sindicais, organizações não governamentais, parlamentares que serviu para estreitar o diálogo com representantes da sociedade civil. Já foram realizadas 33 reuniões da SENALCA e eu próprio tive a satisfação de presidir algumas delas.

6. No entanto, creio que não basta dispor de bons mecanismos de diálogo com a sociedade. Nessa nova etapa, será necessário que os governos e as sociedades dos países envolvidos nas negociações iniciem uma avaliação preliminar dos resultados concretos e possíveis dessas negociações e de suas repercussões nos diversos países que participam do processo. Para isso, é fundamental que as questões essenciais de cada delegação sejam tratadas de forma adequada nas negociações. As ofertas iniciais serão de grande importância nesse contexto, pois enviarão um sinal sobre a possibilidade de ganhos concretos para os países.

7. Em 29 de janeiro de 2001, quando tive a honra de assumir pela segunda vez o cargo de Ministro das Relações Exteriores, concedi entrevista ao jornal Correio Braziliense, na qual ressaltei que nenhuma política externa, inclusive de comércio internacional, é sustentável se ela não tiver um apoio da opinião pública. A ALCA, assim como qualquer negociação comercial, não pode prescindir desse elemento essencial de sua sustentabilidade. O apoio da opinião pública confere legitimidade ao processo negociador e requer que se leve em conta tanto a indispensável reciprocidade dos interesses econômicos, quanto as grandes questões sociais do emprego, da pobreza e da exclusão. Assim, é preciso que haja uma percepção de que uma política traz um benefício generalizado. Toda mudança em qualquer área da vida ou da história traz alterações que acabam beneficiando uns e prejudicando outros. É importante, no entanto, que haja um benefício para a maioria. É isso que constitui a noção de interesse nacional.

8. O Governo brasileiro tem pautado sua atuação nas negociações da ALCA pela firme defesa do interesse nacional. No entanto, o Brasil entende que o Acordo final da ALCA não poderá atender apenas aos nossos interesses. Nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, “A questão da integração hemisférica não é uma discussão abstrata e teórica sobre as virtudes do livre comércio. É, isso sim, uma discussão sobre as modalidades concretas de integração que devem ser capazes de atender aos interesses de todos os países. Este é o ponto nevrálgico, saber se somos capazes de fazer com que o livre-comércio se traduza, em nosso hemisfério, em um arranjo econômico-comercial favorável a todos, grandes e pequenos, ricos e pobres.”



SEMINÁRIO DO COMITÊ DE COOPERAÇÃO EMPRESARIAL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – “A OPAÇÃO ALCA”

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO PROMOVIDO
PELO COMITÊ DE COOPERAÇÃO EMPRESARIAL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO
VARGAS - “A OPAÇÃO ALCA”, EM 21 DE NOVEMBRO DE 2002

É com grande satisfação que participo deste seminário sobre as negociações da ALCA, organizado pela Fundação Getúlio Vargas.

Quando tomei posse como Ministro das Relações Exteriores, em 29 de janeiro de 2001, resaltei que, a meu ver, a principal tarefa da diplomacia brasileira naquele momento era saber traduzir criativamente necessidades internas em possibilidades externas, com o aprofundamento de mecanismos permanentes de consulta com a sociedade civil em seus mais diversos segmentos: Legislativo, partidos políticos, mídia, estados, sindicatos, empresários, universidades, ONGs e o mundo acadêmico. Ao longo da minha gestão à frente do Itamaraty, tenho promovido o reforço da transparência no relacionamento do Ministério com a sociedade civil, ciente de que o Brasil busca sua inserção no mundo sob a perspectiva do interesse nacional e que esse interesse nacional só pode ser definido em conjunto com a sociedade brasileira.

Uma das vertentes de nossa política externa que têm despertado maior interesse da sociedade civil são as negociações comerciais

em curso na OMC, entre o MERCOSUL e a UE e para a conformação da ALCA. Essa crescente atenção reforça nossa capacidade negociadora, ao mesmo tempo em que aumenta a responsabilidade do Executivo em estabelecer canais de diálogo. Dada a abrangência dos compromissos que serão assumidos e suas implicações para todas as economias do hemisfério, é indispensável termos sempre presentes as inquietações da sociedade civil com o processo. Isso implica um esforço constante para explicar as negociações e para determinar os interesses e preocupações de todos os setores potencialmente afetados.

Tenho afirmado que o futuro do comércio exterior brasileiro passa pelas negociações multilaterais, regionais e inter-regionais em curso, que ocorrem em um mundo de contrastes econômicos acentuados e de insegurança social nas mais diversas regiões.. Em um contexto de incertezas políticas e econômicas acentuadas pelas assimetrias da globalização, quando medidas protecionistas são implementadas pelas maiores economias do planeta, o Brasil continua a acreditar que

o comércio reforça a interdependência entre os povos e contribui decisivamente para a paz e o desenvolvimento.

O grande desafio do Brasil nesse momento é combinar maior taxa de crescimento com a redução da vulnerabilidade externa. A solução é aumentar exportações, diagnóstico já feito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso quando disse que a alternativa é “exportar ou morrer”. Cabe destacar, a propósito, o muito que foi feito no período mais recente: passamos de um déficit comercial de US\$ 0,7 bilhões em 2000 para um superávit provável em torno de US\$ 12 bilhões neste ano. O déficit em conta corrente, que em meados de 2001 chegou a 5% do PIB em base anual, hoje se aproxima de 2% do PIB. O essencial do ajuste, portanto, já foi feito pelo Governo atual. O importante agora é dar continuidade a esse processo para assegurar condições de sustentabilidade de médio e longo prazo ao crescimento da economia.

O aumento das exportações requer ações em dois planos: no interno, a harmonização de políticas macroeconômicas, setoriais e comerciais; no externo, a abertura de mercados para nossos produtos. Estamos participando de diversas negociações comerciais simultâneas, não obstante as dificuldades que cada uma delas apresenta, porque entendemos que um país das dimensões continentais do Brasil não pode, nas condições atuais da realidade internacional, ficar isolado. Queremos gerar empregos, aumentar a produtividade, diminuir a dependência de capitais externos e, para isso, precisamos expandir nossas exportações e explorar todas as oportunidades de aberturas de mercados.

Temos plenas condições de auferir grandes vantagens da liberalização comercial regional e mundial. Apesar de uma conjuntura recente extremamente desfavorável, o comércio exterior brasileiro vem demonstrando grande

dinamismo. A competitividade do setor agrícola brasileiro é inquestionável: somos o maior produtor mundial de café, laranjas e açúcar e o terceiro maior produtor mundial de frutas. Segundo o Ministério da Agricultura, nossa produtividade agrícola aumentou 70% ao longo dos últimos dez anos e, em 2001, o agronegócio brasileiro exportou US\$24 bilhões. Apenas em 2002, o setor de agronegócio no Brasil será responsável pela criação de 1,2 milhões de empregos.

A indústria brasileira também tem demonstrado expressivo dinamismo. Dados do MDIC demonstram que, de 1992 a 2000, a produtividade da indústria brasileira aumentou cerca de 6,5% ao ano. Setores que, após a Rodada Uruguai, foram afetados pela liberalização da economia e pareciam correr o risco de desaparecer não apenas sobreviveram, mas hoje exportam. Esse é o caso dos setores de têxteis, brinquedos e aço, que investiram em tecnologia, modernizaram-se e agora são altamente competitivos.

À frente do Itamaraty, tenho me esforçado para assegurar que esse dinamismo não seja tolhido por barreiras, tarifárias ou não-tarifárias, e que os produtores nacionais consolidem e ampliem seu acesso efetivo a mercados externos, com a firme rejeição de qualquer discriminação contra produtos nacionais. Não estamos interessados em acordos que apenas eliminem tarifas, mas deixem inalterados o arsenal de medidas protecionistas de que dispõem sobretudo as economias mais desenvolvidas. Por isso, defendemos que as negociações comerciais das quais participamos também tenham por objetivo a elaboração de normas voltadas para a regulamentação internacional de questões antes submetidas exclusivamente à competência interna dos Estados, como subsídios à exportação de produtos agrícolas; medidas de efeito equivalente (como apoio

interno e créditos à exportação, entre outros); aplicação de regulamentos técnicos, sanitários e fitossanitários; e defesa comercial.

Inserem-se nesse contexto as negociações da ALCA. Desde que tomei posse, participei de duas Reuniões Ministeriais do processo negociador da ALCA, uma em Buenos Aires, em abril de 2001, e a segunda em Quito, no início de novembro corrente. Em ambas, o Brasil atuou com firmeza e espírito construtivo, com a disposição de facilitar consensos e demonstrar flexibilidade quando possível, mas sempre deixando claro que a ALCA só será uma alternativa atraente para o Brasil na medida em que puder contribuir qualitativa e quantitativamente para a inserção competitiva do país nos fluxos de comércio e investimentos internacionais. Quando as negociações em curso resultarem na elaboração de um texto de acordo, o Brasil poderá decidir soberanamente, a partir de sua própria avaliação do interesse nacional, se lhe convém ou não participar. É sempre bom recordar que, para o Brasil, a liberalização comercial não é um fim em si mesma. É um instrumento para fomentar o desenvolvimento, diminuir as disparidades de renda e melhorar a qualidade e a oferta de empregos na região.

Em Buenos Aires, concluiu-se a transição para a etapa decisiva das negociações. Até então, o trabalho dos grupos negociadores não tinha avançado muito além da mera reiteração de propostas de texto por parte das delegações, sem qualquer esforço real de aproximação de posições. A partir de Buenos Aires, os grupos de acesso a mercados foram instruídos a definir os métodos e modalidades da negociação tarifária até abril de 2002, o que sinalizou o início do processo fundamental de elaboração e apresentação de ofertas de acesso. Nesse contexto, algumas delegações sugeriram que os Ministros instruissem os grupos a

concluir suas negociações em 2003, para que até 2005 fosse possível rever o conjunto do acordo e obter a ratificação do texto pelos 34 países participantes. Na prática, estava sendo proposta a redução do prazo para a conclusão das negociações da ALCA, de 2005 para 2003.

O Brasil não concordou com essa proposta e, juntamente com seus sócios do MERCOSUL, desempenhou papel decisivo na defesa do prazo acordado anteriormente, ou seja, 2005. Ao término da reunião, foi possível chegar a um consenso para recomendar aos Chefes de Estado e de Governo que se reuniram em Québec para a Cúpula das Américas que “estabeleçam as diretrizes para assegurar que as negociações do Acordo da ALCA sejam concluídas, o mais tardar, em janeiro de 2005 para a sua entrada em vigor o quanto antes, até, no máximo, dezembro de 2005” (Declaração Ministerial de Buenos Aires, 2001).

Em conjunto com a decisão sobre a data da conclusão das negociações, um dos resultados mais expressivos da Reunião Ministerial de Buenos Aires foi o reconhecimento da necessidade de se promover a transparência no processo negociador da ALCA, de forma a incentivar a participação crescente da sociedade civil. A Declaração dedicou oito parágrafos ao tema, tomando significativas decisões a respeito. Empenhei-me pessoalmente para que fosse autorizada a publicação do texto da Minuta do Acordo da ALCA, que também foi divulgada na Internet, onde pode ser consultada por todos. A segunda minuta do Acordo foi divulgada novamente, nos quatro idiomas, ao final da Reunião Ministerial de Quito, realizada no início de novembro corrente.

O importante agora é fazer o melhor uso dos mecanismos de diálogo com a sociedade para estabelecer as posições e estratégias negociadoras que melhor atendam ao interesse do país. A partir da Reunião Ministerial de

Quito, as negociações da ALCA entraram em uma nova etapa, caracterizada pelo aprofundamento das negociações de acesso a mercados, iniciadas em maio de 2002. Nesta etapa, será necessário que os governos e as sociedades dos países participantes iniciem uma avaliação preliminar dos resultados concretos e possíveis dessas negociações e de suas repercussões econômicas e sociais. Para isso, é fundamental que as questões essenciais de cada delegação sejam tratadas de forma adequada nas negociações. As ofertas iniciais apresentadas por cada lado serão de grande importância nesse contexto, pois enviarão um sinal sobre a possibilidade de ganhos reais para os países.

A apresentação de ofertas deverá obedecer ao seguinte cronograma: no prazo de 15 de dezembro de 2002 a 15 de fevereiro de 2003 deverão ser apresentadas ofertas iniciais para bens agrícolas, não-agrícolas, serviços, investimentos e compras governamentais; de 16 de fevereiro a 15 de junho de 2003 ocorrerá o processo de solicitação de melhorias das ofertas de mercados apresentadas. A partir de 15 de julho de 2003 será iniciado o período de apresentação de ofertas melhoradas.

Antes da apresentação de ofertas, foi necessário notificar as tarifas-base sobre as quais incidirão os percentuais de desgravação. Essa notificação foi feita pelo MERCOSUL em 15 de outubro deste ano; no entanto, no caso das uniões aduaneiras como o MERCOSUL, foi excepcionalmente concedida uma flexibilidade adicional, que permite alterar a tarifa notificada até 15 de abril de 2003.

Quero ressaltar que, tanto no que se refere à tarifa-base quanto no relativo à apresentação de ofertas, os cronogramas foram compatíveis com o calendário eleitoral brasileiro e com o processo de transição. Isto resultou, em

larga medida, de um esforço negociador do Brasil, que procurou evitar compromissos que pudessem deixar o próximo Governo sem flexibilidade para a tomada de decisões.

Na nova etapa que ora se inicia, o Brasil considera fundamental que seja observado o equilíbrio geral do processo negociador, e não apenas ao final do processo, com avanços efetivos dos Grupos de Negociação no cumprimento de todos os aspectos de seus mandatos. Por insistência nossa, esse entendimento foi incluído na Declaração Ministerial de Quito. Para tanto, será necessário avançar de forma concomitante na substância dos diversos temas, mediante a negociação de compromissos capazes de satisfazer os interesses de todos os países. O Brasil, em conjunto com seus sócios do MERCOSUL, atribui grande importância a avanços efetivos nas negociações agrícolas da ALCA, não apenas em seus aspectos tarifários, mas também no que diz respeito à eliminação de subsídios à exportação no hemisfério e ao estabelecimento de disciplinas efetivas para todas as práticas que distorcem o comércio de produtos agrícolas, incluindo aquelas com efeito equivalente aos subsídios às exportações.

A insatisfação do MERCOSUL com a lenta evolução das negociações agrícolas na ALCA foi reiterada em plenário durante a Ministerial de Quito. Os trabalhos do Grupo de Negociação de Agricultura têm evoluído lentamente pela insistência de algumas delegações em remeter para a OMC o tratamento de temas considerados “sistêmicos”, como o disciplinamento de medidas de apoio interno. O Brasil reconhece que há uma vinculação estreita e inegável entre as negociações agrícolas da OMC e da ALCA, pois o disciplinamento definitivo das medidas que distorcem o comércio agrícola internacional necessariamente exigirá compromissos de países extra-hemisféricos. No entanto, o tema

agrícola em todas as suas dimensões deve ser debatido também no âmbito hemisférico, evitando uma concentração apenas no aspecto tarifário – importante, mas insuficiente - das negociações agrícolas. Insisto que a agricultura não é o único tema de interesse para o MERCOSUL nas negociações da ALCA, mas que sem avanços expressivos em agricultura, as negociações perdem seu interesse para nós.

Conclusão

A grande dificuldade da ALCA sempre consistiu no fato de apresentar simultaneamente possibilidades e riscos, tanto na fase de negociação quanto na de implementação. A consciência dos riscos, todavia, deve ser temperada pela consciência do potencial de benefícios que nos poderão advir de condições de acesso privilegiado aos países das Américas. Entendo que a avaliação real dos riscos e dos benefícios da ALCA só poderá ser feita à luz do interesse nacional, que por sua vez só pode ser determinado a partir da análise e do confronto de interesses concretos, o que requer informação, diálogo e participação da sociedade civil.

Quero enfatizar que o Brasil tem participado das negociações da ALCA de forma ativa e construtiva. Entendemos os desafios inerentes à negociação de uma área de livre comércio com o grau de profundidade de compromissos que a ALCA deve ter, mas também vemos no processo hemisférico uma oportunidade de consolidar e ampliar nosso acesso aos mercados regionais e reduzir barreiras às nossas exportações. A sociedade brasileira quer que a ALCA seja fruto de um acordo equilibrado, que proporcione

uma liberalização recíproca entre todos os participantes e que leve em consideração a necessidade de criar mecanismos que minimizem as disparidades regionais e os desequilíbrios econômicos que a ALCA poderá produzir em nossas sociedades. O Brasil entende que a ALCA é uma oportunidade para aprimorar as relações dos países desse hemisfério, com base em vantagens mútuas e prosperidade compartilhada.

Gostaria de concluir reiterando que a ALCA não é um destino para o Brasil, mas sim uma opção, que valerá a pena na medida em que for congruente com o projeto de desenvolvimento do país. As negociações da ALCA são profundamente assimétricas, pois juntam ao redor da mesa negociadora países tão díspares em tamanho e nível de desenvolvimento quanto o Haiti e os EUA. O grau de vinculação e os interesses dos diversos países latino-americanos e caribenhos em relação ao mercado norte-americano também são diferenciados, o que se reflete no processo negociador. No entanto, é possível que uma negociação assimétrica dê resultados simétricos, no sentido de atender igualmente aos interesses de todos os participantes. O êxito, nesse caso, não decorrerá da generosidade dos mais fortes. Será o resultado do realismo, disposição para o diálogo, criatividade e, sobretudo, consciência e determinação na defesa de seus interesses por parte de cada Estado. Creio que esses atributos não faltaram ao Brasil, que tem pautado sua atuação nessas negociações pela firme promoção dos interesses nacionais.

Muito obrigado.



PRÊMIO “MAHBUB UL HAQ”, DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, AO RECEBER DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) O PRÊMIO “MAHBUB UL HAQ”, POR CONTRIBUIÇÃO DESTACADA AO DESENVOLVIMENTO HUMANO. NOVA IORQUE, 09 DE DEZEMBRO DE 2002

Quando tomei conhecimento de que meu nome havia sido escolhido para este prêmio, naturalmente fiquei muito satisfeito, mas ao mesmo tempo fui tomado de certa hesitação.

Meu pensamento foi o seguinte: há algo de estranho em um Presidente receber um prêmio individualmente.

Porque o que os Presidentes fazem é sempre resultado de um esforço coletivo.

Em última análise, se um Presidente é capaz de realizar algo, é porque toda a nação – ou pelo menos a maior parte dela – está a seu lado e o apoia.

Para não falar do trabalho de milhares de pessoas no serviço público, no Congresso Nacional, nas ONGs e na sociedade em geral.

Sem a dedicação desprendida dessas pessoas, os objetivos do desenvolvimento humano não poderiam avançar.

Mas, a pensar mais sobre o assunto, dei-me conta de que poderia haver algum significado em meu comparecimento aqui para receber esta homenagem.

Seria uma oportunidade inestimável para divulgar e dar renovado impulso aos esforços empreendidos por toda a nação brasileira.

Porque isto é, na verdade, o que aconteceu no Brasil nos últimos anos.

Toda uma nação, fortalecida na democracia e unida na aspiração por justiça, dedicou-se a trabalhar para fazer mudanças onde mudanças eram necessárias.

Daí eu me sentir muito honrado com a companhia de um grupo de ministros e parlamentares brasileiros nesta cerimônia de hoje.

Ao mesmo tempo, não posso negar que este é para mim, também, um momento de realização pessoal. Agradeço à minha mulher, Ruth, que tem dedicado muita energia ao desenvolvimento humano e que sempre me apoiou. Meu agradecimento, também, a cada um dos membros da minha família que vieram juntar-se a mim nesta ocasião.

Senhoras e Senhores,

Em minha plataforma política de 1994, quando fui candidato pela primeira vez nas eleições presidenciais, a frase de abertura do capítulo inaugural dizia: “O Brasil não é mais um país subdesenvolvido; é um país injusto”.

Permitam-me explicar o significado daquela frase no contexto social e político do Brasil.

Durante muito tempo, os brasileiros atribuíram seus problemas sociais à noção vaga do “subdesenvolvimento”.

Este é um daqueles conceitos que deveriam vir acompanhados de um aviso: “cuidado, este conceito pode ser prejudicial ao seu senso de responsabilidade”.

É claro que o Brasil é menos desenvolvido do que outros países. Não há dúvida sobre isso.

É claro que há problemas no plano internacional que limitam nossas oportunidades de desenvolvimento: regras injustas, protecionismo nos países mais afluentes, turbulência nos mercados financeiros. Tão pouco há dúvida sobre isso.

Mas mesmo conscientes desses fatos, tínhamos a obrigação de parar de reclamar sobre nosso destino e, em vez disso, de tomá-lo em nossas próprias mãos.

E nosso dever era o de não usar os problemas internacionais ou pretexto do “subdesenvolvimento” como desculpa para perpetuação das injustiças em nossos países.

Este é o sentido daquela nossa frase.

O foco devia mudar do desenvolvimento para a justiça.

Era tempo de enfrentarmos nossas próprias responsabilidades e colocar a casa em ordem, ao menos naquilo que estivesse ao nosso alcance.

E assim fizemos.

Começamos por colocar a inflação sob controle, com o Plano Real.

Não foi uma tarefa fácil, nem era ela um fim em si mesmo.

Por que isso era tão importante?

Por uma razão muito simples.

Porque nas décadas anteriores, a espiral inflacionária tinha sido o mais importante fator

de perturbação do desempenho da economia brasileira.

Também, e isso é o cerne da questão, porque a inflação não era meramente um problema de macroeconomia. Era, acima de tudo, uma questão de justiça social.

Quando os cidadãos se rebelaram contra a monarquia absoluta no século XVIII, um dos principais gritos de guerra era: “não pode haver imposto sem representação”.

É um princípio fundamental da ética política.

Um princípio que era pisoteado diariamente pela hiperinflação.

Porque a inflação é precisamente isso: um imposto sem representação.

Pior: é uma forma não democrática de taxaço, dirigida contra os pobres, contra os desprotegidos pela indexação ou pelos diversos arranjos financeiros aos quais tinham acesso a classe média e os mais ricos.

Por isso derrubamos a inflação e a mantivemos em níveis muito baixos apesar das crises internacionais enfrentadas nos últimos anos.

Como resultado, realizamos o que foi possivelmente a maior redução sustentada da pobreza na história do Brasil.

Cerca de dez milhões de brasileiros cruzaram a linha da pobreza.

Isso nos deu uma base nova a partir da qual podíamos trabalhar.

E de fato trabalhamos, para introduzir as necessárias mudanças e avançar na educação, na saúde, na reforma agrária e na proteção social.

Os resultados estão à vista de todos.

A escolaridade aumentou significativamente, sobretudo entre as crianças mais pobres.

O Brasil hoje pode afirmar com orgulho que estamos muito próximos do objetivo de ter todas e cada uma de nossas crianças freqüentando as salas de aulas.

O trabalho infantil reduziu-se em 25%.

A mortalidade infantil caiu, notadamente nas áreas mais pobres do Nordeste do Brasil.

A expectativa de vida subiu em torno de 4 por cento, e essa taxa é substancialmente mais alta do que a média mundial no mesmo período.

Centenas de milhares de novas famílias foram assentadas no campo pelo Governo, mais durante os últimos oito anos do que nas três décadas anteriores.

A Arca desses assentamentos equivale a 200 mil quilômetros quadrados.

Isto é mais de seis vezes o território da Bélgica e duas vezes e meia o território da Áustria.

Implantamos uma rede de proteção social.

Uma rede que funciona efetivamente para milhões de brasileiros, através de doze diferentes programas de assistência ao menos favorecido, envolvendo mais de R\$ 30 bilhões por ano (mais de U\$ 8 bilhões, pela taxa de câmbio atual).

Isso equivale praticamente ao total do imposto de renda arrecadado pelo Governo de pessoas físicas e jurídicas. A comparação evidencia o fato de que esse tipo de política pública tem um impacto direto sobre a distribuição de renda.

E nossa rede de proteção social faz uso das modernas tecnologias, como o cartão magnético, de forma a assegurar que os recursos cheguem diretamente aos que deles precisam.

Isso eliminou os esquemas de intermediação e corrupção que tradicionalmente assolavam a assistência social no Brasil.

O salário mínimo, medido em termos reais – isto é, descontando a inflação – alcançou seu nível mais elevado em 40 anos.

Adotamos um programa anti-AIDS reconhecido no mundo como um modelo.

E de fato é um programa muito bom, porque coloca as necessidades dos pacientes em primeiro lugar, especialmente ao garantir o acesso a medicamentos mais baratos.

Um dos desafios em política social é fazer bom uso de recursos escassos.

O foco deve ser colocado nos mais pobres, nos mais necessitados.

E isso não é assim tão fácil quanto poderia parecer.

Há interesses conflitantes, pressões políticas e mesmo falta de informação.

Por isso, uma das tarefas básicas deve ser a definição cuidados de onde estão as necessidades mais prementes.

Ao fazer isso, o trabalho do PNUD proporcionou-nos um instrumento valioso.

Por exemplo, o nosso “Projeto Alvorada” empregou extensivamente a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano de forma a estabelecer as propriedades e selecionar os municípios que enfrentam os problemas mais sérios.

Isso nos ajudou a garantir que nosso trabalho fosse orientado pelas carências sociais, e não pela conveniência política.

Se lhes parece que estou contando vantagem sobre esses progressos do Brasil, é porque talvez eu de fato esteja.

Espero contar com sua compreensão e indulgência nesse ponto.

Penso que um pouco de contar vantagem sobre seu país faz parte, de alguma forma, das atribuições de um Presidente.

Nunca é difícil encontrar pessoas que lhes digam como a situação vai mal ou quão distante estamos de nossas metas.

Há algumas décadas, quando se discutiam aspectos da teoria do desenvolvimento, meu amigo Albert Hirschman – movido por sua “propensão à autosubversão” – levantou uma idéia nova.

Disse-nos: é muito bom que se discuta e se teorize sobre os obstáculos ao desenvolvimento, mas há um outro problema; devemos também prestar atenção aos obstáculos que nos impedem de perceber o desenvolvimento.

Essa afirmação chamava a atenção, pois Hirschman era uma das maiores autoridades em teoria do desenvolvimento.

E sempre me recordo dessa visão de Hirschman ao refletir sobre as tendências pessimistas que às vezes prevalecem no Brasil, assim como em outros países que enfrentam situações similares.

Por isso, penso que não seja totalmente improcedente que um Presidente ocupe às vezes a tribuna para lembrar ao povo que o copo já está cheio pela metade.

Mas é também um dever do Presidente lembrar – a si próprio e aos outros – que o copo ainda está metade vazio.

De fato, o que se alcançou no Brasil nos últimos anos deve ser visto como um começo.

Ainda temos um caminho longo a percorrer. Restam muitas tarefas diante de nós.

E o apelo da justiça social continuará a ser ouvido no Brasil – espero – com vozes que se tornam cada vez mais fortes, mas sem perder a civilidade.

Através de sua história, o Brasil teve muitas oportunidades, mas ao mesmo tempo desperdiçou um bom número delas.

Conhecemos as distorções resultantes do domínio colonial e da sombra que ele projetou sobre as nossas perspectivas de desenvolvimento.

Na independência, em 1822, deixamos de avançar com rapidez em direção à abolição da escravidão, que durou até 1888.

Mais tarde, em diferentes momentos, o esforço de construção da democracia e do Estado de direito encontrou fortes resistências.

Como resultado, atravessamos dias escuros de ditadura, e nossa sociedade foi atingida por graves violações dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Hoje, temos oportunidades sem precedentes.

E o Brasil está determinado a não desperdiçá-las.

As recentes eleições foram uma demonstração exemplar de virtude cívica.

Mostraram, fora de qualquer dúvida, que a democracia no Brasil não é mera instituição formal.

É uma força viva.

Uma força canalizada através de procedimentos honestos e que está enraizada nos corações e nas mentes dos cidadãos.

Uma força que tornará possível no Brasil, nos anos e nas décadas vindouros, continuarmos a fazer as mudanças e reformas através do diálogo e em paz.

Precisamos consolidar a estabilidade econômica.

No passado, dizia-se que o preço da liberdade é a eterna vigilância. Hoje, da mesma forma, podemos dizer que o controle da inflação exige vigilância permanente.

Precisamos aperfeiçoar nosso sistema tributário, atualizá-lo e eliminar problemas que inibem nossa capacidade de competir na economia internacional.

Precisamos encontrar, de uma vez por todas, uma solução sustentável e justa para a questão da seguridade social.

E precisamos reformar nossas estruturas políticas, e continuar aprimorando nossa democracia.

O que fizemos até agora nos dará força para seguir adiante.

Quando deixar o Governo no dia 1º de janeiro, sentirei a satisfação de olhar para trás e ver que nossos esforços deram frutos.

Para mim, um sociólogo por formação, a maneira certa de fazer isso seria conferir dados, cifras e estatísticas.

Nada de errado nesse procedimento, e eu certamente o seguirei.

Mas, como um futuro ex-Presidente, encontrarei maior satisfação, tanto do ponto de vista racional, quanto emocional, em refletir sobre o verdadeiro significado de todas aquelas estatísticas em termos humanos.

E o que elas significam é que uma criança recém-nascida no Brasil de hoje, de uma família pobre, em um município pobre, terá chances muito melhores na vida.

Em primeiro lugar, terá mais chance de sobreviver, porque sua mãe terá tido certamente acesso à assistência médica, por intermédio de um dos 162 mil agentes comunitários de saúde que trabalham nas áreas pobres, ou também por intermédio de uma das 15 mil equipes de saúde de família.

Mais tarde, essa criança terá melhores chances de ter uma boa educação.

Certamente irá à escola, e muito provavelmente não terá que trabalhar em uma idade precoce – porque sua família será apoiada pelo Governo para mantê-la na escola.

Sua expectativa de vida será consideravelmente maior do que a das crianças nascidas no Brasil no início da década de noventa.

E viverá em liberdade, em uma democracia dinâmica, em uma economia estável.

Então, com a passagem dos anos, terá oportunidade de ler livros e jornais, de discutir e de pensar, como um cidadão livre, sobre como fazer do Brasil um país cada vez melhor para seus filhos.

Se minha obra de Presidente ajudou essa criança a ter melhores chances na vida, então valeu a pena.

Gosto de pensar que foi assim, mas nem por isso tomarei o crédito pelo trabalho de tantos outros.

Por isso, ao agradecer a vocês todos, ao PNUD e ao meu amigo Mark Malloch Brown, faço-o em nome de todos aquele que ajudaram a dar às crianças brasileiras, e a todos os brasileiros, melhores oportunidades na vida.

Senhoras e Senhores,

Conheci o professor Mahbud ul Haq algum tempo atrás.

Conversávamos na época sobre os seus estudos, que foram importantes no projeto para a elaboração dos relatórios nacionais do PNUD com base no conceito do desenvolvimento humano.

Acompanhei seu trabalho, assim como os de Amartya Sen, cuja participação foi decisiva na elaboração do IDH.

Estou convencido de que a introdução da noção do desenvolvimento humano foi uma das contribuições mais significativas, em tempos recentes, aos esforços de promoção do desenvolvimento no âmbito da comunidade internacional.

Por isso, sinto-me orgulhoso de ser o primeiro a receber este prêmio.

Ser reconhecido, por um órgão internacional com o prestígio do PNUD, como alguém

que colocou o desenvolvimento no centro da agenda política brasileira, é algo que me emociona imensamente.

Mas sem qualquer falsa modéstia, tenho que dizer que o prêmio não é meu.

Eu dedico a todos aqueles que ajudaram, em alguns casos mesmo antes do meu Governo, a alcançar as conquistas sociais que mencionei aqui.

E o dedico a todas as crianças brasileiras que agora têm novas oportunidades para o futuro.

Dedico-o aos brasileiros mais pobres, que recuperaram a esperança.

Para mim, pessoalmente, esse prêmio é um sinal de que dei o melhor de mim como Presidente de meu país.

Certamente, meu Governo deixará tarefa ainda em aberto.

Mas nada me deixa mais satisfeito do que ter colocado o Brasil no rumo certo.

Estabilização econômica, reformas estruturais, acesso aos mercados mundiais, luta contra a pobreza, a proteção ambiental, a necessidade da transformação social, o desenvolvimento humano – todas essas são questões que vieram para ficar.

Há muitos anos, Luiz Inácio Lula da Silva e eu estivemos juntos em episódios inesquecíveis de nossa luta pela defesa da democracia, pelos direitos dos trabalhadores brasileiros e pelas aspirações de todo o nosso povo.

Sob sua nova liderança, aposto, o Brasil continuará a avançar.

E novos ganhos sociais virão.

Tenho confiança que assim será.

Muito obrigado pela atenção.

DISCURSO DO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA PROFERIDO NO CLUBE DE IMPRENSA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS DURANTE VISITA A WASHINGTON

DISCURSO DO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA PROFERIDO NO CLUBE DE IMPRENSA NACIONAL DOS ESTADOS UNIDOS DURANTE VISITA A WASHINGTON. WASHINGTON, E.U.A, 10 DE DEZEMBRO DE 2002

Senhor presidente do Clube Nacional da Imprensa,

Senhores e senhoras jornalistas dos Estados Unidos, do Brasil e dos demais países aqui representados,

Cidadãs e cidadãos dos Estados Unidos da América,

Desejo agradecer, uma vez mais, de público, o convite que me dirigiu o presidente George W. Bush, logo após a minha eleição, para visitar os Estados Unidos. Quero registrar, também, com gratidão, a hospitalidade com que fui recebido hoje na Casa Branca.

Venho a Washington para trazer, do Brasil, uma mensagem de amizade.

Pretendo, logo que tiver tomado posse, dar início a quatro anos de convivência franca, construtiva e benéfica entre os nossos dois países.

Brasil e Estados Unidos têm muito em comum. Detêm, no continente, as duas maiores populações. Somos democracias pujantes, com economias complexas e industrializadas.

Brasil e Estados Unidos constituem um rico mosaico de etnias, credos, histórias e culturas. São nações de imigrantes e de oportunidades.

Brasil e Estados Unidos são a expressão de um mesmo sonho de liberdade, oportunidades justas e mobilidade social.

Essas afinidades, necessariamente condicionadas pelos diferentes estágios de desenvolvimento em que nos encontramos, devem ser a base do entendimento entre Brasil e Estados Unidos.

A história nos ensina que não soubemos aproveitar, no passado, alguns momentos propícios para construirmos uma parceria mais abrangente. Poderíamos ter tirado maiores benefícios do impulso resultante da luta que travamos juntos contra o nazismo, na Europa, para criarmos, em tempos de paz, uma cooperação à altura dos nossos países.

Estou convencido, no entanto, de que o nosso vínculo pode melhorar. Se as nossas sociedades se conhecerem mais. Se nos livrarmos de estereótipos e preconceitos. Se aprendermos a valorizar as afinidades e respeitar as diferenças que existem entre nós.

O respeito pela diferença é um dos princípios fundamentais do convívio tanto entre seres humanos quanto entre Estados.

A minha vida, como a de muitos outros brasileiros e brasileiras, tem sido uma história

de luta contra os preconceitos, sempre pela via do diálogo e do esclarecimento.

Aprendi, ao longo dos anos, que as principais armas nessa luta são o esforço para informar e informar-se. A determinação de compreender e ser compreendido.

Creio que o diálogo franco e direto entre presidentes, como o que tivemos hoje, e também entre as equipes ministeriais dos dois países, pode pavimentar esse desenvolvimento das relações entre Brasil e Estados Unidos. Percebo por parte da atual administração norte-americana o desejo de trilhar esse caminho, que o meu governo igualmente adotará com entusiasmo.

Estão, assim, dadas as condições para que façamos um investimento político decidido na parceria entre Brasil e Estados Unidos. Para buscar uma associação madura, de respeito mútuo e proveitosa para ambas as partes.

Tenho a convicção de que a persistência em esclarecer a opinião pública acaba sempre por ser vitoriosa. Dessa forma, na grande celebração democrática que foram as eleições deste ano no Brasil, a esperança, por fim, triunfou sobre o medo e o preconceito.

Os mais de 52 milhões de votos que obtivemos, e a transição serena que estamos levando a efeito, são sinais de amadurecimento da sociedade brasileira.

A voz das urnas indicou que o Brasil precisa voltar a crescer, com geração de empregos e distribuição da renda. Isso se fará com a expansão das exportações, a ampliação do mercado interno e a inclusão social.

A partir de primeiro de janeiro de 2003, quando tomaremos posse, daremos prioridade ao combate à fome, ao desemprego e à insegurança.

Sabemos que o momento econômico-financeiro é delicado, o que é verdade não só para o Brasil como para a

economia mundial como um todo, na qual se observa uma forte tendência de aversão ao risco.

E, quando os mercados globais se contraem, há um reflexo ampliado nos países em desenvolvimento.

Tenho plena consciência de que o meu governo herdará uma situação difícil. Na frente interna, a dívida pública aumentou substancialmente nos últimos anos. No plano externo, as empresas brasileiras têm enfrentado um inédito corte nas linhas de crédito.

Mesmo assim, estou otimista. Creio que o Brasil tem meios para superar as atuais dificuldades e retomar o caminho do crescimento sustentado.

De nossa parte, faremos as mudanças necessárias de maneira gradual e transparente. Meu governo vai pautar-se pela responsabilidade fiscal, pelo combate à inflação e pelo respeito aos contratos e acordos. Essas são as bases para a retomada do crescimento econômico sustentado.

Sabemos que, para cumprirmos os importantes compromissos sociais que assumimos durante a campanha, precisamos manter a inflação sob controle e a economia estável. Ao mesmo tempo, temos claro que a única estabilidade duradoura é aquela que se ancora na justiça social.

Precisamos, também, de uma atitude construtiva por parte da chamada comunidade financeira internacional. Estejam seguros de que todas as instituições e empresas responsáveis, interessadas na prosperidade e nos ganhos que advêm do crescimento econômico, encontrarão no Brasil um ambiente seguro e estável para investir.

A agenda internacional está mudando. E, num cenário em transformação, todos os países procuram redefinir os seus espaços.

Para nós, não se trata de adotar uma acomodação, passiva ou reativa, às mudanças

em curso. Precisamos, sim, nos antecipar criativamente a elas, sempre de acordo com os interesses legítimos do Brasil.

Temos que ser capazes de traduzir esses interesses em pontos da agenda internacional.

Para tanto, não seremos prisioneiros de confrontos ideológicos estéreis. Tampouco nos contentaremos com o atual estado de coisas.

Vamos olhar com atenção especial aos nossos vizinhos da América do Sul.

O Brasil tem as sólidas credenciais de um país que há mais de um século vive em paz e harmonia com seus dez vizinhos. De um país que participou decididamente, desde sempre, da construção do direito internacional e da fundação das organizações multilaterais que são os pilares da boa ordem mundial.

Tem também as credenciais de um país que decidiu, pela força do voto, engajar-se num grande processo pacífico de mudança.

Isso nos dá as melhores condições possíveis para sermos um ativo promotor da estabilidade política, econômica e social na região. Estabilidade que também interessa, evidentemente, aos Estados Unidos.

Queremos ajudar a garantir a paz e a democracia na região, condições essenciais para o avanço social.

Estamos profundamente empenhados na integração da América do Sul. Vemos essa integração não só do ponto de vista econômico e comercial. Acreditamos em um amplo processo de aproximação política, social e cultural entre os países da região, processo no qual o Mercosul tem papel de destaque.

O Mercosul é um projeto nacional e como tal, uma das principais prioridades da política comercial externa brasileira. O meu governo está determinado a preservá-lo e fortalecê-lo, buscando, com os demais países membros, encontrar fórmulas para superar as atuais dificuldades e tornar os mecanismos

comerciais existentes mais realistas e ajustados às peculiaridades de todos os parceiros.

O Mercosul é um projeto estratégico e para seu aprofundamento existe vontade política de todas as nações que o integram. A visita que fiz na semana passada a Buenos Aires, a primeira ao exterior na qualidade de Presidente eleito, foi uma mensagem sobre minha determinação de trabalhar nesse rumo.

Contudo, em um mundo cada vez mais interdependente, a ação de qualquer país, mas em particular a de uma nação das dimensões do Brasil, não pode ficar limitada a uma única região ou continente. Ela precisa ser global.

O Brasil, em meu governo, estará aberto ao mundo. Queremos melhorar as relações que temos com os Estados Unidos e a União Européia. Buscaremos novos parceiros comerciais em países com dimensão e potencial parecidos aos nossos, como é o caso da Rússia, da China e da Índia.

Neste novo século, é necessário construir uma ordem mundial mais pacífica e solidária, com desenvolvimento e justiça social.

Temos que promover os direitos humanos. Terminar de vez com o racismo e outras formas de discriminação. Defender o meio ambiente. Enfrentar os desafios do terrorismo e das armas de destruição em massa.

No caso destas últimas, seria bom que as grandes potências dessem o exemplo, engajando-se num processo autêntico de desarmamento nuclear. Mais importante ainda: precisamos fazer isso tudo dentro dos princípios do direito internacional. É essencial fortalecer a ONU e outros organismos multilaterais, adaptando-os - ou criando-os como foi o caso do Tribunal Penal Internacional -, às novas condições mundiais.

O Conselho de Segurança da ONU, em especial, deve ser reformado para manter e aumentar a sua legitimidade. Não faz sentido

que entre os seus membros permanentes não estejam representantes da América do Sul e da África.

Podem estar certos que, no caso de uma reforma, o Brasil estará pronto a assumir novas responsabilidades.

Um outro aspecto da crescente interdependência é a importância cada vez maior da cooperação internacional nos mais variados campos.

Uma área particularmente propícia a essa cooperação é a do meio ambiente. O mundo não pode fechar os olhos às políticas de preservação ambiental decididas pela Rio 92. Da mesma maneira que cabe aos países menos adiantados pensar em formas de desenvolvimento sustentável, cabe aos países ricos diminuir a poluição no planeta.

Ao Brasil interessa, em particular, apoio a programas nacionais de preservação da biodiversidade e de aproveitamento racional do seu potencial econômico.

Outro setor em que a coordenação internacional se faz cada vez mais necessária é o dos movimentos de capitais. Precisamos criar mecanismos mundiais de regulação que permitam mitigar o efeito da volatilidade dos fluxos financeiros. É necessário, igualmente, eliminar os paraísos fiscais e aumentar a capacidade, por parte dos Bancos Centrais da América Latina, de fiscalização e repressão à lavagem de dinheiro.

Aproveito para afirmar aqui que, da parte de meu governo, haverá um combate intransigente aos desvios de recursos públicos. Não daremos trégua aos corruptos e à corrupção.

Um terceiro âmbito que requer intensa cooperação internacional é o da segurança.

Nós, brasileiros, felizmente, não temos sido alvos de terrorismo. Nem, por isso, deixamos de participar dos esforços internacionais

para combatê-lo com a máxima energia e determinação, para que nunca mais aconteça o horror que desabou sobre o mundo em 11 de setembro do ano passado. A nossa solidariedade às vítimas do terror é inequívoca.

Creemos firmemente que o melhor caminho para combater o terrorismo, assim como outras ameaças que pairam sobre a paz mundial, é o de ações decididas pelo Conselho de Segurança da ONU.

Interessa a todos os países — e em particular aos mais poderosos — a consolidação das organizações multilaterais, uma vez que apenas elas podem garantir a justiça e a legitimidade das decisões de âmbito internacional.

O povo brasileiro sofre intensamente os efeitos de outras formas de violência que, tal como o terrorismo, também vão assumindo crescentemente uma dimensão internacional.

O crime organizado, a lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas e de armas também matam, destroem, corrompem e desmoralizam.

Combater o crime e a violência em nossas grandes cidades será uma prioridade do meu governo. Faremos isso na frente interna, ao longo de nossas fronteiras, e, na medida de nossa capacidade, também na esfera internacional, pois essa é uma das maiores preocupações cotidianas de muitos milhões de brasileiros.

Em tal luta, iremos promover maior cooperação externa, seja com os nossos vizinhos, seja com organizações multilaterais, ou com outros países, entre eles os Estados Unidos.

Além de combater o terrorismo e o crime organizado por meio da execução das políticas decididas nos organismos multilaterais, deve-se dar uma atenção especial à guerra contra a pobreza.

Por isso, é vital que o mundo, e em especial os países ricos, se empenhem em uma

agenda para o desenvolvimento. Os níveis atuais de miséria, fome, falta de educação e de saúde, enfim, de terrível desesperança, são moralmente inaceitáveis, política e economicamente insustentáveis.

É preciso que a tecnologia, geradora de tanta riqueza, seja acompanhada de políticas nacionais e internacionais que busquem uma repartição mais equitativa do bem-estar.

Para nós, a paz e a segurança, a estabilidade político-institucional, o avanço da democracia e a maior integração da economia global são inseparáveis do desenvolvimento e da justiça social.

É nesse contexto que se insere, com alta precedência em nossa política externa, a busca pelo Brasil de relações comerciais ao mesmo tempo mais densas e mais equilibradas com o resto do mundo.

Acreditamos que um comércio livre de barreiras pode ser um fator de desenvolvimento e geração de riqueza. Para a realização desse potencial, são necessárias, no entanto, regras e práticas garantidoras de verdadeira competição.

Para o meu governo, sem perder de vista a necessidade de ampliar e desenvolver o grande potencial do mercado interno, o aumento da nossa participação no comércio mundial será passo importante na implementação de uma política de crescimento sustentado que gere empregos, aumente a renda dos trabalhadores e reduza substancialmente a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Negociaremos nos foros internacionais com espírito aberto, mas com grande firmeza. Valorizaremos a Organização Mundial do Comércio (OMC), mas lutaremos para corrigir os seus desequilíbrios.

Daremos ênfase à eliminação dos subsídios e barreiras que distorcem o comércio de produtos agrícolas.

Lutaremos também para que a OMC passe a contemplar as necessidades dos países em desenvolvimento em áreas como a da defesa comercial, da propriedade intelectual e de políticas sociais e setoriais.

O protecionismo dos países ricos, as restrições comerciais e os subsídios, apontados pelo FMI, pelo Banco Mundial, pela OCDE e pela OMC como umas das causas principais que impedem o crescimento dos países em desenvolvimento, terão no Brasil um opositor tenaz.

Para o Brasil, a construção de relações econômicas internacionais mais equilibradas passa, necessariamente, pela unificação do espaço sul-americano. Vamos continuar a apoiar a reunião de chefes de Estado da região para dar seguimento aos projetos de integração nos campos dos transportes, da energia e das comunicações.

Buscaremos concluir as negociações entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações para aproveitar, também na área comercial, o extraordinário potencial da vizinhança.

A partir de janeiro de 2003, e até o final dos entendimentos, o Brasil participará das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Lá, defenderemos os interesses nacionais de maneira objetiva, realista e propositiva.

O Brasil é favorável a uma verdadeira integração americana, mas não pode deixar de reconhecer que há uma situação de nítida desigualdade entre o norte e o sul das Américas.

Essas assimetrias precisam ser corrigidas por novas práticas comerciais e por políticas de apoio ao desenvolvimento dos países mais pobres.

Para crescer, o Brasil precisa aumentar o volume de seu comércio exterior e a ALCA, para nós, pode representar uma verdadeira

abertura do mercado dos Estados Unidos e do Canadá. Para isso, trabalharemos para eliminar os subsídios, as barreiras tarifárias e não-tarifárias, especialmente no setor agrícola.

O fato de Estados Unidos e Brasil exercerem hoje, desde novembro, a co-presidência do processo negociador, poderá ser um fator importante para que ele avance de um modo que possa atender aos interesses e expectativas de todas as partes.

Ao concluir, quero reafirmar o meu otimismo com relação ao futuro. Serão grandes os desafios, internos e externos. Contudo, acredito no Brasil e no apoio de que disponho para retomar o caminho do crescimento e para melhorar as condições de vida dos menos favorecidos no meu país.

Confio na rápida retomada do crescimento da economia, com a volta dos créditos e dos investimentos externos produtivos.

Tal como a sociedade americana que, em momentos críticos da sua história, soube enfrentar de maneira criativa e solidária os desafios da recessão e da fome, vamos trabalhar de maneira incansável para tirar milhões de brasileiros e brasileiras da miséria.

No encontro que acabo de ter com o presidente Bush, ele propôs a criação de uma agenda comum entre o Brasil e os Estados Unidos. Propôs ainda que esta agenda seja inaugurada por uma reunião entre os representantes dos dois governos, no início do próximo ano, envolvendo as várias áreas de interesse comum e coordenada pelos presidentes do Brasil e dos Estados Unidos. Nossa resposta foi claramente positiva.

Saímos daqui animados a preparar de imediato esse encontro. Temos a convicção de que poderemos avançar muito no relacionamento entre as nossas duas nações. Trabalharemos incansavelmente para que o povo brasileiro colha os melhores frutos desse novo momento.

Em meu primeiro pronunciamento após vencer a eleição, disse que pressentia o nascimento de um novo Brasil. Volto ao meu país convencido de que terei no presidente George W. Bush um importante aliado nessa nova e decisiva etapa que se inaugura para a nação brasileira.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente eleito da República Federativa do Brasil.

ASSINATURA DO ACORDO DE SEDE DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

TEXTO-BASE PARA AS PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO
ASSINATURA DO ACORDO DE SEDE DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE
COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA), EM 13 DE DEZEMBRO DE 2002

A recente eleição do Secretário-Geral da OTCA e o Acordo de Sede entre a OTCA e o Governo brasileiro, que acabamos de firmar, constituem momentos de inflexão importantes na história do Tratado de Cooperação Amazônica. Tais eventos e esta mesma cerimônia são prova da prioridade conferida à Região e do envolvimento pessoal do Presidente Fernando Henrique Cardoso na instalação da Secretaria Permanente da OTCA em Brasília. No mesmo sentido, gostaria de ressaltar o trabalho sistemático do Governo no constante aperfeiçoamento de uma política nacional integrada para a Amazônia Brasileira, da qual a dimensão internacional é um componente-chave.

Ao oferecer o território nacional para sediar a OTCA, o Governo brasileiro pretendeu sinalizar a importância estratégica que atribui à consolidação de um organismo regional que atue como um mecanismo catalisador da cooperação entre os países amazônicos e da assistência internacional para

o desenvolvimento e a proteção ambiental da Amazônia. Para alcançar esse objetivo é fundamental que sejamos capazes de melhor definir as áreas e linhas de ação prioritárias sobre as quais se devem concentrar os nossos objetivos e metas claramente definidos. Em um mundo de recursos escassos, a definição de prioridades, a busca de efeito multiplicador das iniciativas e, sobretudo, a busca de impacto real sobre a população da região amazônica devem orientar o nosso trabalho.

Ao longo dos últimos meses, foi realizado um exaustivo trabalho de consulta à sociedade, a parlamentares, acadêmicos, empresários e servidores governamentais do Brasil e dos demais países membros do TCA, com a finalidade de bem definir os planos futuros da Organização que está sendo instalada. Posso afirmar sem qualquer hesitação que construímos uma excelente base para estabelecer um programa de trabalho sólido para a OTCA.

A decisão dos Chanceleres de eleger o Ministro Sergio Sanchez representa o

reconhecimento pelo notável esforço levado a cabo por ele à frente da última Secretaria Pro-Tempore, quando, auxiliado por seus colegas da chancelaria boliviana contribuiu para que chegássemos ao atual estágio de institucionalização da entidade.

A Secretaria Permanente será dotada de uma pequena equipe de funcionários administrativos e técnicos, de forma a evitar a constituição de uma burocracia que tenda a buscar formas de justificar-se a si própria. Sua estrutura será estabelecida pelas instâncias coletivas do Tratado a qual deverá reportar-se. A idéia da criação de uma Secretaria Permanente, ágil e eficiente, como um braço executivo, pode ser uma das formas de avançarmos no fortalecimento institucional do tratado para contarmos com suporte apropriado para as iniciativas de cooperação e para os trabalhos de coordenação no âmbito do mecanismo amazônico.

São estas, Senhor Presidente, as breves considerações que tinha a fazer para demonstrar a satisfação de haver alcançado o objetivo de instalar a OTCA ainda no ano de 2002, conforme compromisso e determinação de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

CERIMÔNIA DE DESIGNAÇÃO DO AUDITÓRIO WLADIMIR AMARAL MURTINHO

PALAVRAS DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, POR OCASIÃO DE
CERIMÔNIA DE DESIGNAÇÃO DO AUDITÓRIO WLADIMIR AMARAL
MURTINHO, PALÁCIO ITAMARATY, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2002

Wladimir Murtinho, que faleceu no último dia 16 de dezembro aos 83 anos de idade, deixou-nos um legado de elegância e de dedicação ao Brasil e à cultura brasileira difícil de ser equiparado.

A essa elegância e ao amor que sempre devotou ao País devemos, entre tantas outras realizações que poderiam aqui ser lembradas, boa parte da beleza e do requinte do Palácio Itamaraty. Numa cidade que expressa por antonomásia a própria idéia de arquitetura moderna, o prédio que abriga o Ministério das Relações Exteriores representa a mais perfeita combinação do novo e do antigo. Se o Itamaraty é – e esta é uma opinião que não é só minha - o mais belo palácio de Brasília e um dos mais bem sucedidos exemplares da arquitetura moderna em todo o mundo, nós o devemos, em boa medida, à precisa intuição e ao inexcusável bom gosto do Embaixador Wladimir Murtinho. Ele soube dar ao interior do palácio a mesma dimensão de grandeza, sobriedade e liberdade que encontramos na beleza escultural dos arcos concebidos pelo traço genial de Niemeyer.

Rubens Ricúpero, ao recordar em texto comovido e comovente o amigo que se foi, dá-

nos uma idéia da diversidade dos interesses de Wladimir Murtinho e de sua inseparável Tuni – falecida em julho último e a quem estendo aqui também minhas homenagens - na promoção e difusão da cultura brasileira no exterior: “neles tiveram origem incontáveis livros, álbuns, filmes sobre o Brasil, sua arquitetura, Brasília, as artes, a cultura popular (...), exposições como a Universal de Bruxelas, nos anos 50, as co-edições do Instituto do Livro, do qual Wladimir foi diretor, a série mais recente de Intérpretes do Brasil”...

Wladimir Murtinho foi um servidor público com alma de poeta. Não o poeta nefelibata do imaginário popular. Ele foi, sim, o que, segundo Jorge Luis Borges, todo poeta o é: um *hacedor*.

Daí a importância de sua atuação nos últimos anos à frente da Assessoria Internacional do Ministério da Cultura. Daí, igualmente, a decisão de dar seu nome ao auditório do Palácio Itamaraty, justa homenagem pela qual não apenas manifestamos nossa admiração por seu trabalho incansável na divulgação do nome do Brasil, como também, simbolicamente, o trazemos de volta para a Casa que tanto deve ao seu dinamismo e à sua sensibilidade.



ATOS INTERNACIONAIS

Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética com a Argentina. 05/07/2002

Convênio de Cooperação técnica para a Realização de Projetos Piloto de Automatização do Voto com a Organização dos Estados Americanos – OEA. 17/07/2002

Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica com o México. 24/07/2002

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica na Área da Formação Profissional com Guiné Bissau. 31/07/2002

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional “Escola para Todos” com Angola. 01/08/2002

Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico com El Salvador. 21/08/2002

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto Bolsa Escola em El Salvador. 21/08/2002

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Implementação do Projeto “Estruturação de Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade de El Salvador”. 21/08/2002

Comunicado Conjunto de Imprensa dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai. 21/08/2002

Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios. (Acordo de Indocumentados) com o Uruguai. 21/08/2002

Acordo sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas com o Uruguai. 21/08/2002

Memorando de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Técnica com o Uruguai. 21/08/2002

Memorando de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Técnica com El Salvador. 21/08/2002

Memorandum de Entendimento sobre o Programa de Cooperação Técnica com a Guatemala. 22/08/2002

Memorando de Entendimento Relativo ao Controle de Entorpecentes e Aplicação da Lei com os Estados Unidos. 22/08/2002

Memorando de Entendimento que Estabelece uma Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural com a Índia. 22/08/2002

Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço/Oficiais. (Adendo ao Acordo) com a Guatemala. 22/08/2002

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Setor de Saúde com Barbados. 27/08/2002

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Técnica em Comércio e Investimento em Produtos e Serviços da Biodiversidade com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento-UNCTAD. 01/09/2002

Termo de Cooperação ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Brasil e a ONU, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, por Intermédio da Organização Meteorológica Mundial, para o Projeto “Modernização Tecnológica e Atualização Científica do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET” com a Organização Meteorológica Mundial – OMM. 09/09/2002

Ajuste Complementar de Cooperação no Campo da Redução da Demanda de Entorpecentes entre Municípios Fronteiriços, ao Acordo de 29/03/1988 com o Paraguai. 09/09/2002

Protocolo de Cooperação para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias com o Gabão. 17/09/2002

Protocolo de Intenções na Área da Saúde com o Gabão. 17/09/2002

Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal com Cuba. 24/09/2002

Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos com Cuba. 24/09/2002

Entendimentos Bilaterais sobre Temas Econômico Comerciais com a Argentina. 26/09/2002

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta com a Guiana. 02/10/2002

Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Escritório Regional da COI para o Programa Goos no Rio de Janeiro. UNESCO. 08/10/2002

Protocolo de Intenções para o Estabelecimento de Mecanismo de Cooperação Sul-Sul com a Organização dos Estados Americanos – OEA. 21/10/2002

Memorando de Entendimento para Cooperação em Assistência Eleitoral. Organização das Nações Unidas – ONU. 21/10/2002

Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns com a Guatemala. 21/10/2002

Ajuste Complementar de Cooperação no Campo da Redução da Demanda de Entorpecentes entre Municípios Fronteiriços com o Uruguai. 22/10/2002

AcordodeCooperaçãoparaoDesenvolvimento das Utilizações Pacíficas da Energia Nuclear com a França. 25/10/2002

Acordo sobre Isenção de Vistos entre o Brasil e a Lituânia. 04/11/2002

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Curso Diplomado em Banca Comercial com Cuba. 08/11/2002

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS de Cuba - Fase II. 08/11/2002

Acordo sobre Serviços Aéreos com Portugal. 11/11/2002

Memorando de Entendimento Concernente às Orientações Plurianuais para a Execução da Cooperação Técnica Comunitária com a Comunidade Econômica Européia – CEE. 19/11/2002

Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final, de 23/06/1972 com Bélgica. 20/11/2002

Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática da Ucrânia do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia. 20/11/2002

Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres com a China. 27/11/2002

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Industrial entre o MDIC do Brasil e a SDPC da China. 02/12/2002

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas. 02/12/2002

Acordo de Cooperação Técnica na Área de Turismo com o Peru. 06/12/2002

AcordodeCooperaçãoparaCombateaoTráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais com a Argentina. 09/12/2002

Termo de Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Wilton Park com o Reino Unido. 11/12/2002

Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda com Israel. 12/12/2002

Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico com Israel. 12/12/2002

Acordo sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal com a Coréia do Sul. 13/12/2002

Acordo de Sede – OTCA com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA. 13/12/2002

Memorandum de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil com a Colômbia. 18/12/2002

Memorandum de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil com El Salvador. 18/12/2002

Acordo de Cooperação no Setor do Turismo com a Grécia. 19/12/2002

Ajuste Complementar ao Acordo entre o Brasil e a OEA de 23/02/88, para a Realização de Estudos no Âmbito do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani. Organização dos Estados Americanos – OEA. 20/12/2002

Declaração de Complementação Econômica entre o Brasil e o Peru. 20/12/2002

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DO MÉXICO VICENTE FOX QUESADA (01 DE JULHO DE 2002)

Nos dias 2 e 3 de julho, realizará visita oficial ao Brasil o Excelentíssimo Senhor Vicente Fox Quesada, Presidente dos Estados Unidos Mexicanos - acompanhado de sua esposa, Senhora Marta Sahagún de Fox -, em atendimento a convite que lhe foi estendido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Trata-se da segunda visita ao país do mandatário mexicano, que esteve no Brasil em agosto de 2000, ainda na condição de Presidente eleito. De Brasília, o Presidente Fox seguirá para Buenos Aires, a fim de participar da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL, nos dias 4 e 5 de julho.

A visita do Presidente Fox ao Brasil insere-se em um contexto de redefinição e de redimensionamento dos laços bilaterais, à luz das transformações em curso no cenário mundial e da nova realidade hemisférica no campo da integração. Brasil e México têm-se esforçado por manter aberto canal de diálogo em alto nível, de que são exemplos as visitas de estado do Presidente Fernando Henrique ao México, em 1996, e do Presidente Ernesto Zedillo ao Brasil, em 1999. A atual visita do

Presidente Fox servirá, portanto, para estreitar os vínculos que unem as duas maiores democracias e economias da América Latina, ocasião em que serão repassados vários temas das agendas bilateral, regional e multilateral, refletindo o elevado patamar a que foi alçado o entendimento político bilateral.

Em Brasília, o Presidente Fox manterá encontros com o Senhor Presidente da República e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, bem como com os seguintes candidatos à Presidência da República: Senador José Serra (PSDB), Sr. Luiz Inácio “Lula” da Silva (PT) e Dr. Ciro Gomes (PPS). Participará, ainda, de café da manhã com empresários mexicanos e brasileiros, organizado pelo Conselho Mexicano de Comércio Exterior e pelo Conselho Empresarial da América Latina.

Dentre os instrumentos internacionais a serem assinados entre os dois Governos, destaca-se o Acordo de Complementação Econômica Brasil-México, em que se negociaram preferências recíprocas para 790 posições tarifárias (151 do setor agroindustrial e 639 do setor industrial), o que contribuirá para um acréscimo substancial dos fluxos de comércio entre ambas as economias, cujo volume atual alcança a ordem de cerca de US\$ 2,6 bilhões. Estão previstas também as assinaturas de acordos de cooperação entre o BANCOMEXT e o BNDES e entre a

“Nacional Financiera” (NAFIN) e o BNDES, acordo de investimentos entre a mesma instituição mexicana e o SEBRAE, acordo de cooperação entre o Canal 22 do México e a TV Cultura do Brasil e entre o Instituto Mexicano de Cinematografia e a Agência Nacional de Cinema.

DECLARAÇÃO DOS PRESIDENTES
DO BRASIL, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, E DO MÉXICO,
VICENTE FOX QUESADA
(03 DE JULHO DE 2002)

Os Presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e do México, Vicente Fox Quesada, reuniram-se em Brasília, em 2 e 3 de julho de 2002. Os dois Chefes de Estado expressaram satisfação pela ampla margem de entendimento e pelos avanços logrados no aprofundamento das relações entre os dois países, testemunhado pela subscrição de importantes acordos. Com base em avaliação conjunta da situação internacional, na qual os dois países são chamados a exercer influência correspondente ao prestígio e ao peso de ambas nações nos diferentes cenários, coincidiram nas seguintes conclusões:

A América Latina, por sua cultura, seus recursos naturais e pela diversidade de sua população, exerce uma influência moderadora e humanista na comunidade internacional. Diante das dificuldades que, de diferentes maneiras, afetam os países da América Latina, é fundamental reafirmar nossa identidade, nossos valores e nossa amizade. Brasil e México são atores responsáveis e influentes na construção de uma América Latina mais unida e integrada e mais participativa no cenário internacional.

Brasil e México são economias dinâmicas e importantes nos cenários regional e global, e com estruturas produtivas diversificadas. O Acordo de Complementação Econômica, adotado nesta ocasião, permite não apenas incrementar e fortalecer o comércio recíproco como também assentar os fundamentos para avançar em outras áreas-chave para o desenvolvimento das economias dos dois países, a exemplo da promoção dos investimentos, das associações estratégicas entre empresários, do fomento às pequenas e médias empresas e da complementação dos setores industriais, como o setor automotriz, objeto de um acordo de alcance amplo.

O horizonte das relações econômicas entre Brasil e México, aberto pelo Acordo de Complementação Econômica e pelos entendimentos no setor automotriz, permite vislumbrar amplas expectativas no contexto regional, como um passo de extraordinária importância para assentar as bases de um futuro Acordo de Livre Comércio que vincule o México ao MERCOSUL em momentos decisivos para o futuro da integração da América Latina.

A democracia é insubstituível como base da organização da sociedade. Constitui fundamento essencial da legitimidade dos sistemas políticos e é elemento indispensável para o bem-estar genuíno, sustentado pelo desenvolvimento, pela estabilidade e pela paz social.

Ingressamos no século XXI como Estados democráticos empenhados em dar novo sentido à defesa dos direitos humanos, que não envolve apenas os Governos, mas, sim, toda a cidadania. No esforço de promoção dos direitos humanos, é de singular importância a aplicação das decisões da Conferência de Durban contra a discriminação, especialmente as medidas orientadas para a eliminação do racismo e para a promoção do desenvolvimento das comunidades que sofrem maior atraso.

O combate a todas as formas de discriminação deve manter-se no primeiro plano das preocupações da comunidade internacional. Uma medida nessa direção seria a pronta aprovação do Projeto de Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a consolidação do Fórum Permanente para as Questões Indígenas.

O comércio internacional é um instrumento que contribui para elevar o nível de vida e promover a aproximação entre os povos. Por isso, deve ser aberto, não discriminatório e transparente. O protecionismo, o uso excessivo de subsídios e o unilateralismo ameaçam o comércio internacional livre e crescente. A abertura dos mercados deve permitir o aproveitamento das vantagens comparativas das economias nacionais e favorecer, por conseguinte, sua inserção competitiva na economia internacional.

O Consenso alcançado na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, celebrada em Monterrey, contém importantes avanços, que se devem conjugar com as decisões da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que se realizará em Johannesburgo. Essa reunião deverá ser considerada como parte essencial de um processo aberto para a articulação de iniciativas concretas que ampliem as perspectivas de desenvolvimento e garantam a preservação dos recursos naturais necessários para um mundo mais seguro e confiável.

A Conferência de Johannesburgo deve confirmar os compromissos adotados na Conferência do Rio e reafirmar a necessidade de seu cumprimento. O Protocolo de Quioto, mecanismo apropriado para tratar, de forma global e concertada, os problemas vinculados com a mudança do clima, deve ser implementado o mais rápido possível.

É também o momento de se definir um novo sistema de segurança hemisférica,

assim como integrar à matéria uma agenda regional que incorpore aspectos políticos, econômicos e sociais, e aborde as novas ameaças, preocupações e outros desafios multidimensionais à segurança hemisférica. Os dois países participarão construtivamente da Conferência Especial de Segurança que se celebrará no México em 2003.

O terrorismo deve ser combatido em todas suas formas e manifestações, dentro de uma estrita observância dos Direitos Humanos, do Direito Internacional e em conformidade com as resoluções das Nações Unidas e do Sistema Interamericano. Brasil e México farão esforços, junto com os outros membros da comunidade internacional, para promover a implementação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo.

É crescente a preocupação pela ausência de progressos em desarmamento nuclear e por seus efeitos sobre a manutenção da paz e da segurança internacionais. Por essa razão, é necessário reafirmar o compromisso de avançar em direção à eliminação de todas as armas de destruição em massa. É da maior importância promover, nesse contexto, um impulso firme à iniciativa “Em direção a um mundo livre de armas nucleares: necessidade de uma nova agenda”. No âmbito hemisférico e no do Tratado de Tlatelolco, é indispensável unir esforços e desenvolver iniciativas conjuntas para assegurar o Hemisfério Sul e zonas adjacentes como uma ampla zona livre de armas nucleares.

É necessário aproveitar o enorme potencial dos mecanismos de concertação regional no mais alto nível. A experiência tem demonstrado os extraordinários benefícios resultantes da comunicação direta entre os Chefes de Estado e de Governo, sua influência determinante na criação de consensos e a direção que imprimem aos processos de concertação política, indispensáveis no mundo contemporâneo.

Requer-se, portanto, incrementar sua eficácia, espaçando os encontros e dando a cada um o valor especial que deve ter de acordo com as necessidades da conjuntura internacional, evitando, assim, que sua proliferação debilite seus resultados.

CARTA DO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, AO DOUTOR
MIGUEL REALE JÚNIOR
(10 DE JULHO DE 2002)

Ao Doutor Miguel Reale Junior

Prezado Miguel,

Li em “O Globo”, de hoje, entrevista de Vossa Excelência na qual apresenta sua versão sobre sua demissão do Ministério da Justiça.

Como é de meu temperamento, recusei, ontem, dar qualquer declaração precipitada sobre o que ocorreu, em respeito à nossa antiga amizade.

Hoje, não só “O Globo” em sua entrevista, mas as versões dadas por algumas colunas jornalísticas e o noticiário em geral fazem crer que eu mudei de posição quanto à intervenção no Espírito Santo e, ainda por cima, influenciei a decisão do Dr. Geraldo Brindeiro.

A bem da verdade, considero importante recapitular os fatos.

Vossa Excelência jamais me pediu audiência para discutir a questão do Espírito Santo. Apenas, de passagem, a última vez, no começo da reunião de ministros no dia 3 de julho, de pé, e a instâncias do Ministro Euclides Scalco, reafirmou que a questão fora encaminhada à Procuradoria Geral da República e dela iria ao Supremo Tribunal Federal, o que me pareceu adequado.

Ao chegar a Buenos Aires, na quinta-feira passada, os jornalistas perguntaram-me no aeroporto sobre a intervenção havida no Espírito Santo. Surpreendi-me. Declarei que sequer havia recebido qualquer processo a respeito e que apenas a Magistratura e eu podíamos fazer intervenção.

Tive sempre a sensação que Vossa Excelência, ao encaminhar a questão para o STF, procurou evitar que o Executivo, sponte sua, utilizasse remédio excepcional – intervenção política, que atinge gravemente o princípio do federalismo, um dos eixos importantes da consolidação democrática – em questão que certamente não se resolveria apenas com o afastamento do Governador. A questão não se resume ao Governador, pois as acusações são generalizadas, algumas antecedendo o governo atual.

Segunda-feira passada recebi em audiência o Procurador Geral da República, a pedido dele, em caráter de urgência.

O Dr. Brindeiro afirmou-me que não havia base jurídica para que ele encaminhasse o pedido de intervenção ao STF, posto que aquele Tribunal dirime conflitos normativos e não se manifesta sobre casos específicos.

Não sendo eu sequer advogado, não me cabia discutir a decisão do Procurador Geral que, ademais a assumiu como sua, e nem poderia ser diferente dada a independência do Ministério Público.

Perguntou-me o Dr. Brindeiro se havia decisão política de fazer-se uma intervenção no Espírito Santo. Respondi-lhe que gesto de tal gravidade requereria reunião com os Ministros da Justiça, da Secretaria Geral, da Casa Civil, do Gabinete de Segurança Institucional, da Defesa, e com a presença do Advogado Geral da União, o que nunca ocorrera. E teria de ouvir, depois, o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da República.

Não obstante, pareceu-me que, dada a gravidade da situação no Espírito Santo seria necessária uma ação firme do Ministério da Justiça para que, sem a espectacularidade inútil de decisões às quais pouco se segue de efetivo, possa restabelecer-se o respeito à Lei e aos direitos humanos naquele Estado.

Disse também ao Procurador que eu iria conversar com Vossa Excelência a respeito.

Passei o restante do dia ocupado em atividades da minha agenda, mantendo contatos com vários ministros e autoridades do governo, cuidando de questões também urgentes. No começo da noite, quando falava ao telefone com o Ministro da Fazenda, que se encontrava em Madri, recebi a notícia divulgada pela imprensa que Vossa Excelência se demitira.

Imediatamente, falei-lhe pelo telefone, apelando para que não o fizesse e pondo-o a par do que acima relatei sobre minha conversa com o Procurador Geral.

Diante dos meus apelos a Vossa Excelência para que não se demitisse, pois eu não o desconsiderara e não via motivos para tanto, disse-lhe que nas circunstâncias atuais e com tantas dificuldades sentia-me traído e não podia compreender como Vossa Excelência colocava suas suscetibilidades (eventualmente compreensíveis com respeito ao Procurador, mas não quanto a mim) acima do interesse público.

Foram estes os fatos. Não vejo cabimento algum para Vossa Excelência dizer, de público, que eu “mudei de idéia”, quando Vossa Excelência não me deu os elementos para que eu formasse um juízo preciso sobre tudo isso. Basta dizer que somente hoje, e neste mesmo instante, recebi o relatório da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e que lerei de imediato.

Lamento, profundamente, ter perdido nestas condições sua colaboração. Sei do

esforço que fez no Ministério da Justiça e é com trabalhos persistentes e sérios como os seus que se ganha de verdade a luta contra o crime organizado.

Com a consideração devida,
Fernando Henrique Cardoso

INFORMAÇÃO À IMPRENSA SOBRE
O PROTOCOLO MODIFICATIVO
AO ACORDO ORTOGRÁFICO
DA LÍNGUA PORTUGUESA
(12 DE JULHO DE 2002)

O Congresso Nacional promulgou, no último dia 12 de junho, o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que elimina o prazo anteriormente estabelecido para a entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa - 1º de janeiro de 1994 - uma vez que o documento original ainda não foi ratificado por todos os países signatários.

A aprovação do Protocolo Modificativo foi fruto do empenho do governo brasileiro, junto ao Congresso, no âmbito do processo preparatório da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que terá lugar em Brasília, em 31 de julho e 1º de agosto próximos.

O Acordo Ortográfico firmado por Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau; Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe em 16 de dezembro de 1990, em Lisboa, estabelecia, em seu artigo 3; que o documento entraria em vigor em 1º de janeiro de 1994; após o depósito dos instrumentos de ratificação de todos os Estados junto ao governo da República Portuguesa. O artigo 2

do Acordo, por sua vez, previa a elaboração, até 1º de janeiro de 1993; de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, referente às terminologias científicas e técnicas.

Como a maior parte dos países membros não conseguiu ratificar o Acordo Ortográfico dentro do prazo originalmente prevista, os chefes de Estado e de Governo da CPLP, em sua III Conferência, na cidade da Praia; em 1998, assinaram o Protocolo Modificativo; que não menciona nenhuma data para sua entrada em vigor, uma vez que o prazo original há muito havia caducado, dando oportunidade aos demais signatários para que possam proceder a sua ratificação, no mais breve espaço de tempo possível.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi fruto de longas e intensas negociações conduzidas pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa, com a participação de filólogos e representantes dos países signatários. O documento tem por objetivo resolver questões levantadas a partir de 1911, ano em que foi adotada em Portugal a primeira grande reforma ortográfica, não extensiva ao Brasil. Em 1931, 1943 e 1945, novos acordos e convenções foram assinados, sem que se produzissem os efeitos desejados.

Em 1971 e 1973, na Brasil e em Portugal, respectivamente, foram promulgadas leis que reduziram substancialmente as divergências ortográficas entre os dois países. Entretanto, muitas diferenças ainda permanecem e a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana/africana e a brasileira, tem sido considerada largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no mundo.

As regras ortográficas não atingem a substância da língua, e portanto, portugueses,

brasileiros e africanos se entendem. Porém, estas normas atingem diretamente o registro do código e, neste caso, a variedade é prejudicial aos usuários em geral, aos educandos, e à difusão bibliográfica e de novas tecnologias que se utilizam de terminologia científica e técnica. A fim de sanar tal problema, o Acordo Ortográfico prevê, por exemplo, a preparação de um dicionário técnico-científico comum.

Ademais, as diferentes formas de escrever a mesma palavra fomentam o preconceito social e lingüístico, porque pressupõem a variedade européia como “norma padrão” ou “norma culta”. Há que se considerar ainda o enorme custo econômico e financeiro para a produção de dicionários, livros didáticos e literários devido a diferenças não relevantes para a língua. A demora na edição de obras lexicográficas comuns contribui para que o português se insira no conjunto de línguas de pouca difusão, pouco conhecimento e pequena repercussão no universo da comunicação multilíngue.

Os Ministros da Educação da CPLP, em sua III Conferência, realizada em São Tomé, em junho de 1999, recomendaram fortemente a aprovação e difusão ampla do Acordo Ortográfico como meta prioritária para todos os países da CPLP.

Entretanto, Brasil, Cabo Verde e Portugal são os únicos países que já concluíram o processo de ratificação da Acordo Ortográfico e de seu Protocolo Modificativo. Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau teriam dificuldades políticas a vencer, que não dizem respeito ao Acordo Ortográfico em si, mas a outras prioridades na área da educação e da cultura que impediram, até o momento, o envio da proposta pelos governos aos seus Parlamentos. O Acordo Ortográfico,

segundo seu Protocolo Modificativo, só entrará em vigor após todos os países terem completado o processo de ratificação.

Muito se avançará na cooperação do Brasil com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP - e Timor-Leste a partir da adoção do Acordo, uma vez que será possível somar esforços com Portugal nas ações de difusão e fortalecimento da língua portuguesa. Os livros e outros materiais educativos, os programas de educação à distância e outros materiais pedagógicos adotados no Brasil poderiam ser mais facilmente reproduzidos em outros países. Os programas brasileiros que visam à formação ou à complementação de estudos de professores para o ensino fundamental ou para o ensino de português como segunda língua poderão também ser aproveitados nesses outros países mais facilmente, independentemente das iniciativas eventualmente em curso por parte de Portugal.

Com o Acordo Ortográfico em vigor, pode-se pensar em um entendimento com Portugal com relação ao exame e à certificação comuns de proficiência de Português para estrangeiros, pois o Brasil emite hoje um certificado, o CELPE BRAS, destinado aos estudantes que freqüentam os cursos de português para estrangeiros, mas em alguns países o único diploma aceito é o emitido pelo Instituto Camões, de Portugal.

Além da expansão e do fortalecimento da cooperação educacional em língua portuguesa, a aprovação do Acordo Ortográfico é condição essencial para a definição de uma política lingüística de bases comuns na CPLP e, portanto, para o bom funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (o IILP - criado em 1989 e atualmente sediado em Cabo Verde) e da própria CPLP.

CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO
DO BANCO NÓRDICO DE
INVESTIMENTOS (BNI) AO BNDES.
(15 DE JULHO DE 2002)

Deverá ser assinado, em 17 de julho corrente, na cidade de Estocolmo, termo de concessão de empréstimo do Banco Nórdico de Investimentos (BNI) ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O empréstimo, no valor de US\$ 100 milhões, destina-se a financiar projetos de desenvolvimento em diferentes setores da economia brasileira, dentre os quais se destacam: energia, papel e polpa e telecomunicações.

Trata-se do primeiro empréstimo a ser concedido pelo BNI desde que o Acordo-Quadro de Cooperação Financeira entre a referida instituição financeira e o Brasil entrou em vigor, em 19 de novembro de 2001.

CARTA ENVIADA EM 12 DE JULHO
AO PRESIDENTE DO CONSELHO
DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES
UNIDAS PELOS REPRESENTANTES
PERMANENTES DO BRASIL, DO
CANADÁ, DA NOVA ZELÂNDIA
E DA ÁFRICA DO SUL
(15 DE JULHO DE 2002)

Carta enviada em 12 de julho ao Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas pelos Representantes Permanentes do Brasil,

do Canadá, da Nova Zelândia e da África do Sul relativa a projeto de resolução, então sob exame, acerca da aplicação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre pessoal civil, policial e militar em Operações de Paz das Nações Unidas.

(tradução não oficial)

.Nova York, N.Y 12 de julho de 2002

A Sua Excelência

Sir Jeremy Greenstock

Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Excelência,

Esta carta refere-se ao projeto de resolução S/2002/747, atualmente em exame pelo Conselho de Segurança sob o item da agenda de Bósnia-Herzegovina, mas de fato relativo ao Tribunal Penal Internacional. O fato de que essa questão esteja sendo considerada por meio de uma resolução do Conselho de Segurança, no âmbito do Capítulo VII, é motivo de grave preocupação, conforme expresso por número significativo de Estados membros durante o debate aberto do dia 10 de julho. O Conselho insiste em dar seguimento a essa questão a despeito da clara oposição da comunidade internacional à adoção pelo órgão de resolução nos moldes ora sob exame. Assim sendo, consideramos ser nossa obrigação ressaltar que essa iniciativa é prejudicial aos esforços internacionais para combater a impunidade, ao sistema de justiça internacional, e à nossa capacidade coletiva de valeremo-nos desses sistemas em prol da paz e segurança internacionais.

Deixando de lado o tema da legitimidade da decisão do Conselho de Segurança de arrogar-se o direito de interpretar e modificar tratados, a qual questionamos, desejamos chamar atenção para uma das conseqüências inadmissíveis da adoção do projeto de resolução “colocado em azul” ontem.

O Tribunal Penal Internacional foi concebido como corte de último recurso, de forma a preencher o vazio que resultaria caso estados viessem a descumprir suas obrigações internacionais de processar os perpetradores dos mais graves crimes. O efeito prático dos Parágrafos Operativos 1 e 2 de S/2002/747 será o de afastar esta possibilidade no caso específico de integrantes de operações de paz oriundos de estados não-Partes do Estatuto de Roma e que tenham sido acusados de crimes afetos à jurisdição do Tribunal. Ademais, a solicitação que a resolução dirige ao Tribunal seria renovável anualmente, o que, para todos os efeitos práticos, representaria erigir uma barreira perene à ação do Tribunal.

O Parágrafo Operativo 3 tem por efeito instruir os Estados a não colaborar com o TPI caso tal cooperação envolva integrante de operação de paz. Isto significa que, se o indivíduo se encontrar em um de nossos países, e o TPI desejasse investigar ou processá-lo - tendo levado em plena consideração o princípio da complementaridade - o Conselho pretende nos obrigar a não entregar ao Tribunal um acusado por um dos três mais graves crimes previstos no Estatuto de Roma.

Se bem que alguns Estados estão habilitados a processar com base no princípio da jurisdição universal, muitos Estados não dispõem dessa capacidade jurídica ou dos meios para tal. Na hipótese de um suposto perpetrador ser localizado em um Estado que não possa exercer a jurisdição universal, o acusado gozaria de imunidade contra processo, uma vez que o Conselho teria supostamente excluído o recurso ao TPI.

Estamos confiantes de que nenhum integrante de força militar profissional adequadamente treinado se envolveria em atos da alçada do Estatuto do TPI. No entanto, não podemos oferecer iguais garantias com respeito a todos os integrantes de operações

de paz. É por essa razão que temos insistido em que se encontre uma solução em bases bilaterais, de forma a evitar que toda uma classe de atores internacionais escape à jurisdição do TPI.

Por essa razão e pelos demais motivos suscitados em nossas intervenções por ocasião do debate aberto, solicitamos, respeitosamente, que os membros do Conselho não adotem uma resolução que teria tantas conseqüências adversas.

Pedimos que esta carta seja circulada como documento oficial do Conselho de Segurança.

Paul Heinbecker, Embaixador e Representante do Canadá;

Dumisani Shadrack Kumalo, Embaixador e Representante Permanente da República da África do Sul;

Don MacKay, Embaixador e Representante Permanente da Nova Zelândia; e

Gelson Fonseca Jr., Embaixador e Representante Permanente do Brasil.

CIDADANIA E CIRCULAÇÃO DE PESSOAS NA CPLP (17 DE JULHO DE 2002)

Cinco acordos destinados a facilitar a circulação de pessoas no espaço comunitário, entre outros, poderão ser assinados durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que terá lugar em 31 de julho e 1º de agosto próximos, em Brasília. Estes acordos prevêm a concessão de vistos de múltiplas entradas; o estabelecimento de requisitos mínimos para a concessão de vistos de curta duração; o visto temporário para tratamento médico; o estabelecimento de corredores especiais nos aeroportos para atendimento dos cidadãos da Comunidade e a

isenção do pagamento de taxas para renovação dos vistos de residência.

Os acordos são os primeiros resultados concretos dos esforços de um grupo de trabalho, criado pelo Conselho de Ministros da CPLP, que se reuniu em Maputo, em julho de 2000, por ocasião da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. O grupo é composto de representantes governamentais de todos os países membros e vem estudando, nos últimos dois anos, medidas para facilitar a circulação de pessoas no espaço da Comunidade e para equiparar direitos sociais e políticos entre os cidadãos da CPLP.

Os referidos acordos foram aprovados, em nível técnico, devendo ser submetidos à análise política dos Governos durante a Conferência de Brasília. Os textos aprovados serão assinados no dia 30 de julho, pelos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros da CPLP.

O Estatuto do Cidadão da CPLP, documento mais amplo igualmente negociado no âmbito do Grupo de Trabalho, ainda está sob análise dos Estados membros. Entre outros temas, ele dispõe sobre a equiparação de direitos sociais e políticos para os cidadãos da Comunidade, quando residentes em qualquer dos Estados que compõem a CPLP.

Embora representantes de Timor-Leste não tenham participado da negociação desse conjunto de acordos, visto que o país ainda não fazia parte da CPLP, o novo país, que deverá tornar-se o oitavo membro da CPLP a partir da Conferência de Brasília, poderá aderir aos textos já negociados.

Os países da Comunidade vêm, desta forma, cumprindo o compromisso fundador da CPLP de “contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica”.

REUNIÃO EM NÍVEL MINISTERIAL MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA (19 DE JULHO DE 2002)

Durante a II Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Mercosul e da União Européia (Cúpula de Madri), realizada em 17 de maio último, foi acertada a realização de uma reunião em nível ministerial Mercosul-UE, com o objetivo de “dar novo impulso às negociações econômicas e comerciais ao abrigo do Acordo de Associação Interregional”, à luz do “objetivo de alcançar rápidos avanços e de concluir as negociações tão logo possível”.

Deverão participar da reunião Ministros das Relações Exteriores e Ministros responsáveis por temas afetos a Comércio Exterior dos Estados Partes do Mercosul e os Comissários Europeus das Relações Exteriores, Christopher Patten, e de Comércio, Pascal Lamy.

Na visão brasileira, o principal objetivo da Reunião Ministerial de 23 de julho deverá ser a definição do escopo do futuro Acordo de Associação Interregional, a fim de permitir a elaboração de um programa de trabalho que leve a uma aceleração das negociações e à conclusão expedita desse Acordo.

II REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL (19 DE JULHO DE 2002)

A Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul deverá realizar-se em Guayaquil, Equador, em 26 e 27 de julho de 2002. A primeira reunião ocorreu em Brasília, em 31 de agosto e 1º de setembro de 2000, por iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Um dos resultados principais da primeira cúpula foi o lançamento da Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional

Sul-Americana (IIRSA), em cujo âmbito estão sendo examinados projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações, a serem executados nos países do Continente.

O Brasil tem grande interesse em que a cúpula de Guayaquil obtenha todo êxito e possa dar prosseguimento aos planos iniciados em Brasília.

Ao aceitar o convite para a reunião de Guayaquil, o Presidente Fernando Henrique sublinhou, em carta ao Presidente do Equador, a prioridade que gostaria de ver atribuída à IIRSA na próxima reunião. O Equador tem manifestado que a área de energia deve merecer referências especiais nos trabalhos da reunião, com o que o Brasil concorda, pois o intercâmbio energético e o aprofundamento da integração sul-americana nesse setor são de fundamental importância para o desenvolvimento. Não obstante, o propósito essencial do encontro, na visão do Brasil, deverá ser o de aprofundar a IIRSA (que contempla projetos em transporte, comunicações e energia) por meio de novos impulsos políticos e financeiros.

Outros temas relevantes a atrair a atenção dos presidentes: chamado aos organismos financeiros internacionais para que considerem prioritários os projetos de integração da infra-estrutura regional; chamado às mesmas instâncias no sentido de rever condições e termos de assistência financeira, a fim de permitir acelerar o desenvolvimento regional; conveniência de avançar nos processos de integração regional e, nesse contexto, concluir as negociações Comunidade Andina-Mercosul, inclusive como meio de fortalecer a América do Sul com vistas às negociações em outros foros.

Os doze Chefes de Estado dos países sul-americanos já confirmaram presença em Guayaquil. Segundo a imprensa, o presidente eleito da Colômbia também irá. Os dirigentes

dos organismos financeiros internacionais foram convidados, assim como o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Não há uma agenda formal para a cúpula de Guaiquil, o que permitirá aos primeiros mandatários a abordagem dos temas que desejarem. Além da ênfase na continuidade das decisões tomadas por ocasião da cúpula de Brasília, os Presidentes terão oportunidade de reafirmar alguns conceitos básicos, em benefício, por exemplo, da consolidação da democracia, mas não será necessário repetilos, pois foram consignados na Declaração de Brasília, na cúpula de Québec, em 2001, e em documentos aprovados pelos países do hemisfério, como a carta democrática da OEA.

O Brasil acredita que, na cúpula de Guaiquil, deve prevalecer a visão de conjunto, onde sobressaia o propósito, da América meridional como um todo, de promover o desenvolvimento sustentado em benefício dos povos da região.

Outros temas a serem ressaltados pelos Presidentes são: o combate ao terrorismo, pois trata-se do primeiro encontro regional sul-americano após os eventos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América; a preservação da normalidade institucional, diante de distúrbios internos ocorridos nos últimos meses em alguns países.

A situação na Colômbia poderá ser objeto de menção particular, pois o novo Governo, a instalar-se em 7/8 próximo, certamente se beneficiaria do apoio firme de toda a América do Sul na árdua luta que deverá travar contra o narcotráfico e a guerrilha.

A preservação da normalidade institucional na Venezuela também pode vir a ser mencionada, além de uma manifestação positiva com relação à posse do novo governo na Bolívia, em 6/8.

Dois meses antes da segunda cúpula sul-americana, realizou-se em Brasília a III reunião do Comitê de Direção Executiva da IIRSA (CDE) (26 e 27/5/02). O encontro, em nível ministerial, foi presidido pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Compareceram Ministros da Economia, de Infra-estrutura e de Obras Públicas da maioria dos países da América do Sul. A reunião foi aberta na presença do Presidente da República.

O CDE alcançou os objetivos desejados, ao haver estabelecido diretrizes para o futuro da IIRSA. Foram aprovados princípios para a elaboração de uma visão estratégica para a América do Sul, que deverá incluir, entre outros: a coordenação entre os setores públicos e privados, a harmonização de regulamentos e leis nacionais, a consideração de projetos nacionais dentro de um contexto regional.

O Brasil pretendia, na reunião do CDE, estimular a iniciativa privada a associar-se aos projetos de infra-estrutura identificados no âmbito da IIRSA e divulgar informações atualizadas sobre oportunidades de investimento. Para tanto, empresas e entidades financeiras com interesse na América do Sul foram convidadas a participar. Sobre este assunto, foi realizado encontro de especialistas, em 28/5, no qual foram examinados mecanismos inovadores de financiamento para os projetos, que permitam a participação pública e privada, além de aumentar a capacidade de investimentos em infra-estrutura.

Dois eventos de especial importância mereceram registro na reunião do CDE. O primeiro foi a solicitação conjunta da Guiana e da Venezuela de inclusão, na ata da reunião, de referência ao compromisso firmado pelos Chanceleres dos dois países, em fevereiro de 2002, de estabelecer um comitê técnico para examinar a construção de uma estrada entre os

dois países. É relevante observar que tal projeto, quando executado, passará necessariamente pela região do Essequibo, que tem sido objeto de contestação territorial. Altamente significativo também é o fato de a referida estrada ser complementar à ligação entre a Guiana e o Brasil, já identificada no âmbito da IIRSA.

O segundo evento foi a assinatura de um memorando de entendimento entre a Bolívia e o Chile, pelo qual foi estabelecido um grupo de trabalho bilateral com a tarefa de abordar temas pertinentes à integração da infra-estrutura dos dois países. O acordo foi assinado pelo Ministro do Desenvolvimento Econômico da Bolívia, Carlos Kempf, e pelo Subsecretário de Obras Públicas e Transportes do Chile, Juan Carlos Latorre, e referendado, na presença de todos, pelo Ministro do Planejamento do Brasil, Guilherme Dias.

Os representantes da Bolívia e do Chile mencionaram nos seus discursos o empenho do Presidente Fernando Henrique Cardoso no processo de integração da América do Sul. O memorando assinado decorre de entendimento recente a que chegaram os dois países, sendo de assinalar que tenha ocorrido entre dois países que não mantêm relações diplomáticas.

Tais eventos resultam de estar frutificando a IIRSA, graças à decisão de convocar, no ano 2000, a histórica reunião de Presidentes da América do Sul. O avanço da IIRSA reforça a percepção de que os interesses concretos dos países em projetos de desenvolvimento e a integração regional têm a indiscutível capacidade de superar divergências e trazer benefícios para a paz.

IIRSA - antecedentes

Após a primeira reunião de Presidentes (Brasília, ago/set 2000), realizou-se em Montevideu, em dezembro do mesmo ano, a Reunião de Ministros de Transportes,

Telecomunicações e Energia, Montevideu, quando foi aprovada a estrutura da IIRSA, composta do Comitê de Direção Executiva (CDE), do Comitê de Coordenação Técnica (CCT) e Grupo Técnico Executivo (GTE).

Comitê de Direção Executiva – CDE: é composto por representantes em nível ministerial; é responsável por definir a orientação estratégica do projeto, fixar objetivos, metas e prioridades;

Comitê de Coordenação Técnica – CCT: é a Secretaria Executiva e tem, entre outras tarefas: identificar uma carteira de projetos; promover a participação da iniciativa privada e a identificação de recursos financeiros públicos e/ou privados. É constituído por representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Corporação Andina de Fomento – CAF e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA;

Grupo Técnico Executivo – GTE: é formado por funcionários e especialistas designados pelos governos dos países envolvidos, e por um Gerente e um Assistente Técnico contratados pelo BID/CAF/FONPLATA. Tem a responsabilidade de desenvolver todas as atividades relativas aos eixos e processos setoriais definidos, visando a sua implementação. Cada eixo ou processo setorial terá o seu GTE.

Na reunião de Montevideu, foram identificados os primeiros eixos a serem implantados:

- Eixo MERCOSUL-Chile
- Eixo Andino
- Eixo Brasil/
Bolívia/Paraguai/Peru/Chile
- Eixo Multimodal Orinoco/
Amazonas/Prata
- Eixo Venezuela/Brasil/
Guiana/Suriname
- Eixo Multimodal do Amazonas

Também foram identificados Processos Setoriais de Integração:

- Sistemas operativos de transporte multimodal
- Sistemas operativos de transporte aéreo
- Passagens de fronteira
- Harmonização de políticas regulatórias de interconexão, de espectro, de padrões técnicos e de universalização da Internet
- Instrumentos para o financiamento de projetos de integração física e regional
- Marcos normativos de mercados energéticos regionais

Reuniões do CDE

A primeira reunião foi realizada em 26 e 27 de abril de 2001, em Santa Cruz de la Sierra. Foi definido o cronograma para a instalação dos primeiros oito Grupos Técnicos Executivos.

A segunda reunião foi realizada em 9 e 10 de dezembro de 2001, em Buenos Aires. Foram identificados os primeiros projetos dos eixos Mercosul-Chile (77 projetos) e Interoceânico (Brasil-Bolívia-Paraguai-Peru-Chile) – 46 projetos. Dessa listagem constam 123 projetos, no valor de 40 bilhões de dólares.

No primeiro semestre de 2002 serão instalados os seguintes GTEs:

- Eixo Brasil - Guiana - Suriname - Venezuela;
- Eixo Porto Alegre - Assunção - Jujuy - Antofagasta;
- Eixo Peru - Brasil (Bolívia solicitou sua inclusão; sugestão aceita pelo Brasil e em análise pelo Peru);
- Eixo Multimodal do Amazonas;
- Processo Setorial Sistemas Operativos de Transporte Multimodal;
- Processo Setorial Sistemas Operativos de Transporte Aéreo;

- Processo Setorial Harmonização de Políticas Regulatórias, de Interconexão, de Espectro, de Padrões Técnicos e de Universalização da Internet.

Na terceira reunião do CDE (Brasília, 26 e 27/5/02) foram atualizados os eixos de integração da América do Sul e os processos setoriais, conforme lista a seguir, da qual constam os gerentes já nomeados:

Eixos de Integração

1 - Interoceânico (Brasil-Bolívia-Paraguai-Chile-Peru)

Ernesto Aranibar
Calle 28, Edificio Mirikiri, Apt. 30
La Paz – Bolívia
Tel.: (5912) 277 0017
jaranibar@caf.com
jernestoaranibar@hotmail.com

2 - Mercosul-Chile

Luis Maria Vaca-Soto
2307 McCormick Road, Rockville, MD
20850
Washington, DC, United States
Tel.: (1-301) 340 7419
Fax: (1-301) 251 1393
lvaca-soto@msn.com

3 - Andino

Hector Maldonado
Caracas – Venezuela
Tel.: (58-212) 563 6346, (58-414) 235 9035
hmaldona@caf.com

4 - Peru-Bolívia-Brasil

Rolando Flores Fiol
Lima – Peru
Tel.: (511) 242 1915 / 1919
Fax: (511) 242 1915
rolandoff@terra.com.pe

5 – Venezuela-Brasil-Guiana-Suriname
Alfredo Moscoso Chiappe
Juan Pezet 131, Piso 12
Lima – Peru
Tel.: (511) 421 6118, 904 3308
alfredomosocoso@terra.com.pe
amoscoso@caminosdelinca.com.pe

6 – Multimodal do Amazonas
Pedro Bara Neto
Rua Iquitos, 337
São Paulo – Brasil
Tel.: (55-11) 3031 0042
Fax: (55-11) 3812 4183
pbara@uol.com.br

7 – Porto Alegre - Assunção
- Jujuy - Antofagasta
Jose Lorenzo Vietti
Maipú 942, Piso 12
Buenos Aires – Argentina
Tel.: (54-11) 311 9505, 315 0955
Fax: (54-11) 315 0959
lorvietti@sion.com

8 – Talcahuano-Concepción-Neuquén-
Bahia Blanca (ex-Neuquén-Concepción)
Será tratado no Eixo Mercosul-Chile
(Gerente: Luís Maria Vaca-Soto)

9 - Multimodal Orinoco-Amazonas-Prata
Processos Setoriais

- 1 – Sistemas Operativos de Transporte Multimodal
- 2 – Sistemas Operativos de Transporte Aéreo
- 3 – Facilitação de Passagens de Fronteira
- 4 – Harmonização de Políticas Regulatórias, de Interconexão, de Espectro, de Padrões Técnicos e de Universalização da Internet
- 5 – Instrumentos para o Financiamento de Projetos de Integração Física Regional

6 – Marcos Normativos de Mercados Energéticos Regionais
7 – Sistemas Operacionais de Transporte Marítimo

Alfredo Héctor Mirkin
Alem 584, Piso 11
Buenos Aires – Argentina
Tel.: (54-11) 4314 4799
amirkin@mercadosenergeticos.com

RESULTADO DA SELEÇÃO
PARA O PROGRAMA DE AÇÃO
AFIRMATIVA DE PREPARAÇÃO
DE AFRO-DESCENDENTES PARA
O CONCURSO DE INGRESSO À
CARREIRA DIPLOMÁTICA
(22 DE JULHO DE 2002)

Concluiu-se o processo de seleção dos(as) 20 candidatos(as) afro-descendentes que farão jus às “Bolsas-Prêmio Vocação para Diplomacia”, possibilitadas pela assinatura do Protocolo de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco, envolvendo o Ministério das Relações Exteriores, a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, o Ministério da Ciência e Tecnologia/CNPq, e o Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

A iniciativa responde ao esforço do Governo federal em prol de ações afirmativas de combate ao racismo e à discriminação e tem como objetivo propiciar melhor preparação de afro-descendentes para o concurso de ingresso à carreira diplomática.

Apresentaram-se 403 candidaturas, originárias de diferentes Estados da Federação. O processo de seleção coube a Comissão Técnica constituída por representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico-CNPq, do Conselho Científico e Tecnológico Palmares (C&T Palmares), da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e do Ministério das Relações Exteriores.

O processo de seleção incluiu análise de desempenho acadêmico; da clareza e viabilidade do plano de trabalho/estudo apresentado pelos candidatos; da objetividade e coerência no plano de desembolso da bolsa para os meses de vigência do programa; da capacidade analítica e de articulação de idéias, verificada por meio de redação sobre os motivos e expectativas do(a) candidato(a) em vir a ser diplomata.

Foram contempladas no conjunto da análise, também, as condições socioeconômicas dos(as) postulantes e a perspectiva de gênero. A concessão das 20 “bolsas-prêmio” representa um estímulo aos(as) candidatos(as) que, como integrantes de um segmento étnico que sofre o resultado histórico da discriminação racial e em função de limitações financeiras, não teriam forma alternativa eficaz de se preparar adequadamente para o concurso de ingresso no Instituto Rio Branco.

**O BRASILEIRO SÉRGIO VIEIRA DE
MELLO É DESIGNADO PARA O CARGO
DE ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS
(22 DE JULHO DE 2002)**

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, designou hoje o brasileiro Sérgio Vieira de Mello para um mandato de quatro anos como Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos. A indicação foi feita após consulta aos cinco grupos regionais da ONU e deverá ser aprovada amanhã, dia 23 de julho, pela Assembléia Geral das Nações Unidas em Nova York.

Como Alto Comissário, o Senhor Sérgio Vieira de Mello substituirá a Senhora Mary Robinson, ex-Presidente da Irlanda, que ocupa o cargo desde 12 de setembro de 1997.

Até maio, Sérgio Vieira de Mello foi o responsável pela Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET), tendo supervisionado a transição daquele país para a independência. Antes disso, exercera a função de Representante Especial do Secretário-Geral para o Kosovo, depois de um período na Sede da ONU em Nova York como Subsecretário-Geral para Assuntos Humanitários. Desde 1969, a maior parte de sua carreira deu-se no Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

O cargo de Alto Comissário para os Direitos Humanos foi criado pela Assembléia Geral após a Conferência da ONU sobre os Direitos Humanos (Viena, 1993). O equatoriano José Ayala-Lasso foi o primeiro a ocupar o cargo, de 1994 a 1997. A Senhora Mary Robinson ocupa a função desde setembro de 1997, tendo concordado em permanecer no cargo por mais um ano após o fim de seu mandato.

O Alto Comissário é o principal funcionário da ONU responsável pelas atividades de direitos humanos da Organização, sob a direção e autoridade do Secretário-Geral e no âmbito da estrutura da Assembléia Geral, do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Entre as responsabilidades do Alto Comissário, destacam-se a promoção e proteção de todos os direitos civis, políticos, sociais econômicos e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento; a prestação de assistência técnica e financeira no campo dos direitos humanos aos países que o solicitarem; a remoção de obstáculos ao gozo dos direitos humanos; e o combate à continuação das violações dos direitos humanos em todo o mundo.

GOVERNO BRASILEIRO CONDENA
AÇÃO MILITAR NA CIDADE DE GAZA
(23 DE JULHO DE 2002)

O Governo brasileiro deplora a ocorrência, na cidade de Gaza, de ação militar levada a cabo na madrugada de hoje por avião das Forças de Defesa de Israel, em que 15 pessoas perderam a vida e mais de uma centena de civis foram feridos.

O Governo brasileiro condena, mais uma vez, a realização de ataques contra alvos civis, inclusive mediante o uso de forças desproporcionais, com a conseqüente vitimização de inocentes, inclusive crianças, e reitera a necessidade de observar as normas do Direito Internacional Humanitário que obrigam as partes a respeitar e proteger a população civil em situações de conflito.

O Governo brasileiro, em nome de toda a sociedade brasileira, estende aos familiares das vítimas os profundos sentimentos de pesar pela perda de vidas e ferimentos infligidos em um sem número de civis inocentes, e reafirma sua convicção de que ações de violência, de parte a parte, apenas servem para agravar a situação no Oriente Médio, com o acúmulo de hostilidade e intolerância entre os dois lados, atitudes que inviabilizam a retomada do processo de negociação da paz, como é desejo da comunidade internacional.

ASSINATURA DO INSTRUMENTO
DE RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO
DE QUIOTO À CONVENÇÃO-
QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS
SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
(23 DE JULHO DE 2002)

O Senhor Presidente da República assinará hoje, dia 23 de julho, em cerimônia pública

no Palácio do Planalto, o instrumento de ratificação do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que foi aprovado por unanimidade pelo Congresso Nacional no dia 19 de junho passado. A celeridade da tramitação e aprovação do Protocolo de Quioto pelas instituições do País reflete o apoio da sociedade brasileira a esse ato internacional. O Governo do Brasil deverá depositar brevemente o instrumento de ratificação junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, contribuindo para a entrada em vigor do Protocolo de Quioto no plano internacional.

O Protocolo de Quioto foi adotado na III Conferência das Partes da Convenção, realizada em Quioto, em 1997. O Protocolo determinou meta geral de redução de emissão de gases de efeito estufa de 5.2% (ano base 1990) para o conjunto dos países desenvolvidos e aqueles com economias em transição (que integram o Anexo I do Protocolo). Essa meta é global e deverá ser atingida no período de 2008 a 2012, chamado primeiro período de cumprimento. Percentuais individuais foram alocados aos diferentes países.

O Protocolo de Quioto possui três mecanismos de flexibilidade – chamados Comércio de Emissões, Implementação Conjunta e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) –, que permitem aos países desenvolvidos e com economias em transição complementar seus esforços domésticos de redução de emissões, com vistas a cumprir as respectivas metas acordadas no âmbito do Protocolo.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que surgiu de iniciativa brasileira, é o único dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto que contempla a participação de países em desenvolvimento, uma vez que os demais são privativos dos países que possuem metas de redução de emissões. O Mecanismo de

Desenvolvimento Limpo, por um lado, ajudará os países em desenvolvimento a alcançar o desenvolvimento sustentável e a contribuir para a estabilização das concentrações dos gases de efeito estufa; por outro, auxiliará os países do Anexo I a cumprirem parte de suas obrigações de redução de emissões de gases de efeito estufa. Pelo Mecanismo, os países em desenvolvimento poderão beneficiar-se de assistência financeira para a implementação de projetos que estejam em linha com as prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável.

O Protocolo de Quioto não prevê compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa para os países em desenvolvimento. Confirma, portanto, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas consagrado na Convenção sobre Mudança do Clima, ao reservar aos países em desenvolvimento o direito de alcançar o seu desenvolvimento sustentável, isentando-os da adoção de metas compulsórias de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Ao proceder à ratificação, o Brasil pretende contribuir para que o Protocolo de Quioto entre em vigor anteriormente à celebração da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que se realizará em Joanesburgo, de 28 de agosto a 4 de setembro de 2002.

Para que entre em vigor, o Protocolo de Quioto deve ser ratificado por 55 Partes, sendo que entre estas devem constar Partes do Anexo I (países desenvolvidos e aqueles com economias em transição - que possuem metas de redução de emissões) responsáveis por 55% das emissões de gases de efeito estufa referentes ao ano de 1990. Até o momento, o Protocolo foi ratificado pela União Européia e pelo Japão (em 31 de maio e 4 de junho de 2002, respectivamente), responsáveis conjuntamente por cerca de 38% dessas emissões.

O Brasil está convencido de que o regime internacional representado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e seu Protocolo de Quioto é o instrumento mais apropriado para orientar, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, consagrado na Convenção sobre Mudança do Clima, os esforços globais para a reversão do aquecimento da Terra.

Com a ratificação do Protocolo de Quioto, o Brasil reafirma sua atuação destacada desde a Conferência do Rio de 1992 no tratamento dos temas relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Ademais, permitirá às empresas nacionais participar do lucrativo “mercado de carbono” que se inaugurará com a entrada em operação dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto.

O Brasil é dos mais competitivos países no que tange ao desenvolvimento de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Tal proeminência decorre da natural competitividade do país nas áreas elegíveis para esses projetos (energia e reflorestamento), assim como da capacidade do País não só de atuar como “hospedeiro” de projetos MDL mas de vender créditos decorrentes de projetos essencialmente desenvolvidos por empresas nacionais.

CPLP - ACORDOS DE COOPERAÇÃO (24 DE JULHO DE 2002)

Vários projetos de cooperação entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deverão ser analisados a partir de hoje (24/7), durante a V Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP, no Palácio do Itamaraty. A Reunião dos Pontos

Focais é um foro específico orientado para a discussão dos programas de cooperação da instituição, e subsidia as decisões dos órgãos deliberativos da Comunidade relativas ao tema. O encontro terá a duração de dois dias e antecederá a reunião do Comitê de Concertação Permanente da Comunidade – CCP (formado pelos embaixadores dos países membros acreditados em Lisboa), prevista para os dias 26 e 27; a reunião do Conselho de Ministros de Relações Exteriores (dia 30) e, finalmente, a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, nos dias 31 de Julho e 1 de agosto.

Na reunião, serão avaliados, entre outros, o Programa da CPLP de Combate ao HIV/AIDS e uma proposta de Acordo sobre o mesmo tema, bem como as minutas de Convenções que criam os Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (Angola) e em Administração Pública (Moçambique), além do Centro Internacional da Juventude (São Tomé e Príncipe).

O Secretariado Executivo da CPLP fará apresentação sobre projetos de cooperação da Comunidade com outros organismos internacionais (Unctad, Organização Mundial de Propriedade Intelectual, Organização Mundial de Saúde, Organização Internacional do Trabalho e UNAIDS).

Entre os projetos em andamento a serem analisados pela V Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, destacam-se duas propostas, já aprovadas na sua última reunião, realizada em fevereiro deste ano, em Lisboa: a de Cooperação Técnica em Telecomunicações (executada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL) e a de Apoio à Formação de Recursos Humanos em Saúde Pública nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste (executado pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ).

A delegação brasileira à Reunião dos Pontos Focais deverá apresentar dois novos projetos: o primeiro é uma proposta de realização de Cursos sobre Elaboração de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento, a serem ministrados pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores; e a primeira fase do projeto de Governo Eletrônico, a cargo da Casa Civil e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que prevê o apoio aos PALOP e a Timor-Leste na elaboração de seus planos governamentais para a informatização dos serviços do setor público.

O Acordo Quadro de Cooperação da CPLP, assinado na cidade da Praia, em Cabo Verde, em 1998, marca uma clara orientação da Comunidade para os temas da cooperação técnica para o desenvolvimento. Em 99, na cidade de Cascais, Portugal, foi aprovado o regulamento do Fundo Especial, criado com o objetivo de viabilizar o financiamento dos programas de cooperação da CPLP. A cooperação, assim como a concertação político-diplomática e a difusão da língua portuguesa, é um dos três pilares básicos da CPLP.

IV CONFERÊNCIA DOS CHEFES
DE ESTADO E DE GOVERNO DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) -
EXPOSIÇÃO “PAÍSES LUSÓFONOS:
PARALELOS E MERIDIANOS”
(25 DE JULHO DE 2002)

Como parte da programação cultural da IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) a realizar-se em Brasília nos dias 31 de julho e 1º de agosto de 2002,

terá lugar no Palácio Itamaraty a exposição “Países Lusófonos: Paralelos e Meridianos”. A exposição focaliza, por meio de mapas, a formação territorial e a localização de cada um dos oito países de língua oficial portuguesa.

As obras foram selecionadas em acervos nacionais, públicos e particulares, tais como a Biblioteca Nacional, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação da Marinha, Rio Scenarium, todos no Rio de Janeiro; Biblioteca Guita e José Mindlin, Coleção Brasileira, e Cid Collection, em São Paulo; e Marcia Moura Castro, em Belo Horizonte. A curadoria é do artista Carlos Martins, que já organizou exposições como O Brasil Redescoberto (Paço Imperial, 1999) e A Paisagem Carioca (MAM-RJ, 2000). A exposição estará aberta à visitação pública de segunda a sexta das 14 às 17 horas e sábados e domingos das 10 às 16 horas.

Um conjunto de mapas-múndi e planisférios mostram, a partir das Grandes Navegações, os sucessivos registros da geografia da Terra, a configuração dos Quatro Continentes e o novo Teatro Mundial que então se apresentava. A exposição apresenta os oito países de língua portuguesa nas quatro partes do mundo e os registros da formação territorial de cada um deles, exemplificados por mapas de diversas épocas e períodos históricos. Para melhor situar geograficamente os oito países, procurou-se contextualizar cada um deles em relação ao continente onde se encontram.

“Países Lusófonos: Paralelos e Meridianos” enfatiza os aspectos históricos da cartografia, como uma expressão das artes e das ciências do conhecimento. Preciosos mapas manuscritos em pergaminho do século XVII serão exibidos ao público, além de vários atlas e gravuras do século XVI ao XX. A mostra se complementa com uma série de imagens tomadas por satélite sobre as capitais dos oito países de língua oficial portuguesa.

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS GOVERNOS DO BRASIL E DO MÉXICO (25 DE JULHO DE 2002)

Assinado no Itamaraty, dia 24/7, Acordo de Cooperação entre os Governos do Brasil e do México relativo à Cooperação Científica e Tecnológica em sete grandes áreas prioritárias para os esforços de desenvolvimento dos dois países.

Fica constituído um Comitê Gestor da cooperação, de cunho bilateral, incumbido da elaboração e implementação de programas de pesquisa conjunta em áreas estratégicas, como biotecnologia, energia, materiais avançados, aeronáutica, informática, telecomunicações e ciências sociais, nas quais tanto o Brasil quanto o México possuem capacitações específicas.

O Acordo complementa e atualiza tratado de cooperação assinado em 1974 entre os dois países e estabelece as bases de um novo modelo de cooperação, mais intenso e efetivo, voltado para a inovação e a geração de resultados de real aplicação econômica e valor comercial.

O documento reflete a boa evolução das relações entre o Brasil e o México em diversos campos da cooperação e reconhece o papel cada vez maior desempenhado pela pesquisa e tecnologia no que se refere aos esforços nacionais de desenvolvimento econômico e social, de modo geral, e no que tange à participação competitiva das exportações brasileiras e mexicanas no mercado internacional.

A cerimônia de assinatura do Acordo foi co-presidida, no Itamaraty, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Vladimir Chohfi, e pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, que assinaram o documento pelo Governo brasileiro. O Diretor-Geral do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

do México (CONACYT), Doutor Jaime Parada Avila, e a Encarregada de Negócios, a. i., do México em Brasília, Ministra Alejandra García Brahim, firmaram o documento em representação do Governo mexicano.

TRANSCRIÇÃO DAS DECLARAÇÕES
FEITAS HOJE (30/07) PELO PORTA-
VOZ DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PEDRO LUIZ RODRIGUES
(30 DE JULHO DE 2002)

O Ministro Celso Lafer recebeu hoje a visita da Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, que veio prestar esclarecimentos sobre as declarações emitidas pelo Secretário do Tesouro, Paul O'Neill.

A Embaixadora trouxe oficialmente ao conhecimento do Governo brasileiro as explicações dadas publicamente pela Casa Branca e pelo Departamento do Tesouro a respeito das declarações do Secretário Paul O'Neill.

Ao receber a Embaixadora dos EUA, o Ministro Celso Lafer declarou que o Governo brasileiro tomava nota da manifestação de apoio e confiança do Governo norte-americano, expressa em seu mais alto nível, em relação ao Brasil e sua economia. Informou que o Governo brasileiro aceitava os esclarecimentos do Governo dos Estados Unidos e, ao considerar o episódio superado, reiterou seu desejo de que prevaleça a percepção correta da importância do relacionamento entre as duas maiores economias do continente.

A Embaixadora Hrinak disse que seu governo lamentava o ocorrido e concordou com o Ministro Lafer quanto à necessidade de Brasil e Estados Unidos trabalharem em sintonia diante dos desafios do quadro econômico internacional.”

Transcrição das declarações feitas no dia 29 pelo porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Pedro Luiz Rodrigues.

O Ministro Celso Lafer convocou a Embaixadora dos EUA no Brasil, Donna Hrinak, para transmitir-lhe diretamente o que já teve a oportunidade de dizer publicamente à imprensa: de que não podemos – governo e sociedade – aceitar as declarações feitas pelo Secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill, quando, ao comentar a viagem que pretende fazer ao Brasil e a outros países do Cone Sul, referiu-se ao eventual mal uso de recursos de instituições multilaterais de crédito, destinados ao atendimento de situações de emergência.

Lafer reiterou que essas declarações provocaram profundo mal estar e repercussões negativas nos meios governamentais, políticos, na opinião pública e nos mercados brasileiros, e não ajudam o processo ora em curso, voltado para a gestão macroeconômica num momento de turbulências.

A Embaixadora americana ficou de transmitir essa posição do Governo brasileiro às autoridades de seu país, em Washington.

ATENTADO NA UNIVERSIDADE
HEBRAICA DE JERUSALÉM
(31 DE JULHO DE 2002)

O Governo brasileiro deplora mais um atentado terrorista perpetrado hoje na Universidade Hebraica de Jerusalém no campus de Monte Scopus, com vítimas fatais e dezenas de feridos entre a população civil israelense.

Ao condenar com veemência mais este ato de brutalidade, o Governo brasileiro estende

às famílias das vítimas, em nome do povo brasileiro, o sentimento de profundo pesar pelas perdas humanas.

O Governo brasileiro lamenta ademais que o atentado tenha tido por alvo a Universidade Hebraica de Jerusalém, conhecido centro de tolerância e diálogo, e que proporcionou apoio à criação da Universidade Al Quds (Universidade árabe de Jerusalém). O Governo brasileiro considera que tal ato de extremismo fere a própria consciência de paz e entendimento, simbolizada naquela Universidade, e apenas contribui para aumentar o grau de desconfiança mútua e alimentar a espiral de violência que vem ocorrendo entre palestinos e israelenses.

IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (01 DE AGOSTO DE 2002)

No contexto da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, que terá lugar em Brasília, nos dias 31 de julho e 1º de agosto, o Governo brasileiro anunciou que está enviando 45 episódios da série “Castelo Rá-Tim-Bum” para exibição em redes de televisão pública de países da CPLP. A iniciativa, que conta com a importante colaboração da TV Cultura de São Paulo, da Fundação Padre Anchieta, cujo apoio e parceria constituíram elemento fundamental para sua viabilização, faz parte das ações da cooperação brasileira com os países de língua portuguesa.

A série “Castelo Rá-Tim-Bum”, premiada internacionalmente pela qualidade de seu conteúdo educativo, aborda noções de Ciências, História, Matemática, Música, Artes Plásticas,

Ecologia e Cidadania, constituindo ferramenta de grande auxílio na formação de crianças de 4 a 8 anos. Por meio de recursos sofisticados de comunicação, a série “Castelo Rá-Tim-Bum” objetiva despertar o interesse de crianças por áreas fundamentais em seu desenvolvimento global.

A exibição da série brasileira nos demais países lusófonos tem por objetivo contribuir com as ações educacionais dos países-membros, bem como difundir a língua portuguesa e os laços de solidariedade com o Brasil.

I REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ÁFRICA DO SUL (02 DE AGOSTO DE 2002)

A I Reunião da Comissão Mista Brasil - África do Sul terá lugar em Brasília, no período 5-7 de agosto de 2002. Presidirão a reunião o Ministro das Relações Exteriores, Prof. Celso Lafer e a Ministra dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma.

As delegações técnicas brasileira e sul-africana incluem representantes das seguintes áreas: Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Turismo, Transportes, Energia, Comércio e Indústria, entre outras.

Com o êxito brasileiro na área de saúde pública, em campos como doenças tropicais e produção de medicamentos genéricos, os representantes do setor procurarão aumentar a cooperação bilateral, bem como elevar o status de um documento sobre Cooperação no Campo da Saúde, já assinado pelos dois países.

A delegação sul-africana do Departamento de Agricultura discutirá com a contra-parte brasileira assuntos relacionados aos padrões fitossanitários e sanitários, política agrícola e o comércio bilateral. O Conselho de Pesquisa

Agrícola da África do Sul examinará com a EMBRAPA o intercâmbio de informação técnica no campo de pesquisas.

O setor ambiental discutirá, além de projeto de acordo nessa área, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e gerenciamento de parques nacionais.

Comércio e investimentos serão abordados, com foco especial no desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

Eletricidade, petróleo e geociências serão temas da cooperação bilateral na área energética.

Na área de transportes, serão tratadas questões de dupla tributação e da expansão de frequências de vôos nos termos do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos.

Será discutido, ainda, Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal.

CERIMÔNIA DE DEPÓSITO DO
INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO
DO PROTOCOLO DE EMENDA
AO TRATADO DE COOPERAÇÃO
AMAZÔNICA PELA COLÔMBIA
(02 DE AGOSTO DE 2002)

Em cerimônia que será realizada hoje, às 12 horas, o Embaixador da Colômbia faz entrega ao Ministro das Relações Exteriores do Instrumento de Ratificação colombiano do Protocolo de Emenda ao Artigo 22 do Tratado de Cooperação Amazônica.

Com esse ato, completa-se processo iniciado em 1998, pelo qual os países membros do TCA decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Ao entrar em vigor o Protocolo de Emenda, estará criado um organismo internacional voltado para a cooperação entre oito países decididos a conjugar esforços e harmonizar políticas com

vistas à administração racional e responsável de seu extraordinário patrimônio comum.

O Brasil foi escolhido para sediar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, cuja Secretaria Permanente se instalará nesta capital. O Governo brasileiro empenhará seus melhores esforços no sentido de contribuir para o funcionamento eficiente da OTCA, que deverá começar a funcionar o mais breve possível, conforme o desejo do Presidente Fernando Henrique.

A fim de dar continuidade ao processo de reflexão sobre a Amazônia e sobre as perspectivas que se abrem com a nova organização, o Itamaraty está promovendo um seminário internacional sobre o futuro do Tratado de Cooperação Amazônica, em Manaus, de 13 a 15 de agosto, com a participação dos países-membros, assim como da sociedade civil, dos meios acadêmicos e de grupos interessados em todos os países amazônicos.

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE
ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CELSO LAFER, POR OCASIÃO DA
CERIMÔNIA DE DEPÓSITO DO
INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO
DO PROTOCOLO DE EMENDA
AO TRATADO DE COOPERAÇÃO
AMAZÔNICA PELA COLÔMBIA
(02 DE AGOSTO DE 2002)

Excelentíssimos Senhores Embaixadores e representantes dos países amazônicos,
Excelentíssimo Senhor Embaixador da Colômbia,
Senhoras e Senhores,
É com particular satisfação que testemunhamos, hoje, o depósito que faz a

Colômbia do Instrumento de Ratificação do Protocolo de Emenda ao Artigo 22 do Tratado de Cooperação Amazônica.

Com esse ato, completa-se um processo iniciado em 1998. Naquele ano, reunidos em Caracas, os países membros do TCA decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA.

Ao tomar aquela decisão, nossos países tinham por finalidade fortalecer um instrumento cuja importância já se havia comprovado. O TCA ainda estava, no entanto, aquém de suas potencialidades.

A partir de hoje, ao entrar em vigor o Protocolo de Emenda, teremos à nossa disposição novos meios para fazer avançar a união de nossos povos e governos em torno do objetivo comum - o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e sustentável da Região Amazônica. Nós o perseguiremos com maior determinação ainda.

Nasce, hoje, um organismo internacional voltado para a cooperação entre oito países decididos a conjugar esforços e harmonizar políticas com vistas à administração racional e responsável de seu extraordinário patrimônio comum, tendo sempre como norte o bem-estar de suas populações.

O Brasil orgulha-se de ter sido escolhido para sediar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, cuja Secretaria Permanente se instalará nesta capital. O Governo brasileiro empenhará seus melhores esforços no sentido de contribuir para o funcionamento eficiente da OTCA.

Com esse mesmo espírito, o Itamaraty estará organizando seminário internacional sobre o futuro do Tratado de Cooperação Amazônica, em Manaus, de 13 a 15 de agosto. Os países aqui representados foram convidados para o

seminário; contamos com a participação de todos. Pretende-se, com essa iniciativa, dar continuidade ao processo de reflexão sobre o TCA e sobre as perspectivas que se abrem na fase que ora se inaugura. Todos os parceiros estão sendo convidados a essa reflexão, para a qual pretende-se, também, colher a contribuição da sociedade civil, dos meios acadêmicos e de grupos interessados em todos os países amazônicos.

Há poucas semanas, realizou-se em Brasília reunião técnica para concluir os textos do Acordo de Sede entre a OTCA e o Governo brasileiro e do Regulamento do Pessoal da Secretaria Permanente. Cabe-nos agora completar o processo de aprovação e criar condições para abreviar, na medida do possível, o período de transição que se seguirá ao término do mandato da Secretaria Pro Tempore boliviana.

Senhor Embaixador Samuel Navas Pinzón, Congratulo-me com Vossa Excelência pelo depósito do Instrumento de Ratificação colombiano, que marca o início de uma nova e promissora etapa para o Tratado de Cooperação Amazônica. O novo momento ensinará – estou seguro - maior entendimento e integração entre os países amazônicos. Estou certo de que interpreto o desejo de todos ao agradecer o empenho do Governo da Colômbia em concluir o processo de ratificação que torna possível a instalação da OTCA em Brasília.

Antes de finalizar, gostaria de externar a satisfação por ver que a OTCA se torna realidade e que, com o esforço conjunto dos nossos países, a organização poderá começar a funcionar ainda em 2002, conforme o desejo do Presidente Fernando Henrique, de instalá-la antes do término do seu mandato.

Muito obrigado pela presença de todos.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
BRASIL-UE NA ÁREA TÊXTIL
(08 DE AGOSTO DE 2002)

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, informa que foram concluídas, hoje, dia 8 de agosto, por meio de Memorando de Entendimento, as negociações entre o Brasil e a União Européia na área têxtil, pelo qual a parte comunitária compromete-se a suspender a aplicação de restrições quantitativas à importação de algumas categorias de produtos têxteis e de vestuário brasileiros.

Explicou Lafer que, por meio desse entendimento, foram antecipadas, em cerca de dois anos e meio, as obrigações de liberalização comercial previstas, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, por meio do Acordo de Têxteis e de Vestuário (ATV). Terá, assim, o Brasil acesso ampliado ao mercado comunitário, o que, além de oferecer oportunidades imediatas de exportação, permite aos exportadores brasileiros buscar desde já seu melhor posicionamento naquele mercado, com vistas à total eliminação de quotas, prevista na OMC para 2005, assinalou o Ministro.

Esclareceu, ainda, o Ministro Celso Lafer que, de sua parte, o Governo brasileiro compromete-se a não elevar as tarifas que, atualmente, aplica a certos produtos têxteis e de vestuário. Compromete-se, também, a estudar a possibilidade de eliminar, ao final do corrente ano, para aqueles mesmos produtos, a taxa adicional de 1,5% sobre aquelas tarifas, conforme consta dos compromissos vigentes no Mercosul. “O acordo vem ao encontro dos interesses da indústria têxtil nacional e representa passo importante para o crescimento das exportações de produtos têxteis brasileiros para o mercado comunitário, as quais, de acordo com estimativas do setor privado, poderão ser incrementadas, ainda no curso do corrente ano, em cerca de US\$ 50 milhões.”

O memorando de entendimento firmado entre o Brasil e a UE constitui exemplo do compromisso e da firme atuação do Governo na busca de novas oportunidades de exportação, concluiu Lafer.

VISITA OFICIAL AO BRASIL
DA MINISTRA DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO CHILE,
SENHORA SOLEDAD ALVEAR
(09 DE AGOSTO DE 2002)

A Ministra de Relações Exteriores do Chile, Senhora Soledad Alvear, visitou oficialmente a República Federativa do Brasil nos dias 8 e 9 de agosto de 2002, oportunidade em que foi recebida pelas mais altas autoridades do Governo do Brasil e entrou em contato com representantes do setor privado brasileiro.

A Ministra de Relações Exteriores do Chile iniciou sua visita ao Brasil pela cidade do Rio de Janeiro, onde presidiu Seminário, organizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e pelo Centro de Negócios e Cooperação Rio de Janeiro – Chile, a respeito das oportunidades geradas pelo Acordo entre o Chile e a União Européia para aprofundar a integração entre Brasil e Chile e favorecer os investimentos brasileiros no Chile. Na ocasião, também se destacou a importância que, nesse novo cenário, tem o fortalecimento dos Centros de Negócios e Cooperação entre Brasil e Chile, estabelecidos em diversos Estados brasileiros.

Na tarde de quinta-feira, 8 de agosto, a Ministra de Relações Exteriores do Chile iniciou sua visita a Brasília, onde foi recebida pelo Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Professor Celso Lafer, em sessão de trabalho com participação de altos funcionários de ambos Governos.

Os Ministros de Relações Exteriores do Brasil e do Chile se congratularam pelo estado excelente e perspectivas promissoras das relações entre ambos países, estimuladas pelas amplas coincidências de valores entre seus Governos e pelas múltiplas ações tendentes ao fortalecimento das relações no setores público e privado.

Em diálogo frutífero sobre os assuntos de maior relevância no plano bilateral, os Ministros de Relações Exteriores do Brasil e do Chile destacaram o êxito das negociações entre ambos países para o aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica ACE 35, em virtude das quais se melhorou o acesso ao mercado para diversos produtos agrícolas e industriais. Esse acordo abarca uma porção significativa do intercâmbio bilateral e, ademais, incorpora novos setores com potencial exportador para ambos países: inclui automóveis, caminhões, carrocerias e conjuntos e peças no setor automotor; produtos químicos, medicamentos, tecidos e outros produtos no setor industrial; e carne bovina, suína e de aves, maçãs, pêssegos em conserva, pasta de tomate, vinhos finos e outros produtos do setor agro-industrial.

Ambos Chanceleres expressaram sua satisfação pelo avanço na tramitação legislativa, no Brasil, da Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto de Renda, ao passo que celebraram o próximo início da tramitação legislativa, no Chile, desse importante acordo bilateral, que ajudará na expansão dos investimentos recíprocos. Também reviram a implementação dos acordos assinados por ocasião da Visita de Estado ao Chile do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, em março do ano de 2002.

Os Ministros de Relações Exteriores do Brasil e do Chile também mantiveram proveitoso intercâmbio sobre a situação política, econômica e social da região, assim como a evolução do Mercosul e as perspectivas e projetos do Brasil, na qualidade de Presidente Pro Tempore do bloco regional durante o segundo semestre do presente ano.

Na manhã de sexta-feira, 9 de agosto, a Ministra de Relações Exteriores do Chile foi recebida, no Palácio da Alvorada, pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a quem transmitiu as cordiais saudações do Presidente da República do Chile, Ricardo Lagos. Na audiência, abordaram-se assuntos relativos à relação bilateral e à situação regional.

Ao concluir o programa de atividades em Brasília, a Ministra das Relações Exteriores do Chile agradeceu as atenções generosas recebidas durante esta Visita Oficial.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL
“O FUTURO DO TRATADO DE
COOPERAÇÃO AMAZÔNICA”
(12 DE AGOSTO DE 2002)

Com o apoio do Governo do Estado do Amazonas e do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, o Ministério das Relações Exteriores promoverá, de 13 a 15 de agosto corrente, em Manaus, o Seminário Internacional “O Futuro do Tratado de Cooperação Amazônica”. O encontro reunirá especialistas, representantes governamentais e parlamentares, com o objetivo de promover idéias e sugestões com vistas ao funcionamento da Organização do TCA,

organismo internacional que se instalará proximamente em Brasília.

O seminário dará seguimento às reflexões iniciadas em 28 de fevereiro e 1º de março últimos, por ocasião do Debate Nacional sobre o Tratado de Cooperação Amazônica realizado no Itamaraty.

SALVAGUARDAS APLICADAS PELOS EUA ÀS IMPORTAÇÕES DE AÇO (12 DE AGOSTO DE 2002)

O Governo dos EUA divulgou hoje a nova lista de produtos siderúrgicos que estarão excluídos das salvaguardas aplicadas às importações de aço daquele país e entre os quais figuram itens de interesse exportador brasileiro. Trata-se de produtos da categoria de semi-acabados e que se referem às chamadas placas de baixo teor de carbono (ULC).

A inclusão de produtos que têm interesse direto para o Brasil fora discutida há duas semanas pelo Ministro Celso Lafer e pelo Representante Comercial dos Estados Unidos, Embaixador Robert Zoellick, e adiantada em conversa telefônica que as duas autoridades mantiveram hoje pela manhã.

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a medida. Embora fique aquém dos níveis tidos como necessários para permitir o fluxo adequado de exportações para o mercado norte-americano, constitui demonstração do interesse do Governo dos EUA em atender a pleitos específicos da indústria siderúrgica brasileira e de preservar assim o diálogo positivo que os dois Governos vêm mantendo sobre o assunto.

É expectativa do Governo brasileiro que as exclusões hoje anunciadas permitam ir atenuando as graves distorções geradas pelas salvaguardas norte-americanas no mercado siderúrgico mundial e prenunciem a eliminação completa dessas barreiras no mais breve prazo.

SEMINÁRIO “RIO BRANCO, A AMÉRICA DO SUL E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL” (14 DE AGOSTO DE 2002)

Será realizado nos dias 28 e 29 de agosto corrente, quarta e quinta-feiras, de 9 às 13 horas e de 15 às 18 horas, no auditório Embaixador João Augusto de Araújo Castro do Instituto Rio Branco, o Seminário “Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil”. O Seminário, organizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), faz parte dos eventos comemorativos do Primeiro Centenário de Posse do Barão de Rio Branco como Ministro de Estado das Relações Exteriores. Durante os dois dias de duração do evento, será avaliada, por especialistas brasileiros e estrangeiros das mais variadas áreas, a contribuição do patrono da diplomacia brasileira para a modernização do país e sua inserção internacional.

MEMORANDO DE
ENTENDIMENTO BRASIL-EUA
(22 DE AGOSTO DE 2002)

Será realizada hoje, dia 22 de agosto de 2002, às 12 horas, no Palácio Itamaraty cerimônia de assinatura do Memorando de Entendimento Brasil-EUA – 2002 (MDE 2002) no âmbito do Acordo de Cooperação Mútua Brasil-EUA para a Redução da Demanda, a Prevenção do Uso Indevido e o Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes de 1995.

O MDE-2002 será assinado, em nome do Governo brasileiro, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, e, em nome do Governo norte-americano, pela Embaixadora em Brasília, Donna J. Hrinak.

Estão sendo convidados para o evento os dirigentes dos órgãos executores nacionais dos projetos previstos no MDE-2002, a saber: SENAD, SENASP, COAF e DPF (tanto o Diretor como o Coordenador-Geral de Prevenção e Repressão a Entorpecentes).

O “Acordo de Cooperação Mútua Brasil-EUA para a Redução da Demanda, a Prevenção do Uso Indevido e o Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes”, de 1995, prevê sua implementação por meio de Memorandos de Entendimento (MDE) anuais. Esses documentos, firmados antes do término do ano fiscal norte-americano (30 de setembro), explicitam as atividades de cooperação bilateral antidrogas, bem como os recursos financeiros alocados pelo Governo norte-americano a projetos específicos executados por órgãos brasileiros.

OMDE-2002 prevê recursos correspondentes a US\$ 5.997.800,00, distribuídos nos seguintes projetos:

- a) Projeto de Aplicação da Lei no Norte do Brasil/Região Amazônica. Órgão executor: Coordenação-Geral de Prevenção e Repressão a Entorpecentes (CGPRE) do DPF/MJ. Total: US\$ 2.240.000,00;
- b) Projeto de Repressão a Entorpecentes e Treinamento da Polícia Federal. Órgão executor: Coordenação-Geral de Prevenção e Repressão a Entorpecentes do DPF/MJ. Total: US\$ 2.000.000,00;
- c) Projeto de Segurança Pública. Órgão executor: Secretaria Nacional de Segurança Pública do MJ. Total: US\$ 1.000.000,00;
- d) Projeto de Redução da Demanda/Conscientização. Órgão executor: Secretaria Nacional Antidrogas do GSI/PR. Total: US\$ 457.800,00;
- e) Projeto de Apoio à Unidade Especializada do CGPRE/DPF. Órgão executor: Coordenação-Geral de Prevenção e Repressão a Entorpecentes do DPF/MJ. Total: US\$ 300.000,00.

INFORMAÇÃO À IMPRENSA - VISITA
DO SECRETÁRIO PARA EUROPA,
AMÉRICA E ÁFRICA DA CHANCELARIA
INDIANA, EMBAIXADOR SHASHANK
(23 DE AGOSTO DE 2002)

O Ministro das Relações Exteriores Celso Lafer recebeu a visita do Secretário para Europa, América e África da Chancelaria indiana, Embaixador Shashank. O diplomata indiano se encontra em Brasília para realizar conversações com autoridades brasileiras no quadro do mecanismo de consultas políticas

regulares entre os dois Governos existente desde os anos 90.

Em seus contatos no Itamaraty, o Embaixador Shashank teve oportunidade de passar em revista aspectos salientes do relacionamento bilateral, como o crescente intercâmbio comercial que se aproxima de 1 bilhão de dólares, a cooperação científica e tecnológica em campos como espaço, tecnologia da informação e biotecnologia, a convergência de posições em torno de temas como Conselho de Segurança das Nações Unidas e Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável e as perspectivas de celebração de acordo de livre comércio entre os dois países.

O Ministro Lafer lembrou ao visitante indiano a importância que o Governo Fernando Henrique dedica à Ásia, tendo o Presidente visitado diversos países da região durante seus dois mandatos, entre os quais a Índia em 1996. Manifestou satisfação com os excelentes resultados obtidos nos últimos anos no âmbito da cooperação bilateral, como na política de saúde e produção de fármacos. Ambos os lados concordaram em que havia excelentes perspectivas de ampliação dessa cooperação para novos campos, como informática e energia, entre os quais na área do etanol. O chanceler brasileiro referiu-se também à importante colaboração mantida entre dos dois países nas negociações no âmbito da OMC, em particular na reunião de Doha em novembro passado.

Ao final do encontro, foi assinado Memorando de Entendimento que estabelece uma Comissão Mista de alto nível para balizar a cooperação política, econômica, científica, tecnologia e cultural entre o Brasil e a Índia. Na ocasião, o Chanceler brasileiro afirmou que esse ato era indicativo do alto grau de maturidade atingido no relacionamento bilateral, representando mais um passo para o aprofundamento de uma parceria exemplar entre dois importantes países em desenvolvimento.

INFORMAÇÃO À IMPRENSA - SEMINÁRIO

“RIO-BRANCO, AMÉRICA DO SUL E A MODERNIZAÇÃO DO BRASIL”

(23 DE AGOSTO DE 2002)

A comissão organizadora das comemorações do primeiro centenário de posse do Barão do Rio-Branco como Ministro de Estado das Relações Exteriores, a Fundação Alexandre de Gusmão, o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e o Instituto Rio Branco estão convidando para o seminário “Rio-Branco, América do Sul e a Modernização do Brasil” a realizar-se no auditório do Instituto Rio Branco, em Brasília, nos dias 28 e 29 próximos.

O seminário será instalado pelo Professor Celso Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e contará com a participação de renomados acadêmicos brasileiros e estrangeiros, e de embaixadores brasileiros atuantes no Brasil e no exterior.

Procurará abordar de forma poliprismática a longa e profícua atuação do patrono da diplomacia brasileira como chanceler nos albores da República, sua visão de Brasil e de mundo, sua interação com contemporâneos famosos como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Oliveira Lima.

Enfocará também a visão que tinha Rio-Branco da modernização do Brasil e da política brasileira para as Américas, em especial, o Prata.

A abertura do seminário será no dia 28 de agosto, às 9 horas, pelo Ministro Celso Lafer.

CONSULADO-GERAL DE XANGAI
(30 DE AGOSTO DE 2002)

Há dois dias, em 28 de agosto, o Governo brasileiro formalmente elevou o Consulado brasileiro em Xangai à categoria de Consulado-Geral. Esse passo, que é acompanhado do estabelecimento de um setor de promoção comercial e ampliação do pessoal lotado naquela repartição consular, demonstra claramente a importância atribuída pelo Governo brasileiro à promoção das relações oficiais e comerciais com o principal polo de desenvolvimento econômico e comercial da China, responsável por 1/12 do produto industrial do país, 1/5 da capacidade de armazenamento e do processamento de exportações e 1/8 da receita fiscal da China. A importância econômica e comercial de Xangai já havia motivado o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Embaixador Sérgio Amaral, a visitá-la e, abril passado, liderando a maior delegação empresarial brasileira já enviada ao exterior.

A cidade de Xangai tem grande importância no relacionamento bilateral do Brasil com a China, uma vez que mais de 40% do comércio brasileiro com aquele país ocorre com a região de Xangai e províncias circunvizinhas. A China, por sua vez, foi, em 2001, o 6º maior destino para as exportações brasileiras, que alcançaram, para aquele país, a cifra de US\$ 1.902 bilhões, sem contar Hong Kong.

DECLARAÇÃO CONJUNTA
DO SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, E DO CHANCELER
DA REPÚBLICA FEDERAL DA
ALEMANHA, GERHARD SCHRÖDER
(02 DE SETEMBRO DE 2002)

Reunidos por ocasião da Cúpula do Desenvolvimento Sustentável o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Chanceler Federal Gerhard Schröder reafirmaram as tradicionais e excelentes relações entre o Brasil e a Alemanha, em particular a uma longa e frutífera cooperação em temas ambientais e de desenvolvimento sustentável.

2. Lembraram a sua visão comum sobre a necessidade de tratar da mudança global do clima pela implementação, na maior medida possível, das disposições da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do seu Protocolo de Quioto. Ambos reafirmaram forte interesse em sua rápida entrada em vigor. Instam os países que ainda não o fizeram a tomar as medidas para a sua ratificação.

3. O Brasil e a Alemanha apoiam a adoção de práticas ambientais e de padrões de desenvolvimento sustentáveis. Com esta finalidade, o Brasil e a Alemanha identificaram o aumento da frota de veículos que utilizam o combustível renovável etanol, de 100.000 unidades adicionais, assim reduzindo as emissões em cerca de 7 milhões de toneladas de dióxido de carbono em 10 anos, como um projeto potencialmente importante sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.

4. Uma força-tarefa bilateral examinará as modalidades e a institucionalização deste projeto e produzirá um relatório final para ambos governos dentro de três meses.

O PRESIDENTE DO IPEA,
DOUTOR ROBERTO BORGES
MARTINS, É DESIGNADO PARA O
CARGO DE PERITO DO GRUPO
DE TRABALHO SOBRE
AFRO-DESCENDENTES DA
COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS (CDH)
(06 DE SETEMBRO DE 2002)

O Professor Roberto Borges Martins, Presidente do IPEA, foi escolhido pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos para integrar, na qualidade de perito independente, o Grupo de Trabalho sobre Afro-descendentes, criado pela Resolução sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata adotada na 58a Sessão da CDH.

O Grupo de Trabalho sobre Afro-descendentes, constituído por cinco peritos, terá entre suas principais responsabilidades: estudar os problemas relacionados à discriminação racial enfrentada por afro-descendentes; propor medidas para assegurar o seu total e efetivo acesso aos sistemas judiciários; submeter recomendações sobre o desenho, a implementação e o cumprimento de medidas efetivas para eliminar todas as formas de discriminação contra afro-descendentes, inclusive para a criação de mecanismo internacional para monitorar e promover o respeito a seus direitos humanos; e desenhar projetos especiais, em colaboração com afro-descendentes, para apoiar iniciativas em suas comunidades e facilitar a troca de informações e conhecimento técnico entre essas populações e técnicos especializados.

A escolha do Professor Roberto Borges Martins reflete o reconhecimento do

compromisso do Governo brasileiro com a luta contra o racismo e a discriminação racial, com o seguimento da Conferência de Durban (Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida entre 31 de agosto e 7 de setembro de 2001), e com a busca interna de caminhos para a remoção de obstáculos ao gozo pleno dos direitos humanos dos afro-brasileiros e das afro-brasileiras.

POSSE DO BRASILEIRO SÉRGIO VIEIRA
DE MELLO NO CARGO DE ALTO
COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA OS DIREITOS HUMANOS
(11 DE SETEMBRO DE 2002)

O brasileiro Sérgio Vieira de Mello assumirá, no dia 12 de setembro, o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, com mandato de quatro anos.

Foi indicado em 23 de julho pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para chefiar o Alto Comissariado, após consultas do próprio Secretário-Geral com os presidentes dos cinco grupos regionais dos Estados Membros das Nações Unidas.

Sérgio Vieira de Mello estudou no Brasil e na França, concluiu doutorado pela Universidade de Paris (Panthéon-Sorbonne). Nascido a 15 de março de 1948, é casado e pai de dois filhos.

Funcionário de carreira das Nações Unidas, a última missão do Doutor Sérgio Vieira de Mello foi à frente da Administração Transitória da ONU no Timor Leste (UNTAET). Antes disso, foi Representante-Especial do Secretário-Geral no Kosovo, depois de um

período servindo na Sede da ONU em Nova York como Subsecretário-Geral para Assuntos Humanitários. Adquiriu extensa experiência de campo em operações humanitárias e de manutenção da paz em Moçambique, Peru, Bangladesh, Chipre e Líbano.

Em mensagem enviada ao Doutor Sérgio Vieira de Mello, o Senhor Presidente da República salientou “sua capacidade de liderança, bem como seu compromisso com os mais elevados valores da paz, da segurança e da cooperação internacional” ao longo de sua trajetória profissional. Patrimônio de realizações que, nas palavras do Professor Celso Lafer, “representa também o melhor das qualidades brasileiras de busca de soluções construtivas e de conciliação”.

O cargo de Alto Comissário foi criado pela Assembléia Geral após a II Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993. O Alto Comissário é o principal funcionário da ONU no campo dos direitos humanos.

**ALMOÇO DE TRABALHO DOS
CHANCELERES DA COALIZÃO
DA NOVA AGENDA, À MARGEM
DA LVII ASSEMBLÉIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS
(13 DE SETEMBRO DE 2002)**

Realizou-se hoje, à margem da LVII Assembléia Geral das Nações Unidas, almoço de trabalho dos Chanceleres da Coalizão da Nova Agenda.

Estavam presentes os Ministros das Relações Exteriores da África do Sul, Brasil, Egito, Nova Zelândia, Irlanda, e representantes do México e da Suécia. Na ocasião, foi

divulgada uma Declaração Ministerial, transcrita abaixo.

Lançada em junho de 1998, a iniciativa da Nova Agenda, que reúne África do Sul, Brasil, Egito, México, Nova Zelândia, Irlanda e Suécia, foi motivada pela necessidade de revitalizar, em todos os foros pertinentes, as deliberações internacionais sobre desarmamento e não-proliferação nuclear, logo após os testes nucleares realizados pela Índia e Paquistão. De natureza equilibrada, moderada e construtiva, a iniciativa seguiu trajetória de progressiva afirmação política com base no reconhecimento de que o processo de desarmamento nuclear é necessariamente paulatino e incremental.

Diante dos novos desdobramentos no cenário estratégico internacional, a iniciativa da Nova Agenda decidiu emitir outra Declaração Ministerial, por ocasião da LVII AGNU, em que reitera o compromisso com os propósitos que motivaram o lançamento da iniciativa e reafirma que o desarmamento nuclear e a universalização do regime do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) são objetivos centrais que deverão continuar a nortear a atuação da Nova Agenda.

**Declaração Ministerial da Nova
Agenda às margens da LVII Assembléia
Geral das Nações Unidas**

Os Ministros das Relações Exteriores da África do Sul, Brasil, Egito, México, Nova Zelândia, Irlanda e Suécia, reunidos na LVII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, avaliaram os progressos no campo do desarmamento nuclear.

Os Ministros dos países da Nova Agenda expressaram descontentamento diante da falta de progresso na implementação dos compromissos assumidos na Conferência

de Exame de 2000 do Tratado de Não-Proliferação Nuclear.

Os Ministros da Nova Agenda reafirmaram seu entendimento de que a posse definitiva de armas nucleares é incompatível com o regime de não-proliferação e com o objetivo mais amplo de promoção da paz e da segurança internacional.

Os Ministros reconheceram que a redução no número de ogivas nucleares estratégicas instaladas prevista no Tratado de Moscou representa um passo positivo no processo de desescalada da corrida armamentista entre os Estados Unidos e a Federação da Rússia. Ao mesmo tempo, reafirmaram que reduções na instalação e no status operacional das armas nucleares não podem ser um substituto para cortes irreversíveis e para a eliminação total dessas armas.

Expressaram preocupação com as novas abordagens sobre o papel mais amplo das armas nucleares como parte de estratégias de segurança, incluindo o desenvolvimento de novos tipos de armas.

Os Ministros da Nova Agenda instaram a comunidade internacional a intensificar os esforços com vistas a uma participação universal no TNP. Exortaram a Índia, o Paquistão e Israel a aderir ao Tratado como estados não-nuclearmente armados e a colocar suas instalações sob salvaguardas abrangentes da AIEA.

Os Ministros sublinharam que o atual ciclo de revisão do TNP precisaria avaliar a implementação dos compromissos das Conferências de Exame de 1995 e 2000.

Nessas circunstâncias, lembraram o documento de posições que a NAC submeteu ao primeiro encontro do Comitê Preparatório da Conferência de Exame de 2005 do TNP e expressaram sua expectativa de desenvolver as idéias contidas no documento.

Com o objetivo de continuar contribuindo para os objetivos de desarmamento e não-proliferação nuclear, os Ministros anunciaram sua intenção de apresentar um projeto de resolução à atual sessão da Assembleia Geral. Expressaram a expectativa de que a resolução possa vir a receber amplo apoio.

Anunciaram que também submeteriam à Assembleia Geral um projeto de resolução específico sobre cortes adicionais prioritários em armas nucleares não-estratégicas”

RELATÓRIO SOBRE A EMENDA BYRD (16 DE SETEMBRO DE 2002)

Circulou, hoje, 16 de setembro de 2002, entre os Membros da Organização Mundial do Comércio – OMC o relatório final do painel “Estados Unidos – Lei de Compensação por *Dumping* e Subsídio Continuado de 2000”, solicitado pelo Brasil e outras dez Partes. O painel julgou a legislação norte-americana em questão, também conhecida como “Emenda Byrd”, inconsistente com várias normas dos Acordos da OMC (entre as quais, os artigos 5.4, 18.1 e 18.4 do Acordo de Anti-dumping; 11.4, 32.1 e 32.5 do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias; VI:2 e VI:3 do GATT 1994; e XVI:4 do Acordo de Marraqueche). Além disso, o painel recomendou, a título de adequada implementação da decisão, a revogação da medida por parte do Governo norte-americano.

O painel foi estabelecido em agosto de 2001 a pedido de Brasil, Austrália, Canadá, Comunidades Europeias, Chile, Coréia, Índia, Indonésia, Japão, México e Tailândia, para examinar medida dos Estados Unidos que prevê que recursos decorrentes da aplicação de direitos compensatórios (anti-subsídios) e

anti-dumping sejam distribuídos às empresas norte-americanas que tenham peticionado a abertura das investigações contra concorrentes estrangeiros.

Para o Brasil, o relatório do painel sobre a “Emenda *Byrd*” representa importante vitória contra o desvirtuamento, para fins protecionistas, de instrumentos de defesa comercial.

O próximo passo em relação ao relatório do painel, no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, é sua aprovação pelo Órgão de Solução de Controvérsias, no prazo de 60 dias a contar de hoje, a menos que os Estados Unidos decidam apelar da decisão ao Órgão de Apelação.

ATENTADO TERRORISTA (19 DE SETEMBRO DE 2002)

O Governo brasileiro deplora a ocorrência de mais um atentado terrorista com a explosão de bomba em ônibus hoje, dia 19, em Israel, com vítimas fatais e dezenas de feridos, e estende às famílias das vítimas os seus sentimentos de pesar e os do povo brasileiro.

Ao repudiar esse ato da forma mais veemente, o Governo brasileiro manifesta a esperança de que o mesmo não impedirá que as partes envolvidas, israelenses e palestinos, procurem retomar a via pacífica das negociações, recentemente reforçada pelas iniciativas da União Européia e do chamado “Quarteto” (EUA, União Européia, Rússia e Secretário Geral das Nações Unidas).

O Brasil considera indispensável que cesse a espiral de violência e destruição, com o início de um processo de paz que culmine no estabelecimento de um Estado palestino democrático e economicamente viável e

com o reconhecimento de que o Estado de Israel deve gozar de segurança, no interior de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Expressa, nesse sentido, preocupação diante das iniciativas das Forças militares de Israel contra alvos em territórios e localidades palestinos, afetando inclusive as instalações de governo da ANP. O Governo brasileiro apela para que se respeitem a integridade das instituições palestinas e a pessoa do Presidente Yasser Arafat.

CONSULTAS DO BRASIL NO ÂMBITO DA OMC (20 DE SETEMBRO DE 2002)

O Conselho de Ministros da CAMEX decidiu ontem, dia 19, em sua XIX Reunião, que o Governo brasileiro, por intermédio do Itamaraty, solicitará consultas à União Européia sobre açúcar e carne salgada de frango, e aos EUA sobre algodão, na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Quanto ao açúcar, o Brasil entende que o regime europeu de regulação de mercado causa distorções e permite exportação subsidiada de excedentes do produto, deprimindo os preços no mercado internacional e ferindo dispositivos dos acordos da OMC. Os subsídios concedidos pela União Européia afetam negativamente a indústria brasileira, que é eficiente e competitiva. O Brasil solicitará a plena observância do Acordo Agrícola da OMC pela União Européia como forma de defender o produtor nacional

Relativamente à carne de frango salgada, a União Européia adotou medida unilateral com graves conseqüências para o produto brasileiro, cuja qualidade e competitividade são reconhecidas internacionalmente. A Comissão Européia decidiu alterar a descrição do produto

frango desossado, salgado e congelado. Pelo regime em vigor, esse produto vem sendo classificado no capítulo de carnes temperadas, sujeito a tarifa de 15,4%. Pelo novo regime, que produzirá efeitos a partir de outubro, o mesmo produto será classificado no capítulo de carne fresca, resfriada ou congelada, sujeito a direito específico de 102,4 Euros – o que hoje equivaleria a uma tarifa de aproximadamente 70% ad valorem. O Governo brasileiro deve solicitar consultas formais à UE, a fim de verificar a base legal em que se fundamenta a União Européia.

No caso do algodão, o pedido de consultas contemplará os programas de apoio doméstico e os subsídios à exportação concedidos pelo Governo norte-americano. O Brasil entende que tais medidas têm causado grave dano aos produtores brasileiros de algodão, por meio da depressão dos preços internacionais e de deslocamento das exportações brasileiras no mercado.

SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO (23 DE SETEMBRO DE 2002)

O Governo brasileiro, nos termos da Nota à imprensa do dia 19 passado, e de acordo com o sentimento de toda a comunidade internacional, deplora a ação armada empreendida nos últimos dias pelas Forças de Defesa de Israel em territórios e cidades palestinas, particularmente os ataques à infra-estrutura da Autoridade Palestina e as ameaças à integridade física do Presidente Yasser Arafat.

O Governo brasileiro apela ao Governo de Israel no sentido de determinar a suspensão definitiva de ações que conduzem à destruição da infra-estrutura de governo palestino.

Conclama reiteradamente Israel e a Autoridade Palestina a interromperem a

espiral de violência e atender às iniciativas ora propostas pelo chamado “Quarteto” para a retomada do processo de paz. O Governo brasileiro manifesta ainda sua total disposição de contribuir, junto com a comunidade internacional, e no contexto das medidas a serem contempladas pelas Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, ora convocado para examinar a situação gerada pela ação israelense em Ramallah e na Faixa de Gaza, para que se criem as condições necessárias de proteção ao Presidente Arafat e a sua liderança, e para a retirada das tropas israelenses dos territórios e cidades palestinas, permitindo-se, em bases de urgência, a movimentação livre da assistência humanitária às populações palestinas afetadas.

VISITA DO PRESIDENTE EDUARDO DUHALDE (26 DE SETEMBRO DE 2002)

Entendimentos Bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Temas Econômico Comerciais

Convênio de créditos recíprocos

Os Governos do Brasil e da Argentina se congratulam pelo Memorando de Entendimento firmado entre o Banco Central do Brasil e o Banco Central da República Argentina, com avanços relativos ao Convênio de Créditos Recíprocos.

Setor automotivo

Os Governos concluíram o processo de revisão do Acordo Automotivo bilateral. O novo acordo, que estabelece o livre comércio bilateral a partir de 2006, prevê: i) a ampliação

dos coeficientes de desvio (“flex”) no comércio administrado, que permitirão um incremento dos fluxos de comércio no setor; ii) a redução escalonada do conteúdo local argentino como forma de incorporar progressivamente maiores níveis de conteúdo de peças do Mercosul, visando a maior integração regional.

FRANGOS

Os Governos do Brasil e da Argentina acordaram concluir o contencioso com relação ao tema frangos. Para tanto, serão adotadas, de forma conjunta e dentro do prazo máximo de trinta (30) dias contados a partir da assinatura deste Entendimento, as seguintes ações:

a) a Argentina publicará ato de revogação da Resolução ME N° 574/2000 que estabeleceu os direitos antidumping e Resolução de encerramento, sem imposição de direitos, da revisão iniciada de ofício pela Resolução SICyM N° 126/2002, ambas relativas à medida antidumping aplicada às exportações brasileiras de frangos;

b) o Brasil deverá apresentar, na condição de parte reclamante, ao grupo especial que analisa o caso “Argentina - Direitos Antidumping Definitivos sobre os frangos procedentes do Brasil” no processo no âmbito do Entendimento sobre Solução de Controvérsias -ESC- da OMC, uma solicitação de suspensão de seus trabalhos conforme os termos do Art. 12.12 do ESC.

Uma vez cumpridas essas etapas, ambas as partes acordarão os termos de uma notificação de encerramento da controvérsia segundo os termos do Art. 12.7 do ESC, a ser apresentada na OMC em um prazo máximo de noventa (90) dias contados a partir da assinatura deste Entendimento.

Os dois Governos se comprometem a promover encontros entre os setores privados interessados, em consonância com o acordado em matéria de integração das cadeias produtivas.

Têxteis

O Governo argentino reafirma o seu compromisso de não abrir uma investigação sobre têxteis. Os dois Governos reiteram o seu interesse em continuar estimulando encontros entre os setores privados dos dois países com o propósito de facilitar entendimentos entre as partes, em consonância com o acordado em matéria de integração das cadeias produtivas.

Decisão CMC 64/00

Os Governos decidiram realizar uma reunião técnica entre os órgãos competentes de defesa comercial dos dois países, a realizar-se no Brasil nos próximos 15 dias, com o objetivo de esclarecer o alcance das disciplinas acordadas na Decisão CMC 64/00, sem alterar a essência da mesma.

Caso haja acordo entre os dois países, Brasil e Argentina apresentarão o texto acordado nessa reunião bilateral para aprovação no próximo Conselho do Mercado Comum, em dezembro de 2002.

Caso não haja acordo, o Governo argentino se compromete a internalizar a Decisão 64/00 tal como aprovada no Mercosul.

Cadeias produtivas

Os dois Governos ratificaram a importância de continuar os trabalhos sobre as cadeias produtivas, em particular nos setores automotor, têxtil e confecções, madeira e móveis e frangos e suínos, utilizando metodologia de análise e articulação das cadeias produtivas proposta pelo Brasil e consensuada com a Argentina, que permita um enfoque integral do tema com a participação dos atores envolvidos, tanto do setor público quanto privado. O objetivo dessa iniciativa é o de alcançar a integração efetiva do parque produtivo do Mercosul e a melhoria dos níveis

de competitividade internacional, sobre a base de um processo virtuoso de especialização produtiva e complementação industrial.

Nesse sentido, os Governos realizarão na próxima semana um encontro para estabelecer uma agenda e fixar datas para as reuniões do setor privado correspondente.

Outros temas de interesse

Os dois Governos acordaram continuar trabalhando com vistas a melhorar o intercâmbio comercial entre os dois países. Resolveram, nesse sentido, intercambiar, em um prazo de 30 dias, lista de temas que receberão tratamento prioritário por parte dos dois Governos, com o objetivo de lograr a ampliação de acordos existentes visando a melhoria das condições de acesso aos mercados. Dentre os temas a serem objeto de tratamento específico figurarão os acordos sobre reconhecimento mútuo e avaliação de conformidade de produtos nas áreas da indústria e saúde; valoração aduaneira; disciplinas sobre incentivos e outros temas de interesse.

DECLARAÇÃO DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, E DA REPÚBLICA ARGENTINA, EDUARDO DUHALDE (26 DE SETEMBRO DE 2002)

Brasília, 26 de setembro de 2002

Os Presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, e da Argentina, Eduardo Duhalde, reuniram-se em Brasília, em 25 e 26 de setembro de 2002, no marco de visita oficial ao Brasil do Presidente Duhalde.

Os dois Chefes de Estado expressaram satisfação pelo avanço da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina, e reiteraram sua convicção de que constitui projeto permanente e uma política de Estado, com amplo apoio nas sociedades dos dois países, e que contribuirá para a construção de um futuro de paz, prosperidade e democracia na região.

Na visita, realizada em marco de adensamento das relações bilaterais e fortalecimento do Mercosul, foram examinados os principais temas políticos, econômicos e comerciais da agenda bilateral, regional e internacional, com especial atenção aos entendimentos bilaterais sobre temas comerciais alcançados por ocasião do Conselho do Mercosul, em 5 de julho de 2002, em Buenos Aires.

Durante a visita, os Governos do Brasil e da Argentina ratificaram a importância da relação estratégica bilateral e do Mercosul como eixos fundamentais da política externa de ambos os países. Nessa visão, reafirmaram que a conjuntura atual não deve ser um obstáculo para a intensificação das relações Brasil-Argentina em todos os campos e para a consolidação e aperfeiçoamento do Mercosul. Estas opções continuam a ser o melhor caminho para uma inserção cada vez mais positiva dos dois países no âmbito internacional.

Os dois Governos coincidiram em dar seguimento ao trabalho conjunto com os demais sócios do Mercosul para obter resultados concretos durante a Presidência Pro Tempore do Brasil, em especial nas seguintes áreas: Secretaria Técnica, Compras Governamentais e promoção de uma Agenda Social no Mercosul. Acordaram intensificar o diálogo político, no âmbito do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul, Bolívia e Chile, tendo em vista o presente quadro internacional.

Os dois Governos registraram com especial satisfação os entendimentos em curso com a

Comunidade Andina de Nações (CAN) com o objetivo de concluir, ainda em 2002, um acordo de livre comércio Mercosul – CAN.

Manifestaram, igualmente, sua intenção de coordenar-se com os demais sócios do Mercosul com vistas a definir as bases de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o México.

Os Governos do Brasil e da Argentina manifestaram seu interesse comum em intensificar o processo negociador do acordo de liberalização comercial do Mercosul com a África do Sul, cientes da importância de expandir as oportunidades externas para as exportações do Mercosul.

Coincidiram, ademais, na importância de explorar com os demais sócios do Mercosul outras alternativas de negociação comercial com os países do Mercado Comum Centro Americano e do CARICOM, bem como com países asiáticos, em especial a Índia e a Tailândia, e com outras áreas de integração, como a EFTA e a ASEAN.

Os dois Governos congratularam-se pelo alto nível de coordenação que tem permitido a participação efetiva e coesa do Mercosul nas negociações para a formação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Acordaram intensificar essa coordenação com vistas a preparar a participação do Mercosul na Reunião Ministerial de Quito, em 1º de novembro.

Da mesma forma, reiteraram a disposição de trabalhar em conjunto com os demais sócios do Mercosul para a implementação do programa de trabalho definido na Reunião Ministerial de julho último, no Rio de Janeiro, no contexto das negociações para um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia.

Os Governos do Brasil e da Argentina expressaram satisfação pelos resultados alcançados no tratamento dos temas da agenda

econômico comercial constantes do acordo bilateral de 5 de julho de 2002, os quais foram objeto de entendimentos específicos e conclusivos nesta oportunidade.

Os dois Governos coincidiram na avaliação de que o exercício lançado em julho passado, em Buenos Aires, permitiu um encaminhamento positivo das questões comerciais e acordaram continuar a trabalhar na definição de uma agenda de temas de interesse comum, que possibilite a elaboração de cursos de ação com o objetivo de facilitar e intensificar os fluxos comerciais entre os dois países.

Os Governos do Brasil e da Argentina se congratularam pelos entendimentos alcançados pelos Bancos Centrais dos dois países com relação ao Convênio de Créditos Recíprocos.

Os Governos se congratularam pela conclusão do processo de revisão do Acordo Automotivo bilateral. O novo acordo, que estabelece o livre comércio bilateral a partir de 2006, prevê: i) a ampliação dos coeficientes de desvio (“flex”) no comércio administrado, que permitirão um incremento dos fluxos de comércio no setor; ii) a redução escalonada do conteúdo local argentino como forma de incorporar progressivamente maiores níveis de conteúdo de peças do Mercosul.

Os Governos ratificaram a importância de intensificar os trabalhos sobre integração das cadeias produtivas, voltados para a melhoria da competitividade internacional do Mercosul. Ressaltaram os avanços concretos registrados nos setores de madeiras e móveis, bem como no setor automotivo, e a conveniência de trabalhar em outros setores.

Os Governos analisaram a situação das condições de comercialização do trigo no âmbito regional. Tendo em vista a relevância do trigo no comércio bilateral, a importância da Argentina no abastecimento da região e o

papel do produto na composição dos índices de preços, o Presidente Duhalde concordou em reexaminar a questão, inclusive em diálogo com o setor exportador argentino, com vistas a encontrar uma solução para a atual conjuntura de elevação dos preços de trigo.

Os Governos coincidiram em retomar as conversações para a definição do regime de incorporação do setor açucareiro à união aduaneira do Mercosul. Também coincidiram na necessidade de continuar conversações sobre normas em matéria de agroquímicos e vinhos.

Os dois Governos registraram com agrado os recentes esforços de promoção comercial conjunta dos países do Mercosul. Assinalaram, em particular, o êxito da missão comercial conjunta realizada à África do Sul, em junho passado, e os preparativos para a segunda missão à Alemanha e aos Países Baixos em novembro próximo, ocasião em que será inaugurado, na cidade de Berlim, o primeiro Centro de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul.

Os dois Governos também intercambiaram informações sobre o Convênio que será assinado proximamente entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o qual permitirá a instalação de uma representação do SEBRAE junto à Embaixada do Brasil em Buenos Aires, com vistas ao incremento das relações de negócios e parcerias entre as pequenas e médias empresas dos dois países.

Os Presidentes sublinharam que o processo de integração energética nas áreas de petróleo, gás e eletricidade, em contexto de acesso recíproco a mercados, deve ser aprofundado, para benefício mútuo dos dois países, e expressaram sua satisfação com o Acordo por Troca de Notas de 5 de julho de 2002 que cria a Comissão Mista Bilateral Permanente

Brasil-Argentina em Matéria Energética. Nesse sentido, declararam instalada a Comissão Mista e determinaram a seus co-presidentes que iniciem ainda este ano os trabalhos substantivos da Comissão, tratando, entre outros, dos itens previstos no Acordo: Mercado, Operação do Sistema, Regulamentação, Financiamento, Compatibilização dos tratamentos dados ao tema energético nos dois países à luz dos respectivos marcos regulatórios, e projetos bilaterais.

Os Presidentes, tendo em mente o benefício da população de fronteira e o aprofundamento da integração entre as sociedades brasileira e argentina, coincidiram na importância de promover uma estratégia conjunta de desenvolvimento das zonas fronteiriças de ambos países, sobre a base de políticas e iniciativas que Argentina e Brasil estão levando a cabo nos âmbitos nacional, estadual e municipal. Nesse contexto, determinaram que as áreas responsáveis dos dois Governos iniciem negociações para a celebração de um acordo bilateral que contemple a permissão de residência, estudo e trabalho para nacionais fronteiriços brasileiros e argentinos. Ao mesmo tempo, os Mandatários destacaram a importância dos entendimentos sobre temas conexos no âmbito do Mercosul.

Ainda no mesmo espírito de bom entendimento e harmonia no que se refere à facilitação do trânsito fronteiriço, os Presidentes procederam à troca dos instrumentos de ratificação do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, de 27 de abril de 1997.

Os Presidentes expressaram, ainda, satisfação pela aprovação, na Argentina, do Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai, de 15 de dezembro de 2000, e pelo avanço no processo de aprovação parlamentar do referido Acordo sobre travessias

rodoviárias no Brasil. Determinaram, assim, que as áreas competentes dos dois Governos celebrem reunião informal, no mais breve prazo possível, para avançar nos entendimentos sobre os temas tratados no referido Acordo.

Os dois Chefes de Estado sublinharam a importância da facilitação do trânsito fronteiriço para a qualidade de vida da população e a melhor integração na região de fronteira Brasil - Argentina. Nesse contexto, ressaltaram a importância do contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de controle integrado de trânsito vicinal e de mercadorias em todos os pontos relevantes da fronteira comum. No caso específico da Ponte São Tomé - São Borja, concordaram com a necessidade de maior comprometimento, por parte das autoridades competentes, com o funcionamento ótimo do Centro Unificado de Fronteira (CUF), de modo a alcançar os objetivos de maior eficiência do empreendimento bilateral, e apoiaram a experiência pioneira de uso de cartões magnéticos na ponte, em processo de implementação.

Os Presidentes expressaram sua satisfação pela vinda prevista ao Brasil de missão composta por autoridades argentinas que, em atenção a convite do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, observarão o funcionamento do inovador sistema de votação com urnas eletrônicas, por ocasião das eleições de 6 de outubro próximo, e ressaltaram a perspectiva de um novo campo de cooperação entre ambos países nessa área.

Os Presidentes constataram com satisfação os avanços concretos na implementação do programa bilateral de cooperação em ciência e tecnologia por eles aprovado no seu encontro de 16 de fevereiro de 2002, em Buenos Aires. Destacaram, nesse sentido, a entrada em operação, já no próximo mês de outubro, da "Biblioteca Eletrônica de Ciência e Tecnologia" argentina, que permitirá a cerca de 47 mil

pesquisadores argentinos o acesso a periódicos e bases de dados científicos e tecnológicos cuja importância para a comunidade científica e acadêmica é central, sobretudo nas circunstâncias atuais. O Presidente Eduardo Duhalde expressou seu agradecimento ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo apoio que o Brasil prestou à Argentina na negociação com os provedores internacionais para viabilizar a disponibilidade desse serviço.

No mesmo sentido, congratularam-se pela constituição das duas seções nacionais do Comitê Gestor encarregado de coordenar a execução do programa de cooperação bilateral em ciência e tecnologia e determinaram a seus respectivos Governos que realizem a primeira reunião do Comitê no próximo mês de outubro, na Argentina, com o objetivo de selecionar os projetos prioritários para a ação conjunta em 2003. Os Presidentes recomendaram urgência na conclusão das providências em curso com o propósito de apresentar conjuntamente a organismos multilaterais, como o BID, um projeto binacional de redes institucionais de ciência e tecnologia.

Os Presidentes reafirmaram sua visão de que a parceria estratégica em áreas da fronteira do conhecimento traz benefícios concretos para a preservação do capital humano especializado em ambos países, do que são exemplos expressivos o fortalecimento da cooperação entre os grupos de pesquisa; a mobilidade de docentes e estudantes entre Brasil e Argentina; as parcerias entre programas de pós-graduação de excelência, notadamente no nível de doutorado; e os programas de cooperação educacional ao amparo dos quais pesquisadores argentinos aprimoram sua formação profissional no Brasil.

Reconheceram a importância do programa PROSUL, do Governo brasileiro, no âmbito do qual têm sido aprovados recursos para o apoio a ações induzidas de cooperação brasileiro-

argentinas em diversos campos da ciência.

Os Presidentes manifestaram satisfação com o processo de revitalização do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC) e concordaram com a importância da maior coordenação entre as instituições técnicas e financeira que compõem o Sistema da Bacia do Prata para a implementação de projetos de infra-estrutura, de caráter ambiental e de desenvolvimento social na região. Nesse sentido, expressaram seu apoio ao processo de elaboração pelo CIC do projeto de Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata.

Os Presidentes registraram com satisfação a assinatura, em Buenos Aires, em 19 de setembro corrente, do convênio de empréstimo não-reembolsável entre o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai - Paraná e a Corporação Andina de Fomento para o estudo institucional-legal, de engenharia, ambiental econômico complementar, destinado ao desenvolvimento futuro das obras no trecho entre Puerto Quijarro (Canal Tamengo), Corumbá e Santa Fé.

Os dois Presidentes congratularam-se pela execução dos projetos de cooperação multilateral nos quais participam os dois países, tanto no marco da OEA, como no da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Ademais, no marco do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), ambos Presidentes saudaram os avanços obtidos, com apoio da Organização dos Estados Americanos e do Banco Mundial, na implementação do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani.

Os dois Presidentes registraram com satisfação a entrada em vigor do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, em

1º de julho de 2002, dos quais ambos países fazem parte, e destacaram a importância que seus Governos atribuem à consolidação da nova instituição, como elemento fundamental para a promoção dos direitos humanos e combate aos crimes hediondos que afetam os mais elementares padrões de civilização. Afirmaram que o Tribunal Penal Internacional representa um importante instrumento para o avanço da cooperação internacional.

Os Presidentes destacaram o alto nível de consulta e cooperação que ambos países vêm levando adiante nas áreas de segurança e defesa. Nesse sentido, congratularam-se pela pronta convocação da Reunião de Ministros de Relações Exteriores e de Defesa (Itaipava II). Os Primeiros Mandatários coincidiram na importância de continuar o aprofundamento desses temas.

CONSULTAS SOBRE SUBSÍDIOS AO ALGODÃO NOS EUA E AO AÇÚCAR NA EU (27 DE SETEMBRO DE 2002)

No âmbito dos acordos da OMC, o Governo brasileiro solicitou, hoje, em Genebra, aos Estados Unidos consultas sobre subsídios ao algodão e à União Européia sobre subsídios ao açúcar.

Estados Unidos – algodão

As medidas objeto do pedido de consultas com os Estados Unidos incluem medidas de apoio doméstico, subsídios à exportação e outros subsídios fornecidos aos produtores, usuários e/ou exportadores americanos de algodão, bem como a legislação, regulamentos

e instrumentos legais que prevêm tais subsídios (inclusive créditos à exportação), doações e outras formas de assistência aos produtores, usuários e/ou exportadores de algodão americano.

O Brasil entende que tais medidas são distorcivas do comércio, prejudicam direitos brasileiros, estão em desacordo com as obrigações dos Estados Unidos na OMC e têm impacto negativo importante na produção e na comercialização do algodão no Brasil e no resto do mundo. No caso do Brasil, verificou-se, nos últimos anos, uma grande queda nos preços e significativa redução da área plantada, causando graves prejuízos aos produtores nacionais.

União Européia – açúcar

As consultas com a União Européia tratarão basicamente de dois elementos do regime açucareiro europeu: 1) exportações do chamado açúcar “C”, exportado a preços artificialmente baixos, graças aos subsídios concedidos pela União Européia (as exportações de açúcar “C” chegam a aproximadamente 3,6 milhões de toneladas ao ano), e 2) exportação subsidiada de aproximadamente 1,6 milhão de toneladas/ano de açúcar, superando as quantidades previstas nos compromissos de redução de subsídios acordados na OMC.

No total, a União Européia vende aproximadamente 5,2 milhões de toneladas/ano de açúcar no mercado internacional, deslocando de maneira desleal exportações de outros países e desvalorizando os preços internacionais do produto. O Brasil acredita que os elementos do regime europeu de regulação de seu mercado de açúcar, objeto dessa consulta, prejudicam os direitos do Brasil, são incompatíveis com as obrigações da União Européia no âmbito dos acordos da

OMC e causam graves prejuízos aos eficientes e competitivos produtores brasileiros.

O Brasil ressalta que o mecanismo de solução de controvérsias da OMC foi concebido para dar segurança e previsibilidade ao sistema multilateral de comércio. Seu propósito é preservar os direitos e obrigações dos membros e esclarecer os dispositivos existentes nos acordos da OMC.

As consultas no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias dão oportunidade para intercâmbio proveitoso de pontos de vista e para melhor compreensão das medidas em questão, dirigindo-se a alcançar solução positiva e mutuamente satisfatória. A expectativa brasileira é de que as consultas a serem mantidas com os dois maiores parceiros comerciais do Brasil sejam conduzidas com espírito construtivo e permitam encontrar solução que salvasse plenamente os interesses nacionais.

O Governo da Austrália formulou, no que diz respeito ao regime açucareiro, solicitação semelhante de consultas à União Européia.

FRONTEIRAS ENTRE BELIZE E GUATEMALA (30 DE SETEMBRO DE 2002)

Tendo em vista sua tradição diplomática e seus laços de amizade com Belize e com a Guatemala, o Governo brasileiro apoia o processo de conciliação para a solução do diferendo fronteiriço entre esses dois países.

Expressamos ainda nosso reconhecimento aos conciliadores, Sir Shridath Ramphal e Dr. Paul Reichler, que, como grande empenho, vêm propiciando a continuidade das negociações, bem como à Organização dos Estados Americanos na pessoa de seu

Secretário-Geral, Dr. César Gaviria, cuja contribuição ao processo negociador vem sendo de grande importância.

O Brasil, como país que tem pautado sua atuação externa pelo respeito aos princípios de direito internacional incorporados às Cartas da OEA e das Nações Unidas, em particular o da solução pacífica de controvérsias, vê hoje com satisfação os esforços que os Governos de Belize e da Guatemala vêm envidando no sentido de chegar a um entendimento que preserve o interesse nacional dos dois países e ponha fim a uma antiga controvérsia territorial em nosso hemisfério.

ASSEMBLÉIA DA UNIÃO
INTERNACIONAL DE
TELECOMUNICAÇÕES (UIT)
(01 DE OUTUBRO DE 2002)

A Assembléia da União Internacional de Telecomunicações (UIT) elegeu hoje o brasileiro Roberto Blois Montes de Souza para o cargo de Secretário-Geral Adjunto daquela organização por um período de três anos, renovando assim seu mandato que expiraria este ano. Trata-se do segundo mandato conferido ao Senhor Roberto Blois. Em votação em separado foi também reeleito o Senhor Yoshio Utsumi, de nacionalidade japonesa, para o cargo de Secretário-Geral.

O Senhor Blois recebeu 93 votos contra 51 de seu concorrente. Sua recondução representou o reconhecimento da alta qualidade do trabalho que aquele especialista vem realizando na UIT, bem como do prestígio do Brasil no cenário mundial das telecomunicações. Constituiu também o êxito de extenso e minucioso trabalho diplomático realizado pelo Governo brasileiro e que contou com a inestimável colaboração do Senhor

Juarez Quadros, Ministro das Comunicações, e do Senhor Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Presidente da ANATEL.

A eleição realizou-se em Marraqueche, Marrocos, onde a UIT está realizando sua assembléia.

A União Internacional de Telecomunicações, com sede em Genebra, é uma agência das Nações Unidas que reúne 189 governos e que tem por missão promover a cooperação internacional nessa área, sobretudo mediante o uso racional das telecomunicações e a cooperação entre governos, empresas e instituições científicas e industriais. A UIT desempenha, também, papel de destaque no campo da cooperação técnica em telecomunicações para países em desenvolvimento. Uma das funções técnicas de maior relevo desempenhadas pela organização é a alocação de faixas do espectro de radiofrequências e o registro de posições orbitais para satélites geostacionários.

VISITA OFICIAL AO BRASIL
DO MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA
COOPERATIVISTA DA GUIANA,
EMBAIXADOR SAMUEL
RUDOLPH INSANALLY
(02 DE OUTUBRO DE 2002)

A convite do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Professor Celso Lafer, o Ministro das Relações Exteriores da República Cooperativista da Guiana, Embaixador Samuel Rudolph Insanally, realiza visita oficial ao Brasil, no período de 30 de setembro a 03 outubro de 2002.

Na ocasião, o Ministro Insanally manteve conversações com seu homólogo, Professor

Celso Lafer, o Ministro da Saúde, Dr. Barjas Negri, e o Ministro do Planejamento, Dr. Guilherme Dias, sobre assuntos referentes à cooperação em nível bilateral, regional e hemisférico. O Ministro Insanally também proferiu palestra no Instituto Rio Branco em que tratou da situação de países pequenos.

Em seu encontro, os Chanceleres do Brasil e da Guiana passaram em revista assuntos concernentes às relações bilaterais e trocaram opiniões sobre temas regionais e globais de interesse dos dois países.

No contexto bilateral, as duas Partes discutiram os seguintes temas de mútuo interesse:

- cooperação consular;
- colaboração entre comunidades fronteiriças;
- cooperação em matéria de segurança;
- controle do tráfico de drogas e de atividades ilícitas transfronteiriças;
- inspeção de marcos de fronteira;
- cooperação técnica;
- interconexão rodoviária.

Com relação à área consular, os dois lados expressaram satisfação com as iniciativas tomadas na Segunda Reunião do Grupo de Cooperação Consular, realizada em Brasília, em março de 2002.

Os dois países reconheceram que o Acordo de Cooperação Policial, assinado em Georgetown, em abril último, constitui importante marco no que diz respeito à ampliação da colaboração entre as forças de segurança do Brasil e da Guiana. Os dois lados concordaram em que a reunião da Comissão Conjunta estabelecida no referido Acordo deverá ocorrer tão logo possível.

Também em seguimento à reunião do Grupo Consular, o Ministro das Relações Exteriores da Guiana propôs que o encontro entre

autoridades alfandegárias dos dois países se realize no mais breve prazo, com vistas à adoção das medidas operacionais necessárias para regulamentar o funcionamento de postos aduaneiros em Bonfim e Lethem.

As duas Partes expressaram satisfação quanto ao progresso no âmbito do exercício conjunto de inspeção de marcos de fronteira, iniciado em abril último, e enfatizaram a importância da contínua colaboração nesta área.

No campo da cooperação técnica, o Ministro das Relações Exteriores da Guiana apresentou uma proposta de projeto sobre colaboração na área de destinação de resíduos. O lado brasileiro prometeu examinar o referido projeto e encaminhar resposta em breve.

O Ministro Insanally indicou o interesse do Governo da Guiana no projeto SIVAM/SIPAM. Neste sentido, foi acordado que o Brasil examinaria a possibilidade de que equipe técnica do SIVAM/SIPAM visite a Guiana.

Em reconhecimento à necessidade de manter consultas regulares de alto nível sobre assuntos de interesse mútuo, foi assinado um Memorando de Entendimento estabelecendo mecanismo de consultas políticas entre Brasil e Guiana.

Reafirmando que a ligação viária constitui elemento fundamental no processo de fortalecimento dos laços entre os dois países, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil informou que vêm sendo empreendidos todos os esforços para a conclusão das obras necessárias à integração física Brasil-Guiana, como a ponte sobre o rio Tacutu. Os dois Ministros convieram que o Acordo de Transporte Internacional Rodoviário será concluído em breve.

Brasil e Guiana expressaram interesse em estabelecer colaboração entre as Academias Diplomáticas dos dois países e registraram

com satisfação que um Acordo prevendo cooperação entre o Instituto do Serviço Exterior da Guiana e o Instituto Rio Branco está em vias de conclusão.

No encontro entre o Ministro da Saúde, Dr. Barjas Negri, e o Chanceler da Guiana, os dois lados indicaram que a cooperação existente na área do controle da malária é satisfatória. Reconheceram, contudo, a importância da ampliação da colaboração nesta área e a inclusão do controle da dengue.

Com relação à colaboração na área médica, o lado brasileiro concordou em contemplar a possibilidade de realizar o tratamento de pacientes guianenses que apresentem quadros de maior complexidade, conforme indicado no Protocolo de Intenções bilateral assinado em 1989.

O Brasil também reiterou sua disposição em fornecer apoio técnico à Guiana na área de HIV/AIDS. Com essa finalidade, o lado brasileiro comunicou que um Memorando de Entendimento com a Guiana relativo à prevenção e controle da AIDS deve ser concluído brevemente. Foi também proposto que a colaboração tripartite entre Brasil, Guiana e Índia seja explorada nesta área.

As duas Partes convieram, ainda, realizar encontros entre as respectivas equipes técnicas para elaborar os mencionados programas de cooperação.

Durante a reunião com o Ministro do Planejamento, Dr. Guilherme Dias, os dois lados discutiram o andamento da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e concordaram em que se trata de elemento fundamental no processo de interconexão da infra-estrutura do continente.

No que diz respeito às relações regionais, fez-se referência ao artigo 28 do Consenso de Guayaquil, relativo à participação de países de economias pequenas no processo de

negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O Chanceler da Guiana indicou que os pequenos países somente poderão beneficiar-se com a criação da ALCA se receberem tratamento especial e diferenciado para suas exportações e tiverem acesso a um Fundo Regional de Desenvolvimento, similar ao estabelecido na União Européia.

Com relação ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), Brasil e Guiana saudaram a recente entrada em vigor do Protocolo de Emenda ao TCA e o progresso em direção ao estabelecimento da Secretaria Permanente em Brasília.

Os Chanceleres enfatizaram o compromisso dos respectivos Governos com os objetivos do desenvolvimento sustentável e trocaram opiniões sobre a recém-concluída Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável na África do Sul. Como parte da ação conjunta nessa matéria, o Ministro das Relações Exteriores da Guiana propôs cooperação no âmbito do projeto da Reserva Florestal de Iwokrama.

ELEIÇÕES NO EXTERIOR (04 DE OUTUBRO DE 2002)

Nas eleições do dia 6 de outubro, 69.936 brasileiros residentes no exterior estarão habilitados a exercer seu direito do voto. Este número recorde de eleitores no exterior representa um aumento superior a 60% do total de inscritos antes de se efetuar o processo de recadastramento pelas Embaixadas e Consulados brasileiros nos meses de março e abril do corrente ano, conforme determinado pela legislação eleitoral.

Os brasileiros no exterior votarão em 102 cidades de 76 países. O maior colégio eleitoral corresponde à jurisdição do Consulado-Geral

em Nova York, com 8506 eleitores inscritos, seguido de Miami, com 5978, Lisboa, com 4387, Boston, com 3839, e Zurique, com 3166 eleitores. Em 37 cidades, localizadas em 25 países, serão utilizadas urnas eletrônicas enviadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Para uma maior agilização no tratamento das questões eleitorais, foi desenvolvida estreita colaboração entre o Ministério das Relações Exteriores, o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e o Cartório da Primeira Zona Eleitoral do Distrito Federal, permitindo aos postos no exterior interlocução direta com as diferentes instâncias da Justiça Eleitoral. Para o correto manuseio das urnas eletrônicas, funcionários dos postos onde haverá votação eletrônica receberam treinamento específico em Brasília, ministrado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Os resultados das apurações no exterior serão enviados pelos postos diretamente ao TRE-DF tão logo concluídos os trabalhos respectivos de contagem.

CRIAÇÃO DO CENTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PARA A REDUÇÃO DA POBREZA (04 DE OUTUBRO DE 2002)

Em solenidade comemorativa dos 38 anos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com participação do Presidente da República, foi assinado, no dia 01 de outubro de 2002, ato internacional, pelo qual se habilita o funcionamento do Centro Internacional de Políticas Públicas para a Redução da Pobreza. O Centro é resultado de uma parceria entre o IPEA e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A idéia da criação do Centro surgiu há dois anos no âmbito do PNUD como modo de aproveitar a sólida base de conhecimentos e experiências do IPEA na área de políticas voltadas para a redução da pobreza.

A excelência e a seriedade das análises do IPEA, que constituem um marco de referência para a elaboração de políticas sociais neste país, são hoje objeto de reconhecimento internacional.

Nos países em desenvolvimento, uma das críticas mais reiteradas com relação às políticas sociais de redução da pobreza é a falta de uma visão clara de conjunto que, por um lado, abarque a totalidade de suas relações causais e, por outro, permita um tratamento coordenado e integrado das ações necessárias para a sua diminuição e eventual erradicação.

A Organização das Nações Unidas, por meio do PNUD, considera que a capacidade do IPEA em produzir análises precisas e de propor medidas concretas para as questões sociais poderia contribuir para realizar estudos sobre a pobreza no mundo, aproveitando a experiência acumulada em trabalhos semelhantes, centrados no Brasil. Nesse sentido, o Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza deverá constituir-se num dos principais eixos da cooperação horizontal, promovendo sinergias entre especialistas e entre instituições de variado leque de países.

O Centro Internacional de Políticas para a Redução da Pobreza será instalado em dependência do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro. Compartilhará um espaço que testemunhou o florescimento da grande tradição da diplomacia brasileira. Por essa razão, a localização do Centro no Itamaraty é um ato simbólico da centralidade que tem o tema do combate à pobreza em nossa agenda de política internacional.

REUNIÃO CONJUNTA DA
9ª REUNIÃO DO GICI, 34ª REUNIÃO
DA SENALCA E DA SENEUROPA
(07 DE OUTUBRO DE 2002)

Terá lugar no dia 8 de outubro a reunião conjunta da 9ª Reunião do GICI (Grupo de Trabalho sobre Comércio Internacional de Mercadorias e de Serviços), 34ª Reunião da SENALCA (Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à ALCA) e da SENEUROPA (Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Associação Inter-Regional Mercosul-União Européia). A reunião conjunta ocorrerá no auditório do Palácio do Itamaraty, das 10:30 às 13 horas e das 15 às 18 horas, e contará com a presença do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer.

É a seguinte a agenda da reunião:

- I – Evolução das negociações OMC, ALCA, e Mercosul-União Européia;
- II – Negociações de acesso a mercados;
- III – Temas normativos;
- IV – VII Reunião Ministerial da ALCA (Quito, 1º de Novembro);
- V – Outros assuntos.

SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO
(08 DE OUTUBRO DE 2002)

O Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Pedro Luiz Rodrigues, prestou hoje as seguintes informações:

O Governo brasileiro recebeu com grande consternação as notícias do ataque de forças armadas israelenses contra alvos em áreas palestinas civis, desta feita na Faixa de Gaza, no dia 7 de outubro, causando a morte de

pelo menos 14 palestinos e ferindo mais de uma centena, atingindo prédios e mesmo uma instalação hospitalar.

O Governo brasileiro, em nome também do povo brasileiro, estende às famílias das vítimas seu profundo pesar, e sua esperança de que o povo palestino conseguirá, com a solidariedade da comunidade internacional, superar os enormes sofrimentos que a espiral de violência que ora caracteriza o conflito israelo-palestino lhes impõe.

O Governo brasileiro deplora o ataque e junta-se à comunidade internacional no sentido de solicitar, ao Governo israelense, que proceda de imediato às investigações pertinentes relativas às circunstâncias que determinaram tal ação e o uso de violência desproporcional, em áreas civis, com trágicas conseqüências.

O Governo brasileiro, mais uma vez, conclama o Governo de Israel a não executar operações militares nos territórios palestinos, e a proceder à sua desocupação, na convicção de que a retomada do processo de negociação, conforme propostas recentes, como a incorporada pela “Declaração de Beirute”, ou as adiantadas pelo chamado “Quarteto”, nos termos das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, constitui o único caminho para a consecução de uma paz justa e duradoura na região. O Brasil apoia a criação de um Estado palestino democrático, seguro e economicamente viável, bem como defende o direito à existência do Estado de Israel dentro de fronteiras reconhecidas e o de seu povo viver em segurança.

NOTA SOBRE OS ACONTECIMENTOS
OCORRIDOS EM BALI, INDONÉSIA
(14 DE OUTUBRO DE 2002)

O Governo brasileiro deplora os trágicos acontecimentos ocorridos em Bali, Indonésia,

no último fim de semana, e expressa sua mais firme condenação aos atentados que causaram a perda de numerosas vidas inocentes, inclusive cidadãos brasileiros, e feriram centenas de pessoas

O Governo, em nome também do povo brasileiro, lamenta profundamente o ocorrido, solidarizando-se com o sofrimento das famílias das vítimas e lhes estendendo seu sincero pesar.

Unindo-se ao sentimento da comunidade internacional, o Governo brasileiro repudia mais essa nefasta ação terrorista. O Governo apoia, nesse contexto, a determinação do Governo da Indonésia de proceder, de imediato, às investigações para esclarecer as circunstâncias do ocorrido e de adotar com rigor as medidas pertinentes.

O Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada do Brasil em Jacarta estão dando todo o apoio necessário à localização das vítimas e assistência aos feridos, em coordenação com o Governo da Indonésia e a ONU.

ACÇÕES AFIRMATIVAS PÓS-DURBAN PROMOVIDAS PELO INSTITUTO RIO BRANCO (IRBR) E PELO DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS (DHS) DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
(16 DE OUTUBRO DE 2002)

Como parte da série de ações afirmativas pós-Durban promovidas pelo Instituto Rio Branco – IRBr e pelo Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (DHS) do Ministério das Relações Exteriores, iniciou-se ontem, dia 15 de outubro, na sede do Instituto, curso de língua inglesa para indígenas. O

curso – com a participação de oito alunos indígenas indicados pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, dentre os quais constam advogados, sociólogos, antropólogos e pedagogos – tem o objetivo de, segundo uma política de respeito à dignidade dos povos indígenas brasileiros, prepará-los para participar mais ativamente do tratamento de questões relacionadas com os direitos indígenas nos sistemas da ONU, OEA e OIT.

MISSÃO EMPRESARIAL A CUBA E À REPÚBLICA DOMINICANA
(17 DE OUTUBRO DE 2002)

No âmbito da estratégia de aproximação comercial do Brasil com mercados não-tradicionais, o Ministério das Relações Exteriores está organizando missão empresarial a Cuba e República Dominicana entre os dias 2 e 9 de novembro próximo, tendo como âncora a Feira Internacional de Havana, a realizar-se no período de 3 a 11 de novembro de 2002.

Tal estratégia de ampliação das exportações brasileiras para mercados não-tradicionais – calcada na parceria entre os setores público e privado nacionais para a identificação de oportunidades comerciais do interesse brasileiro – tem surtido efeitos positivos, como o demonstram os resultados da balança comercial dos últimos anos:

- a) As exportações brasileiras para Cuba mais que duplicaram no decorrer dos últimos cinco anos, saltando de US\$ 50 milhões em 1997 para US\$ 112 milhões em 2001, representando um crescimento médio anual de 84,8%. Ao mesmo tempo, as importações provenientes daquele país sofreram diminuição média anual de 15,4%, passando de US\$ 20,6 milhões em 1997

para US\$ 10,6 milhões em 2001. Registre-se que o intercâmbio comercial do Brasil com Cuba vem-se beneficiando do Acordo de Complementação Econômica nº 43, firmado entre os dois países em 22.12.99, no âmbito da ALADI.

b) As exportações brasileiras para a República Dominicana vem mantendo crescimento médio de 15,9 % anuais no último quinquênio, passando de US\$ 73 milhões em 1997 para US\$ 132 milhões em 2001. As importações provenientes da República Dominicana são pouco significativas, apresentando, no período de 1997-2001, decréscimo médio anual de 27,8% (passando de US\$ 6,4 milhões em 1997 para US\$ 1,7 milhão em 2001).

Confirmaram participação na missão 35 empresas dos seguintes setores, que haviam sido identificados em trabalho de inteligência comercial elaborado pelo Departamento de Promoção Comercial em coordenação com as Embaixadas do Brasil naqueles países: produtos alimentícios (carnes, complexo de soja, massas), máquinas agrícolas, máquinas de embalagem, produtos siderúrgicos, papel, setor automotivo e autopeças, equipamentos eletrônicos, calçados e componentes para indústria do calçado, indústria química, material de construção, têxteis e confecções, tintas, móveis, madeira, utensílios domésticos, equipamentos de telecomunicações, material de informática (hardware e software), equipamento médico-hospitalar e serviços de engenharia civil.

Em cada capital, está prevista a realização de um seminário sobre a situação política e macroeconômica do Brasil, de uma rodada de negócios com empresas locais (agendamento de encontros para cada empresa participante) e de visitas a entidades empresariais e órgãos governamentais.

SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO
DA REVISTA “TEXTOS DO BRASIL”
Nº 9 - “RIO + 10: O BRASIL RUMO AO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”
(21 DE OUTUBRO DE 2002)

No âmbito do Fórum Rio Branco, o Departamento Cultural e de Divulgação do Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Rio Branco promoverão o seminário de lançamento da revista “Textos do Brasil” n. 9 - “Rio + 10: O Brasil rumo ao desenvolvimento sustentável”, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 23 de outubro, de 9 às 11 horas, no Auditório Embaixador João Augusto de Araújo Castro, na sede do Instituto Rio Branco.

O seminário será aberto pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e contará com as participações do Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Doutor José Paulo Silveira, do Diretor-Geral do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do MRE, Ministro Everton Vieira Vargas, e do Diretor-Geral do Departamento Cultural e de Divulgação do MRE e Coordenador do Fórum Rio Branco, Ministro Luiz Fernando Ligiéro.

O evento terá como tema central as perspectivas da questão ambiental após a Cúpula de Joanesburgo.

CONVENÇÃO-QUADRO SOBRE
MUDANÇA DE CLIMA (NOVA
DÉLHI, ÍNDIA, 22 DE OUTUBRO
A 1º DE NOVEMBRO DE 2002)
(21 DE OUTUBRO DE 2002)

No período de 22 de outubro a 1º de novembro de 2002, representantes de 185

Estados-Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima reunir-se-ão em Nova Delhi, Índia, para a Oitava Conferência das Partes, a chamada COP-8. Estão sendo aguardados para a COP-8 cerca de três mil representantes de governo e de entidades da sociedade civil para discutirem a mudança do clima.

Durante a COP-8 prosseguirão os trabalhos de consolidação do regime estabelecido na Convenção-Quadro e os preparativos técnicos e institucionais para a entrada em vigor do Protocolo de Quioto que, como se sabe, constituem os instrumentos que regulam os esforços internacionais para a redução das emissões de gases que causam o efeito estufa.

A perspectiva é de que o Protocolo de Quioto entre em vigor no primeiro semestre de 2003, noventa dias após ter sido ratificado por 55 países, que representem, no mínimo, 55% da emissão de dióxido de carbono referentes ao ano base de 1990. Até o momento, 95 países ratificaram o Protocolo, o que representa 37.1% das emissões de gases. O Brasil depositou seu instrumento de ratificação junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas em 22 de agosto.

A Rússia, responsável por 17% das emissões de dióxido de carbono, e a Polônia, responsável por 3%, anunciaram que em breve depositarão seus instrumentos de ratificação uma vez que estariam se concluindo os procedimentos internos para tanto. No momento em que o fizerem, cumprir-se-ão os requisitos necessários para a entrada em vigor do Protocolo de Quioto.

A COP-8 terá um segmento ministerial que será realizado na forma de mesas-redondas. Estão previstas três delas:

A primeira mesa será destinada a avaliar os esforços nacionais e internacionais para a implementação das medidas com vistas a mitigar a mudança do clima previstas na Convenção, avaliar as providências necessárias para enfrentar as vulnerabilidades e as adaptações exigidas pelas alterações climáticas;

A segunda mesa-redonda terá por objetivo discutir a relação entre mudanças do clima e desenvolvimento sustentável. Deverá ser realçada a importância de se buscar o desenvolvimento sustentável, levando-se em conta as políticas e medidas para a mitigação, de acordo com o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas dos Estados;

A terceira mesa será destinada a discutir, à luz dos debates nas mesas anteriores, o futuro tratamento multilateral da questão da mudança do clima. Nessa ocasião, os Chefes de Delegação poderão explorar, ainda que de maneira preliminar, como abordar o segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto, a iniciar-se em 2012.

A delegação do Brasil será chefiada pela Embaixadora em Nova Delhi, Vera Barrouin Machado, e será integrada por diplomatas do Itamaraty, funcionários do Ministério de Ciência e Tecnologia e dos demais órgãos da administração encarregados do tema da mudança do clima. Participará também o Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Doutor Fábio Feldmann.

Mais informações sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, Protocolo de Quioto e sobre a COP-8 poderão ser obtidas pelo *site* www.unfccc.int.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA
REPÚBLICA DA GUATEMALA,
SENHOR ORELLANA ROJAS (21
E 22 DE OUTUBRO DE 2002)
(23 DE OUTUBRO DE 2002)

A convite do Chanceler Celso Lafer, o Ministro das Relações Exteriores da República da Guatemala, Senhor Gabriel Orellana Rojas, efetuou visita oficial ao Brasil nos dias 21 e 22 de outubro corrente.

A vinda do Ministro Orellana Rojas insere-se no âmbito das diretrizes do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil no sentido da busca de maior acercamento político e comercial entre o Brasil e os países hemisféricos, inclusive da América Central. Decorre de expectativas geradas por importantes iniciativas do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se encontrou com seus homólogos centro-americanos em abril de 2000, por ocasião da Cúpula de São José e, mais recentemente, em março de 2002, na capital panamenha, ocasião em que assistiu, como “testemunha de honra”, à assinatura do Tratado de Livre Comércio entre os países centro-americanos e o Panamá.

Durante suas reuniões, os Ministros Lafer e Orellana Rojas trocaram impressões sobre assuntos políticos e econômicos hemisféricos, regionais e bilaterais, e assinaram um Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns. Concordaram sobre a conveniência de incrementar-se o comércio e a cooperação entre o Brasil e a Guatemala, para benefício mútuo. O Chanceler Orellana Rojas apresentou a posição da Guatemala sobre a questão territorial entre o seu país e Belize - tema de palestra que proferiu no Instituto Rio Branco, na manhã do dia 21.

O Ministro Lafer expressou admiração pelos esforços que vêm sendo feitos pelo Governo da Guatemala – sobretudo após a assinatura dos Acordos de Paz de 1996 – para superar os problemas derivados dos 36 anos de conflito armado interno, na busca da plena consolidação da democracia. Aplaudiu, igualmente, as meritórias iniciativas guatemaltecas na direção de uma solução pacífica e negociada, em especial o Processo de Conciliação seguido sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos (OEA) para uma solução definitiva para a questão territorial com Belize, pelas quais o Chanceler Orellana Rojas, antigo catedrático de Direito, tem sido um dos principais responsáveis.

Os Chanceleres Lafer e Orellana Rojas reafirmaram suas expectativas de que venham a ser desenvolvidos e implementados os principais pontos acordados por ocasião da II Reunião de Cúpula América Latina e Caribe e União Européia, realizada em maio último.

Ressaltaram o compromisso de seus Governos em relação ao combate aos crimes transnacionais, ao terrorismo, ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro, ao contrabando de bens culturais e à corrupção, bem como à proteção do meio ambiente. Determinaram a ambas as Chancelarias a realização, oportunamente, de reuniões de coordenação para as tarefas relacionadas a esses temas e outros de interesse comum, que contemplem o desenvolvimento de projetos de proteção do patrimônio cultural e natural, promoção turística, intercâmbio tecnológico e científico, em bases equitativas, por reconhecerem serem tais iniciativas imprescindíveis para a aproximação e um maior entendimento entre países em desenvolvimento.

Declararam estar convencidos da necessidade de continuar unindo esforços com o objetivo de fazer avançar um processo

de integração entre a América Central, o CARICOM e o MERCOSUL.

Nesse sentido, o Ministro Orellana Rojas encontrou-se com o Ministro Sérgio Amaral, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, com quem discutiu iniciativas para a negociação de um Tratado de Livre Comércio entre a América Central e o MERCOSUL, e teceu considerações sobre as expectativas em relação à ALCA.

O Chanceler Orellana Rojas manteve também entrevistas com o Ministro Marco Aurélio M. de Farias, Presidente do Supremo Tribunal Federal e Chefe do Poder Judiciário do Brasil, e com o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, com quem obteve informações sobre o moderno e exitoso sistema brasileiro de votação eletrônica.

ASSINATURA DE PROTOCOLO DE
INTENÇÕES ENTRE O ITAMARATY
E O BANCO DO BRASIL PARA
PROMOÇÃO COMERCIAL
(23 DE OUTUBRO DE 2002)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e o Presidente do Banco do Brasil, Dr. Eduardo Guimarães, assinarão amanhã, dia 24 de outubro, Protocolo de Intenções entre o Ministério das Relações Exteriores e o Banco do Brasil. O Protocolo, que se insere em uma das mais antigas parcerias na área de Promoção Comercial mantidas pelo DPR, tem como objetivos o intercâmbio de informações, a cooperação na área de informática e a realização de outras atividades conjuntas, com vistas ao aumento das exportações de produtos e serviços, à captação de investimentos diretos e ao incremento do turismo.

BRASIL E FRANÇA FIRMAM ACORDO
DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DOS USOS
PACÍFICOS DA ENERGIA NUCLEAR
(25 DE OUTUBRO DE 2002)

Os Governos do Brasil e da França assinaram hoje, dia 25 de outubro, em Paris, um acordo de cooperação bilateral no campo dos usos pacíficos da energia nuclear. Pelo lado brasileiro, firmou o acordo o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Sardemberg. Pela parte francesa, assinou a Ministra da Indústria da França, Nicole Fontaine.

O acordo insere-se no marco da cooperação tecnológica entre o Brasil e a França e visa a dinamizar a pesquisa e o desenvolvimento conjunto em ampla gama de aplicações da energia nuclear, nos campos da medicina, agronomia, biologia, indústria, ciências da terra e geração de eletricidade. Prevê trabalhos conjuntos nos setores de segurança radiológica, proteção ao meio ambiente, gestão de rejeitos e combustível nuclear.

A execução do acordo estará a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN- vinculada ao MCT) e do Comissariado de Energia Atômica da França, que estabelecerão, em conjunto, a forma como se dará a cooperação prevista no acordo.

LANÇAMENTO DO LIVRO “PIEDRA
FUNDAMENTAL” (POESIA Y PROSA),
DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO
(30 DE OUTUBRO DE 2002)

O Departamento Cultural e de Divulgação do Ministério das Relações Exteriores está

apoiando o lançamento do livro *“Piedra Fundamental”* (Poesia y Prosa), do poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto em vários países de língua espanhola. O Professor Antonio Carlos Secchin, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, responsável pela seleção dos poemas e pelo epílogo de *“Piedra Fundamental”*, bem como Felipe Fortuna, poeta e diplomata, coordenador da edição e prefaciador, assinam textos de apresentação no livro e acompanharam o lançamento em Barcelona, Madri e Cidade do México nestes últimos dias de outubro. A obra foi editada na Venezuela, pela prestigiosa Biblioteca Ayacucho, com o apoio da Embaixada do Brasil em Caracas. Trata-se da maior compilação do poeta já realizada em língua estrangeira, reunindo versões de seus mais importantes tradutores: Ángel Crespo, Yhana Riobueno, Santiago Kovadloff e Mária Russotto. A Biblioteca Ayacucho da Venezuela já publicou vários volumes de autores brasileiros, tais como Machado de Assis e Mário de Andrade, em projeto que há muitos anos vem difundindo a literatura e as artes da América Latina.

Em Barcelona o lançamento do livro de João Cabral teve lugar no dia 21 de outubro na Sala de Graus da Universidade de Barcelona, em cerimônia coordenada pelo Consulado-Geral do Brasil, onde o autor foi Cônsul-Geral. A palestra de abertura do evento foi proferida pelo professor Basilio Losada, catedrático de literatura da Universidade de Barcelona e responsável pela tradução para o espanhol de grande parte da literatura brasileira contemporânea. O diplomata Felipe Fortuna discorreu sobre o processo criativo da obra de João Cabral, enquanto o professor Antonio Carlos Secchin fez vários exercícios de leitura do poema *“Tecendo a manhã”*. As palestras obtiveram grande repercussão entre o público que lotou a Sala de Graus e contou

com a presença de vários conhecidos de João Cabral de Melo Neto, como a companheira de Joan Brossa, emblemático integrante daquela geração literária e famoso artista catalão. O Professor Luís Gonzaga Mota, da Universidade de Brasília, também esteve presente na ocasião.

Em Madri, o lançamento do livro, no dia 22 de outubro, teve lugar na Casa do Brasil, com apresentações que enfocaram diversos aspectos da poesia cabralina e dirigiram-se a um público dos mais seletos, em que não faltaram amigos pessoais de João Cabral, como o pintor Manuel Calvo, que realizou um dos melhores retratos do poeta. O evento foi aberto com alocação de Felipe Fortuna, que analisou detidamente o poema *“Los Nombres”*, do poeta espanhol Jorge Guillén, e traçou interessante paralelo desta obra com o poema *“Psicologia da Composição”*, de João Cabral, ressaltando a simbologia da pedra como existência e permanência. O escritor, catedrático e brasilianista espanhol Antonio Maura recordou, em cativante palestra, a capacidade de comunicação do autor, qualificando-a de *“quase epidérmica”*, por ser capaz de transcender a palavra. Referiu-se a diferentes momentos da vida de João Cabral na Espanha e sublinhou a influência da vida e literatura espanholas na obra do poeta brasileiro.

“Piedra Fundamental” foi lançado na Cidade do México no dia 25 de outubro, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autônoma do México (UNAM), no âmbito do programa de trabalho da Cátedra Guimarães Rosa, daquela Universidade. Da cerimônia de lançamento, participaram a Dra. Walquiria Wey, diretora do Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada do Brasil (CEB), e o Dr. Ignacio Diaz Ruiz, crítico de literatura latino-americana da UNAM, além

de Antonio Carlos Secchin e Felipe Fortuna, que interagiram com o numeroso público estudantil ali presente.

“*Piedra Fundamental*” já havia sido lançado igualmente durante a Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, em maio último, no estande do Brasil.

Nota nº 421 - 31/10/2002

LANÇAMENTO DO LIVRO INFANTIL
“AS AVENTURAS DO BARÃO DO
RIO BRANCO” (BRASÍLIA, PALÁCIO
ITAMARATY, QUARTA-FEIRA,
DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2002)
(31 DE OUTUBRO DE 2002)

No âmbito das Comemorações do Centenário de Posse do Barão do Rio Branco como Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Projeto de Diplomacia Pública do MRE, o Departamento Cultural e de Divulgação do MRE e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) lançam o livro infantil “As Aventuras do Barão do Rio Branco”, dos diplomatas Ricardo Primo Portugal e Fernanda Magalhães Lamego, na próxima quarta-feira, dia 6 de novembro, no Palácio do Itamaraty, a partir das 9 horas. O lançamento contará com a participação dos alunos da Escola Classe Curralinho, de Brazlândia, que visitarão o Palácio, se encontrarão com o Subsecretário Geral de Política Bilateral do MRE, Embaixador Gilberto Vergne Sabóia, a Presidente da FUNAG, Embaixadora Tereza Maria Machado Quintella, e o Diretor-Geral do Departamento Cultural e de Divulgação,

Ministro Luiz Fernando Ligiéro. Após o encontro, o grupo teatral Piramundo encenará trechos do livro. Em seguida, será oferecido um lanche às crianças.

O livro “As Aventuras do Barão do Rio Branco” é uma biografia dirigida ao público infanto-juvenil e será distribuído para bibliotecas e alunos da rede de ensino público.

A FUNAG é uma instituição vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Tem por objetivo promover atividades de natureza cultural, acadêmica e pedagógica, no campo da política internacional e da política exterior do Brasil, bem como atividades voltadas para o resgate da memória diplomática.

O Projeto de Diplomacia Pública vem sendo desenvolvido desde 2001 pela Coordenação de Divulgação do MRE e organiza visitas de estudantes da rede de ensino público do Distrito Federal e Entorno ao Palácio do Itamaraty. Além da visita, as crianças têm a oportunidade de conversar com diplomatas sobre temas relacionados à política externa brasileira. Em visitas anteriores, foram tratados temas como direitos humanos, meio ambiente, a carreira diplomática e as relações do Brasil com a África. Após o encontro, é oferecido um lanche aos alunos. O Projeto conta com o apoio do Cerimonial e do Departamento de Administração do MRE. Maiores informações sobre o Projeto podem ser obtidas com Luciana Mendes, pelo e-mail lrmdendes@mre.gov.br ou pelo telefone (61) 411-6951.

Criada oficialmente em 1997, a companhia brasileira de teatro Piramundo caracteriza-se principalmente pela versatilidade. Tendo acolhido as pesquisas individuais de seus membros, suas criações possuem influências variadas: da linguagem performática, da música, do teatro de animação, e de técnicas

mais específicas como collage, criação coletiva e mitologia pessoal. Por não haver uma figura central no comando, muitas vezes seus espetáculos nascem de um processo coletivo, onde a direção dos espetáculos é revezada por seus membros ou realizada por diretores convidados.

INAUGURAÇÃO DE 100 SALAS
DE AULA EM SÃO TOMÉ E
PRÍNCIPE PARA ALFABETIZAÇÃO
DE ADULTOS, NO PROGRAMA
DE COOPERAÇÃO BILATERAL
BRASIL - SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
(31 DE OUTUBRO DE 2002)

No último dia 23 de outubro, o Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe, Tomaz Guggenheim, participou, na capital São Tomé, da cerimônia de inauguração de 100 salas de aula do Programa Alfabetização Solidária para alfabetização de jovens e adultos. Participaram do evento, a Primeira Ministra Maria das Neves, outras autoridades santomenses e alunos já formados na fase piloto da implantação do Alfabetização Solidária naquele país.

Histórico: Em maio de 2001, a cooperação no domínio da educação foi consagrada como uma das prioridades entre os Governos do Brasil e de São Tomé e Príncipe, o menor dos países de língua portuguesa, que conta com população de 141 mil habitantes, distribuídos pelas duas ilhas que compõem o arquipélago santomense. São Tomé é um dos estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, atualmente presidida pelo Brasil, e, como tal, figura entre os principais parceiros do Brasil para ações de cooperação técnica prestada.

Na ocasião, estabeleceu-se a proposta de implantação do Programa Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe, com a aplicação de metodologia de ensino orientada para a alfabetização de jovens e adultos, desenvolvida pela Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS). O projeto piloto teve início em setembro de 2001 e viabilizou a formação de dez turmas, que completaram seu programa no último mês de setembro. Além dos alunos já alfabetizados, o projeto permitiu treinar 150 professores e monitores/coordenadores que poderão continuar atuando em programas de alfabetização de jovens e adultos. O projeto consiste também na adaptação à realidade local dos manuais e demais materiais de alfabetização utilizados em São Tomé.

O índice de analfabetismo da população adulta em STP é bastante elevado (27% no total, sendo 15% dos homens e 38% das mulheres), embora o educador brasileiro Paulo Freire tenha desenvolvido ações naquele país, nos anos 80, que foram capazes de reduzir quase a zero os índices de analfabetismo local. A situação voltou a deteriorar-se nos anos seguintes, mas o projeto de cooperação com o Brasil lança novas e positivas perspectivas para o combate ao analfabetismo em São Tomé.

Em 1975, ao tornar-se independente de Portugal, apenas 20% da população local sabia ler e escrever. De 1974 a 1990, o governo santomense conseguiu diminuir a taxa de analfabetismo de 80% a cerca de 30%. Atualmente, estima-se que 33,6% da população com idade compreendida entre os 6 e 20 anos não freqüentam qualquer estabelecimento de ensino; e, em relatório emitido em 1998, o PNUD atesta ser evidente e inadiável a necessidade de se promover uma nova campanha de alfabetização, enfatizando a importância de se mobilizar recursos humanos, materiais e financeiros.

As novas salas: As 100 novas turmas do Programa deverão atender cerca de 2800 alunos, e a segunda fase do projeto prevê também o apoio dos técnicos brasileiros ao Ministério da Educação local para a institucionalização de um departamento no referido Ministério orientado exclusivamente para a educação de jovens e adultos.

Objetivos: Tendo em conta a ausência da oferta institucional de alfabetização e educação de jovens e adultos em São Tomé, espera-se, ao término do projeto, a criação de uma estrutura nacional para ser multiplicada pelo poder público local e a consagração de um modelo de alfabetização para todo o país, que permita, sobretudo, a continuidade do processo de aprendizagem. Essa ação será elaborada com o apoio técnico da cooperação brasileira, mediante a obtenção de recursos internacionais para sua sustentabilidade.

O Programa Alfabetização Solidária também já está sendo implantado em Timor Leste e deverá estender-se, proximamente, a Cabo Verde, sempre em programas oficiais de cooperação técnica brasileira com os países em desenvolvimento, em particular com os países de língua portuguesa.

O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO
DO POETA CARLOS DRUMMOND
DE ANDRADE TAMBÉM É
COMEMORADO NO EXTERIOR
(04 DE NOVEMBRO DE 2002)

O centenário de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade, em outubro do corrente ano, vem merecendo celebrações apoiadas por Embaixadas brasileiras no exterior.

A Embaixada em Buenos Aires, por exemplo, em sua proposta de programação cultural para o

ano de 2002, incluiu a celebração do centenário de nascimento de Carlos Drummond de Andrade, o que ocorreu durante a XVIII Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, realizada no período de 15 de abril a 6 de maio de 2002. Na ocasião o estande brasileiro, dedicado ao poeta, mereceu o Prêmio Menção Honrosa a Estande Estrangeiro, concedido pelos organizadores. A participação brasileira na Feira foi resultado de coordenação entre a Embaixada e a Fundação Centro de Estudos Brasileiros (FUNCEB), cujo objetivo é o de difundir a língua portuguesa e a cultura brasileira na Argentina.

No dia 27 de abril comemorou-se, no prédio da Feira do Livro, o Dia do Brasil, quando foi organizada mesa redonda intitulada “Fala Drummond”, onde aproximadamente 150 pessoas assistiram a depoimentos sobre a obra e a personalidade de Drummond, por parte dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marlene de Castro Corrêa e Antonio Carlos Secchin, bem como do poeta e diplomata Felipe Fortuna. Os especialistas brasileiros demonstraram profundo conhecimento, admiração e afeto pelo escritor. O coordenador da mesa foi o renomado poeta argentino Rodolfo Alonso, tradutor de Drummond para o espanhol, e que manteve correspondência com o poeta brasileiro durante muitos anos.

Em Lisboa, a Embaixada organizou no dia 28 de outubro, em colaboração com o Instituto de Cultura Brasileira da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, uma Jornada Comemorativa do Centenário de Drummond, a qual compreendeu uma série de atividades acadêmicas e artísticas com vistas a relembrar em Portugal a importância do autor para o universo cultural brasileiro e lusófono. O evento, intitulado “E, agora, Drummond”, teve lugar naquela Faculdade e contou com a participação dos professores Gilberto

Mendonça Telles, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e Silvano Santiago.

Dentro da programação da Jornada realizou-se a conferência “O privilégio de ler Drummond”, a cargo do professor Gilberto Mendonça Telles e do professor Arnaldo Saraiva, da Universidade do Porto. Outra conferência - “A cartografia lírico-social de sentimento do mundo” - foi proferida pelo professor Wagner Camilo, da Universidade de São Paulo (USP). Além disso, inaugurou-se exposição bibliográfica sobre Carlos Drummond de Andrade, com apresentação da Dra. Laura Miranda, da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Na oportunidade apresentou-se também o recital “No meio do caminho: poetas e músicos do Modernismo brasileiro”, a cargo de Luiza Sawaya (soprano), Juliana Mauger (mezzo soprano) e Alexandra Torrens (piano).

As jornadas relativas a Carlos Drummond de Andrade foram incluídas na agenda cultural de abertura do semestre letivo da Universidade de Lisboa. O evento teve grande visibilidade junto ao público e à comunidade acadêmica, dada a importância atribuída em Portugal à abertura dos semestres letivos.

A Embaixada do Brasil em Roma, por sua vez, incluiu em sua programação de atividades de difusão cultural para o ano de 2002, um Seminário de homenagem a Carlos Drummond de Andrade. O Seminário está previsto para se realizar em Roma entre os dias 5 e 9 de novembro do corrente. O evento, dirigido a estudantes e estudiosos de literatura, contará com a participação da especialista brasileira Maria Zilda Cury, bem como de acadêmicos italianos.

Para melhor apoiar as comemorações relativas ao poeta brasileiro, o Itamaraty está

ainda distribuindo a alguns postos selecionados no exterior onde existem Centros de Estudos Brasileiros cópias do documentário “Poeta de Sete Faces”, de Paulo Thiago.

REUNIÃO DA VI CIMEIRA BILATERAL BRASIL – PORTUGAL (06 DE NOVEMBRO DE 2002)

O Presidente Fernando Henrique Cardoso deverá realizar visita oficial a Portugal, no período de 9 a 13 de novembro próximo, ocasião em que participará, juntamente com o Primeiro Ministro José Manuel Durão Barroso, da reunião da VI Cimeira Bilateral, no dia 11.

Os encontros de cúpula entre os Chefes de Governo do Brasil e de Portugal —as Cimeiras Bilaterais— constituem valioso instrumento de diálogo ao permitir que os dois mandatários e Ministros de seus Governos procedam a uma avaliação do estado das relações bilaterais, tomando as decisões necessárias para o seu contínuo e harmonioso desenvolvimento. Portugal é o único país europeu com o qual mantemos mecanismo regular em nível de Chefes de Governo.

No dia 12 de novembro, o Presidente da República será homenageado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira com os Prêmios “Homem do Ano Brasil-Portugal e Portugal-Brasil”, em cerimônia no Hotel Ritz. A programação oficial incluirá, no mesmo dia, abertura de exposição sobre o Presidente JK, no Espaço Cultural do Chiado, e encerramento de Seminário sobre investimentos no Brasil, que reunirá representantes de algumas das mais importantes empresas brasileiras e portuguesas.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
BRASIL-UE NA ÁREA TÊXTIL
(06 DE NOVEMBRO DE 2002)

O Embaixador José Alfredo Graça Lima, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, e o Sr. Pierre Defraigne, Diretor-Geral Adjunto da DG de Comércio da Comissão Europeia, assinaram hoje, dia 6 de novembro de 2002, “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia sobre Negociações Relacionadas com o Acesso ao Mercado de Produtos Têxteis e de Vestuário”. O Acordo, rubricado no último dia 8 de agosto, passou por processo de aprovação interna na UE e terá vigência a partir da data de assinatura, enquanto aguarda sua ratificação por parte do Parlamento Europeu e dos Parlamentos Nacionais dos Estados-membros comunitários.

O Acordo prevê, conforme interesse da indústria nacional, o compromisso comunitário de suspender a aplicação de todas as restrições quantitativas atualmente em vigor concernentes às importações têxteis provenientes do Brasil (categorias 1, 2, 2A, 3, 4, 6, 6C, 9, 20, 22 e 39), que representam, aproximadamente, 240 códigos NCMs. Em termos práticos, isso significa que as obrigações da União Europeia de liberalização comercial, no âmbito do Acordo de Têxteis e de Vestuário (ATV), da Organização Mundial do Comércio, serão antecipadas em pouco mais de dois anos. A liberalização antecipada desse setor facultará ao Brasil acesso ampliado ao mercado europeu, não só pelas perspectivas imediatas de exportação, mas também por permitir aos exportadores brasileiros buscarem, desde já, melhor posicionamento naquele mercado, com vistas à eliminação total do regime de quotas de têxteis, prevista para 2005 pelos Acordos da OMC.

O Governo brasileiro, por sua vez, compromete-se a não elevar as tarifas atualmente aplicadas a certos produtos têxteis e de vestuário. Compromete-se, também, a estudar a possibilidade de eliminar, para aqueles mesmos produtos, a taxa adicional de 1,5% sobre aquelas tarifas ao final do corrente ano, conforme consta dos compromissos vigentes no Mercosul.

O acordo vem ao encontro dos interesses da indústria têxtil nacional e representa passo importante para o crescimento das exportações de produtos têxteis brasileiros para o mercado comunitário, as quais já alcançaram até setembro o valor de US\$ 158 milhões e que, de acordo com estimativas do setor, poderão ser incrementadas, ainda no curso do corrente ano, em cerca de US\$ 50 milhões.

VISITA AO BRASIL DO VICE-
MINISTRO E SECRETÁRIO-GERAL
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA
REPÚBLICA DO PERU, EMBAIXADOR
MANUEL RODRÍGUEZ CUADROS
(08 DE NOVEMBRO DE 2002)

Na quinta-feira, 7 de novembro de 2002, o Vice-Ministro e Secretário-Geral das Relações Exteriores da República do Peru, Embaixador Manuel Rodríguez Cuadros, visitou a República Federativa do Brasil, sendo recebido em Brasília pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Osmar Chohfi.

Abordaram-se temas da agenda regional, entre os quais se destacam a situação dos Eixos de Integração que vinculam o Peru e o Brasil no marco da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA),

aspectos relacionados com a fronteira comum, a cooperação antidrogas, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a próxima presidência peruana do Grupo do Rio.

Ambos concordaram com a importância do diálogo e da consulta política como instrumento eficaz não só para o fortalecimento das relações bilaterais, mas também para concertar posições sobre matérias de interesse comum nos diversos foros regionais e multilaterais.

Analisaram-se as negociações entre a Comunidade Andina e o Mercosul para a criação de uma Zona de Livre Comércio e, nesse sentido, assinalaram a conveniência de promover reuniões de alto nível, antes do fim de ano, para concluir esse processo.

Entre os pontos sobre os quais se alcançou entendimento, os Embaixadores Chohfi e Rodríguez concordaram em negociar ajuste complementar ao acordo antidrogas, sobre precursores, produtos e insumos químicos, tráfico de armas e lavagem de dinheiro; convocar a Comissão Mista Antidrogas no primeiro trimestre de 2003; estudar a elaboração de um programa de trabalho, independentemente do trâmite do acordo sobre precursores; convocar o Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça para o primeiro trimestre de 2003, iniciando um processo de consultas entre as Chancelarias para reforçar o Grupo, do ponto de vista institucional, e conferir-lhe – com base em trabalhos técnicos – um mandato sobre programas e projetos; realizar uma reunião de Chanceleres Mercosul-CAN por ocasião da Reunião Ibero-Americana da República Dominicana; considerar a realização de uma Reunião de Chanceleres e uma Cúpula Mercosul-CAN, no Rio de Janeiro, em dezembro de 2002, e convocar reunião da Comissão de Vizinhança Brasil-Peru, a fim de tratar questões que interessam às comunidades fronteiriças.

NOTA SOBRE A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESARMAMENTO DO IRAQUE (08 DE NOVEMBRO DE 2002)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou hoje, por unanimidade, resolução sobre o desarmamento do Iraque.

O Governo brasileiro se congratula pela ação decidida do Conselho de Segurança e reitera o seu compromisso com o multilateralismo como meio legítimo para tratar de questões relativas à paz e à segurança internacionais, o que foi refletido no discurso proferido pelo Ministro Celso Lafer em 12 de setembro na abertura do debate geral da Assembléia Geral das Nações Unidas:

“O uso da força no plano internacional somente pode ser admitido se esgotadas todas as alternativas de solução diplomática. A força somente pode ser exercida de acordo com a Carta das Nações Unidas e de modo consistente com as deliberações do Conselho de Segurança. Do contrário, estará solapada a credibilidade da Organização, dando margem não apenas à ilegitimidade, mas também a situações de equilíbrio precário e não-duradouro.

No caso específico do Iraque, o Brasil sustenta que cabe ao Conselho de Segurança decidir as medidas necessárias para assegurar o pleno cumprimento das resoluções pertinentes. O exercício pelo Conselho de Segurança de suas responsabilidades constitui a forma de desanuviar tensões e evitar riscos imprevisíveis de desestabilização mais abrangente.”

O Governo brasileiro faz apelo ao Governo do Iraque para que aceite a resolução do Conselho de Segurança e cumpra integralmente todos seus dispositivos.

NOTA SOBRE A ALEGADA PRESENÇA
DE GRUPOS TERRORISTAS NA
REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA
(08 DE NOVEMBRO DE 2002)

No que diz respeito a matérias veiculadas pela mídia internacional sobre a alegada presença de grupos terroristas na região da Tríplice Fronteira, entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, o Governo brasileiro esclarece o seguinte:

- 1- as autoridades brasileiras, em estreita cooperação com as autoridades da Argentina e do Paraguai, além de outros países interessados, especialmente os EUA, vêm exercendo na região da Tríplice Fronteira, há mais de uma década, rigorosa vigilância sobre indivíduos e grupos suspeitos de vinculação com organizações terroristas internacionais;
- 2- as autoridades brasileiras não dispõem, até o momento, de evidências comprobatórias do desenvolvimento de atividades terroristas na região, avaliação que é compartilhada por governos estrangeiros, com os quais o Brasil vem mantendo cooperação e diálogo;
- 3- o Governo brasileiro manifesta sua contínua disposição em cooperar com outros países na área de inteligência com vistas a identificar eventuais atividades terroristas na região, inclusive possíveis remessas de recursos financeiros para organizações terroristas;
- 4 - o Governo brasileiro ressalta a necessidade de evitar a imposição de estereótipos que tendam a estigmatizar comunidades específicas, com base em parâmetros étnicos ou religiosos.

XII REUNIÃO DE CÚPULA
IBERO-AMERICANA
(11 DE NOVEMBRO DE 2002)

O Presidente Fernando Henrique Cardoso participará da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo Ibero-americanos em Bávaro, na República Dominicana, nos dias 15 e 16 de novembro. O Ministro Celso Lafer o acompanhará.

O processo de Cúpulas Ibero-americanas foi lançado em 1991 com a Cúpula de Guadalajara, México. Trata-se de um foro de diálogo e convergência política e de cooperação econômica e social, forjado a partir de laços histórico-culturais e de valores e princípios compartilhados pelos 21 países que dele participam (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela).

Depois da Cúpula de Guadalajara, seguiram-se as seguintes Cúpulas Ibero-americanas: Madri, Espanha, em 1992; Salvador, Bahia, em 1993; Cartagena das Índias, Colômbia, em 1994; Bariloche, Argentina, em 1995; Viña del Mar, Chile, em 1996; Isla Margarita, Venezuela, em 1997; Porto, Portugal, em 1998; Havana, Cuba, em 1999; Panamá, Panamá, em 2000; e Lima, Peru, em 2001.

A XII Cúpula Ibero-americana será precedida de reunião preparatória em nível de Ministros das Relações Exteriores no dia 14. O Governo dominicano, responsável pela organização da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo Ibero-americanos, apresentou para a Cúpula de Bávaro o tema central “Desenvolvimento Agropecuário, Meio Ambiente e Turismo Sustentáveis”. Além de

tratar de quaisquer outros temas da atualidade política e econômica de maior interesse para os países de nossa região, os Chefes de Estado e de Governo poderão ainda discutir três temas específicos sugeridos pelos anfitriões dominicanos: “Governabilidade Democrática e Estado de Direito”, “Desenvolvimento Agropecuário e Turismo Sustentáveis” e “Cooperação, Regionalismo aberto, Equidade Internacional e Migrações”.

Em abril de 2002 realizou-se em Madri a I Reunião de Responsáveis de Cooperação Ibero-americanos e em julho, na República Dominicana, a I Reunião de Coordenadores Nacionais. Em outubro de 2002, também na República Dominicana, realizaram-se as II Reuniões de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação, preparatórias dos documentos a serem aprovados na XII Cúpula Ibero-americana. Realizou-se em setembro em Nova York, à margem da Assembléia Geral das Nações Unidas, uma Reunião dos Ministros das Relações Exteriores Ibero-americanos. No curso dessas reuniões avançou-se, em particular, no exame do anteprojeto da Declaração de Bávaro, principal documento a ser adotado pelos Chefes de Estado e de Governo em 16 de novembro.

No contexto do processo preparatório para a Cúpula de Bávaro, também foram realizadas em 2002 as seguintes reuniões setoriais : II Reunião de Ministros Ibero-americanos da Sociedade da Informação; I Reunião de Ministros de Previdência Social; X Conferência Científica do Programa CYTED; IV Conferência Ibero-americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado; XII Conferência Ibero-americana de Educação; II Foro Ibero-americano de Ministros do Meio Ambiente; VII Reunião de Ministros Ibero-americanos da Presidência e Equivalentes; II Reunião Ibero-americana

de Ministros de Turismo; VI Conferência Ibero-americana de Cultura; VII Foro Ibero-americano de Habitação e Urbanismo; XII Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude; Reunião de Ministros Ibero-americanos de Agricultura; e IV Conferência de Ministros, Ministras e Altos Responsáveis pela Infância e Adolescência.

Por ocasião da XII Cúpula Ibero-americana deverá ser oficializada a aceitação do oferecimento da Bolívia para sediar a XIII Cúpula Ibero-americana, em 2003.

XII CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ESPÉCIES DA FAUNA E DA FLORA SELVAGENS EM PERIGO DE EXTINÇÃO (CITES) (11 DE NOVEMBRO DE 2002)

Na XII Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES) está sendo considerada proposta apresentada conjuntamente pela Guatemala e pela Nicarágua para inclusão do mogno (*Swietenia macrophylla*) no Anexo II da referida Convenção. Nesse caso, a exportação de mogno passaria a depender de pareceres científicos – emitidos por autoridades designadas tanto pelo país importador quanto pelo país de destino – de que não haveria dano à conservação da espécie *non detriment findings*.

O regime adotado pelo Governo brasileiro desde 1998 – listagem do mogno no Anexo III da CITES – tem proporcionado condições adequadas para a conservação da espécie. Nesse regime, a autoridade administrativa do país de origem emite licença de exportação

específica, após certificar-se de que o espécime não foi obtido em contravenção à legislação nacional.

O IBAMA, que exerce no Brasil as funções de autoridade local para a CITES, entende que o mogno não é espécie ameaçada de extinção no Brasil. A listagem do mogno no Anexo II poderia prejudicar a exploração sustentável da espécie, com forte impacto sobre a adequada remuneração das populações locais, e afetar negativamente as metas de valorização dos recursos naturais e sua utilização de forma sustentável. A posição do Governo brasileiro, nessa linha, resultou de um amplo processo de consulta do qual participaram representantes de diversos setores da sociedade brasileira.

O recurso ao Anexo II poderia ainda acarretar resultados contraproducentes aos visados pelos proponentes, em razão do possível efeito perverso de induzir à conversão de áreas florestais para outros tipos de utilização, como a agricultura e a pecuária.

Na XI Conferência das Partes da CITES, realizada em Nairóbi, em abril de 2000, foi estabelecido um grupo de trabalho para aprofundar o estudo sobre estratégias de conservação da espécie. Esse grupo reuniu-se em Santa Cruz de la Sierra, em outubro de 2001, e enfocou a experiência dos países que, a exemplo do Brasil, incluíram o mogno no Anexo III (Costa Rica, Bolívia, México, Peru e Colômbia). As conclusões e recomendações do GT apontam, de uma forma geral, para a necessidade de aperfeiçoamento da cooperação internacional na matéria e de aprofundamento do conhecimento científico sobre a situação da espécie nos diferentes países de ocorrência.

O Governo brasileiro vem tomando ao longo dos últimos anos diversas medidas no sentido de assegurar a exploração sustentável do mogno, entre as quais caberia mencionar:

- a contínua e drástica redução, nos últimos anos, do volume de quotas autorizadas para exploração do mogno (em 1990: 150.000 metros cúbicos; em 2000: 50.000 metros cúbicos);
- a determinação de que somente é passível de exploração comercial o mogno procedente de planos de manejo florestais autorizados pelo IBAMA;
- a decretação de moratória de novos planos de manejo desde 1996; e
- a publicação da Instrução Normativa número 17, de 19 de outubro de 2001, pela qual o IBAMA resolveu “suspender o transporte, o beneficiamento e a comercialização do mogno por tempo indeterminado...até que se concluem os levantamentos dos planos de manejo autorizados pelo IBAMA, referentes à exploração da espécie do mogno e dos estoques de mogno existentes nas indústrias madeireiras e nos estabelecimentos comerciais de madeiras”.

O IBAMA somente tenciona voltar a autorizar a exploração comercial da espécie uma vez instauradas condições plenas de controle e monitoramento com base científica sólida. Está previsto o lançamento do Sistema Integrado de Controle e Monitoramento de Recursos e Produtos Florestais-SISPROF, que visa a aperfeiçoar o controle sobre a movimentação de todos os recursos de origem florestal, o que permitirá assegurar que a exploração do mogno se processe de forma compatível com as metas definidas pelo Governo brasileiro e em consonância com as obrigações internacionais aplicáveis.

A Delegação brasileira à XII Conferência das Partes da CITES está apresentando, nesses termos, os comentários cabíveis do Governo

à proposta apresentada pela Guatemala e Nicarágua. Insistirá, especialmente, na importância de que se continue a encontrar, no âmbito do grupo de trabalho sobre mogno, formas de atender às necessidades de todos os países da área de ocorrência no que se refere ao controle e manejo sustentável daquela espécie.

VIII REUNIÃO DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA (11 DE NOVEMBRO DE 2002)

Nos dias 11 a 14 de novembro corrente, representantes do Mercosul estão-se reunindo, em Brasília, com representantes da União Européia, para dar seguimento às negociações visando ao estabelecimento de um Acordo de Associação Inter-Regional entre as duas Partes.

Trata-se da oitava reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), criado em novembro de 1999 pelo Conselho de Cooperação Mercosul-União Européia. A Delegação do Mercosul é chefiada pelo Embaixador do Brasil junto às Comunidades Européias, José Alfredo Graça Lima, em nome da Presidência Pro Tempore brasileira, e a delegação da União Européia é chefiada por Karl F. Falkenberg, Diretor para acordos de livre comércio, questões comerciais agrícolas. ACP e relações comerciais bilaterais da Diretoria-Geral para Comércio da Comissão Européia.

A reunião insere-se no Programa de Trabalho aprovado durante a reunião em nível ministerial entre a União Européia e o Mercosul, realizada no Rio de Janeiro, em 23 de julho último, quando se alcançou consenso sobre as tarefas

relativas à negociação econômico-comercial a serem desenvolvidas até 2003. A definição do Programa de Trabalho confere novo impulso e dinâmica à negociação e estabelece metas e datas precisas para seu cumprimento.

Conforme previsto no Programa de Trabalho do Rio de Janeiro, a VIII reunião do Comitê de Negociações Birregionais tem sua agenda concentrada na consolidação de propostas normativas para áreas da negociação econômico-comercial (normas, regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade, defesa da concorrência, regime geral de origem, propriedade intelectual, procedimentos aduaneiros e solução de controvérsias) e na discussão de métodos e modalidades para a negociação de acesso a mercados de bens e serviços. Está sendo discutida, igualmente, a implementação do Plano de Ação de Madri sobre Facilitação de Negócios.

SEMINÁRIO PROMOVE INTERCÂMBIO ENTRE O MERCOSUL E A CORÉIA (13 DE NOVEMBRO DE 2002)

As possibilidades de cooperação técnica, tecnológica, econômica e comercial, entre o Mercosul e a República da Coréia, estarão em discussão durante o Seminário Mercosul-República da Coréia, que será realizado nos dias 18, 19 e 20 de novembro, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP/CIESP), .

Durante o encontro estará em pauta o tema “Tecnologia da Informação – Oportunidades de parcerias e cooperação técnica”. A coordenação do Seminário está a cargo da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e conta

com o apoio do governo coreano. O evento é destinado a entidades de classe, empresários, consultores, representantes de instituições de fomento ou ensino, universidades, institutos de pesquisa, autoridades governamentais, congressistas, Corpo Diplomático e representantes de organismos internacionais.

Além da troca de informações entre representantes do Governo e da iniciativa privada dos Estados Parte do Mercosul e da Coréia, o Seminário tem como objetivo identificar temas específicos de interesse mútuos, no âmbito da tecnologia da informação.

Estes objetivos deverão resultar, também, na identificação de oportunidades de parcerias entre as empresas dos países participantes e na disseminação da importância das “Tecnologias de Informação” para a integração de mercado das respectivas regiões..

DECLARAÇÃO DA DELEGAÇÃO
BRASILEIRA NA XII CONFERÊNCIA
DAS PARTES DA CITES - CONVENÇÃO
SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL
DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE FAUNA
E FLORA (SANTIAGO, CHILE)
(14 DE NOVEMBRO DE 2002)

Por ocasião da apreciação pelo plenário da XII Conferência das Partes da CITES – Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora, em Santiago do Chile, quando se decidiu pela inclusão do mogno no Anexo II da Convenção, a delegação brasileira fez a seguinte declaração, que solicitou incluir no relatório final daquela Conferência:

“Senhor Presidente,

O Brasil tem participado nos debates ocorridos durante esta Conferência para a inclusão do mogno (*Swetenia macrophylla*) no Anexo II da CITES, convencido da importância de adotar medidas adequadas para a sua conservação e seu uso sustentável. Isto tem sido motivo de preocupação da sociedade brasileira, a qual, juntamente com o Governo, tem, nesse sentido, firmemente apoiado o fortalecimento de nossas leis e instituições. O mogno permanece sendo um recurso natural importante que tem gerado oportunidades de emprego e de renda que são críticos para o desenvolvimento econômico e social de áreas remotas e pobres do nosso país. O Brasil, que incluiu a população de mogno no Anexo III desde 1998, tem implementado um série de medidas que visam acabar com a exploração ilegal e insustentável do mogno. Essas medidas incluem a proibição da exploração fora do contexto de Planos de Administração de Floresta Sustentável (SFMP) e a imposição de quotas para exportação. Também impusemos um banimento total do comércio de mogno a partir de outubro de 2001, até a entrada em vigor do novo Sistema de Monitoramento e Controle das Espécies Florestais - SISPROF. Consequentemente, a posição brasileira com relação à inclusão da espécie no Anexo II não deve jamais ser entendida como pondo em dúvida a importância, para o Brasil, do manejo ambientalmente adequado e da conservação das populações de mogno.

A comunidade internacional tem reconhecido em diversos documentos internacionalmente acordados o direito soberano dos Estados de explorar seus recursos naturais. O Brasil acredita firmemente que as florestas naturais podem ser exploradas de forma sustentável, especialmente em

benefício das comunidades locais, se seus produtos forem devidamente valorados, no contexto de planos de manejo sustentável de florestas.

Temos repetidamente declarado nesta Conferência, bem como em outros foros multilaterais, nossa convicção de que a conservação de recursos naturais, especialmente aqueles de alto valor no mercado internacional, é compatível com regras abertas e transparentes do comércio internacional. Nós nos temos oposto a propostas e procedimentos que possam induzir barreiras comerciais à exploração sustentável de recursos naturais.

Nossa preocupação com a inclusão do mogno no Anexo II da CITES está relacionada com a utilização da Convenção como base legal para impedir o acesso dessa madeira aos mercados consumidores. Esperamos que os procedimentos estabelecidos na Convenção para monitoramento do comércio internacional de mogno, especialmente o monitoramento de licenças de exportação emitidas por autoridades científicas estrangeiras, sejam feitas levando-se plenamente em conta as leis e regulamentos nacionais dos países exportadores. Conforme a comunidade internacional unanimemente aprovou no Plano de Implementação adotado na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, em setembro último, “as medidas de política comercial para fins de proteção ambiental não devem se constituir em instrumentos de discriminação arbitrária ou injustificável, nem em restrições disfarçadas ao comércio internacional”.

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE
AUTORIDADES DE APLICAÇÃO
EM MATÉRIA DE DROGAS,
PREVENÇÃO DE SEU USO
INDEVIDO E REABILITAÇÃO DE
DEPENDENTES DE DROGAS DO
MERCOSUL - RED (BRASÍLIA, 21
E 22 DE NOVEMBRO DE 2002)
(18 DE NOVEMBRO DE 2002)

Representantes dos órgãos antidrogas dos quatro países do Mercosul mais Chile e Bolívia discutem em Brasília nos dias 21 e 22 de novembro procedimentos comuns a serem adotados em ações de redução da oferta e da demanda de drogas, a partir dos temas Tráfico Ilícito de Drogas, Fiscalização de Substâncias Químicas Controladas, Redução da Demanda e Harmonização Legislativa. Nesses dias, o Brasil sediará pela primeira vez a Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, Prevenção de seu Uso Indevido e Reabilitação de Dependentes de Drogas do Mercosul (RED). É a quarta versão do encontro, já sediado pelo Uruguai, em abril de 2000, e duas vezes pela Argentina, em outubro de 2001 e maio deste ano. A coordenação da IV RED é da Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e contará com participação de outros órgãos, como Departamento de Polícia Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Conselho de Atividade Financeira (Coaf), do Ministério da Fazenda.

A abertura do evento acontecerá às 10h do dia 21, com a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Alberto Mendes Cardoso, solenidade aberta à imprensa. Os grupos técnicos farão reuniões

fechadas, em seguida, e apresentarão suas conclusões em plenárias que acontecerão na sexta, 22. Acompanhado dos demais chefes de delegações, o secretário Nacional Antidrogas, Paulo Roberto Uchôa, concede entrevista coletiva, na sexta, às 12h30 para apresentar os resultados do encontro.

A RED foi criada pela resolução 76/98 do Grupo Mercado Comum, que reconheceu a importância de os estados partes do Mercosul acordarem programas comuns e atividades de cooperação, capacitação e de intercâmbio de informações nessa área.

O evento acontecerá no Palácio do Itamaraty, onde também ocorrerá a entrevista coletiva.

PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA
DO INSTITUTO RIO BRANCO 2002
(18 DE NOVEMBRO DE 2002)

Os 20 (vinte) bolsistas afro-descendentes do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, resultado de cooperação entre este Instituto, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o CNPq e a Fundação Palmares, cumprirão esta semana, em Brasília, intensa atividade com o objetivo de trocar informações sobre as suas experiências relativas ao processo de preparação para o exame de acesso à carreira diplomática. Na terça-feira, dia 19, realizarão visita à Fundação Palmares, onde o Embaixador Gilberto Sabóia, Subsecretário-Geral de Política Bilateral do MRE, pronunciará palestra. No dia 20, serão recebidos pelo Diretor do Instituto Rio Branco, Ministro João Almino, pelo Secretário-Geral do MRE, Embaixador Osmar Chohfi, e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer.

Ainda no dia 20, serão recepcionados pelo Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Professor Paulo Sérgio Pinheiro, e pelo Presidente da Fundação Palmares, Doutor Carlos Moura. Esse intenso programa em Brasília, que também compreende reunião de trabalho entre os próprios bolsistas, terá seu ponto culminante, no dia 21, no Palácio do Planalto, em cerimônia comemorativa ao Dia Nacional da Consciência Negra, onde serão recebidos pelo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A cerimônia em questão contará com a presença, entre outros, dos Ministros da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores, da Justiça e da Cultura.

IV REUNIÃO ESPECIALIZADA DE
MUNICÍPIOS E INTENDÊNCIAS DO
MERCOSUL - REMI (RIO DE JANEIRO,
22 DE NOVEMBRO DE 2002)
(18 DE NOVEMBRO DE 2002)

Representantes de Prefeituras e Intendências dos países do Mercosul reúnem-se no Rio de Janeiro no dia 22 de novembro para a IV Reunião Especializada de Municípios e Intendências do Mercosul (REMI), tendo em vista a escolha da prefeitura carioca como titular da Secretaria-Executiva da Reunião durante a Presidência *Pro Tempore* brasileira do Mercosul. Trata-se da quarta versão do encontro, já sediado pelo Paraguai (reunião constitutiva em Assunção) em junho de 2001, pelo Uruguai (Montevidéu) em outubro de 2001 e e na Argentina (Mar del Plata) em abril de 2002. O coordenador nacional da IV REMI é o Chefe da Assessoria de Relações Federativas do Itamaraty, Conselheiro Hélio Vitor Ramos Filho.

A abertura do evento, a ser realizado no Auditório do Hotel Pestana Rio Atlântica, será presidida pelo Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, às 9:00 horas do dia 22. O Embaixador do Brasil em Buenos Aires, José Botafogo Gonçalves, proferirá palestra intitulada “O Mercosul: as perspectivas de seu desenvolvimento e o papel dos Poderes Locais para sua consolidação e desenvolvimento”. Em seguida serão apresentados e discutidos documentos e projetos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito da REMI. A partir das 15:00 horas, será realizado Seminário, aberto ao público, sobre “Cooperação Técnica e Financeira Internacional com os Poderes Locais”, com a participação do Embaixador Marco Cesar Naslauský, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Dra. Mila Freire, do Banco Mundial (BIRD), do Dr. Eduardo Bandeira de Mello, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Dr. Carlos Mussi, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DOS
175 ANOS DA ASSINATURA DOS
PRIMEIROS TRATADOS COMERCIAIS
ENTRE O BRASIL E A ALEMANHA
(18 DE NOVEMBRO DE 2002)

A partir da próxima quinta-feira, 21 de novembro, estará aberta ao público a Exposição Comemorativa dos 175 Anos da Assinatura dos Primeiros Tratados Comerciais entre o Brasil e a Alemanha.

Organizada pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Embaixada da Alemanha

em Brasília, a exposição inclui painéis com os documentos originais de assinatura e ratificação dos Tratados de Comércio e Navegação firmados entre o Império do Brasil e as Cidades Livres e Hanseáticas de Bremen, Hamburgo e Lübeck, bem como iconografia alusiva ao evento. Os tratados, assinados em novembro de 1827, constituem o primeiro marco formal das relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha.

A Exposição poderá ser vista no “Ponto de Encontro” situado no térreo do Palácio Itamaraty, entre os dias 21 de novembro e 1º de dezembro de 2002, de segunda a sexta-feira (das 14h às 18h) e aos sábados e domingos (das 10h às 15h30).

ASSISTÊNCIA AO MENOR
IRUAN ERGUI WU
(18 DE NOVEMBRO DE 2002)

Em resposta a solicitações de informação por parte da imprensa, hoje, a Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores esclarece que os Ministros das Relações Exteriores e da Justiça, em encontro realizado em 23 de julho do ano passado, aprovaram a liberação de recursos, no âmbito do programa de assistência consular a brasileiros no exterior, para colaborar com a família brasileira do menor Iruan Ergui Wu, órfão brasileiro que se encontra retido em Taiwan por seus parentes paternos formosinos.

A maior parte dos recursos disponibilizados, num total de US\$ 12.000,00, já foi transferida pelo Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé para o advogado contratado pela família.

MISSÃO EMPRESARIAL
CONJUNTA DO MERCOSUL AOS
PAÍSES BAIXOS E ALEMANHA E
INAUGURAÇÃO DO PRIMEIRO
CENTRO DE PROMOÇÃO COMERCIAL
CONJUNTA DO MERCOSUL
(19 DE NOVEMBRO DE 2002)

O Mercosul decidiu instalar em Berlim seu primeiro Centro de Promoção Comercial Conjunta. Trata-se de uma experiência-piloto, que deverá ser mais tarde reproduzida em outros países. A Alemanha foi escolhida para o primeiro Centro por ser um dos principais parceiros comerciais do Mercosul em todo o mundo. De fato, o mercado alemão apresenta excelente potencial para os produtos do Mercosul – tanto aqueles tradicionalmente exportados (carnes, soja, café, autopeças) quanto novos itens ainda pouco presentes na pauta Mercosul- Alemanha (equipamentos médicos, vinhos, frutas frescas, cerâmicas, calçados, móveis, etc.).

O Centro de Promoção Comercial Conjunta será inaugurado em 28 de novembro, em espaço situado nas instalações da Embaixada do Brasil. Um Grupo Executivo, formado por diplomatas dos quatro países membros, conduzirá suas atividades. O Centro estará encarregado de promover a imagem do Mercosul, organizar missões empresariais, identificar oportunidades de negócios e fornecer apoio aos exportadores do Mercosul.

A primeira tarefa do Centro será a organização de uma Missão Comercial Conjunta, composta por empresários argentinos, brasileiros, paraguaios e uruguaios, que visitará Berlim nos dias 27, 28 e 29 de

outubro para rodada de negócios com parceiros alemães. A Missão será integrada por cerca de 40 empresas de diversas áreas (têxteis, produtos alimentícios, bebidas, couros, etc.). O encontro com empresas alemãs, a ser realizado na Embaixada do Brasil, visa a explorar oportunidades de exportações e outros tipos de cooperação ou complementação produtiva. As delegação empresarial será acompanhada por representantes da área governamental de promoção comercial dos países do Mercosul.

A Missão visitará também os Países Baixos nos dias 24, 25 e 26. O programa da etapa neerlandesa inclui a realização de seminário sobre o Mercosul em Rotterdam, rodada de negócios, visitas técnicas e visita guiada ao Porto de Rotterdam.

O Embaixador Mario Vilalva, Diretor Geral do Departamento de Promoção Comercial, e os Embaixadores Juan Jose Uranga, Argentina; Luis Gonzales Árias, Paraguai; e Agustin Espinosa, Uruguai, concederão *briefing* sobre a Missão Comercial Conjunta e sobre a inauguração do primeiro Centro de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul. O *briefing* será no próximo dia 21, quinta-feira, às 15:30 h. na sala de imprensa do Palácio Itamaraty.

BRASIL E COMUNIDADE EUROPÉIA
ASSINAM MEMORANDO DE
ENTENDIMENTO SOBRE COOPERAÇÃO
(19 DE NOVEMBRO DE 2002)

Foi assinado hoje, 19 de novembro de 2002, em Bruxelas, Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Brasil

e a Comunidade Européia. O Memorando estabelece as prioridades da cooperação bilateral até o final do ano de 2006. Com orçamento indicativo de aproximadamente 64 milhões de euros, o Memorando prevê a possibilidade de realização de ajustes quando as partes julgarem necessário.

O Memorando foi assinado, representando o lado brasileiro, pelo Excelentíssimo Senhor Embaixador José Alfredo Graça Lima, Chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias e, representando o lado europeu, pelo Sr. Guy Legras, Diretor-Geral para Relações Internacionais da Comissão Européia, tendo sido anteriormente rubricado por ocasião da VIII Comissão Mista Brasil-UE, realizada nos dias 27 e 28 de maio de 2002, em Brasília, como resultado de negociações prévias sobre o futuro da cooperação bilateral.

O Memorando indica cinco temas prioritários (administração pública, cooperação econômica, desenvolvimento social, pesquisa e tecnologia, e meio ambiente), que formam a base do Relatório Nacional de Estratégias sobre o Brasil adotado pela Comissão em agosto de 2002. Três acordos para a execução dos projetos previstos no Memorando já foram firmados. A implementação dos mesmos está prevista para o início de 2003. Os projetos são: modernização da administração pública, apoio à reforma fiscal, e capacitação da polícia na área de direitos humanos. Um quarto Projeto está em elaboração e visa à implementação de uma rede de centros tecnológicos.

O Brasil e a Comunidade Européia consideram que o Memorando de Entendimento representa um avanço importante para as suas relações bilaterais e esperam a implementação exitosa dos projetos de cooperação.

NOTAS PARA EXPOSIÇÃO DO
MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, PROFESSOR CELSO
LAFER, NA COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
DO SENADO FEDERAL (CONJUNTA
COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)
(20 DE NOVEMBRO DE 2002)

A questão do Iraque

I) Antecedentes

O Oriente Médio tem sido foco de conflitos e tensões com graves conseqüências para a paz e segurança (e também para a economia) internacional nos últimos anos.

O Iraque está no centro de dois conflitos de extrema gravidade. Em 1980, o Iraque iniciou uma guerra contra o Irã, que durou até 1988. A guerra Irã-Iraque foi a mais longa e sangrenta desde o final da II guerra mundial. Estima-se que o Irã tenha sofrido 900.000 baixas em suas forças armadas, e o Iraque 300.000. Foram utilizadas armas de destruição em massa (no caso, armas químicas), inclusive contra populações civis.

Mais tarde, em 1990, o Iraque invadiu o Kuwait. Hoje estamos assistindo aos desdobramentos da reação da comunidade internacional para repelir essa invasão.

A Guerra do Golfo

Logo após o fim da guerra com o Irã, o Iraque voltou suas atenções para o Kuwait, acusando-o de extrair mais petróleo das jazidas transfronteiriças do que fora acertado entre os dois países e de aumentar sua

produção petrolífera acima da quota fixada pela OPEP, com o objetivo de prejudicar economicamente o Iraque. Estava também em disputa a soberania sobre duas ilhas na saída do Golfo reivindicadas pelo Iraque. A posse das ilhas proporcionaria ao Iraque uma delimitação mais favorável de suas águas territoriais e, portanto, incrementaria sua área de exploração petrolífera nas águas do Golfo.

No dia 2 de agosto, tropas iraquianas invadiram o Kuwait, anexado seis dias depois. Independentemente da natureza da reivindicação iraquiana, a invasão e anexação configuraram de modo inequívoco um exemplo de guerra de conquista.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu a retirada imediata das forças iraquianas. O não-cumprimento dessa exigência nos meses seguintes provocou embargo comercial e financeiro contra o Iraque, progressivamente transformado em bloqueio militar.

Em 29 de novembro, o Conselho autorizou os Estados membros a recorrerem à força, a partir de 15 de janeiro de 1991, caso as tropas iraquianas não se tivessem, até aquela data, retirado do território do Kuwait.

No dia 17 de janeiro, uma coalizão de cerca de vinte países, baseada na Arábia Saudita e liderada pelas forças dos Estados Unidos, Reino Unido e França, iniciou as operações militares com o bombardeio dos territórios do Iraque e do Kuwait. Uma rápida ofensiva terrestre, entre os dias 24 e 28 de fevereiro, pôs fim ao conflito.

Após a aceitação pelo Governo do Iraque das condições de cessar-fogo - notadamente a destruição pelo Iraque de suas armas químicas e biológicas e de seus mísseis de médio e longo alcance - as operações militares foram oficialmente encerradas em 11 de abril de 1991.

II) A aplicação do sistema de segurança da ONU ao caso do Iraque

As resoluções 678 (1990) e 687 (1991)

O Conselho de Segurança tem-se pronunciado sobre a questão desde 1990, em especial por meio de uma série de resoluções, que passo a descrever e comentar.

A Resolução 678 (1990) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 29 de novembro de 1990, denominada “Resolução de Poderes de Guerra”, autorizou os “Estados Membros cooperantes com o Governo do Kuwait” a “usar todos os meios necessários” para implementar não só a Resolução 660 (1990), de 2 de agosto de 1990, que exigia a retirada das forças iraquianas do território do Kuwait, mas também todas as resoluções subsequentes relevantes e restaurar a paz e a segurança na área.

Após a expulsão das tropas iraquianas e o término da Guerra do Golfo, a Resolução 687 (1991), de 3 de abril de 1991, chamada “Resolução de Cessar-Fogo” definiu as exigências requeridas para a declaração de uma cessação das hostilidades. O cessar-fogo entre o Iraque e as forças da coalizão entrou em vigor em 8 de abril de 1991, quando o Governo iraquiano aceitou formalmente os termos da resolução, que, aliás, governa até hoje o relacionamento entre o Iraque e a comunidade internacional.

Na Resolução 687 (1991), o Conselho de Segurança decidiu manter o tema sob sua alçada. Fica claro assim que compete ao Conselho de Segurança, e somente ao Conselho de Segurança, determinar que o cessar-fogo não mais subsiste, sem o que qualquer ação contra o Iraque estará fundamentada em base jurídica frágil.

As resoluções adotadas pelo Conselho, além de estabelecerem um regime abrangente de sanções contra o regime iraquiano,

encarregaram a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) de proceder a inspeções “in loco” para verificar a existência e proceder ao desmantelamento de armas de destruição e massa e mísseis de médio e longo alcance eventualmente mantidos pelo Iraque.

A receita do Iraque com a venda de petróleo passou a ser financeiramente administrada sob o regime de sanções com o propósito de evitar o desvio de receita para o rearmamento ilegal do Iraque. Foi criado o programa “Petróleo por Alimentos”, através do qual se autorizam as exportações iraquianas de petróleo e se administra a utilização da receita para fins humanitários. Note-se que o Brasil tem participado e se beneficiado dessa modalidade de comércio com o Iraque.

O Iraque logrou no entanto promover o contrabando através de países vizinhos, com o que o regime de Bagdá tem auferido receitas que escapam ao controle internacional.

Implementação das Resoluções do CSNU pelo Iraque

As dificuldades criadas pelo Governo iraquiano à condução dos trabalhos dos inspetores da Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) nos anos 90 contrariavam as resoluções adotadas no Conselho de Segurança, que determinavam a necessidade de plena cooperação do Iraque com as Nações Unidas.

Essas dificuldades atingiram um clímax em 1998, quando ocorre a retirada dos inspetores da UNSCOM e os EUA e o Reino Unido bombardeiam Bagdá.

Desde então não se realizam inspeções da ONU no Iraque e há suspeitas de que

nesse ínterim o Governo iraquiano poderia ter reativado parte de seus programas de desenvolvimento de armas de destruição de massa.

Resolução 1284 (1999) do CSNU - Atuação brasileira.

Durante seu mandato no Conselho de Segurança no biênio 1998-99, o Brasil atuou de maneira a contribuir para a superação do impasse quanto ao tratamento da questão iraquiana. Na presidência de turno do Brasil no Conselho de Segurança, em janeiro de 1999, três painéis foram criados em 30 de janeiro de 1999, com o objetivo de oferecer subsídios aos membros do Conselho de Segurança nas suas deliberações sobre o Iraque: (a) desarmamento e monitoramento contínuo; (b) situação humanitária; e (c) prisioneiros de guerra. O exercício visava a proporcionar elementos de natureza técnica, sem opinar sobre os eventos em curso. Os painéis reuniram-se sob a coordenação do então Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixador Celso Amorim. O relatório dos painéis, conhecido como “Relatório Amorim”, foi apresentado ao Conselho em 27 de março de 1999.

Em 17 de dezembro de 1999, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1284. A Resolução, valendo-se do relatório dos painéis, determinava que o regime de sanções imposto ao Iraque passasse tecnicamente da fase de verificação e desmantelamento do programa de armas de destruição em massa para um sistema de monitoramento contínuo intrusivo, ou seja, pela manutenção de um sistema ativo de verificação.

A resolução 1284 introduziu, pela primeira vez, a perspectiva de término das sanções.

Estabeleceu também a possibilidade de suspensão das sanções. O Governo iraquiano, no entanto, não aceitou a resolução, por entender que seus termos perpetuavam a aplicação de restrições contra o Iraque, sob diferentes formas.

Vale ressaltar que esse conjunto de resoluções relativas ao Iraque, aprovadas desde o final da Guerra do Golfo, impuseram um severo regime de constrangimentos e restrições àquele país.

III) Desenvolvimentos internacionais recentes relativos à questão do Iraque.

O impacto do 11 de setembro

Os trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 abriram, por um lado, a possibilidade de ações militares como aquelas levadas a cabo pelos EUA contra bases terroristas no Afeganistão, para as quais dispuseram de não só de sua superioridade militar, mas também de um abrangente escopo legitimador decorrente da linguagem das resoluções aprovadas pela Assembléia Geral e o Conselho de Segurança. Por outro, no entanto, os atos terroristas perpetrados contra os EUA tiveram o efeito de enrijecer sua posição em torno desse tema, singularizando ainda mais alguns países já à margem do sistema internacional (Irã, Líbia, Coreia do Norte, além do Iraque), o que tornou mais árdua a busca de uma solução negociada para a questão do Iraque no âmbito das Nações Unidas.

A Assembléia-Geral das Nações Unidas

Em agosto de 2002, os EUA declararam que o Iraque estaria incorrendo em descumprimento total das Resoluções do

Conselho de Segurança de número 1284 (1999), 1051(1999), 949 (1994), 715 (1991), 707 (1991) e 686 (1991) e parcial das de número 687 (1991) e 688 (1991). Essas resoluções referem-se, em larga medida, à necessidade de o Governo iraquiano livrar-se de suas armas de destruição em massa e à cooperação irrestrita que deve prestar aos trabalhos dos inspetores da Comissão Especial e da Agência Atômica no terreno. Há também menção à obrigação para as autoridades de Bagdá de não ameaçarem seus vizinhos e de cessarem a repressão contra a população civil e minorias, além de facilitarem a prestação da ajuda humanitária.

A urgência dada pelos EUA ao assunto foi ilustrada pelo discurso do Presidente Bush à AGNU em setembro, dedicado exclusivamente à questão. Nas semanas seguintes, os EUA mantiveram retórica ameaçadora quanto à possibilidade de uma ação militar unilateral contra o Iraque, mas também atuaram no âmbito do Conselho de Segurança com vistas à aprovação de nova resolução sobre a questão.

Em vista desses acontecimentos, defini a posição brasileira em meu discurso perante a Assembléia-Geral, em 12 de setembro do corrente, nos seguintes termos:

O uso da força no plano internacional somente pode ser admitido se esgotadas todas as alternativas de solução diplomática. A força somente pode ser exercida de acordo com a Carta das Nações Unidas e de modo consistente com as deliberações do Conselho de Segurança. Do contrário, estará solapada a credibilidade da Organização, dando margem não apenas à ilegitimidade, mas também a situações de equilíbrio precário e não-duradouro.

No caso específico do Iraque, o Brasil sustenta que cabe ao Conselho de Segurança

decidir as medidas necessárias para assegurar o pleno cumprimento das resoluções pertinentes. O exercício pelo Conselho de Segurança de suas responsabilidades constitui a forma de desanuviar tensões e evitar riscos imprevisíveis de desestabilização mais abrangente.

Em outubro, sob pressão norte-americana, o Iraque declarou estar disposto a receber os inspetores da UNMOVIC e da Agência Atômica sem restrições, com base nos entendimentos havidos com as Nações Unidas sobre os procedimentos logísticos a serem respeitados pelas duas partes no terreno.

A Resolução 1441 (2002) do Conselho de Segurança

Após prolongadas negociações, que duraram quase dois meses e foram realizadas sob o temor de que os EUA e alguns de seus aliados efetuassem ataques ao Iraque sem a autorização das Nações Unidas, o Conselho de Segurança aprovou por unanimidade, em 8 de novembro de 2002, a Resolução 1441, co-patrocinada pelos EUA e o Reino Unido.

A unanimidade dessa decisão em tema tão complexo - na qual cabe destacar o voto favorável da Síria - não deixa de ter implicações do ângulo do Direito Internacional Público. Verifica-se a existência de um terreno comum em matéria de direito e da qualificação jurídica dos fatos, baseado no consenso. Tal consenso é fruto de uma reciprocidade de interesses e da importância da reputação e da legitimidade, o que gera um *compliance pull* - uma maior "indução ao cumprimento" dos termos da Resolução.

Na ocasião, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, declarou que o Iraque, com a aprovação da Resolução, dispunha de uma última oportunidade de se desarmar e cooperar com as Nações Unidas.

A Resolução 1441 determina que o Iraque se encontra em *material breach* (descumprimento de obrigações impostas); estabelece um regime reforçado de inspeção e prevê conseqüências graves em caso de novas violações. A expressão *material breach* (descumprimento de obrigações impostas) é normalmente empregada no jargão do Conselho de Segurança para justificar ações coercitivas, inclusive o uso de força armada contra o Estado considerado em falta com suas obrigações. Ao mesmo tempo, a Resolução adotada estabelece o conceito de abordagem "em dois tempos", preconizada pela França. Segundo tal conceito, eventuais obstáculos ao trabalho dos inspetores não desencadearão automaticamente uma ação militar.

Os EUA e o Reino Unido afirmaram que a Resolução tem por objetivo o desarmamento do Iraque e que não contém previsão de uso automático da força se seus termos não forem cumpridos. Se o Iraque não cumprir com os termos da Resolução, declararam, caberá à UNMOVIC e à Agência Atômica informar o fato ao Conselho de Segurança, ao qual caberá então "assumir suas responsabilidades".

Os EUA não deixaram contudo de ressaltar que a Resolução não impede um país-membro da ONU de exercer seu direito de auto-defesa e de promover a aplicação das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, se o objetivo de desarmamento não for cumprido pelo Iraque.

Não está, assim, descartada a possibilidade de recurso à força por parte dos EUA em caso de não-cooperação iraquiana e se o Conselho de Segurança não atuar de forma decisiva. Os três outros membros permanentes do Conselho de Segurança, França, Rússia e China, estimam que a Resolução 1441 reafirma os seguintes princípios: o desarmamento do Iraque deve ser obtido pela via da paz; a estabilidade na região não deve ser afetada; a ação armada

deve ser vista como último recurso; e cabe ao Conselho de Segurança determinar o uso da força, caso os inspetores da UNMOVIC e da Agência Atômica declarem estar ocorrendo obstrução por parte do Iraque.

Em resumo, a adoção da Resolução 1441 representou resultado positivo tanto para os EUA como para a França. O Presidente Bush obteve do Conselho de Segurança o endosso que a opinião pública norte-americana reclamava, sem precisar fazer concessões significativas, já que todos os pontos cruciais para os EUA foram preservados. A França, por sua vez, conseguiu manter o conceito de “abordagem em dois tempos”. Para as Nações Unidas e para a comunidade internacional como um todo, o resultado parece ter sido igualmente favorável, já que a Resolução foi adotada por unanimidade, em tempo relativamente curto (considerando-se a importância do assunto), o que reafirmaria a relevância da Organização no cenário internacional.

IV) Reações à aprovação da Resolução 1441 (2002)

Brasil

No dia mesmo em que foi aprovada a Resolução 1441, o Itamaraty reiterou, por meio de nota à imprensa, o compromisso do Governo brasileiro com o multilateralismo como meio legítimo para tratar de questões relativas à paz e à segurança internacionais. A referida nota conclamava o Governo do Iraque a aceitar a Resolução do Conselho de Segurança e cumprir integralmente todos seus dispositivos.

De um modo mais geral no que diz respeito ao caso do Iraque, o Brasil tem sido firme em condenar o não-cumprimento pelo Iraque das resoluções do Conselho de Segurança e em salientar a necessidade de acesso pleno e desimpedido pelos inspetores das Nações

Unidas a todos os lugares sobre os quais pare alguma suspeita. O Governo brasileiro entende que essa cooperação é indispensável para que o Conselho de Segurança delibere sobre o cumprimento de suas resoluções, de modo a promover a normalização das relações do Iraque com a comunidade internacional e aliviar o sofrimento do povo iraquiano.

O Brasil considera a adoção de medidas militares como opção de última instância, com o emprego da força estando sujeito à anuência prévia do Conselho de Segurança. O Brasil entende que compete exclusivamente ao Conselho de Segurança determinar se as disposições que regem o cessar-fogo estão sendo violadas pelo Iraque, bem como aprovar as ações necessárias para fazer valer suas decisões sobre a matéria.

O Brasil entende que as expressões *material breach* (descumprimento de obrigações impostas) e *serious consequences* (sérias conseqüências), usadas na Resolução 1441, não são, por si sós, suficientes para permitir o emprego da força contra o Iraque sem autorização explícita do Conselho de Segurança. Além da própria autorização, o Conselho de Segurança deve ser mantido suficientemente informado sobre as ações militares exercidas com o seu beneplácito, para que possa desempenhar satisfatoriamente suas prerrogativas na legitimação do uso da força.

Iraque e demais países árabes

No último dia 13 de novembro, um dia após o Parlamento iraquiano rechaçar a Resolução 1441, sob o argumento de que feria a soberania nacional do Iraque, o Governo de Bagdá declararia aceitar incondicionalmente os termos da referida Resolução.

Tudo leva a crer que os países árabes tenham instado Bagdá a aceitar os termos

da Resolução 1441, preocupados com a necessidade de preservar o Iraque e a região das conseqüências de um eventual ataque liderado pelos EUA. Os países árabes receiam que um eventual ataque ao Iraque venha a ter conseqüências imprevisíveis no que se refere ao equilíbrio entre o diferentes grupos étnico-religiosos na região, à aspiração nacional dos curdos, à estabilidade dos regimes moderados da região e à opinião pública árabe.

Nos termos da Resolução 1441, o Iraque deverá apresentar relatório sobre seus programas e atividades no campo das armas de destruição em massa até 8 de dezembro de 2002.

V) Capítulo VI e Capítulo VII da Carta - diferenças.

É importante diferenciar as medidas aprovadas pelas Nações Unidas sob os Capítulos VI ou VII da Carta da ONU. O Capítulo VI trata da solução pacífica de controvérsias, havendo o envolvimento do Conselho de Segurança quando surge uma ameaça à paz e a segurança internacionais. No contexto do Capítulo VI a ação do Conselho é essencialmente mediadora.

Já o Capítulo VII trata das ações que dizem respeito a uma ameaça à paz, ruptura da paz e atos de agressão, sendo que o Conselho de Segurança tem entre suas competências precípua a responsabilidade pela manutenção da paz e da segurança internacionais. As ações do Conselho sob o Capítulo VII têm caráter mandatário.

A utilização do Capítulo VII da Carta pressupõe a existência de uma situação de urgência. A urgência é a qualificação de uma situação de fato, que no caso em pauta tem sua origem nos atos de governo iraquiano – atos que por sua vez derivam do não-cumprimento

de resoluções anteriores que também foram enquadradas no Capítulo VII da Carta (a Guerra do Golfo e suas seqüelas).

VI) Conclusão

Com a aprovação unânime da resolução 1441 (2002), o multilateralismo prevaleceu. O Conselho de Segurança atuou e ofereceu um caminho para resolver um problema que, por muitas razões, é real: a posse pelo Iraque de armas de destruição em massa numa região extremamente volátil do ângulo da segurança.

O alcance da vitória: Na verdade, a vitória do multilateralismo ainda não está completa. É óbvio que as resoluções valem na medida em que são obedecidas e, portanto, a expectativa é de que os iraquianos aceitem os inspetores – o que já fizeram – e permitam que trabalhem nos exatos termos previstos na resolução 1441. Igual a expectativa de que só venha ocorrer intervenção militar nos exatos termos que aquela resolução prescreve. Caso os inspetores se desloquem para o Iraque e comecem o seu trabalho, cujos resultados não vão aparecer antes de março de 2003, é improvável haver ataques militares sem alguma forma de endosso do Conselho. É o que está na realidade dos fatos que a resolução vai gerar. Assim, está estabelecido um procedimento multilateral, de legitimidade evidente, para tratar do problema iraquiano. Teoricamente, dependem agora do Iraque as ações que poderiam evitar uma intervenção militar.

Anegociação e unanimidade: Até logo antes da votação, seriam poucos os que arriscariam a dizer que a resolução seria aprovada por unanimidade, que afinal derivou essencialmente de um processo negociador entre os EUA (mais Reino Unido) e os demais membros do Conselho, especialmente a França. É evidente que a essência dos interesses americanos foram

preservados, mas de uma forma tal que se criou um “padrão” claro, não controlado pelos americanos, para dizer o que é legítimo e o que não é quando se trata de sanções contra o Iraque. Mais precisamente: a possibilidade de que, caso o Conselho falhe, os EUA assumiriam a responsabilidade de “resolver o problema da ameaça iraquiana” se enfraquece diante do fato de que o Conselho agiu e definiu um caminho legítimo para desarmar o Iraque. No processo negociador, quem assumiu, na etapa inicial, *intra P-5*, a oposição aos EUA foi a França. Cabe lembrar que a grande vantagem americana na negociação foi a fragilidade da posição internacional do Iraque, país em claro descumprimento de resoluções do Conselho. Ou seja, sendo um país fora da lei, foi relativamente fácil construir os fundamentos do argumento pró-resolução “forte” e o único problema real foi dar-lhe forma compatível com a competência do Conselho de determinar quando e como usar a força contra um país. Para este objetivo, a França foi decisiva e parece claro que o resultado final, do ângulo da Carta, é muito melhor juridicamente do que o projeto inicial americano. Quando a negociação se abriu para o Conselho como um todo, os franceses encontraram aliados importantes e um dos que se destacou foi o México.

A isto cabe agregar o fato de que, no debate sobre a questão realizado ao longo do mês de outubro no Conselho de Segurança aberto a todos os Estados-membros da Organização, houve defesa geral e inequívoca do multilateralismo. Na ocasião, o Brasil manifestou-se, por meio de nosso Representante Permanente junto à ONU, Embaixador Gelson Fonseca Jr.. Com sua reconhecida competência diplomática e acuidade intelectual no trato das questões que dizem respeito à legitimidade internacional, reafirmou a posição brasileira que enunciei no

discurso que proferi na abertura da Assembléia Geral em setembro.

Perspectivas: É difícil, neste momento, ir além de observações preliminares. Mas, certamente, o dado fundamental é que os EUA aceitaram, neste caso, o marco multilateral que lhes terá servido não somente para uma vantagem óbvia no campo da legitimidade – a urgência de lidar com a ameaça iraquiana, que vinha se dissipando desde 1998, foi reimposta na agenda internacional pelos EUA – mas também para ganhar tempo para amadurecer uma decisão, como a de intervir militarmente no Iraque, que é, estratégica e politicamente, difícilíssima. Amadurecer a decisão será talvez reconhecer as dificuldades da operação e, idealmente, deixar que os mecanismos internacionais funcionem plenamente.

Observações finais. Se o poder americano no mundo de hoje é excepcional, o caso iraquiano também é único. É sintomático que o problema da Coreia do Norte venha tendo outro tratamento pelos EUA. Assim, há pouco a generalizar, salvo o fato de que o Conselho de Segurança sai justificado, ou, mais precisamente, mostra que pode oferecer soluções para problemas complexos, em tempo relativamente curto e com perspectivas de eficiência e selo de legitimidade. O Conselho ofereceu, neste caso, solução que, se agrada aos EUA, não discrepa do que é o sentimento generalizado da comunidade internacional. A única Superpotência mostrou “precisar” do Conselho porque não existe, na atual ordem internacional, substituto para o CSNU quando se trata de legitimar ações com implicações para a paz e a segurança. São os desdobramentos da aplicação da resolução 1441 que vão definir se a tendência de “aceitar” o papel do Conselho será finalmente adotada pelo Governo Bush.

III REUNIÃO DO MECANISMO DE CONSULTAS BRASIL-EUA NAS ÁREAS DE COMÉRCIO E DE INVESTIMENTO (20 DE NOVEMBRO DE 2002)

Realizou-se, hoje, dia 20 de novembro, em Brasília, a III Reunião do Mecanismo de Consultas Brasil-EUA nas Áreas de Comércio e de Investimentos. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Clodoaldo Hugueney Filho, Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior. A chefia da Delegação norte-americana coube ao Embaixador Peter Allgeier, *Deputy USTR (United States Trade Representative)*.

O Mecanismo de Consultas é foro político para o intercâmbio de idéias e de opiniões em assuntos comerciais de interesse mútuo. Foi estabelecido no final de março de 2001, por ocasião da visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Washington, com o propósito de, essencialmente, propiciar um diálogo franco e transparente com a finalidade de atualizar a compreensão dos objetivos e aspirações de cada parte nos diversos entendimentos comerciais em curso.

Sua primeira reunião realizou-se no Rio de Janeiro, em 20 de julho de 2001. A segunda teve lugar em Washington, no último dia 22 de maio. A III Reunião, que se realiza em seguida à Mini-Ministerial de Sydney (14 e 15 de novembro), possibilitou troca geral de idéias sobre o andamento das negociações da Rodada Doha, e os desafios que devem ser enfrentados até a realização da V Ministerial em Cancun, em setembro de 2003. A esse respeito, as discussões ressaltaram aspectos referentes à implementação, tratamento especial e diferenciado, cooperação técnica e, em particular, ao Acordo sobre Propriedade Intelectual (TRIPS) e Saúde Pública. Sobre

este último ponto, Brasil e EUA concordaram que o alcance das discussões, em Genebra, deve estar centrado nos parâmetros acordados em Doha.

No que diz respeito às discussões sobre a ALCA, Brasil e EUA expressaram sua satisfação com os resultados da VII Reunião Ministerial, celebrada em Quito, no último dia primeiro de novembro. Reconheceram, ademais, os desafios da nova fase de negociação que ora se inicia e expressaram sua disposição em obter um acordo equilibrado e abrangente que venha a atender o interesse de todas as partes.

No segmento de assuntos bilaterais foram tratados, entre outros, temas relacionados com propriedade intelectual, biotecnologia, têxteis, energia, etanol, recentes medidas norte-americanas de segurança pública com impacto comercial, além de temas agrícolas.

Com relação às recentes iniciativas norte-americanas na área de segurança, expressou o lado brasileiro sua preocupação com as possíveis restrições comerciais que poderão derivar de tal iniciativa. Ofereceu-se, também, a cooperar de forma a minimizar eventual impacto negativo no comércio bilateral. Foram discutidas, ademais, questões relacionadas ao combate à pirataria. Foi expressado, ainda, o interesse do setor têxtil brasileiro em obter flexibilidades que permitam o aumento de suas quotas de exportações para o mercado norte-americano. No que diz respeito às questões agrícolas, foi expressado o interesse brasileiro em obter do lado norte-americano o reconhecimento da condição sanitária do rebanho brasileiro, com vistas à certificação do País como fornecedor de carne bovina “in natura” para o mercado norte-americano. Fez o lado brasileiro, ademais, ampla exposição sobre os avanços que vêm sendo obtidos internamente para a erradicação da febre aftosa.

A III Reunião do Mecanismo de Consultas cumpriu plenamente seu objetivo, ao proporcionar ocasião favorável para um franco e cordial intercâmbio de idéias, reforçando, ainda mais, o alto nível de entendimento e de amadurecimento nas relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos.

VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES
DA CONVENÇÃO RAMSAR
SOBRE ÁREAS ÚMIDAS DE
IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL
(22 DE NOVEMBRO DE 2002)

No período de 18 a 26 de novembro de 2002 será realizada, em Valência, Espanha, a VIII Conferência das Partes da Convenção Ramsar sobre Áreas Úmidas de Importância Internacional. A Convenção Ramsar adotada em 1971 e em vigor desde 1975, foi resultado de longo processo negociador aberto em 1960 por iniciativa de três organizações não-governamentais preocupadas com o ressecamento acelerado de zonas úmidas, sobretudo na Europa e na África do Norte. As organizações não-governamentais lançaram, na época, um programa destinado a difundir conhecimento sobre o valor das zonas úmidas para a humanidade e constituiu o ponto de partida para a elaboração da Convenção aprovada em Ramsar, no Irã, sobre o tema. As áreas de habitats destinados à preservação das espécies migratórias de aves aquáticas compõem a chamada “Lista de Ramsar” e são identificadas segundo critérios que vêm sendo gradativamente elaborados e aprimorados pelas Partes Contratantes da Convenção. Atualmente, além da preocupação inicial com relação às populações de aves aquáticas, os temas de recursos hídricos e da diversidade

biológica vêm ganhando maior destaque. O Brasil aderiu à Convenção de Ramsar em 1993 e possui, atualmente, sete áreas inscritas na “Lista de Ramsar”, num total de cerca de 6,7 milhões de hectares, cuja gestão é coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente. São as seguintes áreas listadas: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM), Reentrâncias Maranhenses, Parque Nacional do Araguaia, Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS), Parque Estadual Marinho do Parcel Manuel Luiz (MA) e Área de Proteção Ambiental Estadual da Baixada Maranhense. O Brasil é o quarto país com maior superfície inscrita na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional da Convenção de Ramsar.

SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO
DA NOVA EDIÇÃO DA REVISTA
“TEMAS BRASILEIROS” - “A
INDÚSTRIA DO AÇO NO BRASIL”
(26 DE NOVEMBRO DE 2002)

O Departamento Cultural e de Divulgação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) promove o seminário de lançamento da nova edição da revista “Temas Brasileiros”, que tem como tema “A Indústria do Aço no Brasil”, na próxima sexta-feira, dia 29, das 9h30 às 11h00, no Auditório Embaixador João Augusto de Araújo Castro, no Instituto Rio Branco. O seminário contará com as presenças do Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do MRE, Embaixador Clodoaldo Hugueneu Filho, e do Presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Doutor José Armando Campos.

A revista “Temas Brasileiros” é uma publicação trilingüe (em português, inglês e espanhol) que versa sobre questões relevantes da atual realidade brasileira. Esta edição, que será distribuída gratuitamente no seminário, reúne artigos do Ministro das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, do Chefe da Delegação Brasileira em Genebra, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, do Assessor Especial do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Senhor Fernando Rezende, do Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberaba, Germano Mendes de Paula, e do Doutor José Armando Campos, que analisam a atual situação da indústria brasileira do aço e os desafios por ela enfrentados no mercado internacional.

Maiores informações sobre o seminário e as publicações do Departamento Cultural e de Divulgação podem ser obtidas pelo e-mail dc@mre.gov.br ou pelos telefones (61) 411-6713 e (61) 411-6723 (Paulo André Lima e Isaac Nunes).

NOTA SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA (26 DE NOVEMBRO DE 2002)

O Governo brasileiro acompanha com redobrada atenção a situação na Venezuela e lamenta que o processo negociador entabulado pelo Secretário-Geral da OEA venha sendo dificultado pela intransigência e radicalização de posições.

O Secretário-Geral Cesar Gaviria conta com todo o apoio do Brasil, que viu com grande satisfação a instalação da “Mesa de Negociação” e sua perspectiva de promover o diálogo interno na Venezuela. De igual

modo, são merecedores de apreço o Centro Carter e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Governo brasileiro reitera a confiança em que o Governo constitucional do Presidente Hugo Chávez e os atores políticos e sociais que participam da “Mesa de Negociação” saberão encontrar, com espírito equilibrado e construtivo, a estabilidade e a prosperidade de que é merecedor o povo venezuelano.

Para o Brasil, não haverá solução durável para a crise venezuelana a não ser pela via da negociação e com a observância da normalidade institucional e democrática.

COMUNICADO DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA (29 DE NOVEMBRO DE 2002)

Diante da situação política que vive a Venezuela, os países do Mercosul, a Bolívia e o Chile expressam sua confiança em que o Governo venezuelano juntamente com a oposição daquele país saberão somar esforços para alcançar o diálogo e a cooperação necessários.

Os países do Mercosul, a Bolívia e o Chile apoiam enfaticamente as gestões que o Secretário-Geral da OEA, César Gaviria, o PNUD e a Fundação Carter realizam no âmbito da Mesa de Negociações, a fim de colaborar na solução dos problemas políticos de Venezuela.

Os países do Mercosul, a Bolívia e o Chile reiteram sua confiança na capacidade do povo venezuelano e de seus dirigentes para superar seus problemas uma vez mais, mantendo o respeito às instituições democráticas, como único caminho possível para alcançar o entendimento entre todos.

COMEMORAÇÕES PELO CENTENÁRIO
DA POSSE DO BARÃO DO RIO BRANCO
(29 DE NOVEMBRO DE 2002)

3 de dezembro de 2002 é a data do centenário da posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores. José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, é a maior figura da diplomacia brasileira e o seu patrono, e das mais importantes figuras da história pátria. Sua gestão à frente do Itamaraty estendeu-se por quatro governos presidenciais e foi a mais longa até hoje. Ela durou mais de nove anos e só foi encerrada por motivo de seu falecimento. À sua inteligência, aos seus conhecimentos de história e geografia do Brasil e à sua capacidade negociadora deve o Brasil a fixação dos limites de seu território e o quadro de paz que caracteriza suas relações com os numerosos países vizinhos. Paranhos, por sua obra e seu estilo, marcou com tal força a diplomacia brasileira que o Itamaraty é também conhecido como “A Casa de Rio Branco”. Ele é um modelo para as novas gerações de amor à Pátria e de dedicação ao seu serviço.

Para celebrar esse centenário e fazer lembradas a obra e a figura do Barão, o Presidente da República, por Decreto de 7 de fevereiro de 2002, criou, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, uma Comissão Organizadora das Comemorações pelo Centenário de sua Posse como Ministro de Estado. Essa Comissão presidida pelo Ministro Celso Lafer, foi constituída por Portaria de 3 de maio do corrente ano. Integram-na os ex-Ministros das Relações Exteriores, representantes das duas Casas Legislativas, de vários ministérios, de outras entidades públicas, da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico

Brasileiros, bem como personalidades ilustres, especialmente convidadas.

A Comissão aprovou em maio do corrente ano um programa de atividades comemorativas de cuja execução ficou encarregado um Comitê Executivo cuja coordenadora-geral é a Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão.(Funag).

No quadro dessa programação, já foram publicados dois livros sobre o Barão; no próximo dia 3 será lançado o volume I da reedição de suas Obras, uma co-edição da Funag e da Câmara dos Deputados; ainda em dezembro sairá do prelo o livro intitulado “Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil”, que reúne os textos apresentados num seminário internacional de mesmo título realizado em agosto último em Brasília; e outros livros estão em estado avançado de preparação.

Além do seminário já citado, houve, de 27 a 29 de novembro do corrente ano, no Rio de Janeiro, um Colóquio Nacional em torno da obra do Barão, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a cooperação da Funag e, nos dias 21 e 22 de novembro, a Chancelaria do Uruguai organizou um seminário sobre o Barão. Uma exposição sobre “O Barão e a Caricatura” está percorrendo o Brasil, tendo sido apresentada no Rio de Janeiro (maio), em Curitiba (julho), em Porto Alegre (outubro) e em São Paulo (novembro). Em 3 de dezembro, será inaugurada em Belo Horizonte. No dia 10 de dezembro, será inaugurada no Museu Histórico Nacional, no Rio, a exposição “O Barão do Rio Branco e a Alma Carioca”, que mostrará as vinculações de Rio Branco com o Rio de Janeiro, cidade onde nasceu e morreu e para cuja modernização muito contribuiu. De 7 de setembro aos primeiros dias de novembro, a Fundação Armando

Álvares Penteadó (FAAP), de São Paulo, apresentou no Itamaraty uma belíssima exposição sobre “O Barão e seu Tempo”. De 3 a 6 de dezembro, estarão expostos no Palácio Itamaraty, em Brasília, textos autógrafos de Rio Branco, como anotações em livros e em mapas, cartas, minutas de documento oficiais, etc. E, no dia 3 de dezembro, os Correios lançarão um carimbo comemorativo do centenário da posse do Barão e a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro tocará no Palácio Itamaraty, em Brasília, uma peça musical composta por Francisco Braga no dia da morte do Barão e em sua memória: “O Pranto da Bandeira”.

CANDIDATURA DE SYLVIA HELENA DE FIGUEIREDO STEINER PARA JUÍZA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (29 DE NOVEMBRO DE 2002)

O Ministro das Relações Exteriores, após consulta ao Ministro da Justiça, informou que o Governo brasileiro decidiu hoje apresentar a candidatura de Sylvia Helena de Figueiredo Steiner para juíza do Tribunal Penal Internacional, cujas eleições serão realizadas em Nova York, na sede das Nações Unidas, no período de 3 a 7 de fevereiro de 2003, na Primeira Sessão Reconvocada da Primeira Assembléia Geral dos Estados Partes.

O Tribunal Penal Internacional representa um marco na evolução do direito internacional contemporâneo, ajudando a ordenar e a normatizar os novos impulsos da sociedade mundial no campo da promoção e proteção dos direitos humanos e da segurança internacional. Pela primeira vez na História, um tribunal penal internacional de caráter permanente

foi estabelecido, por acordo multilateral, aberto à adoção universal, com o objetivo de processar e julgar os responsáveis pelos mais graves crimes internacionais compreendendo os crimes de genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes de agressão. O Tribunal é uma garantia de que não ficarão impunes os crimes que, por sua extrema gravidade, ferem os mais elementares padrões de civilização.

A candidata brasileira, Sylvia H. de F. Steiner, integra desde outubro de 1995 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo) e preenche os requisitos estabelecidos pelo Tribunal, como elevada idoneidade moral, imparcialidade e integridade, notável saber jurídico e reconhecida competência em direito penal e processual penal, para ocupar uma das 18 vagas a serem disputadas no pleito de fevereiro de 2003. Além dessas qualificações, nas quais cabe realçar a experiência judiciária, a candidata brasileira é especialista em direito internacional, tendo realizado seus estudos de pós-graduação nesta área na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A candidata brasileira concorrerá a um dos assentos reservados a especialistas em direito penal.

De acordo com o Estatuto de Roma, deverá haver uma representação justa de juízes do sexo feminino no Tribunal.

Ao longo de sua carreira profissional, a candidata brasileira tem-se mostrado importante defensora dos direitos fundamentais da pessoa humana por sua atuação em entidades de promoção dos direitos como a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (seção de São Paulo), Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a Seção Brasileira da Comissão Nacional de Juristas.

Ajuíza federal de 2º Instância Sylvia Steiner também foi membro do Ministério Público Federal (1982-1995) e exerceu anteriormente a função de advogada. Participou ativamente como integrante da delegação do Brasil dos trabalhos da Comissão Preparatória do Tribunal Penal Internacional em Nova York e da elaboração do anteprojeto de lei que incorpora as normas do Estatuto de Roma ao ordenamento jurídico brasileiro.

ATENTADOS NO QUÊNIA E À
COMPANHIA AÉREA ISRAELENSE
(29 DE NOVEMBRO DE 2002)

O Governo brasileiro deplora o atentado terrorista ocorrido na data de hoje em Mombaça, Quênia, bem como a tentativa de abatimento com mísseis de uma aeronave da companhia israelense EL AL, e estende às famílias das vítimas os sentimentos de pesar de todo o povo brasileiro por mais este ato trágico associado ao conflito no Oriente Médio.

O Governo brasileiro reitera sua convicção de que tais ações, que de forma preocupante atingem agora outra região, prejudicam gravemente os esforços com vistas à retomada das negociações de paz com que está comprometida a comunidade internacional, encorajada ultimamente pela proposta conjunta do “Quarteto”.

É indispensável que cessem os atos extremistas, responsáveis pela crescente espiral de violência e destruição. Tais atos, ao realimentar o ódio e a vingança nas populações afetadas, em especial palestinos e israelenses, apenas distanciam-nas dos objetivos de paz e segurança, bem como da criação de um Estado nacional palestino.

Nota nº 477 - 02/12/2002

COLÓQUIO SOBRE AS RELAÇÕES
BRASIL – ÁFRICA
(02 DE DEZEMBRO DE 2002)

Por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores/ Departamento da África e Oriente Próximo (DAOP) e do Grupo dos Embaixadores Africanos em Brasília, será realizado, em 5 dezembro do corrente ano, no Instituto Rio Branco, SAFS Qd. 05, lotes 2 e 3, o COLÓQUIO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA, cuja organização conta com o apoio do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), do Instituto Rio Branco (IRBr), ambas instituições pertencentes ao MRE, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação.

O Colóquio inicia o processo de preparação do FORUM BRASIL-ÁFRICA: POLÍTICA, COOPERAÇÃO E COMÉRCIO, programado para fins de maio/início de junho de 2003, em Brasília. O objetivo da iniciativa é reexaminar, em bases realistas, as relações do Brasil com o continente africano, à luz de novos e positivos fatos, como a criação da União Africana e a implementação do programa de desenvolvimento sustentável “Nova Parceira para o Desenvolvimento da África - NEPAD”, com vistas a buscar novas oportunidades de cooperação nas áreas do diálogo diplomático, comércio e investimentos, ciência e tecnologia e cultura. O COLÓQUIO deverá centrar-se no debate sobre as principais áreas temáticas do relacionamento Brasil-África e visa a auxiliar na elaboração da agenda mais específica a ser tratada, de forma ampla, no FORUM.

O COLÓQUIO contará, em sua abertura, com as alocações iniciais do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Osmar Chohfi, e do Decano do Grupo Africano, Embaixador Martin Mbarga Nguele, do Cameroun.

ALERTA SOBRE FRAUDES FINANCEIRAS NA ÁFRICA OCIDENTAL (04 DE DEZEMBRO DE 2002)

O Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Assistência Consular, gostaria de alertar aos cidadãos brasileiros sobre a existência de propostas de dirigir-se a determinados países africanos para resgatar apólices milionárias, malas com barras de ouro, ou oferecer sua conta pessoal para que sejam feitos depósitos de milhões de dólares. Trata-se de golpes de extorsão comuns na África Ocidental, cujas vítimas correm, inclusive, risco de vida.

VI REUNIÃO DA CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO DA BASILÉIA SOBRE O CONTROLE DO MOVIMENTO TRANSFRONTEIRIÇO DE RESÍDUOS PERIGOSOS E SEU DEPÓSITO (06 DE DEZEMBRO DE 2002)

No período de 9 a 13 de dezembro de 2002 será realizada, em Genebra, Suíça, a VI Reunião da Conferência das Partes da Convenção da Basiléia sobre o Controle do Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito.

A Convenção da Basiléia foi adotada em 1989 e entrou em vigor em 1992.

Atualmente, ela conta com 152 Estados-parte. A Convenção constitui o primeiro instrumento internacional juridicamente vinculante com o objetivo de regulamentação do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos, estabelecendo um procedimento de consentimento prévio informado segundo o qual a exportação de resíduos perigosos só pode ocorrer após autorização expressa de todos os Estados envolvidos naquele movimento específico. A negociação da Convenção, nos anos 80, foi motivada pela constatação do envio crescente de resíduos perigosos de nações industrializadas aos países em desenvolvimento, que estavam se transformando no “lixo do mundo”. Frequentemente, o envio dos resíduos e seu posterior depósito nos territórios dos países em desenvolvimento eram realizados de forma insustentável, prejudicando a saúde humana e o meio ambiente.

O Brasil aderiu à Convenção da Basiléia em 1992. Desde então, vem participando de forma ativa e construtiva de seus debates. Entre os temas que deverão ser discutidos na VI Reunião da Conferência das Partes (VI COP), vale enfatizar os seguintes:

- Adoção de um Plano Estratégico para Implementação da Convenção para o período de 2000 a 2010;
- Mecanismo para a promoção da implementação e cumprimento das obrigações estabelecidas pela Convenção;
- Aprovação de Diretrizes Técnicas sobre o Manejo Ambientalmente Saudável de Resíduos. Dentre as Diretrizes Técnicas a serem analisadas durante a VI COP, ressaltem-se as “Diretrizes Técnicas para o Manejo Ambientalmente Saudável de Resíduos de Baterias de Chumbo Ácido”, cujo

processo de elaboração foi liderado pelo Brasil (IBAMA).

- Análise dos resultados da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10 – Joanesburgo, 26/08 a 04/09/2002) pertinentes à Convenção.

A delegação da VI COP será chefiada pelo Ministro-Conselheiro da Delegação Permanente das Nações Unidas em Genebra, Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, e contará com representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, do IBAMA, da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Instituto do PVC e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional do Meio Ambiente.

Informações adicionais sobre a VI COP estão no *site* da Convenção da Basiléia (<http://www.basel.int>).

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA
PRO TEMPORE BRASILEIRA
APRESENTAÇÃO DO MINISTRO DE
ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
(XXIII CMC - BRASÍLIA, 6/12/2002)
(06 DE DEZEMBRO DE 2002)

O Brasil exerceu a Presidência Pro Tempore em uma conjuntura econômica particularmente delicada para toda a região. Neste contexto, os processos negociadores na área econômico-comercial se caracterizaram por menor dinamismo, que a presidência procurou compensar com um exercício de organização básica e reflexão sobre os passos futuros do processo de integração. Coube desenvolver, durante o semestre, uma agenda concentrada, voltada para o fortalecimento

dos aspectos básicos da União Aduaneira. Ressalto, ademais, que a cooperação no marco do Mercosul nas áreas política, jurídica e social manteve grau elevado de intensidade.

Diante da situação econômico-comercial fixou-se como prioridade a retomada dos fluxos de comércio intrazona, dado seu importante papel de propulsor e legitimador da integração, desde a assinatura do Tratado de Assunção. Realizaram-se rodadas de contatos entre altas autoridades para resolver pendências comerciais e contatos bilaterais entre as equipes econômicas na busca de soluções para a questão dos fluxos de pagamento e avanços importantes foram obtidos na área da reativação do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

O CMC está aprovando Decisões que prorrogam os mecanismos de listas de exceções e o incremento transitório à TEC. Também se autoriza a Argentina a manter, até junho próximo, reduções tarifárias para produtos do setor de bens de capital. Pretende-se, com essas decisões, favorecer um cenário de realinhamento gradual à disciplina tarifária comum, partindo do reconhecimento de que a consolidação da União Aduaneira continua sendo um objetivo central a ser alcançado.

Por sua vez, os ministros de Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais do Mercosul, Chile e Bolívia reafirmaram seu compromisso com a solidez fiscal, ratificando as metas do documento de Florianópolis e transferindo o cumprimento da meta de inflação para 2006. Além disso, deram mandato ao Grupo de Monitoramento Macroeconômico - GMM para acompanhar não apenas o cumprimento das metas, mas também a trajetória na direção da convergência para estas.

Ocorreram avanços importantes na vertente jurídico-institucional. A criação de um setor de assessoria técnica põe em marcha o processo de transformação da Secretaria Administrativa em

uma Secretaria Técnica e representa um passo importante rumo à assignação de atribuições substantivas a um órgão comunitário, capaz de contribuir ao processo de integração desde uma perspectiva propriamente regional. Por outro lado, o esforço de incorporação da normativa MERCOSUL permitiu aumentar em um terço a proporção das normas que já foram incorporadas nos quatro Estados Partes. Os próprios mecanismos de produção normativa e incorporação estão sendo objeto de uma Decisão que procura assegurar que as normas sejam mais rapidamente incorporadas aos ordenamentos nacionais, mesmo que seja necessário tardar mais para vê-las aprovadas.

Em contraste com as dificuldades na área econômico-comercial, foi possível no semestre prosseguir de maneira intensa com os debates e negociações nas áreas de educação, cultura, justiça, segurança, desenvolvimento social, etc. Merece registro especial o trabalho realizado pela Reunião de Ministros do Interior, da qual emanaram os acordos ora elevados ao CMC de Regularização Migratória Interna de Cidadãos e Residência para Nacionais do Mercosul, Bolívia e Chile, que pavimentam o caminho para a livre-circulação de pessoas entre seus signatários. Registro ainda a realização durante esta semana em Brasília de ciclo de cinema com exibição de filmes de países do Mercosul e países associados.

Gostaria de ressaltar aos senhores presidentes a importância das atividades da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. A Comissão será um foro essencial se os Estados Partes do Mercosul desejarem que o conceito da integração verdadeiramente tome raízes em suas sociedades. Somente com a inserção da noção de Mercosul no âmago do processo político será possível assegurar um processo de integração que atenda às aspirações democráticas de nossos países.

No mesmo sentido, o Foro Consultivo

Econômico e Social tem sido o veículo de expressão das aspirações da sociedade civil e deve ser crescentemente valorizado.

Dando prosseguimento às atividades de promoção comercial conjunta, inaugurou-se o primeiro Escritório de Promoção Comercial do MERCOSUL, em Berlim. O Escritório deverá funcionar como centro difusor da produção regional tanto na União Européia quanto no Leste Europeu.

Na vertente das negociações externas, o acordo de complementação econômica firmado entre Países Membros da Comunidade Andina e o MERCOSUL representa um passo rumo à conformação de uma Área de Livre Comércio entre os dois blocos e à organização do espaço econômico sul-americano.

No âmbito da ALCA, o MERCOSUL cumpriu com as tarefas previstas no cronograma de negociações do Comitê de Negociações Comerciais, notadamente no que se refere à notificação da tarifa base para implementação do futuro acordo.

A reunião ministerial MERCOSUL-União Européia, realizada no Rio de Janeiro, no dia 23 de julho, deu novo impulso às negociações comerciais com a aprovação de um programa de trabalho para as negociações nos próximos meses e realizou-se a VIII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais.

Frente ao diagnóstico de dificuldades para obter resultados significativos na agenda econômico-comercial, procuramos desenvolver um exercício de reflexão sobre o Mercosul a fim de ajudar a colocar o Mercosul em condições adequadas para a retomada dos processos negociadores uma vez superada a crise regional.

Conforme sugestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso endossada na Cúpula de Buenos Aires, a Presidência Pro Tempore deu seguimento à proposta de reunir um Grupo de Reflexão Prospectiva sobre o MERCOSUL.

Integrado por 28 personalidades do meio acadêmico, empresarial e governamental da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A cada um de seus integrantes foi solicitado preparar um texto com sua visão pessoal sobre a situação do MERCOSUL e sobre seu futuro, que será reunido em livro a ser editado proximamente.

Os trabalhos do Grupo de Reflexão Prospectiva culminaram com a realização no dia 4 de dezembro, no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, de um seminário que tive a honra de presidir e que contou com o apoio do Banco Interamericano para o Desenvolvimento-BID, por meio do Instituto para a Integração Latino-Americana-INTAL.

Gostaria de apresentar a seguir uma breve visão geral sobre os assuntos tratados no seminário :

Os participantes tomaram como ponto de partida a constatação de que o Mercosul enfrenta, por um conjunto de circunstâncias, uma crise sem precedentes. Diante desta crise, há três caminhos possíveis. O caminho de manutenção do « status quo », administrando imperfeições a meio caminho entre uma área de livre comércio e uma união aduaneira, pareceu à maioria um caminho para a irrelevância do Mercosul em prazo relativamente curto. A segunda opção, a do recuo a uma área de livre comércio, embora seja considerada por alguns como um recuo tático necessário para obter novos avanços no futuro, é tido pela maioria como um retrocesso que teria custos importantes.

O sentido geral que recolho das opiniões dos participantes é de que deve-se optar pela terceira opção, ou seja a de que devem ser preservados os objetivos originais do projeto do Mercosul de completar a constituição de uma união aduaneira e avançar em direção a um mercado comum. Os participantes ressaltaram a importância de que o processo de integração

não se esgote na abertura comercial, mas avance a níveis mais profundos com a constituição de uma agenda ambiciosa neste sentido.

A partir desta opção, várias sugestões foram apresentadas sobre as formas concretas de alcançar este objetivo. Mas é essencial ressaltar o sentimento de que a agenda que possa resultar desta reflexão só deve ser colocada em curso se a vontade política clara dos governantes dos Estados Partes assegurar seu cumprimento, sob pena de perda irreversível de credibilidade.

Neste contexto, resalto como um primeiro bloco de questões, a importância da relação entre a agenda comercial e a agenda macroeconômica e de que exista uma evolução conjunta destes elementos. Por um lado, avançar na liberalização dos fluxos não só de bens, mas também de serviços, e assegurar a vigência da Tarifa Externa Comum, ainda que com a introdução de certos elementos de flexibilidade regulada num primeiro momento. Por outro lado, a persistência na definição e consecução de metas macroeconômicas, aliada a uma harmonização de políticas, a fim de construir um espaço de estabilidade macroeconômica na região. Ao mesmo tempo, ressaltou-se a necessidade de criar mecanismos de financiamento do processo de integração e da criação de instrumentos que garantam um desenvolvimento equilibrado dos Estados Partes.

Um segundo conjunto de questões levantadas refere-se aos temas normativos. A necessidade de melhorar a qualidade das normas produzidas e sobretudo de garantir sua credibilidade foi ressaltada, o que leva, por sua vez, aos temas da melhoria do processo de incorporação das normas e da garantia de seu cumprimento por meio de um sistema de solução de controvérsias eficaz. Foram levantadas, inclusive questões de maior alcance como a necessidade de começar a examinar reformas constitucionais que

garantam um status jurídico especial para as normas do processo de integração.

No campo institucional, foi possível observar uma convergência de opiniões no sentido de que a evolução para a União Aduaneira deve ser reforçada por uma evolução institucional paralela. Creio que a aprovação da transição a uma Secretaria Técnica como aprovamos nesta reunião do Conselho é um passo importante nesta direção. Ao mesmo tempo, ressaltou-se a necessidade de que também dentro dos países haja uma evolução institucional para acompanhar a contento as demandas do processo de integração.

Uma dimensão importante, sempre ressaltada, é, ainda, o papel crucial da agenda externa do agrupamento, que conforma o quadro de inserção da região no mundo. Ressaltou-se a importância das negociações comerciais no âmbito da OMC, da ALCA, com a União Européia, com a CAN e com países como México, África do Sul, Índia ou Tailândia, e o sentido geral foi o de que os Países do Mercosul têm muito a ganhar com uma atuação conjunta e coesa nestas negociações.

Finalmente, ressalto um conjunto de temas relacionados à transparência do processo e sua relação com a sociedade civil, seja diretamente ou por meio do reforço de instituições como o Foro Consultivo Econômico e Social e a Comissão Parlamentar Conjunta. Parece claro das intervenções que é fundamental que a agenda do Mercosul se insira nas agendas nacionais para que o processo de integração possa avançar de maneira fortalecida. Neste campo, recordo ainda as propostas de uma maior cooperação nas áreas política, social e cultural, como quadro que deve formar a base e o objetivo do processo de integração econômica.

Em torno a estes grupos de questões, os participantes apresentaram um grande número

de propostas concretas de ação, que poderão ser encontradas no livro que recolherá os trabalhos apresentados. A expectativa do Itamaraty é que as análises e propostas apresentadas pelo Grupo de Reflexão sirvam de valioso aporte para os trabalhos a serem conduzidos a partir de janeiro de 2003 pela nova administração brasileira e pelas futuras presidências do MERCOSUL, razão pela qual recomendo a continuidade do exercício.

Ainda na área da reflexão sobre o Mercosul, a Presidência Pro Tempore organizou uma Mesa Redonda sobre indicadores sociais, que discutiu no último dia 4 de dezembro, as iniciativas em curso nos diferentes órgãos do Mercosul na área social que procuram definir sistemas de indicadores sociais para o Mercosul. Por sua vez, no âmbito da reunião de Ministros da Cultura, realizou-se seminário que avaliou as indústrias culturais no Mercosul.

Finalmente, a PPTB organizou, em conjunto com a seção brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a edição, a ser concluída proximamente, de um livro com artigos sobre o sistema de Solução de Controvérsias do Mercosul.

Desejo registrar também a contribuição da Rede de Pesquisas Econômicas do MERCOSUL – RED-MERCOSUR, que tem realizado pesquisas econômicas de qualidade sobre o Mercosul e elaborou livro com artigos que traçam um balanço do processo de integração, que está sendo distribuído nesta ocasião aos participantes do CMC.

Desejo finalmente, aproveitar a ocasião deste último Conselho do Governo Fernando Henrique Cardoso para agradecer ao senhores presidentes o apoio permanente ao processo de integração e a meus colegas dos demais países sua colaboração neste período em que me coube presidir este nosso empreendimento que, insisto, é parte de nosso destino mais que de nossas opções.

LANÇAMENTO DA NOVA EDIÇÃO DA
REVISTA “TEMAS BRASILEIROS” -
“DIREITOS HUMANOS: ATUALIZAÇÃO
DO DEBATE” (INSTITUTO RIO BRANCO,
BRASÍLIA, 10 DE DEZEMBRO DE 2002)
(06 DE DEZEMBRO DE 2002)

No âmbito do Fórum Rio Branco, o Departamento Cultural e de Divulgação do Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Rio Branco convidam para o seminário de lançamento de nova edição da revista *Temas Brasileiros* - “Direitos Humanos: Atualização do Debate”, a realizar-se na próxima terça-feira, dia 10 de dezembro, de 9:00 às 11:00, no Auditório Embaixador João Augusto de Araújo Castro, na sede do Instituto Rio Branco. O seminário contará com as participações do Secretário de Estado dos Direitos Humanos, Doutor Paulo Sérgio Pinheiro, e pelo Itamaraty do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, e do Subsecretário-Geral de Política Bilateral, Embaixador Gilberto Vergne Saboia.

A revista “*Temas Brasileiros*” é uma publicação trilingüe (em português, inglês e espanhol) que versa sobre questões relevantes da atual realidade brasileira. Esta edição, que será distribuída gratuitamente no local, tem prefácio do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e traz artigos do Secretário Paulo Sérgio Pinheiro; do Embaixador Gilberto Vergne Saboia; do Professor Guilherme de Almeida, Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos da Violência/USP; de Jorge da Silva, Membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação; do Professor Hélio Santos da Universidade de São Marcos (São Paulo-SP) e da Fundação Visconde de Cairu (Salvador-BA); da Doutora Flávia Piovesan, Procuradora do Estado

de São Paulo; e do Doutor Vilmar Martins Guarany, da Coordenação-Geral dos Direitos Indígenas da FUNAI.

COMUNICADO CONJUNTO DOS
PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES
DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE
(06 DE DEZEMBRO DE 2002)

1. Reunidos, na cidade de Brasília, em 6 de dezembro de 2002, por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, os Presidentes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, reconhecendo o caráter estratégico e prioritário do processo de integração, reafirmam sua determinação de ampliar e aprofundar a cooperação existente, continuar avançando no processo de convergência para assegurar uma incorporação crescente de Bolívia e Chile ao MERCOSUL, bem como aprofundar o desenvolvimento econômico e a integração regional dentro de um marco de maior justiça e equidade social.
2. Reiteram seu firme compromisso de preservar e fortalecer as instituições democráticas e o Estado de Direito, como condição essencial para o avanço do processo de integração, bem como a alta prioridade que atribuem ao aperfeiçoamento do sistema judicial e à proteção, promoção e garantia da plena vigência das liberdades fundamentais e de todos os direitos humanos, incluído o direito ao desenvolvimento econômico e social.
3. Renovam o compromisso de não dar tréguas ao combate à pobreza e à desigualdade social mediante, entre outras ações, o aumento da oferta de emprego produtivo e o acesso mais amplo e irrestrito de toda a população, em particular os mais

necessitados, à educação e à saúde, com especial atenção à infância e aos demais grupos vulneráveis.

4. Enfatizam a importância do multilateralismo e destacam a coordenação entre os Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile em diversos foros multilaterais. Expressam satisfação com os resultados já alcançados por esse esforço, em particular na Assembléia Geral das Nações Unidas, e registram seu compromisso de aprofundar e ampliar tal exercício nesse e em outros foros, em benefício de maior presença do MERCOSUL, Bolívia e Chile no cenário internacional.

5. Manifestam sua satisfação com a entrada em vigor do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, que representa um avanço histórico nos esforços da comunidade internacional para pôr fim à impunidade dos autores de crimes atrozes que afetam toda a humanidade. Enfatizam a importância de se garantir a independência e eficácia do tribunal, bem como seu alcance universal mediante a adesão de todos os Estados.

6. Reiterando o compromisso conjunto com o desenvolvimento e a integração do continente sul-americano, registram sua satisfação com os resultados da II Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Guayaquil, no Equador, em agosto de 2002. Destacam particularmente a criação da Zona de Paz Sul-Americana e os avanços empreendidos para a implementação do projeto de Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Recordam, em especial, os esforços de coordenação realizados pelos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, que em muito contribuíram para o êxito do encontro.

7. Reafirmando sua inquebrantável determinação em dar combate permanente

ao terrorismo, de modo a erradicar todas suas formas e manifestações, em não prestar ajuda ou refúgio a autores, promotores, participantes ou cúmplices de ações terroristas e delitos conexos, que atentam contra a paz, a estabilidade e a democracia, apoiam os esforços que vêm sendo realizados no plano internacional e regional. Reconhecendo, ademais, que a eficácia no combate a esse flagelo pressupõe uma responsabilidade compartilhada de todos os Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, anunciam com satisfação o “Acordo de Cooperação em Operações Combinadas de Inteligência Policial sobre Terrorismo e Delitos Conexos”, instrumento que favorecerá uma crescente e fluida cooperação entre os órgãos de polícia e outras autoridades competentes de nossos países, vindo, desse modo, a garantir maior segurança aos cidadãos, dentro de um espaço de liberdade, justiça e pleno reconhecimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

8. Ratificam sua determinação de promover e intensificar a cooperação nos planos regional e sub-regional, a fim de prevenir, combater e eliminar todas as manifestações do crime transnacional organizado, como o narcotráfico e seus delitos conexos e o tráfico ilícito de armas pequenas e leves, munições e material explosivo, atividades que alimentam a espiral da violência e constituem um obstáculo à consolidação da experiência democrática e ao pleno desenvolvimento sócio-econômico de nossos países.

9. Reconhecendo que a corrupção afeta seriamente o funcionamento das instituições políticas e democráticas e corrói os esforços em favor do crescimento econômico e de um maior equilíbrio social, acolhem com

satisfação o “Acordo sobre o Combate à Corrupção nas Fronteiras”. Com o propósito de coibir os delitos perpetrados por vãos ilegais, anunciam igualmente o “Acordo sobre Cooperação para Combater as Atividades Ilícitas Transnacionais Derivadas do Tráfego Ilegal de Aeronaves”. A aplicação desses instrumentos simplificará e agilizará a cooperação sub-regional, proporcionando maior eficiência no combate a esses ilícitos.

10. Com o propósito de dar continuidade a essas iniciativas, e conscientes das responsabilidades compartilhadas dos Estados envolvidos, instruem os Ministros das áreas competentes a definir propostas de ação comum, que venham a estreitar a coordenação e a cooperação, de modo a prevenir e combater o tráfico ilícito de produtos de origem vegetal e animal, bem como a falsificação, contrafação e contrabando, nos segmentos fonográfico, audiovisual, de programas de computador e de outras criações intelectuais passíveis de proteção, bem como de produtos derivados do tabaco.

11. Expressam sua satisfação com o “Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não Técnico entre os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile”, instrumento cuja entrada em vigor promoverá crescente inter-relação entre os centros educacionais da sub-região.

12. Reconhecendo o valor da identidade e da diversidade cultural no marco da globalização, destacam o impacto e a dimensão nacional e regional das indústrias culturais na economia de seus países e, ao mesmo tempo, destacam seu interesse na preservação do patrimônio cultural e natural da região.

13. Expressam sua satisfação com o início dos trabalhos do Grupo Ad Hoc sobre Integração Fronteiriça e instruem o foro a intensificar seus trabalhos, com vistas a aprofundar a integração das comunidades fronteiriças, bem como promover o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

14. Reafirmando a vontade política de fortalecer os vínculos fraternais que unem nossos países e ampliar e aprofundar a cooperação existente, expressam sua grande satisfação com o processo histórico que conduziu à adoção do “Acordo sobre Residência para Nacionais do MERCOSUL, Bolívia e Chile”, cuja entrada em vigor constituirá passo significativo rumo ao objetivo comum de se estabelecer o livre trânsito de pessoas no bloco, bem como do “Acordo sobre Regularização Migratória Interna”, instrumento que facilitará sobremaneira os trâmites migratórios para os nacionais do MERCOSUL, Bolívia e Chile.

15. Ressaltam que o aprimoramento das relações comerciais entre os Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile é o instrumento mais adequado para sua melhor inserção internacional.

16. Renovam o compromisso com o projeto de integração regional que tem na Associação Latino-Americana de Integração seu principal marco institucional.

17. Acolhem os esforços realizados pelo FONPLATA e pela Corporação Andina de Fomento para a criação de uma instituição regional de financiamento ao desenvolvimento.

18. Tomam nota de que os Ministros de Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais do MERCOSUL, Chile e Bolívia reafirmaram seu compromisso com a solidez

fiscal, ratificando as metas do documento de Florianópolis e transferindo o cumprimento da meta de inflação para 2006. Além disso, deram mandato ao Grupo de Monitoramento Macroeconômico - GMM para acompanhar não apenas o cumprimento das metas, mas também a trajetória na direção da convergência para estas.

19. Salientam a importância de buscar mecanismos de coordenação nas negociações externas.

20. Destacam a necessidade de que as negociações para conformação da Área de Livre Comércio das Américas sejam orientadas pelo cumprimento integral dos mandatos negociadores, particularmente dos relacionados aos temas agrícolas.

21. Ressaltam o compromisso de prosseguir as negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio, com o objetivo de eliminar os entraves ao comércio internacional, particularmente dos temas agrícolas.

22. Reconheceram que a agricultura é um componente fundamental das economias dos países da região e destacaram o imperativo da pronta remoção das barreiras ao comércio agrícola de modo a permitir aos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile alcançar seus objetivos de desenvolvimento econômico-social. Nesse sentido, exortam os países desenvolvidos a reduzir substancialmente a ajuda interna e a eliminar os subsídios à exportação e demais instrumentos que distorcem o comércio mundial de produtos agrícolas.

23. Conscientes da importância da atividade pecuária para os países da região e da necessidade de preservar o reconhecimento internacional alcançado na luta contra a febre aftosa, expressaram sua firme vontade de trabalhar de forma coordenada na tarefa de prevenção, controle e erradicação da

febre aftosa na região. Nesse sentido, encomendaram a seus respectivos Ministros e Secretários de Agricultura e Pecuária continuar seus trabalhos nesta área e a fortalecer o intercâmbio de informações, assim como os mecanismos de cooperação e coordenação dos programas entre os organismos nacionais competentes.

24. Os mandatários manifestam seu profundo reconhecimento e satisfação pela valiosa e significativa contribuição à integração regional prestada pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, que concluirá seu mandato proximamente. Da mesma forma reconhecem a contribuição do Presidente da República da Bolívia, Jorge Quiroga, cujo mandato terminou durante a atual Presidência Pro Tempore. Do mesmo modo, estendem suas mais cordiais boas vindas ao Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, em cujo mandato a Bolívia se associou ao MERCOSUL em 1996, e à futura participação do Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, cujas presenças, assim como as de seus antecessores, constituirão aporte fundamental ao fortalecimento e aprofundamento do processo de integração da sub-região.

COMUNICADO CONJUNTO DOS
PRESIDENTES DOS ESTADOS
PARTES DO MERCOSUL
(06 DE DEZEMBRO DE 2002)

1. Realizou-se em Brasília, no dia 6 de dezembro de 2002, a 23ª Reunião do Conselho do Mercado Comum, com a presença dos Presidentes da Argentina, Eduardo Duhalde, do Brasil, Fernando

Henrique Cardoso, do Paraguai, Luiz Angel González Macchi e do Uruguai, Jorge Batlle;

2. Os Presidentes reafirmaram os compromissos de seus países com a construção do MERCOSUL, instrumento fundamental para assegurar o desenvolvimento sustentável de seus países e sua inserção na economia global, ressaltando sua contribuição para o fortalecimento da democracia em seus países;

3. Reconheceram as dificuldades conjunturais pelas quais passam os Estados Partes da União Aduaneira, mas salientaram que o MERCOSUL representa o melhor meio para sua superação;

4. Expressaram sua satisfação com a participação dos Presidentes da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, e do Chile, Ricardo Lagos, que confirmaram o objetivo de seus países de aprofundar os laços que os vinculam ao MERCOSUL;

5. Ressaltaram a participação de representantes dos Chefes de Estado da Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana e Suriname, que demonstra o renovado interesse de todos os presentes em prosseguir na trilha da integração sul-americana, reafirmada na 2ª Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Guaiaquil, entre os dias 26 e 27 de julho de 2002;

6. Manifestaram sua satisfação pela assinatura dos acordos de Regularização Migratória Interna de Cidadãos e Residência para Nacionais do MERCOSUL, Bolívia e Chile, que pavimentam o caminho para a livre-circulação de pessoas entre seus signatários, iniciativa fundamental para a construção de um mercado comum;

7. Reconheceram o trabalho do recém-criado Grupo Ad Hoc de Integração

Fronteiriça do MERCOSUL voltado para a promoção e desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida das comunidades fronteiriças;

8. Expressaram seu apoio ao programa foros de competitividade das cadeias produtivas, passo significativo para a melhoria das condições de competitividade da indústria regional e para o estabelecimento de complementariedades entre os setores produtivos da região.;

9. Apontaram a importância de realizar um esforço conjunto para abertura de mercados externos para as exportações do MERCOSUL e, nesse sentido, se congratularam pela inauguração do Escritório de Promoção Comercial Conjunta em Berlim;

10. Tomaram nota de que os Ministros de Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais do MERCOSUL, Chile e Bolívia reafirmaram seu compromisso com a solidez fiscal, ratificando as metas do documento de Florianópolis e transferindo o cumprimento da meta de inflação para 2006. Além disso, deram mandato ao Grupo de Monitoramento Macroeconômico - GMM para acompanhar não apenas o cumprimento das metas, mas também a trajetória na direção da convergência para estas;

11. Salientaram a relevância dos trabalhos de acompanhamento da conjuntura econômica e comercial do MERCOSUL para a discussão de medidas orientadas à manutenção e ampliação dos fluxos comerciais entre os Estados Partes;

12. Destacaram a importância que tem para a conformação do Mercado Comum a liberalização do comércio de serviços na região, para a qual se faz necessária a pronta ratificação e entrada em vigor do Protocolo de Montevidéu sobre o Comércio de Serviços;

13. Destacaram a importância das novas oportunidades de negócios que se apresentam através das licitações que realizam os Governos e a necessidade de que os provedores de bens e serviços da região gozem de tratamento nacional nas licitações e concessões públicas dos demais sócios. Nesse sentido, manifestaram que é preciso continuar as discussões nessa matéria, com vistas a concluir a negociação do Protocolo de Compras Governamentais;

14. Destacaram o passo fundamental que significa para o fortalecimento institucional do MERCOSUL o início da transformação da Secretaria Administrativa em uma Secretaria Técnica. A criação de um órgão de apoio técnico que trabalhe com uma perspectiva comum de integração regional, e reflita os objetivos do bloco em seu conjunto, redundará em benefícios concretos para o MERCOSUL;

15. Lembraram a necessidade de incorporação das normas do MERCOSUL aos ordenamentos jurídicos dos diversos Estados Partes e, assim, garantir sua vigência na União Aduaneira. Nesse sentido, saudaram a melhoria recente dos níveis de incorporação quadripartite e a adoção de dispositivo que aprimora esse procedimento;

16. Indicaram que a incorporação de normas é importante para a construção de um arcabouço jurídico comum, rumo ao aprimoramento da estrutura institucional do bloco;

17. Acolheram o trabalho da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, em seu esforço de aproximar as sociedades dos Estados Partes e aprofundar a integração;

18. Reafirmaram seu compromisso de aprofundar e fortalecer os mecanismos de coordenação nas negociações externas;

19. Saudaram os esforços em curso para

o aprofundamento dos compromissos de liberalização comercial no âmbito dos acordos de complementação econômica do MERCOSUL com a Bolívia e com o Chile e expressaram a determinação política de dar impulso a essas negociações;

20. Manifestaram a importância do acordo de complementação econômica assinado entre os Países Membros da Comunidade Andina e os Estados Partes do MERCOSUL, que aponta para a conformação de uma Área de Livre Comércio entre os dois blocos, importante passo para consolidar o livre comércio na América do Sul;

21. Registraram, com satisfação, o desenvolvimento de entendimentos para a expansão dos fluxos comerciais entre os Estados Partes do MERCOSUL e o México ao amparo do Acordo Quadro MERCOSUL-México para o estabelecimento de uma zona de livre comércio;

22. Expressaram igualmente satisfação com a realização da III Reunião Negociadora entre o MERCOSUL e a África do Sul com vistas a concretizar os objetivos de liberalização comercial propostos no Acordo Quadro firmado em Florianópolis, em dezembro de 2000;

23. Reconheceram os avanços nas negociações entre o MERCOSUL e a União Européia ocorridos durante a reunião em nível ministerial, realizada em julho no Rio de Janeiro, que levaram à aprovação do Programa de Trabalho até o segundo semestre de 2003. Tal Programa confere novo impulso e dinâmica à negociação. Nesse contexto, destacaram também os trabalhos realizados relativos à facilitação de negócios;

24. Reconheceram que as negociações para a conformação da Área de Livre

Comércio das Américas entraram em nova etapa, caracterizada pelo adensamento das negociações de acesso a mercados. Destacaram a importância de que as negociações da ALCA levem a avanços equilibrados nos distintos grupos negociadores, com particular atenção para a negociação dos temas agrícolas em todos os seus aspectos: acesso a mercados, subsídios à exportação, apoio interno e medidas sanitárias e fitossanitárias;

25. Recordaram a importância de contatos estabelecidos neste semestre com Índia e Tailândia, que abrem novas perspectivas de relacionamento econômico-comercial, bem como o seguimento do diálogo e da cooperação com Coreia e Japão;

26. Conscientes da importância da atividade pecuária para os países da região e da necessidade de preservar o reconhecimento internacional alcançado na luta contra a febre aftosa, expressaram sua firme vontade de trabalhar de forma coordenada na tarefa de prevenção, controle e erradicação da febre aftosa na região. Nesse sentido, encomendaram a seus respectivos Ministros e Secretários de Agricultura e Pecuária continuar seus trabalhos nesta área e a fortalecer o intercâmbio de informações, assim como os mecanismos de cooperação e coordenação dos programas entre os organismos nacionais competentes;

27. Reafirmaram o compromisso assumido com a agenda para o desenvolvimento de Doha. Tal compromisso deve permitir uma negociação multilateral abrangente e equilibrada, nos prazos previstos. Reiteraram a determinação de continuar esforços conjuntos para assegurar que essas negociações resultem em abertura de mercados para os Estados Partes do MERCOSUL, particularmente no setor agrícola, marcado pela proteção

e pelos subsídios nos principais países desenvolvidos;

28. Reconheceram que a agricultura é um componente fundamental das economias dos países da região e destacaram o imperativo da pronta remoção das barreiras ao comércio agrícola de modo a permitir aos Estados Partes do MERCOSUL alcançar seus objetivos de desenvolvimento econômico-social. Nesse sentido, exortam os países desenvolvidos a reduzir substancialmente a ajuda interna e a eliminar os subsídios à exportação e demais instrumentos que distorcem o comércio mundial de produtos agrícolas;

29. Reconheceram o papel relevante desempenhado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na consolidação do MERCOSUL como um projeto com pleno respaldo das sociedades e assinalaram a contribuição prestada pelo Ministro Celso Lafer nessa tarefa.

ABERTURA DO SETOR DE
PROMOÇÃO COMERCIAL DA MISSÃO
DIPLOMÁTICA EM DUBAI, NOS
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS
(09 DE DEZEMBRO DE 2002)

Consoante os esforços realizados em prol da maior participação nos fluxos internacionais de comércio, em especial, no tocante ao incremento da inserção brasileira em mercados não-tradicionais, o Itamaraty está ultimando os preparativos para a abertura do Secom (Setor de Promoção Comercial) daquela Missão diplomática na cidade de Dubai, Emirados Árabes Unidos.

O mais importante centro comercial e financeiro dos EAU, Dubai dispõe de sofisticada infra-estrutura logística, centrada

em moderníssima malha viária e de transporte de mercadorias - de que é reflexo a zona livre portuária de Jebel-Ali - , além de eficaz suporte operacional em matéria de telecomunicações. É o grande centro organizador do comércio nas regiões do Golfo Árabe, Ásia Central, Costa Leste da África, Índia, China e Sudeste Asiático. A importância da cidade transparece nas frequentes visitas de autoridades governamentais e empresários de todo o mundo que para lá se dirigem ao encontro da extensa programação local de exposições, feiras e missões comerciais.

O Secom de Dubai vai juntar-se a muitos outros escritórios comerciais de grande número de países já em funcionamento na cidade emiratita, tais como: EUA, Áustria, Bélgica, Grã-Bretanha, China, Dinamarca, França, Alemanha, Índia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Cingapura, Eslováquia, Espanha, Rússia, Taiwan, Tailândia, entre outros.

As exportações do Brasil para os Emirados Árabes Unidos cresceram cerca de 60% nos últimos doze meses, com base principalmente nos seguintes bens: açúcar, carne congelada, máquinas, produtos químicos, ferro e aço, óleos vegetais, papéis e café. O interesse pelos produtos brasileiros tem, de fato, aumentado continuamente. Empresas brasileiras dos setores automobilístico, moveleiro, têxtil, metalúrgico e de construção civil, para citar apenas alguns, vêm sendo procuradas por importadores locais interessados em oferecer bens e serviços brasileiros aos EAU e a toda região sob a influência logística de Dubai.

Assim, a instalação do Setor de Promoção Comercial em Dubai, além de contribuir para facilitar a participação de novas empresas brasileiras naquele dinâmico mercado, constituirá importante veículo de apoio à expansão regional das exportações do Brasil.

A iniciativa reforçará o crescente interesse dos exportadores brasileiros pelos mercados árabes, conforme pode também traduzir o extraordinário impulso das vendas do País (+23%) para aquela região nos últimos doze meses.

Os interessados em contatar o Secom/ Dubai poderão fazê-lo através do seguinte e-mail: abubrem@emirates.net.ae.

VISITA À TRÍPLICE FRONTEIRA
DE REPRESENTANTES DAS
CHANCELARIAS DA ARGENTINA,
BRASIL E PARAGUAI
(10 DE DEZEMBRO DE 2002)

Realizar-se-á, no próximo dia 18 de dezembro, visita à Tríplice Fronteira de representantes das Chancelarias da Argentina, Brasil e Paraguai, em paralelo à reunião do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira, mecanismo, criado em 1998, que congrega órgãos dos três países responsáveis pela segurança pública naquela região e cuja presidência rotativa encontra-se a cargo do Brasil. A essência dos trabalhos do Comando está voltada para o controle de atividades delitivas, inclusive aquelas que poderiam estar relacionadas com o terrorismo e seu financiamento, assim como outros crimes conexos.

Para esses encontros, foi estendido convite à participação de autoridades do Governo norte-americano, cuja delegação será encabeçada pelo Coordenador para Contraterrorismo do Departamento de Estado, Embaixador J. Cofer Black, para conhecerem in situ a realidade e os desafios afetos à Tríplice Fronteira. O intuito é fortalecer a cooperação entre os países

participantes, com vistas ao incremento do intercâmbio de informações e de experiências no que se refere ao combate à delinquência internacional e a atividades potencialmente associadas ao terrorismo.

A visita à Tríplice Fronteira será precedida, no dia 17, de reunião no formato 3+1 (Argentina, Brasil, Paraguai e Estados Unidos), a ter lugar em Buenos Aires, na Chancelaria argentina. Na ocasião, haverá apresentação geral e intercâmbio de informações das partes sobre a problemática da Tríplice Fronteira, bem como análise de possíveis vulnerabilidades da área com respeito aos seguintes temas: tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, financiamento de atividades potencialmente atribuíveis ao terrorismo, tráfico de armas e controle aduaneiro e de imigração. A participação brasileira incluirá a presença de representantes do Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Secretaria da Receita Federal e Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Recorde-se que o convite ao então Coordenador para Contraterrorismo do Departamento de Estado, Embaixador Francis Taylor - que também integrará a Delegação norte-americana na condição de Secretário Assistente para Segurança Diplomática -, foi originalmente formulado por altos funcionários das três Chancelarias, por ocasião de encontro do Comando Tripartite, em junho passado, e reiterado em reunião à margem da LVII Assembléia-Geral das Nações Unidas, em setembro passado. O convite foi posteriormente formalizado por carta, de 18 de outubro, dos Embaixadores Marcelo Huergo, da Argentina, Antonino Mena Gonçalves, do Brasil, e Oscar Cabello Sarubbi, do Paraguai, e prontamente aceito pelo lado norte-americano.

Por meio dessa iniciativa, pretende-se dar efetivo seguimento à estreita cooperação oferecida à Argentina, ao Paraguai e aos EUA pelas autoridades brasileiras, que, há mais de uma década, vêm exercendo rigorosa vigilância sobre indivíduos e grupos suspeitos de vinculação com atividades ilícitas transnacionais na região da Tríplice Fronteira. Os encontros visam, igualmente, à apresentação de um diagnóstico mais preciso sobre os reais problemas atinentes à região, de modo que os fatos possam ser corretamente dimensionados, em face da recente difusão de diversas matérias de imprensa e de declarações muitas vezes infundadas sobre o suposto desenvolvimento de atividades terroristas na Tríplice Fronteira.

A visita servirá, portanto, para o Brasil renovar sua contínua disposição em cooperar com outros países na área de inteligência e de segurança, com vistas a trocar informações e a definir linhas de ação no combate aos ilícitos transnacionais que incidem sobre a região da Tríplice Fronteira.

SEMINÁRIO DE “POLÍTICAS
DE DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA
PORTUGUESA - VÁRIAS PÁTRIAS,
UMA LÍNGUA” (12 E 13 DE DEZEMBRO,
HOTEL GLÓRIA, RIO DE JANEIRO)
(10 DE DEZEMBRO DE 2002)

O Departamento Cultural e de Divulgação do Ministério das Relações Exteriores, em cooperação com o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação e com o apoio do Departamento da África e Oriente Próximo (DAOP) do MRE e do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), promoverá o Seminário de Políticas de

Divulgação da Língua Portuguesa – Várias Pátrias, Uma Língua, nos próximos dias 12 e 13 de dezembro, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

O seminário contará com a participação de representantes do MRE, do Minc, do MEC, além do Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Embaixador João Augusto de Médicis, do Presidente da Academia Brasileira de Letras, Embaixador Alberto Costa e Silva e de representantes do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e dos demais Estados-membros da CPLP: Portugal, Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Serão discutidas a situação atual e as perspectivas da língua portuguesa no mundo. Entre os temas das diversas mesas-redondas, destacam-se: a divulgação e o ensino da língua portuguesa no mundo, a lusofonia face aos demais agrupamentos lingüísticos mundiais; e a situação atual e as perspectivas do acordo ortográfico.

CONCLUSÃO DE RODADA NEGOCIADORA PARA APROFUNDAMENTO DO ACORDO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CUBA (11 DE DEZEMBRO DE 2002)

Concluiu-se hoje, 11 de dezembro de 2002, rodada negociadora de três dias entre Brasil e Cuba. Os dois países mantêm um acordo de preferências tarifárias fixas, o Acordo de Complementação Econômica nº 43 (ACE-43), firmado no âmbito da ALADI em 1999 e cuja vigência iria até 31 de dezembro corrente. Na reunião desta semana, além de prorrogarem

o Acordo por prazo indefinido, até que entre em vigor um acordo Mercosul-Cuba, os dois países aumentaram preferências tarifárias para produtos negociados anteriormente e incorporaram novos produtos ao Acordo. Cuba concedeu ao Brasil preferências tarifárias para 244 novos produtos, dentre os quais destacam-se carne suína, soja, álcool etílico, produtos químicos, máquinas e automóveis de carga. O Brasil concedeu a Cuba preferências para 194 produtos novos, dentre os quais carne de aves, peixes, frutos do mar, álcool etílico, produtos químicos, máquinas, minérios, artigos para cozinha, produtos têxteis, embarcações e móveis.

O comércio bilateral entre Brasil e Cuba movimenta cerca de US\$ 120 milhões anuais, com superávit brasileiro da ordem de US\$ 100 milhões.

LANÇAMENTO DA REVISTA “TEXTOS DO BRASIL” - “EXPERIÊNCIAS, VISÕES E PERFIS BRASILEIROS EM SAÚDE” (12 DE DEZEMBRO DE 2002)

O Departamento Cultural e de Divulgação do Ministério das Relações Exteriores convida para o lançamento do nº 10 da revista Textos do Brasil: Experiências, visões e perfis brasileiros em saúde, a realizar-se na próxima segunda-feira, dia 16, às 16 horas, na sala de *briefings* da Assessoria de Comunicação Social do MRE (ACS), no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

A revista Textos do Brasil tem como objetivo apresentar, de forma abrangente, temas importantes da realidade brasileira, por meio de artigos de autoridades e especialistas na área. Além disso, cada edição traz

ilustrações de um artista ou grupo de artistas escolhidos por sua afinidade com o assunto enfocado.

Com prefácio do Ministro Celso Lafer, este número aborda o tema da saúde no Brasil e a participação do país nas discussões e mecanismos de cooperação internacional na área. Gonzalo Vecina (Diretor-Presidente da ANVISA), Pedro Chequer (coordenador do UNAIDS para o Mercosul), Hisako Gondo (Instituto Butantan) e Mayana Zats (coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano) são alguns dos colaboradores. A revista apresenta artigos sobre a interação entre políticas governamentais e a sociedade, assim como sobre experiências brasileiras no setor de saúde, entre as quais se destacam as políticas públicas contra a AIDS e os restaurantes populares. Além disso, são analisadas também a memória, a pesquisa e a avaliação da saúde no país. As ilustrações foram selecionadas a partir do acervo do Museu Imagens do Inconsciente, que reúne obras criadas por portadores de doenças mentais. A publicação tem tiragem de 10.000 exemplares, sendo 1.000 em português, 5.000 em inglês, 3.000 em espanhol e 1.000 em francês.

NOTA DO MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CELSE LAFER, PELO FALECIMENTO
DE EVANDRO LINS E SILVA
(17 DE DEZEMBRO DE 2002)

Com grande pesar tomei conhecimento, esta manhã, do falecimento do jurista e ex-Chanceler Evandro Lins e Silva.

Evandro Lins e Silva chefiou o Itamaraty de 2 de julho a 21 de agosto de 1963, durante

a Presidência de João Goulart. Os eventos de política externa que mais marcaram sua gestão foram o voto brasileiro no Conselho de Segurança das Nações Unidas favorável ao reconhecimento do direito de autodeterminação e à independência dos territórios ultramarinos portugueses; e os entendimentos decorrentes do encontro mantido entre os Presidentes João Goulart e John Kennedy, no mês de julho daquele ano, em Roma, onde ambos se encontravam para as cerimônias de sagração do Papa Paulo VI.

Evandro Lins e Silva ocupou outras funções públicas de relevo: foi Chefe do Gabinete Civil de Goulart e, após deixar o Itamaraty, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Advogado militante, defensor de presos políticos e considerado um dos maiores criminalistas brasileiros deste século, esteve presente em diversos momentos cruciais da vida brasileira, sempre atuando na perspectiva de um democrata com vocação para as aspirações igualitárias da tradição socialista.

Em artigo de 1998, referi-me ao então recém-lançado depoimento de Lins e Silva ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, O salão dos passos perdidos, como um livro revelador da qualidade de sua contribuição à vida nacional. Tracei, na ocasião, um paralelo entre as trajetórias de Lins e Silva, que a partir de sua experiência de advogado, atuou como político e magistrado, e de Norberto Bobbio, que fez das duas principais atividades de sua vida como professor universitário – ensinar e escrever – a base de sua autoridade política e de sua postura com relação aos problemas de seu tempo. Foi, no entanto, graças à ética - num caso a ética do advogado e no outro a ética de um professor - que ambos construíram sua autoridade no espaço público da palavra e da ação.

Na quinta-feira, no almoço que o Presidente Fernando Henrique Cardoso ofereceu a Evandro Lins e Silva por sua designação para o Conselho da República, Evandro, em conversa amiga e cordial, evocou este artigo, por isso lembro o que nele está dito nesta homenagem que, tanto a título pessoal como no de sucessor seu na Chefia do Ministério das Relações Exteriores, presto a uma grande figura nacional.

LANÇAMENTO DO LIVRO “O
ITAMARATY NA CULTURA
BRASILEIRA”
(17 DE DEZEMBRO DE 2002)

O Instituto Rio Branco e a Francisco Alves Editora estão promovendo o lançamento, na próxima quarta-feira, dia 18 de outubro, às 18h, no Instituto Rio Branco, do livro O Itamaraty na Cultura Brasileira (Francisco Alves Editora). Trata-se de uma coletânea de ensaios, agora destinada ao grande público, após uma edição como livro de arte, organizada pelo Embaixador Alberto da Costa e Silva, sobre os principais diplomatas do Brasil que também se destacaram como importantes intelectuais e artistas. Na apresentação do livro, o Ministro de Estado, Celso Lafer, escreve que “poucas instituições públicas – e não penso apenas no Brasil – podem orgulhar-se de reunir nomes do quilate de Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, João Guimarães Rosa, João Cabral de Mello Neto e José Guilherme Merquior, para ficarmos apenas em alguns dos muitos diplomatas cujas biografias engrandecem a Casa de Rio Branco e que são aqui homenageados.” São os seguintes os diplomatas estudados nos livros por seus respectivos ensaístas:

1. Francisco Adolfo de Varnhagen, por Arno Wehling
2. Brazílio da Cunha, Itiberê, por Celso de Tarso Pereira
3. Joaquim Nabuco, por Evaldo Cabral de Mello
4. Luiz Guimarães Júnior e Luiz Guimarães Filho, por Sérgio Martagão Gesteira
5. Aluísio Azevedo, por Massaud Moisés
6. Domício Antônio Forneiro, por Alberto Venâncio Filho
7. Manuel de Oliveira Lima, por Carlos Guilherme Mota
8. Gilberto Amado, por André Seffrin
9. Ronald de Carvalho, por Alexei Bueno
10. Rui Ribeiro Couto, por Afonso Arinos de Melo Franco Filho
11. Raul Bopp, por Antônio Carlos Secchin
12. João Guimarães Rosa, por Felipe Fortuna
13. Antônio Houaiss, por Leodegário A. de Azevedo Filho
14. Vinícius de Moraes, por Miguel Sanches Neto e Ricardo Cravo Albin
15. João Cabral de Melo Neto, por Ivan Junqueira
16. José Guilherme Merquior, por José Mario Pereira

ACORDO DE COOPERAÇÃO
ITAMARATY - UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UNB)
(17 DE DEZEMBRO DE 2002)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, e o Presidente da Fundação Universidade de Brasília, Reitor Lauro Morhy, assinarão “Acordo de Cooperação

Técnica e Intercâmbio Científico e Tecnológico entre o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Universidade de Brasília”, em cerimônia marcada para quinta-feira, dia 19 de dezembro, às 12h30, no Itamaraty.

2. O Acordo lança as bases para uma cooperação concreta entre as duas instituições para gerar conhecimento, programas e projetos em atividades de gestão da documentação, informação e produção editorial, unindo o rico acervo arquivístico e a experiência acumulada do Itamaraty no manejo da informação à excelência acadêmica e profissional da Universidade de Brasília.

3. O interesse comum do MRE e da UnB na preservação de acervos documentais, somado à experiência de ambos na gestão da informação - seja para a tomada de decisões seja para a pesquisa acadêmica - promete bons resultados na área da gestão documental e informacional. A colaboração técnica de professores e pesquisadores da Universidade de Brasília será de grande utilidade para o aprimoramento da administração dos arquivos do MRE.

4. No Brasil, a gestão de documentos arquivísticos ganha cada vez mais relevo, e a recente inauguração da nova sede do Arquivo Nacional é exemplo vivo dessa tendência. Acordos como este, entre duas instituições brasileiras de peso e renome, contribuem para realçar a importância que o Governo vem conferindo à necessidade de administrar com eficácia o patrimônio documental e, em última análise, a memória do Estado brasileiro.

DECLARAÇÃO MINISTERIAL
SOBRE TRIPS E SAÚDE PÚBLICA,
ACORDADA NA IV CONFERÊNCIA
MINISTERIAL DA OMC
(22 DE DEZEMBRO DE 2002)

O Brasil lamenta que não tenha sido possível chegar a um entendimento sobre a implementação do parágrafo 6 da Declaração Ministerial sobre TRIPS (Acordo sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados a Comércio) e Saúde Pública, acordada na IV Conferência Ministerial da OMC, em Doha, em novembro do ano passado. Segundo aquele parágrafo, o Conselho de TRIPS deveria encontrar uma solução, até o final deste ano, para o problema dos países com pouca ou nenhuma capacidade de produção no setor farmacêutico.

Trata-se de tema de grande relevância, que envolve questões humanitárias e de saúde pública, e em cuja discussão a sociedade civil teve intensa participação.

Ao longo do ano, o Brasil, ao lado dos demais países em desenvolvimento, empreendeu extenso esforço de negociação para alcançar solução para o parágrafo 6, na qual fosse respeitada integralmente a Declaração de Doha e não se alterassem seus termos e sua abrangência, atendendo ao propósito de criar mecanismos eficientes para o problema identificado naquele dispositivo.

Lamentavelmente, o esforço brasileiro e dos demais países em desenvolvimento não

obteve êxito dada a resistência de certos países produtores de medicamentos em participar de uma decisão que respeitasse o espírito e a letra de Doha, em particular no que se refere ao escopo da cobertura das doenças consignado na Declaração.

O Governo brasileiro reitera sua continuada disposição em participar com os demais países, de forma construtiva, na busca de uma decisão que permita encaminhar solução para o problema do parágrafo 6 da Declaração. Nossa preocupação central nesse exercício seguirá sendo a de preservar a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública, documento de grande importância para a solução dos problemas de saúde pública dos países em desenvolvimento e peça central dos acordos que tornaram viável o lançamento da Agenda para o Desenvolvimento em Doha.

CARTA DO PROFESSOR CELSO
LAFER AO DOUTOR SÉRGIO
VIEIRA DE MELLO
(23 DE DEZEMBRO DE 2002)

Ao tomar conhecimento de sua nomeação para o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, desejo expressar-lhe os mais calorosos cumprimentos.

Tenho acompanhado com grande satisfação a sua destacada trajetória como funcionário das Nações Unidas, que inclui o desempenho exemplar de variadas e difíceis missões em diversos países nos campos humanitário, de apoio a refugiados e de transição de governos.

Recentemente, o Senhor Presidente da República e eu mesmo tivemos o prazer de

acompanhar de perto o seu trabalho à frente da Administração Transitória das Nações Unidas no Timor Leste, do qual destacamos a segurança com que conduziu o processo que levou à independência daquele país.

Esse patrimônio de realizações, ao revelar excepcional competência, integridade e caráter, representa também o melhor das qualidades brasileiras de busca de soluções construtivas e de conciliação, que, estou seguro, continuarão a orientar sua atuação nas novas funções.

A confiança depositada em seu nome pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e por toda a comunidade internacional é plenamente compartilhada pelo Governo brasileiro, em nome do qual, assim como no meu próprio, formulo os melhores votos de êxito.

NOTA DO MINISTRO CELSO LAFER
SOBRE O FALECIMENTO DO
EMBAIXADOR LAURO ESCOREL
(23 DE DEZEMBRO DE 2002)

A morte do Embaixador Lauro Escorel deixa mais pobres o Itamaraty e a cultura brasileira.

Lauro Escorel atuou com igual elegância, inteligência e discernimento tanto na vida acadêmica, quanto na Diplomacia. Sua Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel, livro publicado originalmente em 1958, é o que poderíamos chamar de um clássico moderno, marco brasileiro na vasta bibliografia em torno da obra do florentino. Em A Pedra e o Rio (1973), ensaio interpretativo dedicado à poesia de João Cabral de Melo

Neto, Lauro Escorel debruçou-se, com fina sensibilidade, sobre a obra de um dos maiores poetas da modernidade brasileira, estabelecendo paradigma incontornável e definitivo para a leitura do opus cabralino.

Sua carreira como diplomata não foi menos brilhante. Serviu em Boston, Washington, Santa Sé, Buenos Aires, Belgrado e Roma. Promovido a Ministro de Primeira Classe em 1968, chefiou as missões brasileiras em La Paz, Assunção, Copenhague, México e Madri. Contribuiu assim em sua trajetória diplomática para uma das “forças profundas” da política externa brasileira: sua vertente latino-americana. Atuou ainda, no período de 1985 a 1987, como Diretor do Instituto Rio Branco, função que lhe permitiu aproximar o fazer diplomático de sua original vocação acadêmica.

Lauro Escorel foi um dos grands seigneurs da Diplomacia brasileira. Deixou entre aqueles que tiveram o privilégio de servir sob suas ordens ou de privar de sua companhia a mesma invariável imagem de fidalguia e cordialidade que eram marcas distintivas de seu caráter.

Em nome do Itamaraty, e em meu próprio, desejo manifestar profundo pesar pelo seu falecimento.



ARTIGOS

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 12 DE JULHO DE 2002, NO
JORNAL VALOR ECONÔMICO, INTITULADO “TIMOR LESTE, ANO ZERO”

Ali também Timor, que o lenho man da Sândalo salutífero e cheiroso (...), Um rio diz que tem miraculoso (...). Camões, “Os Lusíadas”

Por duas décadas, Timor Leste foi palco de um dos mais tristes capítulos do pós-guerra. Em 1974, com o fim do regime colonial, a antiga possessão portuguesa viu-se envolta em guerra civil, da qual sairia vitoriosa a Frente Revolucionária de Timor Leste (Fretilin), de orientação socialista. Pouco durou a então proclamada República Democrática de Timor Leste. Ela seria, no ano seguinte, invadida pela Indonésia, cujo governo contava com a tolerância das potências ocidentais e acabaria por incorporar o território timorense em julho de 1976. A resistência à invasão organizou-se em torno das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (Falintil), lideradas por Nicolau Lobato, que, após sua morte, seria sucedido por Xanana Gusmão.

Nos 24 anos que se seguiram, os combates entre as forças indonésias e as Falintil deixariam um saldo de 200 mil mortos.

Em 1996, a atribuição do Prêmio Nobel da Paz ao bispo de Dili, Ximenes Belo, e ao principal advogado da causa timorense

no exterior, José Ramos-Horta, chamou a atenção do mundo para o que se passava no pequeno país. Nos anos que se seguiram, a pressão internacional pró-Timor Leste, a crise econômica asiática e a queda do regime Suharto criaram condições para a abertura de negociações diplomáticas, que culminaram nos acordos assinados entre Portugal e Indonésia, em 5 de maio de 1999.

Esses acordos atestam a determinação com que Portugal procurou resgatar a hipoteca de seu passado colonial. Por meio deles, os dois países encarregaram o secretário-geral da ONU de organizar e conduzir plebiscito sobre a proposta da Indonésia de conceder autonomia especial para Timor Leste. 78% dos timorenses rejeitaram a proposta de autonomia limitada, indicando um claro desejo de independência completa, após breve período de transição.

Tão logo foi conhecido o resultado dos votos, milícias pró-Indonésia deram início a uma onda de violência. Não tendo sido possível conter os distúrbios por meio de esforços diplomáticos, o secretário-geral da ONU sugeriu o emprego de força multinacional. Em 12 de setembro de 1999, a Indonésia aceitou

a intervenção da Interfet. Esta, que contou com a contribuição de 51 oficiais e praças do Exército brasileiro, pacificou o território timorense, permitindo a retirada total das Forças Armadas da Indonésia e a implantação da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (Untaet).

O mandato da Untaet, que se estendeu de 20 de setembro de 1999 a 20 de maio de 2002, provou-se um dos maiores êxitos da história das Nações Unidas. Comandada por alto funcionário da ONU, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que, por sua atuação, pode ser considerado um modelo de funcionário público internacional, a Untaet superou todas as dificuldades que se apresentavam, cumprindo integralmente seu mandato e conduzindo à realização de eleições para a Assembléia Constituinte (30 de agosto de 2001) e a Presidência da República (14 de abril de 2002).

A eleição de Xanana Gusmão, para a Presidência da República, com 82,7% dos votos, concluiu o processo de transição de Timor Leste rumo à independência e à superação dos traumas passados.

A singular trajetória de Timor Leste serve de lição para aqueles que desejam examinar o funcionamento do sistema internacional. Durante o período 1974-1989, o país esteve submetido a uma realidade hobbesiano-maquievélica, em que vigia a prevalência dos dados de poder. O sistema internacional estava marcado então pelo conflito bipolar e pela lógica implacável da razão de Estado das grandes potências, para quem parecia natural, ou, ao menos, inevitável, que a autonomia do povo timorense precisasse sucumbir em nome da estabilidade estratégica da Oceania e do Sudeste Asiático.

O fim da Guerra Fria abriu caminho para a progressiva transição do xadrez político de toda a região em direção a um cenário grociano, de crescente receptividade às regras do Direito Internacional e às virtudes da negociação diplomática. Foi justamente nesse ambiente, de distensão política e arrefecimento das considerações de ordem estratégica, que as nações e organizações solidárias com a causa timorense (entre as quais aparece, com destaque, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP) puderam agir, construindo um consenso internacional em prol da independência de Timor Leste. Já não se tratava de confrontar uma realidade engessada pela dinâmica bipolar, mas sim de agir sobre uma realidade maleável, de forma a superar as resistências e permitir o apoio articulado da comunidade internacional à constituição de novo Estado soberano.

Se, durante a década de 90, Timor Leste esteve sujeito a uma realidade grociana, o período que se inaugurou com a Administração Transitória das Nações Unidas experimentou progressiva implantação de uma lógica kantiana na vida da pequena nação asiática.

A independência de Timor Leste deve ser celebrada não apenas como demonstração da fibra do povo timorense, mas também como sinal de vitalidade do sistema internacional. A bem-sucedida (e inédita) administração transitória da ONU, o apoio dos países membros da CPLP e de diversas nações européias e asiáticas, a presença de organismos financeiros, como o Banco Mundial, e a participação de diversas organizações não-governamentais foram indispensáveis para que as celebrações de 20 de maio pudessem ocorrer.

A contribuição brasileira ao processo provou-se relevante. Tal atuação, é preciso ressaltar, respondeu tanto a um anseio da sociedade brasileira quanto a uma prioridade da política externa do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que realizou visita a Timor Leste em janeiro de 2001. A importância de Timor Leste para a agenda externa brasileira vai além da dimensão cultural da lusofonia e de nossa comum herança histórica, inserindo-se no âmbito da busca de uma ordem econômica mais justa e equânime, de um sistema internacional mais democrático e de uma realidade de maior justiça social.

Além da já mencionada participação de efetivos do Exército brasileiro na Força de Manutenção da Paz da ONU e da presença de 12 observadores militares nacionais no terreno, diversas foram as iniciativas brasileiras em apoio à reconstrução de Timor Leste, nas quais teve também importante participação a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Itamaraty. Entre elas merecem destaque os seguintes projetos:

- (a) “Alfabetização Solidária em Timor Leste” - a partir de projeto-piloto em Dili, o projeto foi ampliado a todos os 13 distritos do país, contemplando 141 salas de aula e 3.550 alunos. Tal projeto, dedicado à alfabetização de jovens e adultos, utilizou a metodologia do Programa Alfabetização Solidária do Brasil, concebido no âmbito da atuação da doutora Ruth Cardoso à frente do Programa Comunidade Solidária;
- (b) “Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância (Telecurso)” - projeto apoiado pela Fundação Roberto Marinho. Esta iniciativa

tem por objetivo a formação nos níveis fundamental e médio de jovens e adultos recém-alfabetizados, tendo alcançado implantar 20 tele-salas, atendendo a mais de 450 alunos;

(c) “Transferência de Técnicas Cafeeiras” - convênio firmado recentemente entre a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), e a Direção-Geral da Agricultura e Pesca de Timor Leste, com vistas a aumentar a produtividade da cultura cafeeira local;

(d) “Cooperação em Matéria de Saúde” - decorrente de entendimentos mantidos no ano de 2001, resultou na presença de médicos brasileiros na ilha e medidas de apoio à implantação de serviços de saúde em Timor Leste;

(e) “Centro de Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social Brasil - Timor Leste” - cuja construção, promovida pela ABC/MRE, contou com a colaboração direta do Senai e da Fiesp (cujo presidente, Horácio Lafer Piva, também esteve em Timor), e com o apoio do Pnud. O projeto tem por objetivo, numa primeira etapa, a formação de profissionais nas áreas de construção civil, eletricidade, costura industrial, marcenaria, informática, panificação e confeitaria; posteriormente, serão também formados profissionais em mecânica, fabricação de mobiliários e confecções em couro;

(f) “Pastoral da Criança” - está em processo de implantação em Timor Leste, devendo contar com recursos da Unicef e do Ministério da Saúde local.

Tais projetos, assim como aqueles que serão desenvolvidos no âmbito da CPLP (nas áreas

de educação, saúde, ensino profissionalizante, agricultura e telecomunicações, entre outras), revestem-se de amplo conteúdo social. Ao abranger, de forma democrática e igualitária, numerosas populações, eles simbolizam, também, a confiança do governo brasileiro na consolidação e no aprofundamento da cooperação solidária com Timor Leste. Espalhados por diferentes áreas de cooperação, demonstram, finalmente, que o escopo da cooperação brasileira não se restringe ao vínculo lingüístico.

Merece também destaque o apoio prestado pelo Brasil à realização de eleições livres em Timor Leste. Missão brasileira de observação eleitoral, composta por representantes do Congresso Nacional e da Justiça Eleitoral, participou da fiscalização à Consulta Popular de agosto de 1999, quando se confirmou o desejo de independência da população timorense. Com igual sucesso, outras duas missões de observadores eleitorais brasileiros - contando com representantes da Câmara dos Deputados, do ministro Flavio Bierrenbach, do Superior Tribunal Militar e da Corregedoria-Geral Eleitoral - foram enviadas a Timor Leste, em agosto de 2001 e abril de 2002, para fiscalizarem, respectivamente, as eleições para a Assembléia Constituinte e Presidência da República.

As festividades de independência de Timor Leste, ocorridas em 20 de maio - e às quais compareci como chefe da delegação brasileira e representante do presidente Fernando Henrique Cardoso - estiveram marcadas pelo signo da esperança.

As cerimônias contaram com a presença de diversas personalidades internacionais, entre

elas o secretário-geral da ONU, o presidente Jorge Sampaio e o primeiro-ministro João Manuel Durão Barroso (além de várias outras altas autoridades lusitanas que atuaram em prol da causa de Timor Leste, como o ex-chanceler Jaime Gama) e, muito significativamente, a líder indonésia Megawati Sukarnoputri, cuja presença testemunha o compromisso do país com o processo de paz em Timor. Do lado brasileiro, além de membros do Executivo, compareceram representantes do Congresso Nacional (deputados João Herrmann Neto e Paulo Delgado), do Poder Judiciário (ministro Ilmar Galvão, do STF) e da sociedade civil, como a atriz e cineasta Lucélia Santos, autora de importante documentário sobre Timor. Todos puderam vivenciar um momento histórico, de grande significado para toda a comunidade internacional. Celebrou-se, ali, a vitória da concórdia e da justiça, respaldada pelo Direito Internacional e pela cooperação entre as nações.

O dia-a-dia de um ministro das Relações Exteriores costuma estar atado a uma agenda de crises, de contenciosos e de complexas negociações. Trata-se de um cotidiano onde o caráter fugidio do consenso e a lenta maturação dos processos negociatórios parecem, por vezes, ofuscar o brilho dos avanços concretos que a atuação diplomática sabe obter e consolidar.

Faço menção a essas dificuldades com o intuito de ressaltar o quão gratificante foi poder representar o Brasil nas cerimônias de independência de Timor Leste, no último dia 20 de maio, que demonstram como, mesmo num ambiente internacional permeado por tensões, é possível corrigir injustiças passadas e abrir as portas para tempos mais venturosos.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 14 DE AGOSTO DE 2002, NA
GAZETA MERCANTIL, INTITULADO “BRASIL E CHINA EM NOVOS TEMPOS”

Novidade significativa no debate em torno das eleições presidenciais deste ano é a importância que tem sido atribuída aos grandes temas da agenda internacional. Tal fato ilustra o que tenho chamado de processo de internalização do mundo na vida do País. Ele pode ser observado, por exemplo, nas referências à necessidade de maior aproximação com países como a China, que complementariam ou ofereceriam alternativa importante ao relacionamento do Brasil com parceiros mais tradicionais como os Estados Unidos, a União Européia e os países que integram nosso entorno regional.

O governo Fernando Henrique Cardoso não está alheio a essa necessidade. Ao contrário, a China é um exemplo da atenção dedicada aos grandes países, que George F. Kennan chamou de *monster countries*, com os quais vimos construindo relacionamento sólido e pragmático.

Os números demonstram que a parceria estratégica com a China constitui uma realidade que se expressa em múltiplos contatos políticos, nos intercâmbios comercial e cultural, na cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, saúde, no combate ao tráfico de drogas e outros ilícitos transnacionais.

Nos dois últimos anos, que coincidem com o período em que estou à frente do Itamaraty,

realizaram-se 24 visitas de alto nível do lado chinês e 21 do lado brasileiro. Menção especial deve ser feita às visitas do presidente Jiang Zemin, em abril de 2001, e do chanceler Tang Jiaxuan, em setembro de 2000. A viagem do ministro Sérgio Amaral à China, em abril último, foi acompanhada por delegação empresarial de mais de 100 membros, a maior da área comercial brasileira já reunida em viagem ao exterior.

Em 2001, o comércio Brasil-China aumentou cerca de 50% em valor, repetindo o desempenho de 2000. Com isso, o comércio bilateral praticamente dobrou em dois anos, de US\$ 1,5 bilhão para cerca de US\$ 3 bilhões. As exportações brasileiras para a China em 2001 ultrapassaram US\$ 1,9 bilhão, o que fez daquele país o 6 maior mercado para o Brasil, quase no mesmo nível do Japão. A exportação de produtos agrícolas tem potencial para crescer muito mais. O ministro Pratini de Moraes assinou com seu contraparte chinês, no último dia 9, um acordo de equivalência sanitária que abre a possibilidade de exportarmos carne bovina e de frango para a China já a partir do próximo mês. Igualmente expressivo é o potencial para ampliar o comércio de bens com maior valor agregado.

A criação de *joint ventures* acena com novas possibilidades de incremento das relações

comerciais entre ambos os países. Cito, em especial, a criação, em novembro de 2001, da Baovale, empresa formada pela Companhia Vale do Rio Doce e a siderúrgica Baogang, e o estabelecimento de parceria entre a Embraer e a empresa aeronáutica chinesa AVIC 2, no início deste ano.

Na vertente científico-tecnológica, o programa CBERS, para a construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto, é um exemplo notável de cooperação em área de alto conteúdo tecnológico. O satélite CBERS 2 deverá ser lançado em setembro próximo. A cooperação está sendo estendida a outros setores, como biotecnologia, informática e novos materiais.

Intensificaram-se também as perspectivas de cooperação na área da saúde. Estão em preparação iniciativas conjuntas no combate à AIDS, na produção e comercialização de genéricos e remédios de medicina tradicional e na pesquisa de novos medicamentos.

No princípio de 2002, ampliamos o diálogo para o combate ao tráfico de drogas e ilícitos transnacionais. Estão sendo ultimadas as negociações para a assinatura de acordo de cooperação judiciária em matéria penal.

A consolidação do intercâmbio cultural entre Brasil e China resultará na realização no Brasil, a partir do final de outubro próximo, da “Mostra dos Guerreiros de Xian”, juntamente com exposição de peças do Museu

Arqueológico de Shaanxi e do Museu da Cidade Proibida de Pequim.

Brasil e China têm partilhado posições convergentes em muitos dos grandes temas da política internacional. Os acontecimentos de 11 de setembro transformaram de forma dramática as percepções acerca da paz e segurança mundiais. Os dois países mostraram-se solidários desde o primeiro momento na luta contra o terrorismo internacional, sem, no entanto, favorecer uma militarização à outrance da agenda internacional em detrimento de outras prioridades nos campos social, econômico, ambiental e humano. Brasil e China constituem importantes pólos de influência no mundo em desenvolvimento e merecem ser parte ativa nas considerações dos grandes temas que afetam toda a humanidade, pois a construção da nova ordem e da nova arquitetura mundial neste início de século requer a participação equilibrada de todos os atores relevantes.

Estão previstas, no curto prazo, a constituição de comissão de alto nível entre os dois governos e o estabelecimento do Conselho Empresarial Brasil-China. São mecanismos que virão fortalecer ainda mais os canais institucionais de concertação, contribuindo para expandir ainda mais as relações bilaterais, que já alcançaram uma dimensão excepcional no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 18 DE AGOSTO DE 2002, NO
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, INTITULADO “PARCERIAS NO ORIENTE”.

A China, a Índia e a Rússia são aliados em nosso esforço por uma melhor regulamentação dos fluxos financeiros

Têm-se tornado frequentes as manifestações dos principais candidatos à Presidência da República a respeito do papel que ocupam a China, a Índia e a Rússia no cenário internacional. Todos eles, sem exceção, têm destacado a conveniência -mais do que isso, a necessidade- de o Brasil estreitar suas relações com aqueles países. Aqueles três países -que George F. Kennan denominou, juntamente com os Estados Unidos e o Brasil, de *monster countries* (países monstro), por sua dimensão geográfica, importância política e relevância econômica- não poderiam, efetivamente, deixar de merecer atenção prioritária de um país como o Brasil, que tem uma política externa com alcance global. E essa prioridade é recíproca: o Brasil ocupa lugar de destaque na política daqueles países para nossa região do mundo. Esse interesse mútuo resultou em uma extraordinária expansão de nossas relações com aqueles países nos últimos oito anos.

O comércio exterior brasileiro foi, no ano passado, cerca de 50% maior do que em 1994. Em comparação, a corrente de comércio do Brasil com a China e com a Rússia aumentou cerca de 150% entre 1994 e 2001. Com a Índia, a comparação é afetada por exportações excepcionais de produtos agrícolas brasileiros em 1994. Ainda assim, em comparação com a média de 1992 a 1994, o crescimento do

comércio é da ordem de 130%. Entre 2000 e 2001, a China passou da 12ª para a sexta posição entre os maiores mercados para os produtos brasileiros; a Rússia, da 22ª para a 13ª; a Índia, da 40ª para a 34ª posição.

Mas as relações com aqueles países não podem ser reduzidas a sua dimensão econômica, por mais importante que ela seja. Estes três países caracterizam-se, como o Brasil, por terem, além de seus interesses específicos, interesses gerais no funcionamento da ordem mundial. São países multiétnicos, que enfrentam o desafio de compatibilizar a modernização de suas sociedades com o desenvolvimento sustentável de espaços continentais. São países que têm interesse, como nós, no combate ao crime organizado e aos delitos transnacionais, como o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro. Compartilham nosso repúdio ao terrorismo e nosso entendimento de que a agenda internacional não pode se restringir às questões de segurança.

A China, a Índia e a Rússia são aliados em nosso esforço por uma melhor regulamentação dos fluxos financeiros internacionais e no combate ao protecionismo nos mercados desenvolvidos.

Essa coincidência de percepções, propósitos e interesses tem tido expressão concreta na densidade dos contatos políticos, na multiplicação de iniciativas de cooperação e na coordenação de posições nos foros

multilaterais. O presidente Fernando Henrique Cardoso realizou visitas a Pequim, a Nova Déli e a Moscou, simbolizando a prioridade atribuída às relações com aqueles três países. As visitas e contatos de alto nível realizados nos últimos oito anos são numerosos demais para listar.

Um dos campos mais promissores para o relacionamento com aqueles parceiros é a cooperação na área de ciência e tecnologia. Estamos construindo com a China satélites de sensoriamento remoto, um dos mais importantes projetos de cooperação Sul-Sul em andamento no mundo. No ano passado, foi assinado memorando de entendimento, entre os Ministérios de Ciência e Tecnologia de ambos os países, que prevê a expansão da cooperação científica e tecnológica para novos setores de ponta, como biotecnologia, informática e desenvolvimento de novos materiais.

Com a Índia, há iniciativas em curso ou sendo planejadas nas áreas de energia (etanol), agricultura, biotecnologia, bioinformática e metrologia científica. A visita do então ministro da Saúde José Serra à Índia, em julho de 2000, deu impulso simultaneamente à cooperação científica e ao comércio bilateral, passando a Índia a ocupar lugar de destaque como fornecedor de fármacos para o Programa

Nacional de Saúde. Com a Rússia, há perspectivas promissoras nas áreas de energia, telecomunicações e indústria aeronáutica, assim como na cooperação para a utilização pacífica do espaço exterior.

As declarações dos candidatos à Presidência nos permitem esperar que o próximo presidente do Brasil dará continuidade a este que foi um dos eixos principais da política externa do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao fazê-lo, no entanto, será prudente ter presente o conselho de Goethe, que advertia que “idéias gerais e grandes presunções estão sempre no caminho das calamidades”.

A ampliação de nossas relações com a China, a Índia e a Rússia trará benefícios na medida em que, como tem sido o caso até agora, tiver o propósito de expandir, e não de estreitar, os horizontes de nossas relações. Será vantajosa se gerar novas oportunidades de comércio e cooperação, se for pautada por nossos interesses concretos, e não por preconceitos ideológicos, se for vista como complemento, e não como alternativa a nossas relações com outros países.

Celso Lafer, 61, professor titular da Faculdade de Direito da USP, é ministro das Relações Exteriores. Foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (governo FHC) e das Relações Exteriores (governo Collor).

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 26 DE AGOSTO DE 2002, NO
JORNAL O GLOBO, INTITULADO “UM DIÁLOGO DE GERAÇÕES”

Excelentíssima Senhora Embaixadora dos Estados Unidos da América, Donna Hrinak, Senhoras e Senhores presentes,

O instrumento que acabamos de assinar representa mais uma medida concreta da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos da América em matéria de combate ao problema das drogas. Essa cooperação remonta ao início da década de 70. Hoje ela se norteia por dois princípios consagrados tanto na Estratégia Hemisférica Antidrogas da CICAD como na Sessão Especial da Assembleia-Geral da ONU sobre a matéria, de 1998, ou seja: a responsabilidade compartilhada e a abordagem integral do problema das drogas.

À luz do primeiro princípio, países produtores, consumidores e de trânsito devem unir esforços para erradicar o flagelo das drogas. O Brasil não é produtor de drogas; entretanto, seu imenso território tem sido utilizado pelos narcotraficantes como rota alternativa de trânsito para abastecer os mercados consumidores da Europa e América do Norte. Sabemos que não existe trânsito de drogas inocente ou inofensivo: a passagem das drogas pelo território nacional cria um mercado consumidor em rápida expansão. De maneira engenhosa, embora perversa, os traficantes buscam disseminar o consumo de

drogas entre grupos mais vulneráveis de nossa sociedade, principalmente nossa juventude.

O segundo princípio que mencionei requer seja dada ênfase equilibrada aos aspectos da redução da oferta, da redução da demanda e ao tratamento e reinserção social dos dependentes químicos. A este respeito, vemos com satisfação a coincidência de pontos de vista e de ações práticas de nossos Governos. Nossa Política Nacional Antidrogas e o plano de redução de consumo do Governo dos Estados Unidos estão consoantes com o princípio da abordagem equilibrada.

No campo da repressão, o Departamento de Polícia Federal, em articulação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, vem travando uma luta incansável e sem tréguas, em várias frentes. Agora mesmo, está em curso uma operação de controle do tráfego de aeronaves na região norte – especificamente na área circunvizinha a Itaituba, Estado do Pará -, com o objetivo último de cortar o suprimento de drogas para os grandes centros urbanos do País. A entrada em operação do Sistema de Vigilância da Amazônia constitui novo instrumento poderoso no combate ao narcotráfico.

Integrado a essa força-tarefa permanente do Governo brasileiro, o Conselho de Controle

de Atividades Financeiras busca reprimir a lavagem de dinheiro, delito quase sempre conexo ao narcotráfico, e que representa o oxigênio do crime organizado transnacional.

De igual relevância são as atividades desenvolvidas pela Secretaria Nacional Antidrogas na área da redução da demanda. Ciente de que a luta antidrogas é responsabilidade de todos os setores da sociedade brasileira, a Secretaria fundamenta sua estratégia na perspectiva da “municipalização” das ações de prevenção: é no município que as pessoas vivem, estudam e trabalham. A perspectiva da “municipalização” ganha uma dimensão internacional com a implantação de quatro projetos-piloto de cooperação entre municípios fronteiriços do Brasil e Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

A atuação conjunta do Governo e da sociedade brasileira e a estreita cooperação bilateral entre nossos países constituem a estratégia mais eficiente e eficaz no combate ao problema das drogas. O Memorando de Entendimento que celebramos hoje reforçará nossa capacidade de enfrentar o crime organizado, que tem no narcotráfico sua espinha dorsal.

Muito obrigado.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 10 DE SETEMBRO
DE 2002, NO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, INTITULADO “O
ITAMARATY E AS NEGOCIAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS”.

Nestes tempos de globalização, a inserção do Brasil no mundo depende de nossa participação nos grandes fluxos de comércio e investimento. Mais do que nunca, o desafio da diplomacia brasileira consiste em criar convergências ativas entre a ação política e a ampliação de oportunidades comerciais. Um objetivo depende do outro. Ambos devem obedecer, portanto, a uma perspectiva integrada, capaz de garantir que sua concepção e sua implementação estejam em sintonia estreita com os legítimos interesses governamentais, empresariais e não-governamentais do Brasil.

Outra não tem sido a preocupação do Itamaraty, voltado, desde os tempos da Independência, para a tarefa de, mediante a negociação, obter acesso a mercados para produtos brasileiros. Já em 1854, o ministro Limpo de Abreu defendeu no Parlamento a criação, no ministério, de uma Direção Comercial com a função de negociar tratados sobre comércio e navegação, convenções sanitárias, proteção ao comércio brasileiro e exame de reclamações comerciais.

O próprio Rio Branco - referência maior da diplomacia brasileira - foi um pioneiro da promoção comercial e se empenhou pessoalmente na criação de canais para

a exportação de café para os EUA, que despontavam como a primeira potência econômica mundial. O exemplo do barão serviu de inspiração para que seus sucessores adaptassem a tradição diplomática na condução dos temas econômico-comerciais às necessidades do momento histórico.

Depois da 2.^a Guerra Mundial, e no lastro das negociações econômicas do período 1930-45, o Itamaraty vem participando proveitosamente, desde 1947, das negociações comerciais multilaterais no Gatt. O Itamaraty teve também papel de destaque na criação e nas posteriores negociações, no âmbito da Unctad, dos acordos internacionais de produtos de base - com destaque para o do café -, da Alalc - predecessora da Aladi -, e do Mercosul, exemplo maior da sinergia e complementaridade entre objetivos políticos e econômicos.

À luz dos novos desafios deste início de século, dei prioridade absoluta, na minha gestão à frente do Itamaraty, à modernização e à especialização crescente dos setores encarregados das questões econômicas, comerciais e de integração. A área econômica foi ampliada e, com vista a assegurar coerência na ação e evitar duplicações, estruturada de forma matricial. Passou o Itamaraty assim,

desde o ano passado, a contar com unidades específicas voltadas para temas como acesso a mercados, contenciosos comerciais, defesa comercial e salvaguardas, propriedade intelectual e novos temas (comércio eletrônico), serviços e investimentos. Esta nova estrutura organizacional - que já dispõe de mais de uma centena de diplomatas em Brasília e nos postos no exterior -, com maior densidade técnica e maior coerência na busca de nossos objetivos estratégicos, está plenamente capacitada para lidar com essas complexas negociações em estreita sintonia com os demais setores do governo e com o setor privado.

O êxito do Itamaraty na defesa dos interesses econômico-comerciais brasileiros pode ser medido pelo histórico de nossas participações em contenciosos na OMC. Um levantamento da participação brasileira no órgão de solução de controvérsias indica que, de 1995 até 2001, o País esteve envolvido em 21 casos, sendo 14 como reclamante e 7 como reclamado. O Brasil apresentou 10 reclamações contra países desenvolvidos e 4 contra países em desenvolvimento. Como parte reclamada, lidamos com 5 casos de países desenvolvidos e 2 de países em desenvolvimento. O total de casos encerrados chega a 13. Foram conseguidos resultados positivos em 11, ou seja, 85% dos casos encerrados. Estou confiante de que teremos o mesmo sucesso nas novas disputas, como as relativas ao aço e ao suco de laranja contra os EUA.

Estamos prestes a iniciar demandas contra subsídios da União Européia às exportações

de açúcar e dos EUA ao algodão. Continuamos a examinar a maneira mais efetiva de lidar também com o tema da soja.

Outros exemplos recentes da firme atuação do Itamaraty na defesa dos interesses do País no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foram o êxito na defesa do regime automotivo brasileiro - e, portanto, do investimento e do emprego no País - e o reconhecimento do direito dos países em desenvolvimento a terem acesso a medicamentos essenciais para o combate a epidemias como a Aids, que enfrentava dificuldades em razão das disciplinas sobre propriedade intelectual na OMC.

Ao manter sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores a negociação de acordos econômicos e a promoção no exterior das exportações, o Brasil foi pioneiro na tendência que se verifica hoje entre países desenvolvidos. Na Itália, por exemplo, o governo apresentou em fins de julho projeto de reforma com vista a aglutinar na chancelaria as competências na área política e econômico-comercial. Esse modelo já existe no Canadá e na Nova Zelândia. A reunificação das competências em temas políticos e de promoção e negociação comercial está também sendo estudada pelo governo de Portugal.

As razões para essa tendência internacional de unificar comércio exterior e política externa são duas: de um lado, a necessidade de uma ótica integrada; e, de outro, a otimização de recursos, em especial das estruturas de nossas embaixadas e consulados no exterior. Sem falar nas vantagens decorrentes da memória

institucional e do investimento efetuado ao longo de décadas na formação de quadro experiente em negociações, estruturado em carreira de Estado baseada em sistema de mérito.

Tem sido um grande prazer trabalhar, seja como ministro de Estado, seja como embaixador do Brasil junto à OMC, com este conjunto de excelentes profissionais que compõem o Itamaraty. Como não pertencço aos quadros da carreira diplomática brasileira, sinto-me à vontade para afirmar que, respeitada interna e externamente, a diplomacia brasileira representa um patrimônio valioso do País, um patrimônio que nos singulariza de maneira especialmente positiva no mundo. O governo Fernando Henrique Cardoso deixará para seu sucessor, na Casa de Rio Branco, uma estrutura sólida, experiente e especializada para lidar com as negociações comerciais externas. Esta estrutura constitui uma das mais relevantes vantagens comparativas que o Brasil ostenta na sua luta cotidiana por espaços externos e por sua inserção competitiva no mundo. Preservá-la e valorizá-la é tarefa do maior interesse nacional.



ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 14 DE SETEMBRO DE 2002, NO JORNAL
CORREIO BRAZILIENSE, INTITULADO “EM DEFESA DO MULTILATERALISMO”

Raymond Aron ensina-nos que a guerra é um camaleão que assume sempre novas formas. Há um ano, essa lição ganhou novo significado.

As ações terroristas perpetradas contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 afetaram não apenas a serenidade, o senso de segurança e a ilusão de invulnerabilidade do país, como recolocaram em debate, inclusive pelo simbolismo dos alvos escolhidos, o tema da paz e da guerra e o desafio da segurança nos próprios centros do poder mundial.

A violência, como aprendemos com Hannah Arendt, não cria o poder. Ela destrói o poder como capacidade de agir em conjunto, dada-chave da ação diplomática. São elementos dessa capacidade destrutiva o fato de que, quanto mais desenvolvido é um país, mais vulnerável ele se torna.

Além da dor e do sofrimento causados pela perda brutal de cerca de 3 mil vidas inocentes de inúmeras nacionalidades, os ataques terroristas trouxeram profundas implicações no plano das relações entre os Estados.

Com efeito, embora o terrorismo não constitua fenômeno novo, seu emprego, na escala e nas condições verificadas em 11 de setembro contra o principal centro de poder do mundo, criou uma situação nova.

Passada a fase mais aguda das operações militares no Afeganistão — que contaram com expressiva solidariedade internacional e apoio

logístico e de informações de uma multiplicidade de Estados —, o mundo permanece, no que diz respeito aos temas internacionais de segurança, envolto num “tempo de tormenta e vento esquivo” (Lusíadas, V, 18). Vivemos de fato uma situação-limite entre a paz e a guerra, e os atentados de 11 de setembro, ao deslocarem o eixo diplomático, são emblemáticos de transformações fundamentais que se operam no plano internacional.

O segredo sempre foi um instrumento de poder. O poder invisível é aquele que vê e não é visto. Tradicionalmente, ele está a serviço do Estado, que detém o monopólio da coerção organizada. E o medo diante desse tipo de poder invisível aumenta em função da dificuldade na identificação do inimigo, que é, enfim, o problema prático com o qual se defrontam os EUA e a comunidade internacional organizada.

Desde o final da guerra fria o mundo tem operado com base em duas lógicas contraditórias: a da globalização e a da fragmentação. Em ambos processos, verifica-se tanto maior proeminência relativa de atores não-governamentais vis à vis os governamentais quanto maior capacidade de ação por parte daqueles de operarem em redes — uma das conseqüências da própria globalização. Essas, no entanto, podem servir ao bem — para melhorar a educação, promover o desenvolvimento sustentável e o respeito

aos direitos humanos —, e ao mal — como o terrorismo, o tráfico de drogas e de armas e a lavagem de dinheiro. A própria estrutura do terror modificou-se: as entidades altamente hierarquizadas nos anos 70 e 80, como Al Fatah, Brigadas Vermelhas, Baader-Meinhof, dão lugar hoje a grupos ad hoc descentralizados e que se valem das redes acima mencionadas.

A combinação deste tipo de redes, instrumentada pelos meios de comunicação eletrônica, escapa aos controles dos estados e das instituições internacionais e, como aponta Pierre Hassner, coloca em questão a racionalidade dos mecanismos tradicionais da economia, da diplomacia e da guerra, multiplicando os riscos difusos da violência anômica.

Para isso tem contribuído a fragmentação das cadeias de poder. Tal fragmentação coloca em causa o monopólio do uso legal da força como clássico atributo do Estado no seu âmbito territorial.

Percebe-se assim com mais clareza a natureza emblemática do 11 de setembro na realidade contemporânea. Na Primeira Guerra Mundial, cerca de 10% dos mortos eram civis, parcela que, na Segunda, sobe para 60%. Hoje, os civis são eles próprios alvos imediatos, não apenas no caso dos atentados aos Estados Unidos, como também nos conflitos que opõem israelenses e palestinos, indianos e paquistaneses, ou, para recordarmos a tragédia de Ruanda, hutus e tutsis.

A resposta inicial dos Estados Unidos aos atentados foi o recrudescimento, em seus governantes, de uma leitura hobbesiana-maquievélica da realidade

internacional, sobretudo no plano estratégico-militar. Daí a tendência ao solipsismo, perceptível não apenas na intensidade de ações internacionais dos EUA de prevenção e combate ao terrorismo e no debate sobre operações de guerra em relação ao Iraque de Saddam Hussein, como em suas posições freqüentemente refratárias a acordos multilaterais, por exemplo, nas áreas ambiental (não-ratificação do Protocolo de Kyoto), de desarmamento (não-ratificação do Tratado de proibição completa dos testes nucleares, o CTBT), ou jurídica (evitar jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre nacionais norte-americanos).

Pela forma de sua inserção no mundo, tradição e experiência diplomática, o Brasil tem uma leitura grociana da realidade internacional, que privilegia a gestão dos conflitos por meio do direito e da diplomacia.

Para o Brasil, o 11 de setembro agravou o déficit de governança prevalente no sistema internacional, para realçar um dos termos recorrentes suscitados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso desde o início do seu primeiro mandato. Diante deste agravamento, a posição brasileira é clara: a resposta aos desafios atuais é mais multilateralismo, e não menos. A complexidade do mundo contemporâneo em todas as áreas, inclusive a de segurança internacional, é tão grande que nenhum ator internacional, nem o mais forte, pode, isolado e sem cooperação, encaminhar soluções.

Essa é a lição dos trágicos atentados que, há um ano, chocaram o mundo.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 15 DE SETEMBRO DE 2002,
NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, INTITULADO “UM ANO DEPOIS”

A posição brasileira é clara: a resposta aos desafios atuais é mais multilateralismo, e não menos

Qual o significado do primeiro aniversário dos ataques terroristas, nos EUA, que marcaram o dia 11 de setembro? Além da dor e do sofrimento causados pela perda brutal de cerca de 3.000 vidas inocentes de inúmeras nacionalidades, esses atos trouxeram profundas implicações no plano das relações entre os Estados, em particular no campo da segurança internacional.

Com efeito, embora o terrorismo não constitua um fenômeno novo, seu emprego na escala e nas condições verificadas em 11 de setembro contra o principal centro de poder do mundo criou uma nova situação.

Para fazer frente a um inimigo difuso, mesmo que se lhe tenha imputado o rosto de Osama bin Laden, seguiu-se uma reação igualmente difusa, ainda que inicialmente concentrada nas ações militares levadas a cabo pelos EUA contra bases terroristas no Afeganistão. Nestas os EUA dispuseram de ampla latitude de ação, decorrente não só de sua superioridade militar, mas também do abrangente escopo legitimador para tais ações, autorizadas pela linguagem das resoluções aprovadas pelos órgãos máximos da ONU: a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança.

Passada a fase mais aguda das operações militares dos EUA no Afeganistão -que contaram com expressiva solidariedade internacional e o relevante apoio logístico e de informações de uma multiplicidade de Estados-, o mundo permanece, no que diz respeito aos temas internacionais de segurança, envolto num “tempo de tormenta e vento esquivo (“Lusíadas”, 5, 18)”. Vivemos uma situação-limite entre a paz e a guerra, e os atentados de 11 de setembro, ao provocarem um deslocamento do eixo diplomático, são emblemáticos de transformações fundamentais que se operam no plano internacional.

Desde o final da Guerra Fria, o mundo opera com base em duas lógicas contraditórias: a da globalização e a da fragmentação. Em ambos os processos, verifica-se tanto maior proeminência relativa de atores não-governamentais “vis-à-vis” os governamentais, quanto maior capacidade de ação por parte daqueles de operarem em redes -uma das consequências da globalização.

Estas, no entanto, podem servir quer ao bem -para melhorar a educação, promover o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos humanos-, quer ao mal, como o terrorismo, o tráfico de drogas, de armas, a lavagem de dinheiro. A própria estrutura das organizações terroristas modificou-se: as

entidades altamente hierarquizadas nos anos 70 e 80, como Al Fatah, Brigadas Vermelhas, Baader-Meinhof, dão lugar hoje a grupos *ad hoc* descentralizados e operando em redes.

Para isso tem contribuído o que pode ser qualificado como a fragmentação das cadeias de poder, que coloca em questão o monopólio do uso legal da força como clássico atributo do Estado no seu âmbito territorial. É neste contexto que se situa o fenômeno da desagregação e secessão de Estados (URSS, Balcãs) ou a perda de controle de parte de seus territórios para poderes ligados a milícias, guerrilha, terrorismo ou tráfico de drogas. O exemplo mais notório é o Afeganistão, base da Al Qaeda.

Percebe-se assim, com mais clareza, a natureza emblemática do 11 de setembro na realidade contemporânea, que coloca em questão a racionalidade dos mecanismos tradicionais da diplomacia, da política, da economia e da própria guerra. Na Primeira Guerra Mundial, cerca de 10% dos mortos eram civis; parcela que sobe para 60% na Segunda. Hoje, os civis são eles próprios alvos imediatos, não apenas no caso dos atentados aos EUA, mas também nos conflitos que opõem israelenses e palestinos, indianos e paquistaneses, ou hutus e tutsis, como no caso de Ruanda.

Como fazer frente aos piores efeitos desses movimentos? A reação inicial dos EUA, país vitimado pelos atentados, foi a do recrudescimento, nos seus governantes, de uma leitura hobbesiana-maquivélica da realidade

internacional, sobretudo no plano estratégico-militar. Daí a tendência ao solipsismo naquele país. Esta se percebe não apenas na intensidade de suas ações internacionais de prevenção e combate ao terrorismo e no debate sobre operações de guerra no Iraque, mas também em suas posições frequentemente refratárias a acordos multilaterais -como nas áreas ambiental (não-ratificação do Protocolo de Kyoto), de desarmamento (não-ratificação do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares) ou jurídica (evitar jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre nacionais norte-americanos).

Pela forma de sua inserção no mundo, tradição e experiência diplomática, o Brasil tem uma leitura grociana da realidade internacional, que privilegia a gestão dos conflitos por meio do direito e da diplomacia. Para o Brasil, o 11 de setembro agravou o déficit de governança prevalente no sistema internacional, para realçar um dos termos recorrentes suscitados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso desde o início do seu primeiro mandato.

Diante desse agravamento, a posição brasileira é clara: a resposta aos desafios atuais é mais multilateralismo, e não menos.

A complexidade do mundo contemporâneo em todas as áreas, inclusive a de segurança internacional, é tão grande que nenhum ator internacional, nem o mais forte, pode, isolado e sem cooperação, encaminhar soluções. Esta é a lição, passado um ano dos atentados que chocaram o mundo.

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
PROFESSOR CELSO LAFER, PUBLICADO EM 13 DE OUTUBRO DE 2002, NO
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, INTITULADO “CUBA E OS FURACÕES”

Nas águas procelosas em que hoje navegamos, visitar Cuba equivale a uma lição de realismo e utopia

Em 1960, pouco antes de viajar ao Brasil acompanhado por Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre esteve em Cuba para testemunhar os primeiros passos da revolução comandada por Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos. A visita está relatada numa série de reportagens publicadas no Brasil sob o título “Furacão sobre Cuba”. A imagem do furacão aí representava, simbolicamente, as mudanças que começavam a se processar na vida do país.

A recente visita que realizei a Cuba, a convite do chanceler Felipe Pérez Roque, esteve ameaçada pela passagem do furacão Isidore pelo Caribe. Diferentemente do furacão sartreano, no entanto, Isidore não era uma tormenta metafórica. Representava, sim, uma ameaça real que trazia consigo promessa de devastação semelhante àquela provocada em 2001 pelo furacão Michelle.

A ameaça, felizmente, não se concretizou. Isidore desviou-se do rumo inicialmente previsto, causando apenas estragos menores em algumas plantações na costa Oeste de Cuba, antes de se deslocar para a península de Yucatán e para a costa da Louisiana, onde desapareceu.

O tema dos furacões pautou boa parte da extraordinária alocução de mais de duas horas que nos proporcionou -a mim, ao embaixador

do Brasil em Havana, Luciano Martins, e aos colaboradores que me acompanhavam- o presidente Fidel Castro. De forma pausada e com a capacidade de entreter e de comunicar que lhe é característica, Fidel, como quem conta uma fábula, discorreu sobre a natureza dos furacões, deixando implícita a moral da história.

A partir do exemplo de Isidore, procurou demonstrar que, ao atribuir significado à história, o homem lhe dá um sentido, mas não revela seu destino. As metáforas extraídas de fenômenos naturais como a tempestade, a tormenta e o redemoinho sugerem, em geral, o confronto com o inelutável. A narrativa de Fidel procurava matizar esse determinismo. Parecia propor, em contraponto, a imagem da nau presa no rastro do furacão que precisa redefinir seu rumo para tentar prosseguir no itinerário.

Fidel procurava demonstrar que, em circunstâncias semelhantes, cabe ao governante atuar não como observador, mas como protagonista da ação. Ele sabe, afinal, que, dialeticamente, o ritmo da história resulta de variações por contradição, não por sucessão.

Essa foi minha primeira viagem a Cuba. A visita inseriu-se no contexto de aproximação e de institucionalização das relações bilaterais aprofundadas com a ida do presidente Fernando Henrique a Cuba, em novembro de 1999, a primeira visita de

um chefe de Estado brasileiro à ilha. Assinei em Havana acordos de cooperação judiciária em matéria penal e de supressão de vistos em passaportes diplomáticos que testemunham o interesse de ambos os governos em aprimorar os mecanismos institucionais bilaterais e o diálogo entre os dois países. Instrumental, nesse sentido, tem sido a atuação do embaixador Luciano Martins, que, ao aliar sua reconhecida capacidade intelectual ao interesse pelos temas da agenda bilateral, soube cultivar contatos e intensificar a presença brasileira na ilha.

Cuba vive hoje momento que parece configurar um ajuste de rota. Se é visível, por um lado, a preocupação das autoridades com a manutenção do patrimônio de identidade fruto da Revolução, é evidente, por outro, a percepção da necessidade de lidar com as mudanças trazidas pelo fim da bipolaridade e pelo colapso do bloco soviético e o consequente término das relações especiais com a URSS e posteriormente a Rússia.

O grande desafio enfrentado hoje por Cuba é o de manter sua identidade em meio à nova configuração da cena internacional. Para isso, o país tem realizado importante esforço de reposicionamento, caracterizado pela busca de novos parceiros, como a União Européia e a América Latina. Cuba, ademais, tem se lançado de forma corajosa num processo de reestruturação do setor do açúcar, procurando encontrar novos caminhos para a utilização da mão-de-obra que será deslocada. Novas alternativas têm também sido buscadas no turismo e na exploração de petróleo.

Outro bom exemplo desse impulso renovador é a restauração ora em curso do magnífico conjunto arquitetônico de Havana Velha, que não apenas traz de volta o esplendor original do bairro, como atua no sentido de conservar naquela tradicional zona residencial a mesma comunidade que ali sempre esteve e que com ela guarda profundas afinidades

culturais. Esse esforço está presente também na incipiente atividade empresarial na ilha, de que são exemplo os chamados paladares, restaurantes com participação de capital privado -como o fascinante La Guarida.

Em todos os encontros que mantive com autoridades cubanas durante a visita, pude testemunhar a mesma determinação de buscar redefinir os termos de inserção internacional de Cuba, o que, no caso de Havana, passa necessariamente pela normalização das relações com Washington.

Exemplo concreto disso foi a inauguração em Havana de feira de produtos agropecuários e alimentícios norte-americanos, que reuniu 280 expositores e mais de 700 empresários. A abertura contou com a presença do presidente Fidel Castro, que saudou o “esforço tão nobre” dos expositores norte-americanos, *“luchando para que se desarrollen las mejores relaciones entre nuestros dos pueblos, que son afortunadamente vecinos y están obligados a ser amigos”*.

No discurso que proferi por ocasião da abertura da Assembléia Geral da ONU dias antes da viagem a Cuba, referi-me ao “tempo de tormenta e vento esquivo” de que nos fala Camões n” “Os Lusíadas”. Nas águas procelosas em que hoje navegamos, visitar Cuba equivale a uma lição de realismo e utopia.

O realismo, que tem pautado de forma crescente a atuação do governo cubano e que se traduz na busca prioritária da reinserção do país no plano hemisférico e no âmbito internacional, não põe em questão a necessidade de manter o patrimônio de realizações em áreas como a saúde e a educação, que se identificam com o próprio ideário da Revolução. Pelo contrário. Cuba sabe, porque o aprendeu da forma mais árdua, que a postura realista é instrumento imprescindível para o resgate e a manutenção daquelas conquistas e do direito de sonhar um mundo mais justo.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PROFESSOR CELSO LAFER, AO JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, PUBLICADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2002.

Lafer alerta candidatos: “cuidado com as críticas”.

A 14 semanas da posse do sucessor do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, fez uma séria advertência aos principais candidatos, que criticam, nos palanques, a atual política. O chanceler destaca que as declarações dos presidenciáveis não são “inconseqüentes”, têm “repercussão internacional” e podem se tornar um tiro no pé de quem for eleito. Ele lembra que não caberá a Fernando Henrique, mas ao escolhido em outubro, tomar uma das mais delicadas decisões da área internacional - negociar um acordo comercial com os Estados Unidos.

Conhecido pelo discurso acadêmico, Lafer optou por resposta curta e direta quando questionado sobre um dos mais ardilosos boatos que rondam os corredores do Itamaraty. Mas não negou nem desconsiderou a hipótese de um acordo bilateral capaz de causar furor nas bases eleitorais dos quatro principais candidatos à Presidência.

Os temas da política brasileira entraram, desta vez, nos discursos de campanha com uma forte carga crítica à atual estratégia do Palácio do Planalto e do Itamaraty, principalmente para a área comercial. O tucano Lafer discorda

da resistência do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, à participação do Brasil nas negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Mas igualmente ataca posições defendidas pelo candidato do próprio partido, José Serra, contrárias à preservação do formato do Mercosul como uma união aduaneira.

Em uma indicação da necessidade de os candidatos considerarem a preservação da atual política externa, Lafer argumentou que o fator mais importante nas relações exteriores é a consistência das posições defendidas pelos países.

Afirmou ainda que os candidatos e os seus assessores - alguns dos quais, eventuais sucessores dele no comando do Itamaraty - têm a responsabilidade de defender melhor o interesse nacional, sempre levando em conta o cenário internacional.

Estado: O governo conseguiu obter dos candidatos compromissos claros de manutenção da estabilidade da moeda e das metas fiscais. O mesmo trabalho não foi feito em relação à política externa. Os principais candidatos apontam para uma possível mudança na linha de ação, em especial em relação ao Mercosul e à Alca. O senhor prevê

uma guinada na área externa com o novo governo?

Lafer: A indicação do próximo ministro das Relações Exteriores por parte do novo presidente, seja ele quem for, tem um conteúdo de grande responsabilidade. Não é apenas uma indicação política. Assim como o ministro da Fazenda ou o presidente do Banco Central, o chanceler sinalizará a visão do novo governo sobre como o Brasil se inserirá no mundo, para onde o Brasil tende a ir nos próximos anos. Ou seja, a posição do País sobre os grandes temas do comércio, do desarmamento, do multilateralismo, do relacionamento com os nossos vizinhos, da continuidade do Mercosul, das parcerias com Chile, Rússia, China, Japão, da visão de paz e de segurança no plano internacional. Por isso, reitero que a palavra de qualquer candidato tem repercussão internacional. Assim como as palavras do ministro da Fazenda ou do presidente do BC têm impacto nos mercados, a palavra dos candidatos e dos futuros ministros das Relações Exteriores têm impacto nas relações internacionais do País. Como o Brasil tem dimensões continentais e é um ator relevante na vida internacional, os candidatos e os que falam em nome deles têm uma grande responsabilidade, a de defender melhor o interesse nacional, levando em conta o contexto internacional no qual estamos inseridos. A palavra não é inconseqüente. O que pode ser útil para conquistar votos ou simpatias pode ter um custo para a viabilidade dos projetos dos próprios candidatos, do pluralismo de sua leitura e de sua visão no mundo.

Estado: Todos os candidatos mantêm discursos reticentes em relação à Alca. Lula a trata como um processo de anexação aos Estados Unidos e diz que nas atuais bases

de negociação o Brasil não continuaria a discutir. Ciro Gomes (PPS) critica o prazo estreito para o novo governo se posicionar. Serra chegou a dar apoio ao plebiscito contra a Alca promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essas manifestações já têm reflexo nas negociações e nos contatos do Brasil com os parceiros da Alca, em especial com os EUA?

Lafer: É difícil dizer que a Alca será isso ou aquilo sem que se tenha dado andamento às negociações. Os objetivos do Brasil foram apresentados com muita clareza na Reunião de Cúpula das Américas, em Quebec, no ano passado.

Ou seja, acesso a mercados, uso apropriado de medidas de defesa comerciais, abertura do comércio de produtos do agronegócios, eliminação de restrições sanitárias e fitossanitárias ou de barreiras técnicas que funcionam como um protecionismo disfarçado. Até agora, não sabemos como serão as negociações da Alca. O Brasil é um importante interlocutor, tem atuado em conjunto, via Mercosul, e tem mantido entendimento com diversos Estados cujas posições, em determinados momentos, são convergentes com as nossas. Portanto, dizer que essas negociações são uma anexação é uma avaliação precipitada. Essas negociações são difíceis. Ninguém ignora isso. É claro que essas negociações se complicam com uma carga ideológica importante, que deriva do fato de que os Estados Unidos são hoje a única superpotência do mundo. As negociações com a Europa são tão difíceis ou tão complicadas quanto as negociações com os EUA.

Estado: Nesse ponto, o senhor confronta outra recorrente declaração da cúpula petista, que tende a priorizar as negociações do Mercosul com a União Européia.

Lafer: Elas são tão difíceis quanto as negociações com os Estados Unidos. A Europa é uma superpotência econômica, mas não é uma superpotência política.

Daí seu capital de boa vontade. Como tenho dito, se o representante dos Estados Unidos para o Comércio, Robert Zoellick, tivesse dado uma entrevista como a do comissário da União Européia para o Comércio, Pascal Lamy, sobre as dificuldades que os europeus têm em matéria de política agrícola, teria enfrentado dificuldades políticas maiores.

Estado: O senhor acha, portanto, recomendável manter a atual política?

Lafer: Na política externa, o importante é a consistência das posições.

Temos trabalhado para a inserção internacional do Brasil, para a melhora do desempenho exportador a partir do maior acesso do produto brasileiro aos principais mercados. Queremos manter a estratégia da negociação em três tabuleiros: a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Alca e a União Européia. O maior interesse nacional é dar continuidade a essa estratégia.

Elas não são fáceis nem podem ser prejudicadas de antemão. Nenhum candidato pode imaginar que, ao iniciar na Presidência, recomeçará tudo como no Gênesis. O Brasil tem existência independente desde 1822 e nossa história é uma forma de nos inserirmos no mundo. Uma das características da diplomacia brasileira é a consistência e a coerência. A capacidade de mudar tem de ter os componentes prévios de continuidade.

Estado: Quais seriam os riscos, para o Brasil, de se retirar das negociações da Alca?

Lafer: Se o Brasil se excluir das negociações da Alca, será excluído das oportunidades

de acesso dos produtos não só aos Estados Unidos, como aos demais países da América Latina. Seria enfraquecer a posição do Brasil. Quanto ao calendário de negociações, há prazo até fevereiro de 2003 para a apresentação das ofertas pelo Mercosul. Depois, há um prazo maior para a renovação delas, até o segundo semestre de 2003.

Estado: Os candidatos divergem em relação ao Mercosul. Lula, Anthony Garotinho (PSB) e Ciro dizem que vão reforçá-lo e priorizá-lo. Serra declarou-se favorável a modelo mais tímido, que excluiria os compromissos de união aduaneira. Como o senhor avalia essas visões?

Lafer: Nós assinamos o Tratado de Assunção (em 1991) e assumimos o compromisso de união aduaneira, que está em andamento, apesar das dificuldades. O Mercosul representa um projeto de fazer a melhor economia de nossa geografia, como também é o nosso projeto para a América do Sul. Trata-se de um componente de qualidade, que não podemos nem devemos ignorar. Primeiro, porque a negociação entre União Européia e Mercosul é de agrupamento regional para agrupamento regional. Esse é o mandato da União Européia, e não outro. Dificilmente surgiria outro mandato negociador no contexto do alargamento da UE. Segundo, porque operamos as negociações da Alca via Mercosul. Isso tem sido útil para a melhoria das nossas posições e do nosso trabalho negociador. Desconsiderar o que temos obtido significa não levar em conta uma política que não é só de governo, mas também de Estado e da sociedade brasileira.

Estado: Há especulações de que, com a copresidência de Brasil e Estados Unidos na fase definitiva da Alca, os dois países poderiam

negociar um acordo comercial bilateral. Isso seria possível, recomendável ou até mesmo desejável para o governo brasileiro?

Lafer: Esse tema não está na agenda do atual governo, que termina em 31 de dezembro. Portanto, é questão que ficará para o próximo governo.

Estado: Também existe a idéia de que o Brasil deveria se aliar aos países em desenvolvimento com grandes mercados e destaque no cenário internacional. O Brasil vem estreitando relações com vários, como Rússia, China e Índia. O senhor acredita que esse poderá ser um caminho?

Lafer: O governo FHC desenvolveu enormemente as relações com a China, a Índia e a Rússia nas áreas política, de cooperação científica e tecnológica e comercial. Mas todos os três países - repito, todos os três - estão procurando entendimentos com os Estados Unidos. Não foi por acaso que a Rússia apoiou as operações militares americanas no Afeganistão em 2001. A relação com os EUA é importante para a Índia, por causa do conflito com o Paquistão, e é manejada com muito cuidado pela China. Então, imaginar que o Brasil pode formar, com esses países, uma aliança para confrontar os EUA é não levar em conta os interesses específicos da China, da Rússia e da Índia. Essas relações significam uma complementação relevante e importante dos nossos relacionamentos externos. Mas não são de oposição a quem quer que seja.

ENTREVISTA DO EMBAIXADOR CELSO AMORIM À GAZETA
MERCANTIL, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2002

Uma política firme, sem confrontos

O futuro ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, começou a alinhar seu discurso de posse no qual vai detalhar a política externa do governo Lula. De sua residência em Londres, o embaixador não deixa dúvidas, em entrevista por telefone a este jornal, que o tom da diplomacia brasileira será cada vez mais firme e forte. Ampliará as alianças políticas e comerciais com países em desenvolvimento, mas sem intenção de confronto Norte-Sul, com uma visão objetiva de obter vantagens concretas.

Amorim deixa claro que uma das grandes prioridades da política externa brasileira será impulsionar a integração da América do Sul, com medidas concretas para ampliar o comércio e também para fortalecer as bases institucionais, inclusive para poder obter mais vantagens nas negociações externas.

Sobre as relações, essenciais, com os Estados Unidos, o futuro ministro crê numa rearticulação a partir do encontro de cúpula entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush, que pode ocorrer em março ou abril, provavelmente no Brasil. A seguir os pontos principais da entrevista:

Gazeta Mercantil: Qual a tônica da futura política externa?

Celso Amorim: Em coerência com a plataforma do presidente Lula, aspectos de mudança

social pelos quais o brasileiro votou têm que ser projetados para as relações internacionais. Como diminuir o hiato entre países ricos e pobres; defender muito afirmativamente nossos interesses em áreas como agricultura; ampliar o espaço de flexibilidade para políticas de desenvolvimento. Tudo isso num contexto de negociação, sem medo de discordar e de defender nossos interesses.

GZM: Ou seja, nada de rota de colisão, como se poderia imaginar pelos discursos eleitorais do PT?

Amorim: Vamos negociar forte, firme e duro sem medo de diferenças, defendendo nosso ponto de vista com vigor. Também vamos buscar articulação mais freqüente na Organização Mundial do Comércio (OMC) com outros países em desenvolvimento, com China e Índia, sem querer fazer confrontação Norte-Sul. Temos uma visão objetiva, de obter vantagens concretas. Ninguém ignora que o mercado dos Estados Unidos é o grande mercado, e queremos eliminar barreiras protecionistas. Seria uma forma de cooperar. Mas nossa cooperação nunca será excludente. O Brasil não vai se jogar nos braços da Alca em detrimento da União Européia nem da negociação na OMC. As três serão tratadas com igual importância. No começo do governo, será dada grande atenção à Alca, não pela prioridade, mas em razão do cronograma.

GZM: Há críticas de que a política externa está muito voltada para abrir mercados e negligencia a política mesmo. Como o Senhor vê isso?

Amorim: A política entre aspas vai ocupar espaço grande. O Brasil vai ser muito afirmativo na busca de maior democratização das relações internacionais. Isso passa pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Agora, para o Brasil poder exercer esse papel no mundo, tem que estar bem integrado na sua região.

GZM: Ou seja, a América do Sul é prioritária?

Amorim: Sim. É preciso manter os encontros de cúpula (dos presidentes da região), mas com medidas concretas. Por exemplo, nos créditos recíprocos comerciais, harmonização de normas trabalhistas, facilitação da movimentação da mão-de-obra, infraestrutura. Não é só questão de rodada comercial. Integração é uma construção permanente, busca conjunta de respostas.

GZM: Mas como fazer integração com caos na Venezuela. A Colômbia também não está bem e o Peru dá sinais de problemas.

Amorim: Temos que ajudar no desenvolvimento e procurar soluções baseadas no fortalecimento institucional. Uma boa situação econômica ajuda a melhorar a situação para todos. Quanto mais integrada estiver a América do Sul, melhores opções teremos para obter vantagens lá fora. É difícil imaginar o Brasil forte com a região fraca. O que ocorre na América do Sul tem influência nas outras regiões. Temos que reativar interesses estratégicos.

GZM: O México passou a economia brasileira e cresce mais que o Brasil. Como o Brasil pode exercer papel de liderança na América Latina?

Amorim: Ah, mas isso é uma questão de câmbio. E veja, liderança não é objetivo em si, mas decorrência de certas posições. Ela se exerce mais por inspiração do que por comando. O Brasil dá seu exemplo, até interno, de mudança social, num processo totalmente pacífico. Isso pode ser um fator de liderança, sem ser buscado como objetivo ou condição para o Brasil ter grande influência. Progredindo democraticamente, isso já ocorrerá naturalmente.

GZM: Como reorganizar as relações com os Estados Unidos?

Amorim: A viagem do presidente Lula a Washington foi muito importante. O próprio presidente Bush está querendo o encontro de cúpula, que pode ser em março ou abril. Isso vai possibilitar diálogo de grande substância, com grande impacto político e, em si, a forma incide no conteúdo. Os dois lados tratam com esse grau de seriedade, saindo de queixas recorrentes para uma visão mais estratégica na qual os EUA reconhecem no Brasil um parceiro indispensável para a estabilidade da América do Sul e mesmo da África. O Brasil vai atuar na África portuguesa, na África do Sul, tem possibilidade de ajudar em muitas coisas. A questão estritamente econômica terá grande prioridade, vai ter ênfase especial. mas não será excludente.

GZM: Mas sobra, para um país como o Brasil, um espaço político para ação internacional minimamente independente, num contexto dominado por uma única superpotência?

Amorim: Na realidade global de hoje, todo mundo acentua o grande predomínio americano, e ele é verdadeiro. Ma há vários outros pólos de poder. O Brasil pode contribuir para a multipolaridade, que é saudável para todos e até para a grande potência. Podemos contribuir com o diálogo franco com países europeus, com a China, Rússia, Índia, África. Todos terão grande importância, em questões políticas, científica, tecnológica, etc.

GZM: O multilateralismo está moribundo. Como conseguir alguma coisa na OMC e nas Nações Unidas?

Amorim: Moribundo, não diria. Tem sofrido solavancos sérios, mas na hora H o multilateralismo é sempre necessário, como foi importante em Doha para se obter a declaração sobre melhor acesso a remédios. Na questão do Iraque, bem ou mal, os Estados Unidos optaram por levar para o Conselho de Segurança (da ONU) a questão com seu ponto de vista. O multilateralismo é sempre o melhor caminho. É mais sólido. Outros podem trazer resultados imediatos, mas sujeitos a abalos.

GZM: O novo governo assume num contexto internacional sombrio pela ameaça de guerra no Iraque. Que impacto essa situação pode ter na política externa brasileira?

Amorim: Enquanto a guerra não começar, ela é sempre evitável. Isso implica que o Iraque dê toda a cooperação. Confio muito nos inspetores da ONU, no Hans Blix, chefe deles, e em princípio não vejo por que não seja possível evitar a guerra, desde que haja boa vontade. Se houver violação clara das resoluções do Conselho de Segurança, e espero que isso não ocorra, o governo Lula prefere que qualquer avaliação seja feita pelo Conselho de Segurança da ONU.

GZM: Como o Senhor vê a criação da Secretaria de Comércio Exterior?

Amorim: Ela está no programa do PT e não tenho nenhum temor sobre isso. O Itamaraty tem vantagem comparativa na capacidade negociadora. Isso não pode ser reconstituído de uma hora para outra. Seria como pegar o xadrez com o jogo pelo meio. Mas há muitas coisas que o Itamaraty não pode fazer. Por exemplo, definir qual a melhor política tecnológica na política para exportações. Como uma das coisas importantes não é só apoiar o comércio exterior como balcão, mas fazer prioridade também das outras políticas (tecnológica, agrícola, etc.), é importante ter um órgão central de coordenação. E (a secretaria) sendo ligada à Presidência (da República) é muito útil. Agora, quando chega na negociação, o Itamaraty tem a vantagem comparativa.



ÍNDICE REMISSIVO

A

África do Sul 83, 84, 105, 134, 159, 205, 206, 207, 219, 220, 229, 235, 236, 242, 284, 290, 326

ALADI 93, 94, 95, 246, 294, 311

ALCA 40, 41, 45, 47, 51, 91, 94, 102, 117, 128, 129, 144, 158, 159, 166, 169, 170, 171, 173, 173, 175, 176, 177, 189, 235, 242, 244, 249, 284, 291, 321, 322, 323, 325

Alemanha 106, 149, 227, 236, 264, 265, 292

Algodão 231, 232, 238, 239, 312

Amazônia 85, 87, 104, 105, 144, 191, 220, 309

América do Sul 42, 49, 51, 53, 58, 87, 89, 90, 93, 102, 128, 129, 166, 187, 188, 208, 209, 210, 211, 224, 226, 277, 286, 289, 290, 323, 325, 326

Argentina 42, 89, 90, 91, 101, 104, 115, 116, 117, 145, 195, 196, 197, 212, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 253, 257, 262, 263, 265, 281, 283, 288, 292, 293, 310

B

BNDES 80, 199, 200, 205, 264

C

Cabo Verde 43, 44, 77, 203, 204, 205, 216, 253, 294

Chile 50, 52, 128, 210, 211, 212, 222, 223, 230, 234, 257, 261, 262, 276, 281, 282, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 322

China 79, 80, 81, 82, 159, 187, 197, 227, 270, 292, 305, 306, 307, 308, 322, 324, 325, 327

Colômbia 50, 86, 87, 93, 198, 208, 209, 220, 221, 257, 259, 289, 326

Conselho de Segurança 35, 36, 37, 112, 113, 114, 125, 126, 159, 187, 188, 205, 206, 207, 226, 232, 244, 256, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 295, 317, 326, 327

Coréia 127, 198, 230, 260, 261, 269, 273, 291, 292

CPLP 45, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 83, 147, 148, 153, 154, 203, 204, 205, 207, 215, 216, 219, 252, 294, 302, 303

Cuba 93, 196, 197, 245, 246, 257, 294, 319, 320

D

Desenvolvimento sustentável 58, 73, 74, 81, 84, 87, 105, 106, 111, 160, 166, 188, 198, 201, 215, 220, 226, 227, 238, 242, 246, 247, 262, 275, 279, 281, 289, 305, 315, 317

Direitos Humanos 35, 40, 50, 56, 69, 73, 78, 108, 111, 121, 122, 123, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 159, 160, 166, 167, 182, 187, 200, 201, 203, 212, 213, 228, 229, 238, 245, 251, 266, 263, 278, 285, 286, 298, 316, 317

Drogas 80, 81, 103, 104, 188, 241, 256, 262, 263, 293, 305, 307, 308, 309, 310, 316, 317, 318

E

Energia Nuclear 197, 249

Estados Unidos 40, 52, 91, 94, 103, 112, 129, 138, 145, 146, 149, 158, 185, 186, 187, 188, 190, 195, 199, 209, 218, 224, 230, 231, 238, 239, 267, 275, 293, 305, 307, 309, 315, 316, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327

G

Gabão 196

Guatemala 195, 196, 239, 240, 248, 257, 258, 260

Guiné-Bissau 43, 44, 45, 77, 203, 204, 294

I

Índia 78, 127, 159, 187, 196, 225, 226, 229, 230, 235, 242, 246, 247, 284, 291, 292, 305, 306, 316, 318, 324, 325, 327

Iraque 113, 125, 126, 159, 256, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 316, 318, 327

Israel 78, 113, 198, 214, 218, 219, 230, 231, 232, 244, 279, 316, 316

M

Mercosul 33, 40, 41, 42, 51, 53, 61, 84, 90, 91, 93, 94, 98, 101, 102, 112, 116, 117, 128, 131, 144, 150, 154, 155, 159, 165, 170, 173, 175, 176, 177, 187, 189, 199, 200, 208, 210, 211, 212, 222, 223, 233, 234, 235, 236, 244, 249, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 294, 295, 311, 321, 322, 323

México 31, 32, 33, 47, 48, 89, 93, 94, 128, 159, 195, 199, 200, 201, 217, 218, 229, 230, 235, 250, 257, 259, 273, 284, 290, 299, 326

N

Nova Zelândia 205, 206, 229, 292, 312

O

OMC 41, 74, 128, 129, 158, 159, 173, 176, 189, 222, 226, 230, 231, 233, 238, 239, 244, 255, 284, 297, 312, 313, 323, 325, 327

ONU 35, 103, 111, 112, 113, 114, 125, 144, 187, 188, 196, 213, 228, 229, 245, 267, 268, 270, 272, 273, 301, 302, 303, 304, 309, 317, 320, 327

Oriente Médio 113, 214, 232, 244, 266, 279

Oxford 157, 161, 163

P

Paraguai 90, 95, 101, 104, 196, 210, 211, 238, 257, 263, 265, 283, 289, 292, 293, 310

Peru 41, 87, 93, 197, 198, 210, 211, 212, 229, 255, 256, 257, 259, 289, 326

Portugal 40, 53, 58, 59, 67, 77, 78, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 165, 197, 203, 204, 205, 216, 251, 252, 253, 254, 257, 294, 301, 312

Protocolo de Quioto 106, 112, 160, 201, 214, 215, 227, 247

R

República Dominicana 165, 245, 246, 256, 257, 258

S

São Tomé e Príncipe 62, 75, 77, 203, 204, 216, 252, 294

T

Terrorismo 58, 73, 81, 112, 122, 123, 138, 139, 166, 187, 188, 201, 209, 248, 286, 292, 293, 305, 308, 315, 316, 317, 318

Timor Leste 44, 55, 56, 57, 62, 65, 66, 67, 71, 73, 77, 111, 147, 153, 155, 205, 207, 213, 216, 228, 253, 294, 298, 301, 302, 303, 304

U

União Européia 41, 51, 78, 91, 95, 102, 112, 117, 128, 129, 150, 153, 154, 155, 158, 159, 165, 166, 187, 208, 215, 222, 231, 232, 235, 238, 239, 242, 244, 248, 255, 260, 282, 284, 290, 307, 312, 320, 322, 323, 325

Uruguai 89, 90, 91, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 158, 174, 195, 197, 236, 257, 262, 263, 265, 277, 283, 289, 310

V

Venezuela 87, 93, 209, 210, 211, 212, 250, 257, 276, 289, 326

Capa e Projeto Gráfico

Hilton Ferreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Vivian Fernandes

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

332

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1ºsubsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9279 / 9037
Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação